UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUCAS ROBERTO PEDRÃO PAULINO

Diálogos entre Skinner e Merleau-Ponty

(CAPES)

RIBEIRÃO PRETO - SP
2017

LUCAS ROBERTO PEDRÃO PAULINO

Diálogos entre Skinner e Merleau-Ponty
(CAPES)

Versão Corrigida

(Versão original se encontra na unidade que aloja o programa de Pós-graduação)

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão
Preto da USP, como parte das
exigências para a obtenção do título de
Doutor em Ciências. Área: Psicologia.

Orientação: Profº Drº Reinaldo Furlan

Ribeirão Preto - SP
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Paulino, Lucas Roberto Pedrão

Diálogos entre Skinner e Merleau-Ponty. Ribeirão Preto,
2017.

172 p. : il. ; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e
Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientador: Reinaldo Furlan.

1. Merleau-Ponty. 2. Skinner. 3. Fenomenologia. 4. Behaviorismo. 5.
Filosofia da Psicologia.

Título: Diálogos entre Skinner e Merleau-Ponty

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção
do título de Doutor em Ciências. Área: Psicologia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. (a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Aos meu pais, Lair e João,
uma página inteira de gratidão,
por me darem o pão,
nivelarem meu chão,
estenderem-me a mão,
cada letra aqui é deles um grão!

Agradecimentos

Agradeço à CAPES o apoio financeiro que viabilizou a confecção desta tese

Agradeço ao meu orientador, Reinaldo Furlan, a confiança na consecução deste trabalho, pela abertura ao diálogo desde o nosso primeiro encontro virtual por email, pela compreensão com minhas dificuldades na leitura filosófica.

Agradeço à minha companheira, Paula Ferraresi, a paciência na espera do término de alguns parágrafos para, só então, jogar seriado, assistir pipoca e estourar vídeo game; pela leitura, correção e opinião sobre os escritos; pelo sorriso no olhar, pela visão no tatear e pelo tato no falar.

Agradeço ao Carlos Lopes a revisão cuidadosa da tese na qualificação. Sem esse cuidado ela perderia muito de sua qualidade.

Agradeço aos meus amigos e amigas que indiretamente ajudaram na realização desta tese.

Agradeço à grande mãe Gaia a Oreas, Ponto e Urano; a fornecer os subsídios de nossa existência; que os filhos de seus filhos tenham misericórdia de ti.

Agradeço à Maya a sinceridade na ilusão; por ser tão prazerosa ao tato e escapar à mão; por sempre estar atrás da porta, ao lado da cama e ao leito da vida.

Agradeço a tudo aquilo que escapa à minha compreensão e ao meu entendimento terrenos e que porventura afete a existência.

Prefácio

Ler dois autores não parece ser uma tarefa fácil. Imagino as dificuldades que um fenomenólogo formado teria ao iniciar seus estudos no behaviorismo radical. Não seria um tipo de dificuldade na leitura, como se o texto fosse difícil gramaticalmente ou sintaticamente, mas uma dificuldade de tipo semântico, valorativo, contextual, vivencial... comportamental. Ao ler Skinner o fenomenólogo se depararia com termos severamente criticados em sua área de formação, com afirmações que à primeira vista pareceriam muito diferentes do discurso da fenomenologia. Como pode Skinner afirmar que o comportamento deve ser estudado de um ponto de vista físico?! Como pode afirmar que o comportamento é determinado? Diria, pasmo, o fenomenólogo. Uma dificuldade igual é encontrada no movimento oposto. Ao iniciar a leitura de Merleau-Ponty e da fenomenologia o behaviorista radical se perguntaria como pode o fenomenólogo afirmar que o homem é livre? Como pode ele dizer que o mundo comportamental é o mundo da consciência? Se as perguntas acima são pertinentes, elas deveriam não apenas revelar o espanto frente ao desconhecido e ao diferente – elas não devem parar aí –, elas deveriam servir para reconhecer a necessidade de investigação, do esforço em se colocar no lugar do outro, em uma nova perspectiva, para que seja possível, após o percurso, retomar as questões e verificar se as respostas mudaram. Nesse percurso, o leitor treinado em uma dessas escolas logo verá os problemas interpretativos das perguntas feitas pelo escritor da outra escola. Basta um mínimo de ceticismo – não aquele estrito, que duvida de tudo, mas um mais ameno, metodológico, aquele que diz “talvez o sentido que eu dei inicialmente não seja o que o autor queira dizer, vamos ler um pouco mais” – ou um mínimo de reducionismo fenomenológico – não aquele que afirma a possibilidade de se afastar absolutamente ou intelectualmente do observado, numa neutralidade cega, mas um que diga “bom, eu não sei o que isso quer dizer, melhor nada pressupor, vamos estudar mais” – para romper algumas barreiras do preconceito e ver um pouco mais ao longe. Não se trata, portanto, de jogar pedras no alvo construído por si mesmo, por uma intelectualidade. Isso não é apenas fácil, mas também improdutivo. Também não é o caso apedrejar o real alvo, pois o real é a outra face da intelectualidade. Trata-se de direcionar o projétil para aquele alvo que está correndo entre moitas e galhos, nebuloso e sorrateiro na noite. Não basta aceitar a existência do unicórnio pelo relato daquele que foi achado perdido nos bosques, tampouco desmenti-lo do conforto de nossa lareira, mas, simplesmente e talvez nada mais, dar um passeio nos bosques...

Mas não é uma dualidade de substâncias ou, em outras palavras, as noções de alma e de corpo que devem ser relativizadas: existe o corpo como massa de compostos químicos em interação, o corpo como dialética do ser vivo e de seu meio biológico, o corpo como dialética do sujeito social e de seu grupo, e mesmo todos os nossos hábitos são um corpo impalpável para o eu de cada instante. Cada um desses graus é alma para o precedente, corpo para o seguinte. O corpo em geral é um conjunto de caminhos já traçados, de poderes já constituídos, o solo dialético adquirido no qual se opera uma “enformação” superior, e a alma é o sentido que então se estabelece.

M. MERLEAU-PONTY
La structure du comportement

O cientista, como qualquer organismo, é o produto de uma história única. As práticas que considera mais apropriadas dependerão parcialmente dessa história. Felizmente, idiosincrasias pessoais comumente deixam uma marca insignificante na ciência como um patrimônio público. Elas são importantes apenas quando estamos comprometidos com o encorajamento dos cientistas e com a continuidade da pesquisa. Quando tivermos, ao menos, um relato empiricamente adequado do comportamento do Homem Pensante, deveremos entender tudo isso. Até lá, poderá ser melhor não tentar encaixar todos os cientistas em um único molde.

B. F. SKINNER
A case history in scientific method

Não está morto aquilo que pode eternamente jazer,
e em eras estranhas até a morte pode morrer

H. P. LOVECRAFT
FNORD !

Resumo

Paulino, L. R. P. (2017). *Diálogos entre Skinner e Merleau-Ponty*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Sob o tema do comportamento o presente trabalho se propõe a estabelecer um diálogo entre dois autores, um representante da escola behaviorista, Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), e outro representante da escola fenomenológica, Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). Para atingir esse objetivo foram escolhidas uma obra de cada autor como referência primária: *Science and Human Behavior* e *La Structure du Comportement*, respectivamente. A escolha desses livros e autores em específico foi propiciada, principalmente, pelos seguintes motivos: a) a generalidade com a qual o diálogo entre behaviorismo e fenomenologia é tratado na literatura pertinente gera muitos equívocos pela ausência da experiência dos comentadores com uma ou outra escola; b) Merleau-Ponty apresenta uma proposta para o estudo do comportamento e dialoga com uma perspectiva que também lida com os aspectos comportamentais, o behaviorismo; c) Merleau-Ponty apresenta uma crítica aos behaviorismos de Watson, Tolman e Tilquin, mas não discute com o behaviorismo de Skinner, permanecendo incerto o grau em que essas críticas o atingem, se é que o atingem, e as possibilidades de um diálogo positivo. A tese segue três momentos. No primeiro há uma contextualização da fenomenologia de Merleau-Ponty. No segundo há uma contextualização do behaviorismo de Skinner. No terceiro momento há o diálogo entre os autores fundamentado na análise de suas obras e da literatura pertinente. Nesse diálogo foram examinadas a crítica merleau-pontyana ao behaviorismo e algumas aproximações entre a noção de comportamento em Skinner e a noção de comportamento em Merleau-Ponty. Como resultado vimos que, em ao menos uma interpretação possível, as noções de comportamento em Skinner e Merleau-Ponty tem alguns sentidos em comum: o afastamento do reducionismo biológico e do mentalismo; e a aproximação com o antidualismo, a fenomenologia, o naturalismo, o caráter dialético e o organismo como um todo.

Palavras-chave: Merleau-Ponty, Skinner, Fenomenologia, Behaviorismo, Filosofia, Psicologia

Abstract

Paulino, L. R. P. (2017). *Dialogues between Skinner and Merleau-Ponty*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

This thesis aims to establish a dialogue between two authors, Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), from a behavioristic point of view, and Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), from a phenomenologic point of view. To reach this subject-matter, it was chosen one book of each author as a primary reference : *Science and Human Behavior* and *La Structure du Comportement*. The choice of these authors and books, specifically, was mainly motivated by these reasons : a) the generality by the dialogue between behaviorism and phenomenology is treated in the pertinent literature produces several misconceptions about how this psychological or philosophical approaches are treated ; b) Merleau-Ponty shows a proposal to study behavior and dialogues with behaviorism, a perspective that also study the behavior ; c) Merleau-Ponty shows a critique about the Watson's, Tolman's and Titchener's behaviorism, but doesn't deal with Skinner's behaviorism, remaining uncertain the extent by which this critique reaches radical behaviorism, and the possibilities of a positive dialogue. This thesis follows three moments. First, contextualization of the Merleau-Ponty's phenomenology. Second, contextualization of Skinner's behaviorism. Third, shows a dialogue between the authors based upon their books analysis and the pertinent literature. In this dialogue was examined the Merleau-Pontyan criticism to behaviorism and some rapprochements between Skinner's notion of behavior and Merleau-Ponty's notion of behavior. We concluded by a common core possibility between their notions of behavior: the deviation from the biological reductionism and from the mentalism ; and the rapprochement with antidualism, phenomenology, naturalism, dialectics, and the organism as a whole.

Key-words: Merleau-Ponty, Skinner, Phenomenology, Behaviorism, Philosophy, Psychology.

Résumé

Paulino, L. R. P. (2017). *Dialogues entre Skinner et Merleau-Ponty*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Sur le thème du comportement ce travail propose établir un dialogue entre deux auteurs, un représente l'école behavioriste, Skinner, l'autre représente l'école phénoménologique, Merleau-Ponty. Par atteindre ce but ont été choisis une œuvre de chaque auteur comme référence primaire : *Science and human behavior* et *La structure du comportement*. Le choix de ces livres là et leurs auteurs a été propicié, principalement, par les motifs suivants : a) la généralité par laquelle le dialogue entre behaviorisme et phénoménologie est traité dans la littérature produit beaucoup de équivoque pour l'absence de l'expérience de les commentateurs avec une ou autre école ; b) Merleau-Ponty présente une proposition pour l'étude du comportement et dialogue avec une perspective qui travaille aussi les aspects du comportement, le behaviorisme ; c) Merleau-Ponty présente une critique aux behaviorismes de Watson, Tolman et Tilquin, mais il ne discute pas le behaviorisme de Skinner, donc permanence incertain le degré que ce critique l'atteint, ainsi que la possibilité d'un dialogue positif. La thèse a lieu en trois moments. Dans le premier, il y a une contextualisation de la phénoménologie de Merleau-Ponty. Dans le deuxième, il y a une contextualisation du behaviorisme de Skinner. Dans le troisième, il y a un dialogue entre les auteurs basé sur l'analyse de leurs œuvres et dans la littérature pertinente. On a été examiné le critique merleau-pontyenne au behaviorisme, aussi bien que certaines approximations entre la notion de comportement de Skinner et la notion de comportement de Merleau-Ponty. On a été conclu que, dans au moins une interprétation possible, les notions de comportement de Skinner et de Merleau-Ponty ont certains sens en commun: la réduction du réductionnisme biologique et du mentalisme; aussi comme l'approchement du antidualisme, de la phénoménologie, du naturalisme, du caractère dialectique et du organisme holistique.

Mot-clé : Merleau-Ponty, Skinner, behaviorisme, phénoménologie, philosophie, psychologie.

Sumário

INTRODUÇÃO:	1
1 SITUANDO A FENOMENOLOGIA DE MERLEAU-PONTY	20
1.1 <i>Reconstrução do La Structure du Comportement</i>	23
1.1.1 Capítulo I – O comportamento reflexo.....	25
1.1.2 Capítulo II – Os comportamentos superiores	34
1.1.3 Capítulo III – A ordem física, a ordem vital, a ordem humana	40
2 SITUANDO O BEHAVIORISMO DE SKINNER	47
2.1 <i>Reconstrução do Science and Human Behavior</i>	49
2.1.1 Seção I – A possibilidade de uma ciência do comportamento humano	49
2.1.2 Seção II – A análise do comportamento.....	64
2.1.3 Seção III – O indivíduo como um todo	80
3 DIÁLOGOS ENTRE SKINNER E MERLEAU-PONTY	91
3.1 <i>Estatuto da Realidade</i>	91
3.1.1 O físico e o papel do reflexo	91
3.1.2 O físico e o natural	94
3.1.3 O físico e a irrelevância da propriedade da coisa	97
3.1.4 O físico e os textos skinnerianos	100
3.1.5 O físico e os comentadores: sobre monismo, fisicalismo e epifenomenalismo	102
3.1.6 O físico e o mental	115
3.1.7 O físico e a irrelevância da existência da coisa: sobre a metodologia.....	122
3.1.8 O físico e a classe comportamental	127
3.2 <i>Noção de Comportamento em Skinner e Merleau-Ponty</i>	130
3.2.1 O comportamento: classe operante e unidade de significado.....	133
3.2.2 O comportamento: unidade funcional e unidade de sentido	137
3.2.3 O comportamento: consequência e estrutura.....	139
3.2.4 Organismo como um todo: o corpo fenomenal	143
Considerações finais.....	155
Referências	159

INTRODUÇÃO: UM PANORAMA DO DIÁLOGO ENTRE FENOMENOLOGIA E BEHAVIORISMO

Sob o tema do comportamento este trabalho se propõe a estudar dois autores, um representante da escola behaviorista, Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), e outro representante da escola fenomenológica, Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). Skinner é um autor estadunidense reconhecido principalmente na psicologia, mas sua formação inicial abrange a literatura. Em geral, suas obras mostram uma preocupação, no âmbito da psicologia, com a efetividade da prática científica e com os modelos explicativos do comportamento.

Merleau-Ponty é um autor francês de formação filosófica, mas seus estudos excedem essa área do saber. Para dar uma ideia da amplitude do pensamento merleau-pontyano, de forma geral, observa-se em suas obras uma aproximação com a biologia, a medicina, a psicologia, a sociologia, a antropologia e a psicanálise. De forma mais específica, pode-se citar que na área da biologia e medicina discutiu com autores como Goldstein, Gelb e Pavlov, na área da filosofia teve fortes influências, sobretudo em seus últimos trabalhos, de Husserl e Hegel, além de ter acompanhado com interesse particular os trabalhos de Heidegger e Sartre, e na área da psicologia dialogou com Watson, Kofka e Köhler. Com todos eles sempre teve uma relação ao mesmo tempo profícua e crítica em relação a suas ideias.

Em geral, Merleau-Ponty apresenta um debate com o legado cartesiano na filosofia e nas ciências (Veríssimo & Furlan, 2007, p. 332). Na filosofia, esse legado envolve uma ampla discussão entre o racionalismo e o empirismo os quais, visando o mesmo objetivo de reformar o saber humano frente às metafísicas tradicionais – escolástica e aristotélica – (Dutra, 2010, p. 85), influenciaram a Psicologia Moderna com a qual Merleau-Ponty dialoga (Dillon, 1988, p. 13).

Cabe aqui uma breve consideração antes de prosseguir: Skinner e Merleau-Ponty partem de pontos de vista diferentes com objetivos diferentes. Merleau-Ponty tem uma consistente formação filosófica e não está interessado em elaborar uma ciência do comportamento, embora ele possa sugerir que tal empreitada seja possível. Ele está interessado em versar sobre o comportamento do ponto de vista da fenomenologia e da filosofia. Enquanto Skinner tem fortes interesses práticos e consistente treinamento experimental. Ele abertamente declara que deseja elaborar não apenas uma filosofia da ciência comportamental, mas uma ciência comportamental. Entretanto, Skinner não é

filósofo, isto é, não foi treinado propriamente por uma comunidade filosófica, e frequentemente recai em ingenuidades filosóficas que, embora não o descaracterizem enquanto teórico, geram dificuldades no diálogo com a filosofia.

Qual, então, a justificativa da escolha, dentre os variados autores das escolas behaviorista e fenomenológica, destes e não de outros? Por que não escrever sobre behaviorismo e fenomenologia de forma geral? Uma forma de preparar a resposta a essas perguntas é oferecer um panorama acerca de como o diálogo entre fenomenologia e behaviorismo vem acontecendo.

O manifesto behaviorista de Watson publicado em 1913, com todas as dificuldades de uma proposta emergente, como a carência de material científico propriamente behaviorista e o aproveitamento de material de outras áreas (Skinner, 1963, p. 952), marcou a introdução do behaviorismo no diálogo com as demais áreas do saber. Os esforços para estabelecer relações entre a fenomenologia e o behaviorismo vêm de longa data. Uma parte significativa das conclusões dos autores que se propuseram a essa empreitada, como veremos, são divergentes: alguns admitem uma diferença total, outros algum grau de comunhão ou similaridade. Um problema geral inicial, assim, é posto por essa tese: por que essa divergência interpretativa? É certo que a fenomenologia e o behaviorismo são escolas de pensamento particulares e algumas diferenças são esperadas, contudo seriam essas diferenças suficientes para excluir a possibilidade de diálogo, como se ambas as escolas fossem incomensuráveis?

Com fins de construir uma resposta a essas perguntas a partir da literatura da área, uma série de textos que lidam com behaviorismo e fenomenologia, de 1966 a 1991, serão analisados. Dois artigos serão particularmente examinados, um escrito por um fenomenólogo e outro por dois behavioristas metodológicos, como exemplos típicos da defesa de incongruência entre behaviorismo e fenomenologia, e como forma de iniciar uma discussão e ajudar a esclarecer essas questões.

O primeiro artigo, escrito por um fenomenólogo, trata-se de Corriveau (1972), que conclui pela incompatibilidade entre fenomenologia e aquilo que ele entende por behaviorismo radical. Apontaremos, como exemplos, duas das faltas de Corriveau (1972), que comprometem a fidedignidade de sua conclusão. A primeira falta reside na fundamentação cega de suas críticas a Skinner nas críticas que Chomsky elaborou em seu artigo “A Review of the B. F. Skinner’s Verbal Behavior”, publicado em 1959. Dentre essas críticas está a afirmação de que a teoria de Skinner não consegue lidar com fenômenos linguísticos fundamentais, como o embedding (expressões produzidas a

partir de outras pela inserção de termos já dados em uma expressão) e a criatividade linguística (proferir e entender sentenças nunca antes encontradas). Segundo Lacey (2001), Chomsky “sustenta não simplesmente que a teoria de Skinner, em seu atual estágio de desenvolvimento, não explica tais fenômenos, mas que, em princípio, ela não pode fazê-lo, que tais fenômenos são inconsistentes com a teoria de Skinner” (p. 45).

Tais críticas de Chomsky (1959) permaneceram por um longo tempo sem uma resposta satisfatória dos behavioristas radicais, pelo menos até a publicação em 1970 do artigo “On Chomsky’s Review of Skinner’s Verbal Behavior” de MacCorquodale, fato que colaborou para a disseminação das críticas de Chomsky como as palavras definitivas acerca do “Verbal Behavior” de Skinner. Por exemplo, além de Corriveau (1972), Meyer (1975) também defende a incongruência entre o que ele entende por behaviorismo e fenomenologia parcialmente sob os fundamentos da crítica chomskiana; ele propõe que “seguindo a crítica definitiva de Chomsky (1967, 1971) da aplicabilidade da caixa-de-Skinner, a questão tratada nesse artigo é se a teoria de Skinner é genuinamente adequada ao fenômeno da aprendizagem tal como ela ocorre dentro da caixa-de-Skinner” (Meyer, 1975, p. 335-6).

Os behavioristas radicais da atualidade, em contrapartida, posicionam-se na defensiva e discordam de muitas das críticas de Chomsky, tentando mostrar que elas erram o alvo. Por exemplo, Bandini (2008) afirma que muitos trabalhos recentes “vêm mostrando não somente a capacidade explicativa da teoria skinneriana do comportamento verbal, mas também sua fertilidade em relação à explicação da aquisição da linguagem e da criatividade verbal” (p. 11) e revela que muitos autores reconhecem que as críticas de Chomsky “não foram baseadas em uma análise correta dos pressupostos behavioristas skinnerianos” (p. 11), como o artigo de Justi & Araújo (2004), que conclui que quase a totalidade das críticas chomskianas “estão fundamentadas em equívocos cometidos por Chomsky ao interpretar as propostas de Skinner” (p. 273).

Lembremos que o debate Chomsky-Skinner só foi trazido a esta tese porque alguns fenomenólogos, como Corriveau (1972), utilizam as críticas de Chomsky para fundamentar os motivos pelos quais consideram que a fenomenologia e o behaviorismo Radical são incongruentes. Não é a intenção discutir os pormenores desse debate. Para o momento, é importante reconhecer, juntamente com Lacey (2001), que “é opinião geral que tanto a psicologia de Skinner quanto a linguística de Chomsky possuem grande

importância filosófica, embora aqueles que sustentam que uma delas é importante tendam a desconsiderar a outra como mal fundamentada” (p. 19).

Chomsky (1959) defende que a teoria skinneriana, em particular a teoria linguística skinneriana, não consegue lidar com pelo menos três fenômenos linguísticos fundamentais, sucintamente: o encaixamento [embedding]¹; a criatividade; e a rapidez do desenvolvimento da proficiência linguística em uma criança. Como um exemplo do nível interpretativo de Chomsky da teoria skinneriana gostaríamos de tratar brevemente do encaixamento com a ajuda de Hugh Lacey. Lacey é filósofo e, portanto, foi treinado em grande medida fora das tradições behavioristas ou linguistas, além disso, suas obras sobre o tema de Skinner e Chomsky nos pareceram bastante respeitadas acerca da teoria desses autores, por isso, consideramo-las como importantes fontes mediadoras de diálogo.

O cerne do argumento de Chomsky contra Skinner no tocante ao encaixamento é, de forma geral, dividido em dois passos. O primeiro afirma que qualquer teoria estímulo-resposta da aquisição da linguagem produz um sistema de estado finito. O segundo afirma que os sistemas de estado finito não produzem todas as construções necessárias ao encaixamento. Como a teoria skinneriana da linguagem é fundamentada em um paradigma S-R, onde cada palavra é uma resposta que pode ser encadeada e intercalada progressivamente parte por parte, onde a cada uma se segue necessariamente a outra, então, a teoria do comportamento verbal de Skinner (1957) não pode explicar algumas construções gramaticais.

Lacey (2001) concorda com Chomsky de que algumas teorias S-R podem ser realmente alvo da crítica chomskyana. Contudo a crítica apenas atingiria Skinner (1957) se (a) um determinado reforço fortalecesse apenas e somente um operante, se (b) palavras diferentes não pudessem pertencer a mesma classe operante de respostas, e se (c) uma condição suficiente para que algumas palavras pertençam a diferentes classes operantes fosse uma diferente construção sintática. Como, na opinião de Lacey (2001), tais características não são encontradas na teoria do comportamento verbal skinneriana, “não nos é claro, contudo, que o argumento [de Chomsky] refute a teoria de Skinner” (p. 48).

O ponto do argumento no momento não é discutir se as críticas de Chomsky estão certas ou erradas ou sobre quais aspectos é possível considerá-la como tal, mas

¹ Trata-se de um processo linguístico de encaixar palavras em uma oração de maneira que se mantenha o sintagma nominal, o sintagma verbal e um sentido ou coerência.

salientar que a precisão das críticas de Chomsky é controversa. Nesse sentido, o problema da fundamentação crítica de Corriveau (1972) é tomar as críticas de Chomsky como verdadeiras ou reais acriticamente, desconsiderando a possibilidade de que elas tenham errado o alvo e se basear nelas para concluir que o behaviorismo radical é incompatível com a fenomenologia; por exemplo, como parte de seu argumento para a conclusão de que Skinner não dá conta da intencionalidade ele cita as críticas de Chomsky, afirmando que elas focam na “ilícita extrapolação skinneriana de seu sistema de análise funcional para os aspectos significativos do comportamento humano, i.e., intenções e propósitos da ação humana, pensamento, liberdade, dignidade, etc.” (Corriveau, 1972, p. 14-5)² e que o artigo de Chomsky publicado em 1959 “é claramente a maior avaliação destrutiva da tentativa skinneriana de explicar o comportamento verbal dos seres humanos pelos métodos da análise funcional” (Corriveau, 1972, p. 15), sendo tal tentativa skinneriana repleta de afirmações injustificadas e pretensiosas.

Não estamos em posição de concluir que as posições de Bandini (2008) ou Justi e Araújo (2004) sobre Chomsky estejam corretas, visto que não desenvolvemos o tema e esse tipo de conclusão não faz parte do intento desse trabalho, mas o desenvolvimento de nossa argumentação poderá ser elucidativo sobre essa questão. Porém, em concordância com nosso trabalho, podemos reconhecer a possibilidade de que a polêmica entre Chomsky e Skinner não deva ser considerada finalizada (Primero, 2008, p. 276), sendo discutível a fundamentação crítica do artigo de Corriveau (1972) e, por conseguinte, sua conclusão, fundamentada parcialmente em Chomsky, de que a fenomenologia e o behaviorismo radical sejam incongruentes.

Vamos analisar agora a segunda falta de Corriveau (1972), que consiste em mudar palavras e reproduzir, de Chomsky (1959, p. 55-56), a construção de frases descontextualizadas com trechos das obras skinnerianas para justificar suas afirmações. Ele defende que a análise funcional de Skinner é uma extrapolação ritualística de experimentos com ratos e pombos para o comportamento humano e que, conseqüentemente, o uso do termo “reforçamento” também o é; e para justificar essa defesa ele apresenta o que ele chama de exemplos de reforçamento do comportamento

² A análise funcional é uma ferramenta metodológica que propõe a descrição de regularidades observáveis ou mensuráveis de um mesmo fenômeno no decorrer do tempo e a generalização empírica dessa descrição como modelo explicativo e como base para a construção de teorias.

verbal humano, do livro de Skinner “Verbal Behavior” da seguinte forma (manteremos os trechos na língua original para facilitar a discussão e evitar equívocos):

... ‘a man talks to himself... because of the reinforcement he receives’ (163); *‘the child is reinforced automatically when he duplicates the sounds of airplanes, streetcars...’* (164); ... *thinking is ‘behaving which automatically affects the behavior and is reinforcing because it does so’* (438) [ênfase adicionada]; ... ‘the artist... is reinforced by the effects his works have upon ... others’ (224).... (Corriveau, 1972, p. 16).

Uma interpretação possível é que os recortes nos trechos mudaram completamente o sentido da frase em seu contexto original. Nesse sentido, o equívoco é do próprio Chomsky (1959), que fez tais recortes. O peculiar, porém, é que Corriveau (1972) reproduz os equívocos de Chomsky como se fossem dele. Para resumir, discutir-se-á a segunda e a terceira frase da citação de Skinner por Corriveau (1972) que foi colocado em itálico. Em relação à segunda frase, Skinner (1957) cita:

Reinforcing sounds in the child’s environment provide for the automatic reinforcement of vocal forms. Such sounds *need not to be verbal* [ênfase adicionada]; the child is reinforced automatically when he duplicates the sounds of airplanes, streetcars, automobiles, vacuum cleaners, birds, dogs, cats, and so on. But among the sounds which become important are the verbal responses of his parents and others (p. 164).

É possível perceber, então, que Skinner não está dizendo que o fato da criança vocalizar sons aleatórios seja um exemplo de comportamento verbal, no sentido técnico analítico-comportamental, mas que, tais sons até então não verbais, tornar-se-ão importantes para o desenvolvimento do comportamento verbal, ou seja, poderão se tornar verbais a depender das consequências dadas pela comunidade verbal representada pelos pais ou outros. Assim, o exemplo dado de reforçamento do comportamento verbal por Corriveau (1972) *não é* um exemplo de reforçamento do comportamento verbal para o behaviorista radical.

Em relação à terceira frase do trecho de Corriveau (1972), Skinner está discutindo um aspecto específico do comportamento verbal, a saber, o falante como seu próprio ouvinte. De forma bem diferente do que Corriveau (1972) tenciona, o original diz: “A better case can be made for identifying thinking with behaving which automatically affects the *behavior* [ênfase adicionada] and is reinforcing because it does so” (Skinner, 1957, p. 438). Reparamos que a segunda frase de Corriveau (1972) troca o

termo original *behave*, que significa aquele que se comporta, por *behavior*, que se traduz por comportamento, o que muda grosseiramente o sentido da frase original.

Uma vez apresentado um exemplo do diálogo entre fenomenologia e behaviorismo feito por um fenomenólogo, partiremos para o exame de um exemplo do diálogo feito por dois behavioristas. O segundo artigo examinado, desta vez behaviorista, que gerou muita polêmica, trata-se de Brody e Oppenheim (1966). Esse artigo, que gerou um episódio de diálogo entre esses autores behavioristas e alguns autores fenomenólogos, propõe-se a mostrar diferenças metodológicas entre um tipo de fenomenologia denominada *pure phenomenological psychology* (ppp), concebida em um sentido similar a MacLeod (1964), e um tipo de behaviorismo, o metodológico de Bergmann (1956). Brody e Oppenheim (1966) definem essa fenomenologia por duas características: o objeto de estudo, entendido como “toda a experiência. É a intenção da ppp estudar o que é imediatamente dado na experiência” (p. 296), por exemplo, cores, sons e outros “fatos brutos” ou “sensações puras” (p. 296); e pelo seu método, que “envolve a suspensão de suposições implícitas ou explícitas” (p. 296), ou seja, busca investigar a experiência livre de pressupostos teóricos sobre o que está sendo investigado.

A fenomenologia assim definida não parece ser a fenomenologia tal como os fenomenólogos a entendem. Por exemplo, os artigos de Zaner (1967), de Henle e Baltimore (1967) e de Giorgi (1970, 1975), escritos por fenomenólogos, apresentam severas críticas ao artigo de Brody e Oppenheim. Algumas dessas críticas são: “as noções de imediatamente dado, fatos brutos ou sensações puras são manifestadamente avessas à fenomenologia” (Zaner, 1967, p. 320); “os dados não nos permitem fundamentar a psicologia sobre a ppp tal como estes escritores [Brody e Oppenheim] a definiram; e não podemos nomear psicologia alguma que é, de fato, baseada nela” (Henle & Baltimore, 1967, p. 327); a fenomenologia avaliada por Brody e Oppenheim foi “baseada em um critério filosófico que forma a base do behaviorismo metodológico e não no critério que os fenomenólogos usariam para avaliar seus esforços” (Giorgi, 1970, p. 88).

O artigo de Brody e Oppenheim (1966) delimita sua crítica à fenomenologia de MacLeod, mas os artigos dos fenomenólogos citados no parágrafo acima parecem extrapolar esse limite e discutir a fenomenologia de forma geral. O problema nesse momento é se podemos interpretar a fenomenologia de MacLeod tal como Brody e Oppenheim o fizeram. Nesse sentido, se considerarmos o escopo das obras de MacLeod

até a data da publicação do artigo de Brody e Oppenheim (1966) podemos encontrar dificuldades para as afirmações deste último, como veremos a seguir.

Em resposta a esses artigos dos fenomenólogos, Brody e Oppenheim (1967) afirmam que estão “familiarizados com a literatura da fenomenologia” (p. 333) e que MacLeod não é um autor próximo a Husserl (p. 333), sendo que, para justificar essa última afirmação, citam MacLeod (1964): “Gostaria de enfatizar que o que nós chamamos de fenomenologia psicológica não deve ser confundido com a filosofia de Husserl” (p. 51). Essa afirmação de MacLeod é suficiente para concluir que ele não é próximo a Husserl, no sentido de que não se fundamenta na Filosofia de cunho fenomenológico? Será importante entender a posição de MacLeod nesse momento. MacLeod (1964) faz uma diferenciação entre filosofia fenomenológica, psicologia e fenomenologia psicológica, sendo que da primeira faz parte a filosofia de Husserl, da segunda as diversas escolas da psicologia e a terceira é a sua proposta propedêutica para unir filosofia fenomenológica e psicologia e criar uma ciência psicológica (MacLeod, 1964, p. 54). Nesse sentido, a fenomenologia psicológica de MacLeod não deve ser confundida com a filosofia de Husserl, mas isso não significa que MacLeod não se fundamente na filosofia fenomenológica de Husserl. Além disso, Brody e Oppenheim afirmam que a proposta de MacLeod pressupõe o estudo do imediatamente dado na experiência com a suspensão de assunções, pressupostos ou teorias, ou seja, de forma neutra, contudo, o próprio MacLeod (1964) apresenta objeções a interpretações desse tipo à sua proposta:

O fenomenólogo inicia a sua observação do fenômeno pela suspensão de seus vieses, por colocar suas assunções explícitas entre parênteses. Se o seu comentário imediato for que é impossível observar qualquer coisa sem um viés, tudo o que eu posso dizer é que eu sinceramente concordo. Não há observação sem viés, mas pode existir uma tentativa deliberada de identificar vieses e temporariamente suspendê-los ou, ao menos, mudar a observação sistematicamente de um viés a outro (p. 52).

A discussão sobre algumas dificuldades na interpretação de Brody e Oppenheim (1966; 1967) acerca do tipo de fenomenologia com o qual ele se põe a dialogar, possibilita um trato mais elucidativo da relação entre os artigos dos comentadores fenomenólogos e os artigos de Brody e Oppenheim (1966; 1967). Brody e Oppenheim discutiram a proposta do behaviorismo metodológico de Bergman em relação à proposta de MacLeod para uma fenomenologia psicológica, todavia, de alguma forma a discussão tomou um rumo no qual se discutiu a fenomenologia de

forma geral em relação ao behaviorismo de forma geral e, embora nos seja desejável, discutir os motivos (causas ou razões) pelos quais o movimento de discussão entre esses artigos chegou a esse tipo de generalização ou diálogo não faz parte do nosso objetivo no momento, mas esclarecer que isso aconteceu (e acontece) faz parte, pois isso nos oferece um quadro sobre um modo como o diálogo entre behaviorismo e fenomenologia de forma geral vem acontecendo.

Permeando esse diálogo está a questão da conciliação entre fenomenologia e behaviorismo, sendo alguns autores mais amistosos do que outros. Milhollan e Forisha escreveram o livro intitulado “From Skinner to Rogers: contrasting approaches to education”, publicado em 1972, no qual apresentam as teorias educacionais de Skinner e Rogers como antagônicas ou contrárias, sendo cada uma representante de um dos polos de uma dicotomia marcada por um lado pela tradição lockeana e, por outro, pela tradição leibnitziana. Na tradição lockeana o homem é um organismo passivo que responde as exigências do meio externo (Milhollan & Forisha, 1972, p. 13), sendo seu intelecto uma tábula rasa onde impregnam cumulativamente as experiências desse meio a partir do nascimento (Gruba-McCallister, 1991, p. 77). De acordo com Milhollan e Forisha está Hitt (1969), segundo o qual behaviorismo e fenomenologia compõem dois modelos de homens distintos, sendo o contraste entre as visões de Locke e Leibnitz uma das versões em que a literatura discute suas diferenças.

Essas antíteses relativas à fenomenologia e ao behaviorismo são comentadas também na literatura que discute sobre existencialismo e behaviorismo. O discurso sobre existencialismo é próximo daquele sobre fenomenologia e nele há quem coloque em dúvida essas antíteses. Woolfolk e Sass (1988) reconhecem que os “sistemas behavioristas e existenciais da psicologia têm sido considerados antitéticos” (p. 109), mas também reconhecem que alguns “autores têm sugerido notáveis afinidades ou complementaridades dignas de exploração” (p. 109). Woolfolk e Sass acreditam que o abismo entre fenomenologia e behaviorismo não é intransponível e que pode derivar do “impacto de uma história de suspeita e isolamento mútuo” (p. 109) e “sugerem que há interessantes paralelos e afinidades entre behaviorismo e existencialismo cuja exploração pode levar a intercâmbios produtivos entre os expoentes das duas abordagens” (p. 110). Dentre esses paralelos e afinidades eles citam a inclinação ao nominalismo, uma oposição ao subjetivismo, uma visão da ação como fundamento para a construção das conceitualizações sobre o humano e uma tentativa de lidar com a liberdade e o determinismo.

A posição de Woolfolk e Sass, assim como a crítica de Chomsky a Skinner, não deve ser tomada como definitiva e deve ser analisada com cautela. Gruba-MacCallister (1991), por exemplo, considera que os paralelos e afinidades propostos por Woolfolk e Sass são “mais superficiais do que substantivos” (p. 75) e retoma uma versão do discurso dos dois modelos de homem, diferenciando o behaviorismo, como adepto da tradição lockeana, da fenomenologia, como adepta da kantiana, que focaria em uma causalidade formal e final e na atividade intelectual desde o nascimento.

A nosso ver, tais distinções são muito generalistas e não servem para segregar todos os behaviorismos de todas as fenomenologias, por exemplo, o behaviorismo Radical não se alia à antropologia filosófica lockeana da tábula rasa. Segundo Lacey (2001) “pensou-se algumas vezes que a principal diferença entre Chomsky e Skinner é que Chomsky afirma a existência de mecanismos inatos, e que Skinner a nega. Isso não é o caso, como Chomsky (1975) reconhece; e Skinner certamente concordaria” (p. 74).

Até agora, a partir da discussão dos textos sobre a reconciliação entre fenomenologia e behaviorismo e, também, dos exemplos típicos de carência de conhecimento dessas escolas, é possível reparar a existência de equívocos ou generalizações que dificultam essa conciliação ou, pelo menos, que dificultam que ambas as escolas de pensamento sejam compreendidas para que se possa discutir com mais profundidade suas aproximações e distanciamentos.

Essa possibilidade não é ignorada pelos autores do episódio iniciado com Brody e Oppenheim (1966), tanto que eles próprios deixam em aberto o diálogo: “como a psicologia behaviorista é aberta a relatos sobre as qualidades sutis da experiência e é desejosa de aceitá-las como dados a serem explicados, haverá uma crescente possibilidade de um acordo terminológico entre a ppp e o behaviorismo” (p. 304). Não apenas Brody e Oppenheim, mas também Zaner (1967), Henle e Baltimore (1967) e Giorgi (1970, 1975) reconheceram essa possibilidade e não tomaram o diálogo entre behaviorismo e fenomenologia como irreconciliável, ao contrário, apontaram a necessidade de entender tanto a fenomenologia, quanto o behaviorismo para se estabelecer o diálogo, como resume Zaner (1967):

É esperado que estudos ulteriores sobre possíveis aproximações entre behaviorismo e fenomenologia estejam por vir. Antes de quaisquer desses esforços, entretanto, deve haver o esforço conjunto de conhecer a ambos os movimentos. Nenhuma relação pode ser estabelecida se ambas as partes ou apenas uma delas não tiver sido compreendida (p. 324).

Essa possibilidade de reconciliação não é defendida apenas por fenomenólogos, como Henle e Baltimore (1967, p. 328) ou Giorgi (1970, p. 211), mas também por behavioristas radicais, como Day (1969). O artigo de Day (1969) é baseado em um importante simpósio sobre fenomenologia e behaviorismo que ocorreu em 1963 na *Rice University* no qual estavam presentes profissionais de ambas as escolas de pensamento: Skinner, Koch, Rogers e McLeod, além de filósofos como Malcolm e Scriven. As discussões levantadas entre os palestrantes e a audiência, assim como os trabalhos apresentados foram publicadas em um livro editado por Wann (1964) chamado “Behaviorism and Phenomenology”.

O artigo de Day (1969) apresenta duas marcantes conclusões sobre o simpósio ocorrido na *Rice University*: 1) o termo behaviorismo, tal como foi usado pelos psicólogos de forma geral é “essencialmente um quadro improdutivo e irreal em que se busca a pesquisa psicológica” (Day, 1969, p. 315); e 2) há indicações de um interesse crescente em uma aproximação dos interesses entre fenomenologia e behaviorismo, apesar das dificuldades levantadas pelos behavioristas convencionais conservadores. A primeira conclusão nos fornece indícios de que os psicólogos em geral não se preocupam em compreender o behaviorismo como filosofia ou como representante de diferentes tradições de pesquisa. A segunda conclusão, além de ser corroborada pelas posições de Henle e Baltimore (1967) e Zaner (1967) já apresentadas aqui, pode ser vista em outros autores (Giorgi, 1975), e se estende até a atualidade; este trabalho é um exemplo.

Outro ponto importante do artigo de Day (1969) é sua discussão sobre quatro problemas práticos na reconciliação entre fenomenologia e behaviorismo. O primeiro se refere à pouca familiaridade dos profissionais com os trabalhos de Skinner. O segundo discute a falha em distinguir os diferentes tipos de behaviorismo. Esses dois problemas estão intrinsecamente relacionados com erros interpretativos e equívocos sobre o behaviorismo. Embora Day não comente sobre a fenomenologia nesse momento de seu artigo, entendemos que o mesmo pode ser dito sobre ela: há a carência de se compreender a fenomenologia por parte de muitos profissionais. O terceiro é a falta de estudo sobre filosofia entre os psicólogos. O quarto discute a dificuldade em manter uma pesquisa descritiva, no sentido de que a prática profissional enfrenta problemas em definir o que é aceitável ou não como pesquisa psicológica.

É interessante notar que nenhum desses problemas que Day (1969) levantou se referem a questões de ordem epistemológicas, ontológicas/metafísicas ou teóricas das

duas escolas de pensamento. Ele levantou problemas basais, anteriores a qualquer tentativa de discussão epistemológica ou ontológica, para os empecilhos que o diálogo e a reconciliação entre fenomenologia e behaviorismo estão enfrentando: problemas pragmáticos e educacionais. O artigo a seguir poderá esclarecer melhor esse assunto.

O artigo de Giorgi (1975) discute e concorda com os quatro problemas práticos levantados por Day (1969). Apesar de Giorgi (1975) admitir que “não defende que o behaviorismo radical foi corretamente entendido [por si]” (p. 211), há um reconhecimento da diferença entre behaviorismo radical e convencional que permitiu a Giorgi (1975, p. 201) tecer semelhanças entre o behaviorismo radical e a fenomenologia que dificilmente poderiam ser feitas sem tal distinção: ambos são contra dualismos; ambos são contra teorias da ciência positivistas que defendem um método hipotético-dedutivo para a psicologia; ambos são contra um tipo de reducionismo que tenta interpretar o comportamento em termos de fisiologia, neurologia ou mentalismo introspeccionista; ambos concordam que o estudo de um ou poucos sujeitos é uma forma legítima de pesquisar. Contudo, esse reconhecimento é apenas parcial na medida em que não reconhece com precisão outras semelhanças ou diferenças, por exemplo, ele se propõe a dialogar com o behaviorismo radical, mas discute no início de seu texto o artigo de Brody e Oppenheim (1966), que como já foi dito são behavioristas convencionais ou metodológicos, como se fizesse parte do behaviorismo radical, tanto que afirma na conclusão:

Esse artigo é uma tentativa de iniciar um diálogo entre psicologia fenomenológica e behaviorismo radical em uma base de “convergência” ao invés de contraste. Após as primeiras tentativas contrastantes (Wann, 1964; Brody e Oppenheim, 1966) a tentativa convergente inicial foi escrita por um behaviorista (Day, 1969), e este é, embora atrasado, uma resposta a esse artigo por um psicólogo fenomenologista, igualmente com um espírito de convergência (Giorgi, 1975, p. 211).

Ora, visto que Giorgi (1975) se propõe a discutir convergências e divergências entre fenomenologia e behaviorismo radical e que seu conhecimento sobre o segundo é limitado, poderíamos, antes de uma análise mais pormenorizada, questionar aquilo que ele considera convergente ou divergente. O questionamento é importante, mas não deve ser tomado como uma suspeita de erro, afinal, em última instância, mesmo o profissional mais especializado tem seus limites. Diferentemente, é importante reconhecer o esforço interpretativo de Giorgi, como fenomenólogo, de se colocar na posição behaviorista e se propor a ler os textos skinnerianos. Portanto, o

questionamento de textos não diminui a contribuição de Giorgi (1975), nem dos outros autores discutidos que, conscientes ou não, também não são peritos em ambas as escolas, ao contrário, entendemos que todos esses artigos são contribuições para o diálogo, ou melhor, constituem o próprio diálogo, ainda que possam ser considerado incipiente. O questionamento dos artigos discutidos responde aos interesses dessa tese na medida em que elucidam o ponto, mais uma vez salientado, da necessidade dos comentadores entenderem ambas as escolas de pensamento.

Na interpretação dessa tese, faltou a muitos autores um entendimento profundo de behaviorismo ou de fenomenologia e uma parte substancial de suas conclusões se deve à falta de proximidade e experiência dos intérpretes com essas escolas. Essa interpretação está de acordo com o alerta de Zaner (1967, p. 324) de que nenhuma relação entre fenomenologia e behaviorismo pode ser estabelecida se ambas as partes ou apenas uma delas não tiver sido compreendida.

Até agora realizamos uma singela apresentação de um modo como o diálogo entre behaviorismo e fenomenologia vem acontecendo. A intenção foi direcionar a atenção do leitor para uma leitura mais cuidadosa e incrédula, visto que mesmo os mais cuidadosos (eg. Day, 1969; Giorgi, 1970) reconhecem que não são peritos em ambas as escolas de pensamento. A importância desse trabalho reside na tentativa de colocar em dúvida e desconstruir alguns dos discursos até agora apresentados sobre ambas as escolas de pensamento para abrir um novo espaço de diálogo, que consiste em um contexto de possibilidade de novas descobertas.

Essa reconstrução do diálogo entre as escolas behaviorista e fenomenológica oferece um contexto para algumas respostas às perguntas do início dessa seção. Esta tese opta por não as estudar de forma geral para evitar generalidades indevidas, confusões e equívocos. Reconhece-se a diversidade e abrangência teórica delas e, por isso, justifica-se a escolha de um método que limite essa diversidade e abrangência e abra espaço para um diálogo mais fecundo entre fenomenologia e behaviorismo. Frente a esse contexto foram escolhidos Skinner e Merleau-Ponty, especificamente dentre os vários autores dessas escolas, para preencher esse espaço dialógico e facilitar o entendimento de ambas as posições.

Tanto Skinner quanto Merleau-Ponty foram profissionais bastante produtivos. Possuem vários títulos publicados incluindo livros, antologias e artigos. O pensamento deles, entretanto, muda no decorrer do desenvolvimento de suas carreiras, por isso, o interesse é focar em dois livros como referência primária, um de cada autor – “Science

and Human Behavior”³, de Skinner, e “La Structure du Comportement”⁴, de Merleau-Ponty – e usar os outros livros como referências complementares. O que há de particular nessas obras que justifica serem escolhidas como referência primária em detrimento das outras?

Uma justificativa está implícita no título dos livros: ambos tratam do comportamento. Mais especificamente, o que há no conteúdo deles que os tornam privilegiados nesta tese? No *Structure* há pelo menos dois questionamentos que apontam a importância do comportamento como tema principal. O primeiro é sobre a insuficiência da psicologia que resguarda o legado cartesiano, em seu seio histórico e filosófico, em lidar com os fatores comportamentais. O segundo é sobre a possibilidade de uma tese alternativa que lide suficientemente bem com o comportamento.

Há, então, na extensão do livro, dois momentos importantes para tratar esses questionamentos: um exame das teses tradicionais sobre o comportamento, que ocupa mais da metade do livro, especificamente os dois primeiros capítulos; e uma apresentação da proposta, que ocupam os dois últimos capítulos. A escolha do termo “comportamento” é justificada pela sua relativa neutralidade frente às teses tradicionais criticadas (Merleau-Ponty, 1942/1967, p.2). Tal escolha colocou o *Structure* em uma situação na qual deveria dialogar com outras posições que também adotavam o termo. O behaviorismo foi uma dessas posições.

O termo “behaviorismo”, entretanto, é extremamente genérico, uma vez que pode se referir a várias abordagens comportamentais (O’Donohue & Kitchener, 1998, p. 1). Qual seria a abordagem tratada no *Structure*? Podemos adiantar que há três autores considerados behavioristas que são mencionados: Watson, Tolman e Tilquin. Merleau-Ponty (1942/1967) esclarece sua posição em relação a Watson ao escrever que seu behaviorismo “busca recurso, na maioria das vezes, apenas numa explicação fisiológica ou mesmo física, sem ver que ela está em contradição com as definições iniciais – ele se declara materialista sem ver que isso significa colocar novamente o comportamento no sistema nervoso” (p. 3). Essa posição sobre Watson se mantém em Merleau-Ponty (1990, p. 182) ao discutir a noção de comportamento e o fenomênico. Sobre Tolman há, também, uma citação esclarecedora:

³ Daqui em diante *Science*.

⁴ Daqui em diante *Structure*.

Mas, tanto em Tolman, quanto em seus críticos, o estatuto filosófico dos determinantes jamais foram corretamente pensados: comparam-nos aos componentes ideais dos fenômenos que a física traz e acrescentam que, sendo abstrações, como a velocidade, o rendimento e a energia, não devem mais ser efetuados. Mas ao passo que as variáveis ideais da ciência são para ela a própria realidade, os psicólogos conservam a distinção realista entre causas e condições: “Apenas os estímulos e as respostas são realidades. Os determinantes do comportamento, ou seja, os fenômenos psíquicos são *simples* trações ou relações entre traços e fases do comportamento”. O “behaviorismo intencional” permanece, pois, “materialista” e pretende apenas impor os direitos de uma descrição do comportamento que não o divida em átomos, não o reduza em termos fisiológicos e o tome “na sua unidade e originalidade”. Mas, ou os determinantes que essa descrição introduz admitem equivalentes somáticos, ao passo que a descrição de que falam tem apenas um valor provisório e coisa alguma há para mudar no behaviorismo fisiológico do qual reconhecemos, todavia, a insuficiência; ou esses determinantes são irredutíveis e levam, então, ao finalismo. Assim, não saímos do debate clássico entre “mentalistas” e “materialistas”. (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 197).

Se em nenhum momento do *Structure* é feita qualquer alusão a Skinner, qual a relevância do empenho em relacioná-lo com Merleau-Ponty? A nosso ver, é precisamente na ausência de discussão com Skinner que reside a importância deste trabalho. Na medida em que Merleau-Ponty se dispõe a dialogar com o behaviorismo, que Skinner é um autor behaviorista e que aquele nada disse sobre este, fica em aberto questões sobre o relacionamento teórico entre os autores, por exemplo, se a crítica merleau-pontyana aos outros autores behavioristas atinge Skinner ou sobre quais os tipos de aproximações e distanciamentos pode ser feito acerca da teoria desses dois autores. O presente trabalho emerge como uma maneira de contribuir ao preenchimento dessa lacuna do conhecimento.

Antes de continuar é preciso salientar que na época da publicação de seu primeiro livro, em 1942, haviam outros autores com diferentes sistemas behavioristas, como Skinner, Hull e Kantor. No caso de Skinner, a grosso modo, um marco comum para o início de sua teoria madura, ou seja, de um behaviorismo visivelmente diferente daquele de Watson, foi em 1945, com a publicação do artigo skinneriano “The Operational Analysis of Psychological Terms” (Abib, 1982, p. 93; Carrara, 2005, p. 42, p. 47; Malone & Cruchon, 2001, p. 32; Moxley, 2001, p. 121). Esse marco contextualiza a escolha do *Science* como parte da referência primária: foi o primeiro livro importante de Skinner publicado após mudanças substanciais em sua teoria.

Ainda que se delimitem dois autores dentre aqueles das escolas behaviorista e fenomenológica, que se selecione dois livros específicos dentre as publicações desses autores, que se escolha o tema do comportamento para ser tratado em relação a esses

livros, resta ainda direcionar o rumo de nosso estudo. Merleau-Ponty (1942) inicia uma crítica à noção de comportamento exposta nas ciências fisiológicas e no behaviorismo para propor uma nova noção. Consideramos as críticas merleau-pontyanas ótimas fontes para o exame de um programa de psicologia e, portanto, nosso objetivo é acompanhá-las e aplicá-las ao programa skinneriano. Esperamos que esse exercício levante questionamentos acerca da teoria skinneriana, esclareça sua proposta e estabeleça um diálogo com Merleau-Ponty. Como as referências primárias concebem a primeira filosofia de Merleau-Ponty e a segunda fase do pensamento de Skinner, respectivamente, nossa análise representa melhor tais momentos do pensamento desses autores do que a filosofia ulterior de Merleau-Ponty e o pensamento inicial de Skinner.

A filosofia de Merleau-Ponty permeia a discussão entre racionalismo e empirismo (Bimbenet, 2000, p. 28; Bimbenet, 2010, p. 164; Barbaras, 2011, p. 52; Ferraz, 2006, p. 60; Ferraz, 2009, p. 22; Sombra, 2006, p. 42). Já na introdução de sua primeira obra, fruto de sua tese de doutorado, é esclarecido o contexto teórico de sua crítica. De um lado, uma filosofia de cunho intelectualista que considera a consciência como unidade integradora dos fenômenos naturais e, de outro, uma ciência de cunho empirista que reduz os fenômenos mentais a mecanismos reais, como no caso de Watson, onde o comportamento observado é atribuído a mecanismos reflexos.

Uma nota de rodapé localizada na introdução aponta de maneira sucinta a posição de Merleau-Ponty acerca do behaviorismo de Tilquin. Ela pode ser considerada relevante, pois Merleau-Ponty decidiu incorporá-la pouco antes da impressão oficial do *Structure*, ainda que não tenha tido tempo suficiente para discuti-la em pormenores, e pode ser aproveitada no diálogo com Skinner. Nessa nota, Merleau-Ponty elabora a primeira assertiva acerca do que há de profundo e saudável no behaviorismo ao reproduzir algumas das asserções de Tilquin: (a) o comportamento não está localizado no sistema nervoso central, (b) mas entre o organismo e o ambiente, (c) podendo seu estudo ser realizado independentemente da fisiologia, além disso, (d) ele representa um fluxo de ação projetado pelo organismo ao meio (e) num movimento que dá sentido ao estímulo, (f) incorporando-o ao organismo.

O behaviorismo, nessa perspectiva, estabelece uma noção de comportamento onde o organismo está em constante interação com os meios físico e social e, na opinião de Merleau-Ponty, pode ser considerado um tipo de existência, porém, na medida em que busca explicação apenas na fisiologia ou no mundo físico, isto é, alia-se a um materialismo, realoca o comportamento ao sistema nervoso e contradiz aos seus

próprios fundamentos. Por isso, na opinião de Merleau-Ponty (1942/1967), a noção de comportamento enquanto existência “apenas poderia receber seu estatuto filosófico se o pensamento causal ou mecânico fosse abandonado em benefício de um pensamento dialético” (p. 3).

A nota de rodapé apresenta como ponto forte do behaviorismo a apresentação do comportamento enquanto um tipo de existência, como ponto fraco sua aliança a uma filosofia materialista causal e como solução o vínculo a uma filosofia dialética. Examinar onde Skinner poderia se situar nessa discussão é nossa tarefa no momento. Desde seu livro de 1938, “The Behavior of Organisms”, Skinner assume alguns dos pontos fortes do behaviorismo mencionado por Merleau-Ponty. Os termos (a), (b) e (c) citados acima são discutidos e assumidos abertamente no penúltimo capítulo, que trata do comportamento e o sistema nervoso, embora apareçam desde o primeiro capítulo em críticas contra as explicações neurais do comportamento. No penúltimo capítulo Skinner (1938, p. 418) salienta que o livro fora escrito sem qualquer menção ao sistema nervoso como explicação do comportamento e se ele assim o faz no capítulo em questão é apenas pelo peso da tradição e não porque uma ciência do comportamento deva ser neurológica por natureza. Já a assunção dos termos (d), (e) e (f) não aparecem de forma tão clara ou não aparecem. Em sua definição Skinner (1938) afirma que o “comportamento é aquela parte do funcionamento de um organismo que está engajado em agir sobre ou ter comércio com o mundo exterior” (p. 6), o que a aproxima do item (d), mas se o comportamento dá sentido ao estímulo e é incorporado ao organismo não parece estar evidente.

A assunção dos termos (d), (e) e (f) fica evidente no segundo momento do pensamento skinneriano. O livro “Verbal Behavior”, por exemplo, embora contenha partes projetadas desde antes de 1934 (Skinner, 1957, p. xii), fora publicado em 1957 e sua primeira frase merece atenção. Skinner (1957) afirma que os “homens agem sobre o mundo, modificando-o, e são modificados, em retorno, pelas consequências de suas ações” (p. 1). Ele poderia ter começado afirmando que o mundo age sobre o homem, modificando-o, e este, por sua vez, tem a probabilidade de seu comportamento futuro alterada. Mas não o fez. Como a segunda afirmação seria aceita com igual facilidade pelos behavioristas radicais da atualidade, uma hipótese emergente é que a opção de Skinner sugira não que ele coloque o homem como agente inicial, mas como agente principal de uma dialética infinita entre homem e meio. Se nesse momento Skinner fala de homem e não de organismo é porque seu livro se refere a um comportamento

tipicamente humano, o verbal, mas no que se refere ao comportamento de maneira geral a referida dialética serviria também aos outros seres vivos.

A assunção dos termos (a), (b) e (c) parece se manter também no segundo momento do pensamento skinneriano. Skinner (1950, p. 193) considera que os métodos de estudo da fisiologia, da neurologia ou de ciências análogas são incompatíveis com os métodos de estudo do comportamento. A fisiologia e o comportamento estariam em dimensões diferentes, no sentido de que explicações fisiológicas do comportamento seriam teóricas e carentes de conteúdo descritivo.

O exame que levantamos até agora apenas expõe que o que há de profundo e saudável no behaviorismo discutido por Merleau-Ponty também está presente no behaviorismo skinneriano, mas não discute se o último se vincula a um materialismo causal e pode ser alvo da crítica merleau-pontyana ou se está vinculado a um pensamento dialético e pode ser congruente com a proposta merleau-pontyana. Iniciaremos uma reflexão sobre esse assunto a partir da retomada das críticas e propostas de Merleau-Ponty (1942/1967). O itinerário da tese segue três momentos. No primeiro há uma contextualização da fenomenologia de Merleau-Ponty. No segundo há uma contextualização do behaviorismo de Skinner. O primeiro e o segundo momento exercem duas funções importantes: a) de um ponto de vista metodológico mostra um esforço do autor em se posicionar ora na visão behaviorista, colocando em suspenso os preceitos da fenomenologia, e ora na visão fenomenológica, colocando em suspenso os preceitos do behaviorismo; e b) de um ponto de vista prático dá a oportunidade ao leitor que desconhece uma ou outra abordagem de se aproximar dela. O leitor experiente em uma abordagem poderá focar sua leitura na outra sem prejuízos. Além disso, é importante frisar que os dois primeiros momentos apresentam uma introdução à fenomenologia e ao behaviorismo e a análise das obras se restringiu ao mínimo e necessário para uma apresentação inicial. Ver-se-á, portanto, que apenas os três primeiros capítulos de Merleau-Ponty (1942/1967) e as três primeiras seções de Skinner (1953) foram apresentadas. No terceiro momento há o diálogo entre os autores fundamentado na análise de suas obras e da literatura pertinente.

1 SITUANDO A FENOMENOLOGIA DE MERLEAU-PONTY

O termo “fenomenologia” é usado pelo menos desde 1764, com a publicação da obra de Lambert intitulada “Novo Órganon” (Dartigues, 1992, p. 2). O termo aparece também de forma muito importante tanto nas obras de Kant, onde o fenômeno aparece como uma forma legítima de conhecimento em contraposição ao númeno, que seria o objeto-em-si, independente das formas a priori da razão e da intuição, quanto naquelas de Hegel onde, com a obra “Fenomenologia do Espírito”, o termo entra com vigor na filosofia de forma precedente ao seu uso corrente na atualidade. Apesar da menção do termo nesses autores é com Husserl que ele adquire o significado com o qual o tratamos aqui, o qual será simpático ao existencialismo e às obras de Merleau-Ponty: a fenomenologia como indissociabilidade entre o sentido do ser e o fenômeno.

Merleau-Ponty teve uma vida como filósofo e acadêmico profissional bastante ativa desde o término da graduação em 1930 até sua morte em 1961. Esse período foi marcado por uma frutífera produção acadêmica. Seus dois primeiros livros, *Structure*, publicado em 1942, e “Phénoménologie de la perception”, publicado em 1945, foram importantes marcos na história da fenomenologia, estabelecendo-o definitivamente como um fenomenólogo.

Esses dois primeiros livros lidam com temas semelhantes, o que muitas vezes gera predileções e polêmicas acerca da necessidade de um sobre o outro (Bernet, 2008, p. 27; Macann, 1993, p. 159). Peñaranda (2007, p. 192), por exemplo, considera um grande erro a posição de Geraets (1971), que defende que os conhecimentos de fenomenologia de Merleau-Ponty eram irrelevantes e acidentais em relação ao *Structure* e que, portanto, apenas iniciou uma fenomenologia a partir do segundo livro. Peñaranda (2007) se esforça para mostrar que no período de escrita do primeiro livro de Merleau-Ponty, este já havia estudado e compartilhado experiências pessoais com importantes nomes da fenomenologia.

O segundo livro, “Phénoménologie de la perception”, parece salvaguardar uma preferência entre os estudiosos da área, o que pode ser observado tanto na maior quantidade de obras que tratam do segundo livro como tema principal, quanto na sutileza dos comentários dos autores. Por exemplo, na comparação entre as duas primeiras obras de Merleau-Ponty, Priest (1998, p.3) afirma que a primeira não integrou completamente as lições de Husserl, enquanto a segunda atingiu essa meta e Marshall (2008) escreve que embora “ambas olhem para a mesma ‘realidade’, o

“Phénoménologie de la Perception” vai muito além de qualquer coisa já imaginada no primeiro trabalho” (p. 17).

Independentemente de quaisquer predileções as diferentes características entre os dois primeiros livros podem servir de indicativo de suas peculiaridades e complementaridades. Uma diferença importante é apresentada no comentário de Alphonse de Waelhens, presente a partir da segunda edição do primeiro livro. Enquanto que o segundo livro se estabelece ao nível da experiência natural e ingênua, o primeiro livro se estabelece ao nível da experiência científica (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. xiii).

Outras duas diferenças importantes são apontadas por Macann (1993). A primeira consiste no trato com a psicologia. Enquanto que o primeiro livro elabora uma extensiva crítica da reflexologia e da psicologia da Gestalt que culmina no exame da relação entre mente e corpo do quarto capítulo, o segundo livro parte desse exame para superar essa dualidade “em favor de um mais primário conceito de corpo individual ou corpo próprio” (p. 160). A segunda consiste no reconhecimento de que o primeiro livro seria antes de tudo uma teoria do organismo humano e apenas secundariamente uma teoria da percepção, enquanto que o segundo livro seria primeiramente uma teoria da percepção e secundariamente uma teoria do organismo humano.

Rudolf Bernet em seu artigo intitulado “La conscience dans la perspective d’un transcendantalisme structuraliste”, publicado em 2008, também reconhece diferenças entre as obras e defende que o primeiro livro lida com questões que o segundo livro não se propõe a lidar. Como exemplo, Bernet (2008) cita a questão da relação de “uma filosofia da consciência a uma fenomenologia da existência ou, ainda, aquela de uma análise do comportamento dos organismos sob a dupla perspectiva de uma abordagem simultaneamente exterior e interior, isto é, em terceira e primeira pessoa” (p. 27). Assim, é possível considerar que apesar das similaridades entre os dois primeiros livros de Merleau-Ponty, eles apresentam particularidades que possibilitam resultados interpretativos variados e aceitam debates diferentes, sendo, em algum grau, complementares.

O período de 1946 a 1952 representa um momento de grande ativismo social para Merleau-Ponty. Em colaboração com Jean Sartre e Simone de Beauvoir fundou o jornal “Les temps modernes”, onde foram publicados vários artigos merleau-pontyanos que ajudaram a compor três de seus livros: “Sens et non-sens”, “Signes”, e “Parcours”. Em 1947 foi publicado o livro “Humanisme et Terreur: essai sur le problème

communiste” que trata principalmente dos problemas políticos da época e causou polêmica tanto entre os políticos de direita, quanto de esquerda. Além do marcante tema político, esses livros apresentaram variados temas, como artes e estética.

Merleau-Ponty participou da difusão cultural francesa em programação de rádio, sendo que as comunicações realizadas nessa atividade possibilitaram a publicação de “Causeries”, em 1948, que trata da complexidade perceptiva revelada pelos sentidos e pela vivência. Lecionou sobre psicologia e educação infantil de 1949 a 1952 na Sorbonne. Durante a execução dessa função proferiu cursos que vieram a compor o “Merleau-Ponty à la Sorbonne: résumé de cours – 1949-1952”, que consiste principalmente de uma fenomenologia da infância.

Em 1952 ele assumiu a cadeira de filosofia do Collège de France e permaneceu nela até sua morte em 1961. Esse último período de sua atuação foi marcado pelo academicismo, isto é, pelo reaprofundamento na filosofia e reavaliação de suas obras anteriores, porém, continuou politicamente ativo. Nesse período ele se afastou de Sartre e do “Les temps modernes”, mas continuou publicando no “L’Express”. Em 1953 foi publicado sua aula inaugural no Collège de France, “Eloge de la philosophie”, que trata de mostrar uma visão de filósofo e filosofia. Em 1955 foi publicado o livro “Les aventures de la dialectique”, que manifesta o desagrado com a esquerda francesa e com Sartre, e que, ao lado do “Humanisme et Terreur”, apresenta profundas discussões políticas com o marxismo francês da época (Merleau-Ponty, 1955/1973, p. ix).

Vários livros foram publicados após sua morte. Alguns deles são: o “Existence et dialectique”, publicado em 1971; o “Le primat de la perception et ses conséquences philosophiques”; o “La nature: notes, cours du Collège de France”, publicado em 1968; o “Le prose du monde”, um projeto sob o tema da linguagem com suspeitas de ter sido abandonado (Marshall, 2008, p. 21; Merleau-Ponty, 1969/1973, p. xi) e, portanto, foi publicado incompleto em 1969; e o “Le visible et le invisible”, também incompleto publicado em 1964, que marcou o aprofundamento ontológico de suas primeiras obras.

1.1 *Reconstrução do La Structure du Comportement*

O *Structure* é uma das obras de peso de Merleau-Ponty. O objetivo explícito já no primeiro parágrafo da introdução do *Structure* pode ser interpretado como uma antecipação de um tema que atravessará toda a obra: “Nosso objetivo é compreender as relações entre a consciência e a natureza – orgânica, psicológica ou mesmo social” (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 1). A “consciência” é um termo cuja definição é construída no decorrer da obra, mas a noção de natureza da qual partem as análises está exposta desde o início e se trata de considerá-la como uma “multiplicidade de eventos, exteriores uns aos outros, ligados por relações de causalidade” (p. 1).

Essa noção de natureza não constitui a proposta de Merleau-Ponty, mas ele dela se serve como ponto de partida de sua análise. Ela facilita o exame das posições idealistas e realistas, no plano ontológico, e intelectualistas e empiristas, no plano epistemológico, como teorias tradicionais em voga no contexto francês na época da escrita do *Structure*, e o desenvolvimento da posição estrutural, que servirá de base para a teoria proposta ou alternativa às tradicionais. No caso da Psicologia, as práticas tradicionais em voga no início do século XX transitavam entre um materialismo, que fazia do fenômeno psíquico uma parte do mundo real, e um espiritualismo, que estabelecia a consciência como causa ou coisa distinta do mundo real ou natural. No caso da psicanálise, por exemplo, o uso de metáforas energéticas para explicação do comportamento, onde do inconsciente surgiriam forças que seriam as causas das atitudes de uma pessoa é um traço da atitude materialista.

Essas teses tradicionais, tomadas de forma sucinta, representam a dualidade filosófica com a qual Merleau-Ponty lida: uma filosofia idealista que coloca o mundo objetivo, real ou natural como resultado de uma consciência; e um discurso científico que trata a consciência como objeto real ou natural. Uma das principais críticas trazidas pelo *Structure* é que enquanto as práticas humanas, como a filosofia, a psicologia, a biologia ou as ciências e saberes de forma geral, permanecerem optando por um ou outro lado dessa dualidade decorrerá que as análises, exames ou estudos da relação entre a consciência e a natureza permanecerão problemáticas, pois não conseguem integrar a totalidade do fenômeno percebido. A proposta do livro está, então, na apresentação de uma opção que escape dessa dualidade e possibilite um nível de análise diferenciado.

Para dar início ao desenvolvimento dessa proposta Merleau-Ponty (1942/1967) enceta um discurso sobre o tema do comportamento. A escolha desse tema cumpre pelo

menos duas funções importantes dentro da obra. A primeira função consiste em abrir espaço para uma nova definição do termo “comportamento”. Apesar de que, na época da escrita da *Structure*, o uso desse termo estivesse sendo recorrente em outros campos do conhecimento, como no behaviorismo que estava institucionalizando-o como um termo técnico, seu uso ainda era novo ou incipiente dentro das humanidades de forma geral, o que o tornaria mais flexível a novas definições. Além disso, o termo pareceu um instrumento útil para facilitar uma redefinição da dualidade, recorrentemente trabalhada por Merleau-Ponty (1942/1967), representada pelo psíquico e fisiológico.

A segunda função consiste na facilitação do diálogo com as psicologias da época. Ao assumir o comportamento como tema de estudo, mesmo que inicialmente nos moldes das psicologias tradicionais, Merleau-Ponty (1942/1967) realiza uma estratégia metodológica que se mostra duplamente frutífera: a) permite descrever o que os estudiosos das áreas do saber fizeram – seus procedimentos, resultados e interpretações; e b) possibilita o exame e a reformulação do conceito de comportamento tradicional, direcionando a análise para a nova proposta de comportamento. Trata-se, então, de uma postura genuinamente filosófica: entender ou compreender um discurso, examiná-lo ou criticá-lo e propor alternativas.

Essa estratégia metodológica está de acordo com o que Bimbenet (2004) chama de “ponto de vista do espectador estrangeiro” (p. 36). Nesse ponto de vista a análise se dá como se fosse externa ao objeto estudado, como se o objeto fosse um cenário ou tabuleiro ao qual um examinador olhasse de cima, onde a consciência se faz coisa ou objeto. Segundo Bimbenet (2000) é por isso que a *Structure* “não cessa de desdobrar seu discurso: ‘o método do espectador estrangeiro’, com sua exigência de neutralidade descritiva é inseparável ao mesmo tempo de um trabalho crítico dedicado a ultrapassar o pensamento causal em direção a um ponto de vista transcendental” (p. 26).

Ao discurso dessa estratégia metodológica Giles (1979) acrescenta que a *Structure* posiciona sua análise ao nível da experiência científica e não da experiência natural, onde o comportamento se mostra intencional. Esse posicionamento seria uma tentativa de mostrar que o conjunto dos dados ou resultados obtidos pela investigação científica do comportamento “é incompreensível dentro das perspectivas ontológicas que a ciência adota espontaneamente” (Giles, 1979, p. 76).

Esse posicionamento é observado já no final da introdução da *Structure*, onde Merleau-Ponty cita Watson e antecipa os problemas com os quais lidará nos dois primeiros capítulos, seguido dos demais capítulos onde a sua proposta aparece com

mais veemência. De forma geral, o primeiro capítulo mostra algumas dificuldades de se sustentar a redução do comportamento à fisiologia e a uma soma de reflexos, mesmo dentro do escopo da própria teoria do reflexo. O segundo capítulo mostra tais dificuldades em relação à psicologia dos comportamentos superiores, com o apoio da teoria da Gestalt. Esses dois primeiros capítulos formam os preparativos para a apresentação da proposta que aparece com intensidade no terceiro e no quarto capítulo: comportamento como uma estrutura.

1.1.1 Capítulo I – O comportamento reflexo

Iniciaremos a partir de agora uma reconstrução dos capítulos da *Structure*, salientando alguns dos principais problemas. O primeiro capítulo é constituído por quatro momentos: uma apresentação e três partes. A apresentação trata do comportamento reflexo e suas teses imbricadas. Como pano de fundo do comportamento reflexo aparece diretamente a ciência, o estudo científico do comportamento, o empirismo e a teoria clássica ou pavloviana do reflexo. Indiretamente há referência às teses tradicionais da introdução, como o atomismo e o mecanicismo. A ciência impõe que não se estude a intuição ou a consciência, mas a realidade que as causa. Essa característica científica aparece também no estudo do comportamento, que negligencia a consciência em favor dos reflexos orgânicos, que já estão lá preparados para reagir. O organismo, assim, apenas reagiria e não executaria ações.

Dentre os tópicos da apresentação, um que nos chama atenção é a utilização de uma situação hipotética do reflexo de fixação ocular, na qual alguém está em um quarto escuro olhando para um ponto luminoso em movimento, como exemplo para explicar a visão científica da situação. A discussão sobre esse exemplo é pertinente como sintetizadora da visão merleau-pontyana sobre ciência, especificamente a do comportamento. Nesse exemplo Merleau-Ponty diferencia, no estudo do comportamento, a perspectiva científica criticada de sua perspectiva fenomenológica. A perspectiva fenomenológica se aterá aos dados imediatos da consciência, permitindo entender a luz não como um agente causador do olhar, mas como um estímulo cujo organismo atribui um valor de observação. O fenômeno de olhar a luz possui, nessa perspectiva, um valor intencional.

A perspectiva científica excluiria de sua análise a intenção do sujeito que olha, atribuindo à luz um caráter de realidade independente quantitativa: uma frequência de

onda é recebida pelo complexo ocular que, num encadeamento de reflexos, informaria alguma região cerebral cuja função seria a de perceber ou interpretar a luz. Esse processo, visto como uma linearidade causal, teria a luz como causa ou estímulo inicial e poderia ser decomposto em mais detalhes reais, processos parciais ou elementos anatómicos diferentes no organismo, sendo este último considerado como um sistema montado pela natureza preparado para receber e intermediar passivamente o estímulo.

Na perspectiva científica o organismo é considerado um aglomerado de partes – externas entre si, isto é, suas funções são impermeáveis umas às outras, sendo que seu relacionamento se dá apenas por relações de causalidade – moleculares, celulares, anatómicas, fisiológicas, biológicas e físicas de forma geral, pré-moldado pela natureza e passivo em relação ao mundo externo à pele. A análise científica teria a função de descobrir as relações causais entre essas partes, sendo um estímulo específico no contexto antecedente considerado como causa, contudo, tais partes, consideradas como agentes físicos, “não podem impressionar o organismo por suas propriedades de *forma*, tais quais o movimento, ritmo, distribuição espacial” (p. 6). Apenas por propriedades pontuais que os excitantes poderiam agir, de modo que a ciência comportamental ao considerar apenas o estímulo isolado e não a forma, o contexto ou a condição na qual o comportamento ocorreu seria reconduzida à teoria clássica do reflexo. Merleau-Ponty (1942/1967) resume a teoria tradicional do reflexo da seguinte maneira:

Se a ordem no reflexo – isto é, a adaptação da resposta ao estímulo e a coordenação dos movimentos parciais no gesto total - é garantida pelas conexões preestabelecidas da superfície sensível até os músculos efetores, a concepção clássica coloca ao primeiro plano as considerações de topografia; o lugar da excitação deve decidir o da reação; o estímulo deve agir por aquelas de suas propriedades que podem modificar os elementos anatómicos tomados um a um; o circuito nervoso deve estar isolado, pois, se ele não é guiado dessa maneira o reflexo não saberia ser adaptado ao estímulo, como em efeito o é (p. 8).

Em suma, para Merleau-Ponty (1942/1967):

A teoria clássica do reflexo e os métodos de análise real e de explicação causal, dos quais ela é apenas uma aplicação, parecem os únicos capazes de constituir uma representação científica e objetiva do comportamento. O objeto da ciência se define pela exterioridade mútua de partes ou de processos (p. 7-8).

Aparece, assim, no exemplo da pessoa que olha a luz no quarto escuro uma das primeiras críticas de Merleau-Ponty a um tipo de perspectiva científica: a teoria clássica

o reflexo e os métodos de análise real. Se essa perspectiva encerra as possibilidades de prática científica, fazendo de toda empreitada científica um exercício antagônico à fenomenologia merleau-pontyana, é uma questão que pode ser deixada para mais tarde. Por enquanto, é preciso salientar que há um esforço de Merleau-Ponty em mostrar, pela análise da fisiologia, a obsolescência desse tipo de perspectiva científica.

A primeira parte é dividida em quatro tópicos. O primeiro, intitulado “O ‘estímulo’”, propõe-se a analisar a relação entre o estímulo e o organismo. Pelo menos três conceitos importantes aparecem nesse tópico: estímulo, organismo e antropomorfismo. Em relação ao estímulo, pode-se reparar que o termo é colocado entre aspas no título, o que parece sugerir uma variedade de interpretações possíveis, sua fragilidade se tomado na concepção tradicional do reflexo e sua possibilidade de revisão. De fato, Merleau-Ponty (1942/1967) se aproveita da descrição dele feita pela fisiologia clássica para redefini-lo: o estímulo age “menos pelas suas propriedades elementares do que pela sua distribuição espacial, seu ritmo ou o ritmo de suas intensidades. Geralmente, acontece com frequência que o efeito de um estímulo complexo não seja previsível a partir dos elementos que o compõe” (p. 8-9).

Essa citação apresenta duas características do estímulo. Na primeira o estímulo deixa de ter um caráter estático e passa a ter um caráter dinâmico: permeado pela temporalidade, dependente da história, do espaço ocupado, da intensidade. Há, nesse caso, uma abertura para a análise do estímulo como forma. Na segunda a mera visão ou descrição de um estímulo não é condição suficiente para inferir precisamente seus efeitos. Trata-se de exaltar a importância de um método fenomenológico ou um modelo indutivo de análise.

Ao trabalhar a noção de organismo Merleau-Ponty (1942/1967) se vale de duas metáforas: uma que indica a tese tradicional criticada e outra que se aproxima de sua proposta. Na primeira compara um organismo a um piano e os dedos do pianista aos estímulos do meio: na medida em que os estímulos tocam o organismo, ele responde precisamente, ponto a ponto e passivamente, de acordo com o efeito esperado. Tal é o organismo da ciência. Na segunda o organismo é comparado a um telefone automático: por mais que receba estimulação externa, ele elabora por si mesmo uma estimulação interna, fazendo com que a estimulação externa tenha efeitos variáveis a depender do contexto das ações anteriores e posteriores. Assim, na metáfora de Merleau-Ponty tanto no telefone automático, quanto no organismo, o excitante, entendido como aquilo que coloca em movimento o aparelho e determina a natureza de suas respostas, “não é uma

soma de estímulos parciais, já que uma soma é indiferente à ordem de seus fatores, mas uma constelação, uma ordem, um conjunto, que dá seu sentido momentâneo a cada uma das excitações locais” (p. 12).

É na metáfora do telefone automático que Merleau-Ponty salienta a noção de forma em sua relação com o agente da ação: o organismo não pode ser tomado como um ser passivo às influências externas pelo fato de que contribui para formá-las. Merleau-Ponty expõe a necessidade de rever as proposições tradicionais que reduzem o organismo a partes, como a concepção anatômica do reflexo. No âmbito da teoria tradicional do reflexo, ele discute o antropomorfismo que é por ela gerado: suposição da existência de receptores anatômicos elementares a cada estímulo do meio ou resposta do organismo. Na concepção antropomórfica se toma a suposição ou as entidades teóricas como realidades a ser encontradas e não como construções humanas. Perde-se, com o antropomorfismo, o organismo e os excitantes como totalidade, forma, ordem e conjunto.

Em comparação com a metáfora do pianista, a metáfora do telefone automático pode ser considerada mais próxima da proposta de Merleau-Ponty, porém ainda não a representa bem. Nela ainda é possível visualizar duas características: (a) uma entidade controladora das respostas do telefone, assim como o sistema nervoso central poderia ser uma entidade monopolizadora do controle dos movimentos, e (b) uma programação invariável e pré-configurada para as respostas do telefone, assim como mecanismos reflexos no interior do organismo. O exame dessas duas características, nomeadas de concepção hierárquica e mecanicismo, respectivamente, no contexto do circuito reflexo, delineia o arcabouço argumentativo para a proposta merleau-pontyana de organismo enquanto uma totalidade funcional.

Os reflexos de flexão e extensão dos dedos fornecem um exemplo dessas características. De maneira geral, ao se realizar uma excitação na planta do pé, é possível observar um movimento de flexão dos dedos, porém, em caso de alteração nas vias piramidais, é possível observar o movimento inverso, o de extensão dos dedos. A teoria tradicional do reflexo assume a existência de um mecanismo ou circuito reflexo, exemplificado pelas vias piramidais, responsável pela coordenação e inibição de uma série de dispositivos que culminam na alteração do reflexo plantar.

A posição de Merleau-Ponty não nega a alteração do comportamento visível após uma alteração no sistema nervoso central, ao contrário, ela afirma que é exatamente essa alteração descrita que o método fenomenológico deve assumir e que a

assunção de mecanismos ou dispositivos internos é um acréscimo hipotético ou uma construção humana e não os dados dos quais a análise deve partir. Trata-se não de negar a importância dos métodos hipotético-dedutivos, a partir dos quais, de maneira geral, parte-se das hipóteses para deduzir as decorrências, mas de salientar a importância dos fenômenos descritos para entender a atividade nervosa. O que se observa e se descreve é um organismo que modifica várias ações caso uma de suas partes seja modificada ou, mesmo que tenha várias partes modificadas, mantém suas ações. É por isso que Merleau-Ponty (1942/1967) afirma que antes de quaisquer interpretações sistemáticas “a descrição dos *atos conhecidos* mostra que o destino de uma excitação é determinado por sua relação com o conjunto do estado orgânico e com as excitações simultâneas ou precedentes, e que entre o organismo e seu meio as relações não são de causalidade linear, mas de causalidade circular” (p. 13).

A concepção anatômica do reflexo, que contrapõe os fatos conhecidos, é discutida com mais detalhes no segundo tópico, intitulado “o lugar do excitante”. Na posição tradicional está a defesa de que para cada estímulo ou receptor há um correspondente anatômico, todavia, Merleau-Ponty aponta que, na própria observação da posição tradicional, um mesmo estímulo em um receptor pode gerar respostas diferentes. Para a elaboração de uma tese alternativa Merleau-Ponty se utiliza da própria descrição tradicional para mostrar que os estímulos atuam no organismo como um todo, ficando difícil reconhecer se existem receptores específicos anatomicamente preparados para efetores específicos, então, é mais viável considerar que há relações qualitativas entre um estímulo e o sistema nervoso que transcendem a correspondência ponto a ponto entre estímulo, receptor e efector.

Como essa interpretação da observação contradiz a teoria tradicional do reflexo, esta se vê obrigada a elaborar hipóteses auxiliares que, inclusas em seu corpo teórico, salvam-na da “falsificação”. Embora o processo de elaboração de hipóteses alternativas seja considerado por alguns filósofos como um fato histórico e necessário para as ciências (Feyerabend, 1975/1993, p.14), o resultado desse processo nas teorias tradicionais do reflexo e do comportamento que dela se aproveitam é um conjunto de postulados verificáveis ou não verificados, que tomam suas entidades como possíveis ou reais ontologicamente. O problema não é considerar a possibilidade da existência das entidades teóricas, mas a atitude natural que não apenas as pressupõe no mundo, mas

busca-as enfaticamente nas práticas científicas, muitas vezes negligenciando um exame pormenorizado dos resultados⁵.

A análise da teoria tradicional do reflexo, da concepção anatômica e das hipóteses auxiliares é ampliada no terceiro tópico, que discursa sobre o circuito reflexo, concebido tradicionalmente como um processo de condução isolado que vai da excitação à reação. A análise de Merleau-Ponty tem como ponto de partida a descrição de circuitos reflexos realizada pela própria fisiologia de sua época, por exemplo, a mudança do reflexo plantar frente à lesão das vias piramidais. A partir dessa descrição Merleau-Ponty aponta duas interpretações: a tradicional, que culmina na concepção hierárquica do reflexo, cuja análise é o ponto principal do terceiro tópico; e a alternativa, que culmina na alteração qualitativa da forma do reflexo, cuja exposição nos interessa em particular.

A teoria tradicional do reflexo pressupõe que todos os circuitos reflexos necessários ao movimento do organismo estão nele presentes, assim, é razoável entender porque ela se pergunte, por exemplo, sobre o que acontece com o reflexo de extensão quando o reflexo de flexão está sendo observado. Para responder a esse tipo de pergunta, sem precisar modificar fundamentalmente o conceito de reflexo e seu corpo teórico, a teoria tradicional do reflexo elaborou e incorporou hipóteses auxiliares como a capacidade de inibição realizada pelo cérebro ou qualquer outra parte do organismo, como sistema nervoso central. Têm-se, então, um organismo normal, previamente preparado para responder e cujas respostas não ocorrem devido a um poder inibitório no cérebro.

Indiretamente a tese do mecanicismo também aparece aqui. O corpo seria um conjunto de peças mecânicas, marcado pela passividade de suas reações frente às exigências do estímulo. A estimulação seria processada por um cérebro que comanda e coordena, que inibe ou permite, as ações do resto do corpo. Essa concepção hierárquica de corpo, onde há um sistema superior comandando o resto do corpo, exprime a tese dualista ou cartesiana que subjaz à teoria tradicional do reflexo.

Essa concepção hierárquica é alvo da crítica de Merleau-Ponty (1942/1967) que busca mostrar que a explicação que a teoria tradicional do reflexo dá ao o

⁵ Skinner apresenta uma crítica semelhante, quando diz que buscar causas fictícias tende a negligenciar as variáveis dependentes, o contexto do comportamento e o processo de sua gênese. Tais causas fictícias podem ser tanto interiores ou exteriores ao organismo, o critério é metodológico: tais causas não são acessíveis em princípio pelos métodos de investigação, isto é, não podem ser descritos em hipótese alguma.

comportamento reflexo é uma construção. Por “construção” Merleau-Ponty (1942/1967) dá a entender que é o homem que coloca na teoria aquilo que ele mesmo preconcebeu e, conseqüentemente, que a teoria não é uma representação necessária da realidade. Aparece aqui, embora Merleau-Ponty não mencione nesse momento, um aspecto antropomórfico da teoria tradicional.

Essa crítica abre espaço para uma reinterpretação do fenômeno da mudança do reflexo frente à lesão das vias piramidais. Nessa reinterpretação a relação entre o estímulo excitante, o reflexo e a reação adquirem propriedade formal ou estrutural. Segundo Merleau-Ponty (1942/1967),

Se nos atermos a descrever os efeitos da doença, seria necessário dizer que ela porta uma mudança de forma do reflexo. O aspecto e a estrutura da resposta se modificam segundo o que a totalidade do sistema nervoso ou somente uma parte dele a eles contribua. É justamente essa alteração qualitativa do comportamento que a teoria clássica do reflexo considera como aparência (p. 18).

Nessa proposta, a concepção hierárquica é abandonada em prol de novas interpretações sobre os fenômenos. O organismo doente deixa de ser um organismo saudável deficiente, para ser uma nova configuração estrutural. As localizações nervosas deixam de corresponder a comportamentos ou circuitos reflexos específicos e passam a atuar de forma conjunta com o resto do corpo, formando uma estrutura integrada. A proposta de interpretação do comportamento como estrutura aparece com mais força a cada momento da obra e o quarto tópico, que analisa a reação, integra e conclui os quatro tópicos. Assim como nos tópicos anteriores, o quarto tópico também se utiliza dos exemplos da fisiologia, desta vez para sustentar que mesmo que existam estímulos e receptores eles não são suficientes para explicar a reação do organismo.

A teoria tradicional supõe uma entelúquia responsável por essas reações, porém Merleau-Ponty assume que um fator que mediasse tais reações deveria exercer uma série de ações intelectuais, como calcular a posição do braço, antes de realizar a ação final e descreve que podemos realizar tais ações sem saber que a estamos realizando. Defende, assim, que há um fator generalista no organismo que, ao invés de representar circuito reflexos para serem usados posteriormente, representam que uma ação realizada pode se generalizar para outros grupos musculares.

Têm-se então uma fusão entre o reflexo, o receptor e o estímulo de forma que fica nebulosa a origem da reação ou o lugar da excitação. A proposta de Merleau-Ponty (1942/1967) para lidar com o problema da origem da reação é considerar que “o

estímulo adequado não pode ser definido em si e independentemente do organismo; ele não é uma realidade física, mas uma realidade fisiológica ou biológica” (p. 31). Frente a esse problema, a noção de estímulo se refere à atividade na qual o organismo se apropria das excitações dispersas localmente e temporalmente em seus receptores e dá uma “existência corporal a esses seres de razão que são o ritmo, a figura, as relações de intensidade, numa frase, a forma de conjunto dos estímulos locais. Não decisivas as excitações pontuais, também não será o *lugar da excitação*” (p. 31).

Poder-se-ia tentar manter a teoria tradicional em consonância com esse problema apenas se a regulação nervosa fosse localizada em dispositivos comparáveis ao arco-reflexo, mas segundo Merleau-Ponty (1942/1967) ela não parece ser ligada à atividade cerebral, nem a mecanismo de associação e disjunção, pois “as inibições e os dispositivos de controle que se superpõem aos arcos reflexos simples são eles próprios concebidos a partir do modelo do arco reflexo” (p. 44), que é o modelo a ser explicado. Assim, resta às instâncias superiores supostamente controladoras do reflexo a necessidade de serem elas mesmas explicadas.

Isso significa que qualquer parte do corpo, sejam os genes, o cérebro, o sistema nervoso central, tomada isoladamente não é capaz de explicar a conduta, pois todas as partes dependem do funcionamento conjunto. Dessa interpretação surge um problema metodológico relevante, que pode ser chamado de “problema da ordem”: se as partes dependem umas das outras, como estudar ou estabelecer alguma ordem na coerência da adaptação da reação ao estímulo? Para esse problema Merleau-Ponty (1942/1967), no início do quarto tópico, dá apenas uma solução vaga: é preciso introduzir “no funcionamento nervoso um princípio que *constitui* a ordem ao invés de se submeter a ela” (p. 33).

Uma solução mais precisa é dada na segunda parte do primeiro capítulo, que trata da interpretação do reflexo pela teoria da Gestalt, onde é feito um esforço em mostrar que os mecanismos ou partes do corpo pré-existentes da anatomia e da fisiologia não podem ser as causas do comportamento ou não são suficientes para explicá-lo. Na teoria tradicional do reflexo a função é resultado das partes do corpo já existentes, como um órgão, contudo, no exemplo sobre o reflexo de fixação ocular há a descrição de situações nas quais uma mesma função é observada na presença de partes pré-existentes diferentes e do mesmo local da excitação, ou seja, segundo Merleau-Ponty (1942/1967) nada “obriga a conservar aqui a hipótese das conexões

preestabelecidas nem a tratar as impressões retinianas e as estimulações proprioceptivas como componentes realmente distintos da excitação total.” (p. 35).

Aqui Merleau-Ponty parece se referir à forma: não importa ao conhecimento do comportamento os processos intermediários, como conexões neurais ou cognição tomados isoladamente como causas, mas a forma ou estrutura como unidade. Nessa perspectiva ele propõe que o sentido do reflexo seja independente das estruturas intermediárias. Em sua proposta o que ocorre no corpo é variável o suficiente para que não possa ser precisado, sem, contudo, prejudicar a descrição do fenômeno. As estruturas anatômicas inatas deveriam ser vistas com quatro características: 1) condições topográficas do desenvolvimento funcional em sua origem; 2) modificáveis pelo seu próprio funcionamento; 3) comparáveis ao eletrodo que comanda e é alterado pelo fenômeno de eletrólise; 4) e a anatomia como um recorte no devir da fisiologia. (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 38).

Nesse momento ele nos dá uma das primeiras respostas – alternativas fenomenológicas – ao problema da ordem: em uma determinada situação os processos nervosos buscam o restabelecimento de estados de equilíbrio privilegiados, que vem a ser o valor objetivo do organismo e dá a possibilidade de classificação e comparação de comportamentos ordenados ou desordenados, fora ou dentro dos padrões.

Há entre o mecanismo e a inteligência um sentido de reorganização, de atuação, de comportamento que o mecanicismo e o racionalismo não conseguem lidar. Tanto nossas reações menos conscientes quanto as mais conscientes não são isoláveis do conjunto da qual pertencem. O reflexo das concepções clássicas não representa a normalidade, mas a anormalidade, pois ele é analisado isolado de seu conjunto, sendo que tal isolamento não é encontrado naturalmente.

Um ponto digno de nota é que Merleau-Ponty (1942/1967) considera que os conteúdos intermediários postulados na teoria tradicional do reflexo, como os fatores inibitórios, são uma ilusão antropomórfica, ou seja, um acréscimo humano ou racional gratuito aos dados descritos ou observados. Nesse sentido, Merleau-Ponty (1942/1967) afirma que “o objeto da biologia é de compreender o que faz de um ser vivo um ser vivo, isto é, não – segundo o postulado realista comum ao mecanicismo e ao vitalismo – a superposição de reflexos elementares ou a intervenção de uma ‘força vital’, mas uma estrutura indecomponível dos comportamentos”⁶ (p. 48).

⁶ Essa afirmação de Merleau-Ponty parece ser antes sua proposta fenomenológica para a biologia do que de fato o objeto da biologia. Se considerarmos a teoria de Kuhn (1966/1962) sobre as ciências podemos

A proposta de Merleau-Ponty mostra uma ênfase no afastamento de uma concepção tradicional, que postula um mecanismo por detrás dos dados e o procura via hipóteses e experimentação, e reforça a introdução da categoria de forma. Segundo Merleau-Ponty (1942/1967) se pode dizer “que existe forma sempre que as propriedades de um sistema se modificam por toda mudança ocorrida em uma só de suas partes e se conservam, ao contrário, quando todas elas se modificam e conservam entre elas a mesma relação” (p. 50).

Seria necessária a introdução dessa categoria? Não seria essa categoria mais um “remendo” na teoria tradicional? A categoria de forma não parece tentar salvaguardar algum tipo de concepção tradicional, de fato, ela aparece como uma alternativa na compreensão dos fenômenos nervosos ou dos comportamentais. Na concepção tradicional os problemas acerca da ordem ou causalidade são considerados legítimos, mas na concepção de forma tais problemas são considerados antropomórficos, pois introduzem no experimento uma categoria ou concepção tardia de mundo, o objetivismo da física, e assim perdem o sentido do fenômeno, que a noção de forma apreende. Se os processos do organismo acontecem, se o comportamento acontece, não é necessário supor que aconteçam tal como na ordem física, basta reconhecer que as condições necessárias para que aconteçam lá estão presentes. A noção de forma representa essa totalidade de condições que, ao serem descritas, podem servir como um tipo de explicação do comportamento que renuncia o realismo finalista, mecanicista e causal.

1.1.2 Capítulo II – Os comportamentos superiores

Merleau-Ponty expande a análise feita no primeiro capítulo sobre a teoria tradicional do reflexo, mostrando que o método fisiológico se refere ao comportamento, e antecipa a análise dos comportamentos superiores. É importante ressaltar que ele analisa os comportamentos superiores tais como a teoria tradicional do reflexo os concebe, ou seja, como mecanismos reflexos. Tal análise é constituída de três partes: 1) A reflexologia de Pavlov e seus postulados; 2) O “setor central” do comportamento e o problema das localizações; e 3) As estruturas do comportamento. Na primeira parte há

levantar a questão da possibilidade da biologia não estar interessada no uso do conceito de forma e estrutura para realizar suas atividades. O estudo do reflexo, enquanto uma prática corrente na biologia, pode ser um de seus paradigmas, entendido principalmente enquanto exemplares.

uma crítica à teoria de Pavlov. A questão à qual Pavlov se envolveu foi a de saber como um organismo, por meio de sua fisiologia, pode se relacionar com seu meio. Segundo a teoria de Pavlov na adaptação do organismo ao seu meio não bastam os reflexos congênitos, mas há a necessidade de estímulos do ambiente sinalizarem aos agentes condicionadores dos reflexos congênitos. Um dos problemas levantados por Merleau-Ponty (1942/1967) sobre essa concepção é de que a “essência da atividade nervosa permanece a mesma: é um processo decomponível em partes reais” (p. 55).

Enquanto partes reais, a teoria de Pavlov concebe um organismo composto por mecanismos que se interferem e, a partir dessa concepção, levanta a hipótese de que um determinado mecanismo pode inibir ou acionar outro. O problema é que essa hipótese só é possível ao se creditar tal concepção de organismo como real ou verdadeira, mas essa concepção carece dos mesmos conteúdos empíricos ou fundamentos experimentais que a hipótese, ou seja, a concepção de organismo composto por partes que se relacionam é ela mesma uma hipótese. Assim, “a descrição do comportamento da qual Pavlov partiu já é uma teoria.” (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 58).

Encontramos então um movimento antropomórfico, tão extensamente criticado por Merleau-Ponty ao longo da *Structure*, na teoria de Pavlov. Aquilo que Pavlov encontra em suas pesquisas é aquilo que ele mesmo nelas colocou, como Merleau-Ponty (1942/1967) aponta: “Longe de se calcarem nos fatos as categorias de Pavlov são impostas a eles” (p. 63). A crítica de Merleau-Ponty parece se direcionar a uma postura que toma as seguintes características: primeiramente, toma como certo, verdadeiro ou real uma hipótese, teoria ou conjunto de postulados – que resumiremos por teoria – em um sentido no qual não há evidências experimentais para eles; posteriormente, interpreta ou adapta os resultados a essa teoria.

Essa imposição das categorias pré-concebidas aos dados fornece um elemento de compreensão da teoria de Pavlov. É devido a esse movimento antropomórfico realista que foi possível a Pavlov interpretar seus resultados como frutos de processos inibitórios e permissivos: se emparelhamos um estímulo eliciador (SE) a um estímulo neutro (SN), após um tempo o SN adquire propriedades eliciativas de SE, tornando-se um estímulo condicionado (SC); se, continuando, apresentarmos o SC juntamente com outro estímulo (SO) e SC perder suas propriedades eliciativas condicionadas, então podemos admitir que SO tem propriedade inibitória sobre SC.

Para Merleau-Ponty (1942/1967), entretanto, não é necessário a esse fenômeno uma interpretação em termos de inibição e permissão, basta que se considere a estrutura

da situação ou comportamento, nesse sentido, “o verdadeiro estímulo é o conjunto como tal” (p. 59). Trata-se, parece-nos, da proposta de Merleau-Ponty em contraponto à concepção pavloviana de estímulo enquanto uma parte específica ou átomo real – uma luz vermelha, uma gota de suco de limão, um pedaço de comida, etc.

A segunda parte do segundo capítulo trata do “setor central” do comportamento e do problema das localizações. De forma geral, ele oferece justificativas para as críticas de princípio feitas na parte precedente e inicia a análise a partir dos resultados de pesquisas tradicionais sobre o funcionamento do comportamento e do sistema nervoso central para apresentar uma concepção positiva de comportamento.

Na visão de Merleau-Ponty a teoria de Pavlov não consegue lidar com os fenômenos de coordenação receptora e motora. O argumento em defesa dessa afirmativa permeia o campo do atomismo e mecanicismo. Do ponto de vista receptor, tanto nas reações simples entre estímulo e resposta, quanto nas reações complexas, o modo de compreensão do movimento se dá via soma dos excitantes e receptores onde, no lugar da excitação, vários deles podem estar presentes sem, contudo, coordenarem-se qualitativamente, ou seja, apenas as propriedades de inibição e permissão estariam atuantes. Do ponto de vista motor, a soma das partes não seria suficiente para explicar a adaptação ou reorganização entre as partes. A questão principal é saber se em relação ao córtex a fisiologia moderna acompanha Pavlov.

O trato dessa questão parte da análise de três resultados de pesquisas tradicionais que, de acordo com Merleau-Ponty (1942/1967), permitiriam “conhecer o ‘setor central’ do comportamento e compreender sua inserção no corpo” (p. 66). O primeiro resultado expõe um problema de localização como uma anomalia da teoria tradicional: distúrbios semelhantes podem ser provocados por lesões em diferentes regiões do córtex. Merleau-Ponty apresenta vários exemplos de casos, principalmente tirados das discussões de Goldstein, sobre distúrbios como afasia ou agnosia, que corroboram com a proposta da estrutura do comportamento.

Uma das grandes críticas é direcionada à teoria das localizações ou das imagens verbais, que é realista por analisar os atos em fragmentos reais e abstrata por isolá-los de seu contexto. A teoria das localizações subestima ao menos três dificuldades: 1) localizar a lesão; 2) localizar a função; e 3) definir a doença estudada e a função correspondente. Assim o faz, segundo Merleau-Ponty (1942/1967), porque o “espírito anatômico procurava realizar o funcionamento nervoso nas conexões visíveis e

nos territórios circunscritos. As pesquisas modernas, ao contrário, procedem por descrição concreta e por análise ideal” (p. 68).

Ora, essa crítica parece apontar algo de obsoleto na teoria de Pavlov e, conseqüentemente, na medida em que Watson fundava sua teoria no reflexo pavloviano, também na teoria de Watson. As pesquisas modernas deixariam de formular hipóteses sobre partes reais do corpo e passariam a descrever concretamente os dados observados. Nesse sentido, Merleau-Ponty (1942/1967) deixa transparecer “um novo gênero de análise que não consiste mais em isolar elementos, mas em compreender o desenho de um conjunto e sua lei imanente” (p. 70).

A doença, nessa perspectiva, deixa de ser algo que provoca uma condição e, talvez, deixe mesmo de *ser* algo para dar lugar a uma concepção de *mudança em uma estrutura*, de uma nova forma de vida ou forma de agir. A doença poderia ser entendida como uma criação humana e não mais como uma realidade, como um instrumento conceitual humano para lidar com uma mudança de estrutura. Não apenas a doença apareceria com essas características, mas também o próprio sistema nervoso como realidade. Para Merleau-Ponty (1942/1967) a “substância nervosa não seria um recipiente onde fossem depositados os instrumentos de tais e tais reações, mas o teatro onde se desenrola um processo qualitativamente variável” (p. 75).

O segundo resultado expõe o problema da função nas teorias tradicionais: apesar de lesões em diferentes regiões corticais poderem provocar distúrbios parecidos, a função nunca é indiferente ao substrato pela qual se realiza. A observação de que lesões em diferentes regiões do córtex possam gerar distúrbios análogos no conjunto do corpo não é suficiente para afirmar que as regiões do córtex não apresentam algum tipo de função definida. Diferentes regiões levam a diferentes sintomas e o problema é saber como isso é possível, ou alternativamente, como isso vem sendo interpretado.

As especializações corticais atuam em conjunto com outras regiões do corpo, ou seja, elas não excluem o conjunto em seu funcionamento. Além disso, a região especializada não parece ser uma causa inicial ou autônoma de sintomas ou comportamentos, tal como um empirismo psicológico ou um atomismo fisiológico poderiam supor, mas um local de reestruturação e organização que atua em conjunto. Nesse sentido, para Merleau-Ponty (1942/1967) não é possível “atribuir propriamente à região occipital a constituição das formas visuais, como se ela não demandasse a colaboração do centro, nem localizar na atividade central a apreensão dos conjuntos simultâneos, como se ela nada devesse aos materiais especiais da zona ótica.” (p. 78).

Esses dois resultados possibilitam um terceiro: há uma concepção mista das localizações e uma concepção funcional do paralelismo. Na concepção mista das localizações as regiões corticais têm funções relativamente definidas e influenciáveis pelas outras regiões do organismo e, conseqüentemente, a tradicional concepção hierárquica de corpo não mais se sustenta, dando lugar a uma concepção onde substrato cortical e outras regiões do corpo exercem função paralela, ou seja, inter-relacionam-se, em relação ao comportamento. Esses resultados se constituem em uma crítica ao atomismo psicológico e fisiológico e preparam o campo para uma apresentação de uma concepção positiva de comportamento, mas antes resta, segundo Merleau-Ponty (1942/1967),

saber sob quais categorias os fenômenos revelados por essa crítica podem ser positivamente pensados. Tanto na teoria do funcionamento central quanto na teoria do reflexo, a maioria dos autores se comporta como se bastasse *corrigir* o atomismo pelas noções de *integração* e de *coordenação*. A nosso ver, essas noções estão equivocadas. Elas podem representar uma genuína reforma do entendimento psicológico e fisiológico, mas também a simples antítese ou contrapartida do atomismo. Isso é o que procuraremos estabelecer pela análise de três exemplos tomados da percepção espacial, da percepção cromática e da fisiologia da linguagem (p. 84).

No exemplo da percepção espacial, à visão do objeto em cada ponto da retina corresponderia uma série de circuitos integrados e coordenados específicos. De forma semelhante ocorreria a percepção visual e a fisiologia da linguagem, onde cada cor, som ou palavra corresponderia a alguma parte cerebral. Estes três exemplos mostram que a noção de integração, pela qual as partes do organismo estão integradas, e a noção de coordenação, pela qual algumas partes coordenam outras, são interpretadas na teoria tradicional de maneira atomista, ou seja, como coisas separadas que se somam.

Essa interpretação tradicional não representa uma nova forma de entender os fenômenos psicológicos e fisiológicos, mas um acréscimo teórico alternativo, sob os mesmos fundamentos realistas, à teoria tradicional. As análises realizadas desde o primeiro capítulo da *Structure* até agora, de forma geral, serviram para mostrar a impossibilidade de se reduzir o comportamento a uma soma de partes. Após a exposição desses exemplos Merleau-Ponty (1942/1967) apresenta um modo pelo qual eles podem ser positivamente pensados: tal “como o faz a teoria da Gestalt, ou seja, como a constituição de ‘formas’ ou estruturas funcionais” (p. 97).

A construção da definição de forma na segunda parte do segundo capítulo se dá a partir da comparação entre a noção pavloviana de comportamento e os resultados de

pesquisas da época sem, contudo, acrescentar hipóteses alternativas. Ao discutir a noção pavloviana de comportamento, entretanto, Merleau-Ponty discute também a noção de Thorndike e do behaviorismo – de Watson – sobre o comportamento. Dessa maneira, a aprendizagem não se daria exclusivamente por meio do condicionamento reflexo de Pavlov, do acaso pela tentativa e erro de Thorndike ou estritamente pelo meio externo de Watson, mas por processos de estrutura que, segundo Merleau-Ponty (1942/1967)

estabelecem uma relação de sentido entre a situação e a resposta, explicam a fixação das respostas adaptadas e a generalidade da aptidão adquirida. Fazem intervir, no esquema estímulo-resposta, não as propriedades materiais dos estímulos, mas as propriedades formais da situação, das relações espaciais, temporais, numéricas, funcionais que são sua armação. É na medida em que relações desse gênero emergem e se tornam eficazes por elas mesmas que o progresso do comportamento é explicável (p. 113).

As propriedades formais podem ser entendidas como um sistema que se mantém se todas suas partes, mesmo modificadas, manterem a mesma relação e que cujas propriedades se modificam quando uma única parte dele se modificar (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 50). São três estas formas do comportamento: a) sincrética, que está encerrada no âmbito das condições naturais e, trata, por exemplo, de padrões fixos de ação; b) amovível, que se refere a situações concretas cuja percepção entende apenas signos e não símbolos, por exemplo, um treino de discriminação condicional simples em pombos; e c) simbólica, que abrange a capacidade de conceitualização, por exemplo, a linguagem.

Essa noção de forma, tal como foi exposta até agora, ainda não corresponde à proposta de Merleau-Ponty para compreender o comportamento. É preciso que essa noção se alie às concepções de estrutura e ordem que serão discutidas no item 1.1.3 seguinte, todavia, ela é importante no momento para ressaltar uma alternativa ao atomismo do funcionamento corporal do empirismo/realismo e ao puro intelectualismo do racionalismo. Segundo Merleau-Ponty (1942/1967) “é justamente o interesse da noção de forma ultrapassar a concepção atomista do funcionamento do sistema nervoso sem o reduzir a uma atividade difusa e indiferenciada, de rejeitar o empirismo psicológico sem passar para a antítese intelectualista” (p. 100). Nesta alternativa a unidade do organismo representa “uma estrutura de conduta na qual não se pode considerar separadamente cada elemento, pois cada elemento é subsumido na unidade do comportamento” (Furlan, 2001, p. 17.).

A noção de forma permitiu que Merleau-Ponty concluísse que “é, então, no organismo que temos que procurar aquilo que faz de um estímulo complexo algo diferente da soma de seus elementos” (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 10). Temos, aqui, um exemplo sobre a visão de Merleau-Ponty de organismo integrado, que não deve ser entendido como a soma de seus elementos constituintes caso se queira estudar o comportamento na Psicologia. Visão esta que acompanha grande parte das obras de Merleau-Ponty, por exemplo, na “Phénoménologie de la Perception” ele afirma que o corpo “não é uma montagem de partículas das quais cada uma permaneceria em si, ou ainda um entrelaçamento de processos definidos de uma vez por todas” (Merleau-Ponty, 1945/1976, p. 230).

Da mesma maneira em que o corpo não deve ser visto como uma reunião de partes, os objetos que se relacionam com ele também não o devem. Daí a introdução da concepção de estrutura como uma alternativa para entender o comportamento. O estímulo, entendido pela concepção tradicional como um objeto real específico ou um conjunto de objetos independentes, deve ser visto antes como um conjunto interligado, por exemplo, como “a distribuição dos sons no tempo, sua sequência melódica, as relações de grandeza dos objetos, em geral: a estrutura precisa da situação” (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 59). A estrutura assim entendida parece oferecer um sentido de situação ou contexto inter-relacionado com a atitude.

Na estrutura do comportamento o sentido da percepção se torna um princípio de organização do comportamento, sendo que o estar-no-mundo se identifica com o agir-no-mundo. Nesse sentido, ser é comportar-se. O comportamento de Merleau-Ponty se situa, então, na *relação* entre a estrutura e a natureza, e não na natureza enquanto um objeto, nisto incluso as partes de um organismo, como seus órgãos ou sinapses, nem na consciência, enquanto uma ideia ou representação. Essa noção de natureza tradicional está no cerne da crítica de merleau-pontyana à interpretação da teoria da Gestalt sobre a forma, que trataremos no item 1.1.3, e ao comportamento.

1.1.3 Capítulo III – A ordem física, a ordem vital, a ordem humana

A introdução do terceiro capítulo da *Structure* se dedica a dar mais visibilidade para a crítica direcionada à teoria da Gestalt e prepara a exposição da proposta de Merleau-Ponty: as ordens física, vital e humana. Neste momento é apresentado, pela primeira vez no *Structure*, os conceitos de ambiente geográfico e ambiente

comportamental. Esses conceitos são absorvidos da psicologia da Gestalt e fazem parte do argumento contra as teorias tradicionais, especialmente o behaviorismo e a própria psicologia da Gestalt. Koffka (1975, p. 39) entende o ambiente geográfico como o meio físico, real, material ou objetivo, composto por um sistema de forças orientadas, no qual o organismo está inserido e o ambiente comportamental como o meio perceptivo no qual o organismo percebe o meio geográfico. Merleau-Ponty (1942/1967) assim define os comportamentos derivados desses ambientes: tanto o estímulo quanto a resposta se desdobram em “‘comportamento geográfico’ – a soma dos movimentos efetivos executados pelo animal em sua relação objetiva com o meio físico –, e comportamento propriamente dito – esses mesmos movimentos considerados em sua articulação interior e como uma melodia cinética dotada de um sentido. (p. 140).

O behaviorismo que Merleau-Ponty critica é aquele que reduz o ambiente comportamental ao geográfico (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 139), de acordo com a psicologia da Gestalt (Koffka, 1975, p. 39). Isso significa que o meio comportamental, como lugar do comportamento, é negligenciado ou considerado irrelevante em detrimento do meio geográfico. O behaviorismo watsoniano é um exemplo desse tipo de behaviorismo criticado. Ele se encaixa na crítica merleau-pontyana porque considera que todo o comportamento – tanto o vital, representado pelo ato da nutrição, hidratação ou sexualidade, quanto o propriamente humano, representado pela ordem simbólica – seja explicável via relação necessária entre estímulo e resposta, nos moldes da teoria tradicional do reflexo. O organismo se mostra determinado em todos os aspectos comportamentais: frente a uma estimulação específica, há uma reação imediata e automática do organismo.

A concepção de comportamento criticada é aquela que defende que o mundo é físico em pelo menos um dos dois aspectos: a) o mundo físico externo é a causa do comportamento, ou seja, é fonte necessária e originária ou iniciadora a partir da qual ele é possível; b) como relação de função a variável, sendo que tal relação é material no sentido ontológico de um campo físico como sistema de forças orientadas, isto é, algo real e existente no mundo se relaciona com algo também real e existente no mundo chamado de comportamento ou resposta. Assim, a teoria criticada é aquela que coloca o comportamento no plano da causalidade física e introspectiva.

A psicologia da Gestalt não considera que o comportamento, tal como exposto no behaviorismo watsoniano, seja suficiente para lidar com o comportamento total. Seria necessário reconhecer, juntamente com o campo físico, um campo fisiológico,

como sistema de tensões e de correntes, e um campo mental, como sistemas linguísticos ou pré-linguísticos. Estes três campos atuariam em conjunto para dar a forma do comportamento. Porém, nessa perspectiva, se é possível falar de uma relação entre esses campos, ela se dá por isomorfismo. Haveria, nas formas vitais e humanas, um equivalente físico, sendo que, em última instância, seria com o campo físico que estamos lidando. Se, por exemplo, observamos uma conexão, digamos, entre estímulo e resposta, para a psicologia da Gestalt essa conexão não é uma mera conexão causal, mas uma conexão causal inteligível. Pelo princípio do isomorfismo as unidades significativas ou conjuntos fenomenológicos encontrados nas ordens vital e humana são redutíveis à lógica matemática aplicável à ordem física (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 142; Engelmann, 2002, p. 5).

Temos entre a forma física e as outras formas uma mesma forma comparativa. O mundo permanece marcado por uma relação causal entre substâncias reais e a função isomórfica do organismo é decodificar essa relação e torná-la inteligível. No campo motivacional, por exemplo, Köhler (1959) afirma que “as operações de motivação aparentemente são isomórficas com aquelas dos campos ou forças no cérebro” (p. 733). Segundo Falabretti (2006) “é justamente a adoção desse princípio que desvia a Gestalttheorie de um viés filosófico para uma direção materialista das formas” (p. 102).

Por esse motivo dissemos no item 1.1.2 que a noção de forma, tal como exposta na Gestalt, ainda não corresponde à noção de forma merleau-pontyana. A psicologia da Gestalt reconhece as formas físicas, vitais e humanas em sua concepção de mundo e a importância da elaboração de uma filosofia da forma que substituiria uma filosofia das substâncias. Na perspectiva isomórfica, todavia, os campos biológico e psíquico permanecem redutíveis ao físico e fazem Merleau-Ponty (1942/1967) crer que a Gestalt “jamais conduziu ao longe esse trabalho de análise filosófica” (p. 143).

A análise filosófica merleau-pontyana da noção de forma se volta inicialmente para a própria noção de forma da Gestalt, como uma maneira de discorrer sobre um sentido no qual é possível se falar em uma relação entre as formas, sem recorrer ao paralelismo isomórfico. Pelo princípio do isomorfismo, as ordens física, vital e humana seriam como que três linhas paralelas onde poderíamos conhecer o mundo ou o comportamento pela soma de duas descrições: a) a correspondência ponto a ponto entre pensamento, corpo e matéria que os compõe, como se traçássemos uma linha perpendicular entre eles e na intersecção encontrássemos seu aspecto isomórfico; e b) a sequência dos acontecimentos de cada forma, como se pudéssemos unir os pontos de

uma única linha. Na medida em que todas as formas lidam com uma mesma realidade, haveria uma continuidade entre as formas de maneira que as leis ou normas internas a uma delas fosse aplicável às outras.

O isomorfismo, assim concebido, considera apenas a correspondência entre pontos capaz de apresentar o mesmo aspecto fenomenológico, permanecendo outros aspectos excluídos da totalidade do conhecimento (Engelmann, 2002, p. 5). Por isso uma das críticas de Merleau-Ponty (1942/1967) considera que “essa soma de coincidências não é o modelo de todo conhecimento” (p. 142). Para se atingir esse modelo Merleau-Ponty (1942/1967) introduz no conceito de forma um princípio de descontinuidade, que abre espaço para um desenvolvimento relativamente independente de cada forma, isto é, “cada forma constitui um campo de forças caracterizado por uma lei que não tem sentido além dos limites da estrutura dinâmica considerada e que estabelece a cada ponto interior suas propriedades, que jamais serão propriedades absolutas ou *deste* ponto” (p. 148).

A noção de forma merleau-pontyana se esquia do paralelismo isomórfico pela sua definição em termos de conhecimento ou conjunto percebido e não em termos de realidade ou coisa presente no mundo físico. Mas como essa nova noção descontínua de forma aparece no comportamento? Quando falamos de forma física, entendemos um conjunto ou unidade significativa onde as relações entre os objetos se autorregulam.

Quando falamos da forma vital, diferentemente, uma característica irreduzível à forma física aparece: sobre a pressão do mundo físico a forma vital dele se apropria e se transmuta gerando, ela mesma, um princípio regulador. O organismo é, nessa perspectiva, uma unidade funcional ou estrutural que tem um papel ativo na regulação de seu movimento em relação à pressão do mundo físico. Suas relações com o ambiente não são unilaterais, mas dialéticas, num movimento que, para Merleau-Ponty (1942/1967),

faz aparecer relações novas, que não podem ser comparadas àquelas de um sistema físico e de seu meio, nem mesmo compreendidas quando reduzimos o organismo à imagem que a anatomia e as ciências físicas o dão. Suas reações, mesmo elementares, não podem ser classificadas, dissemos, segundo os aparatos nos quais se realizam, mas segundo sua significação vital. (p. 161).

No sentido merleau-pontyano, o organismo é um conjunto ativo, cujos movimentos são direcionados a algo ou dotados de um sentido. Para Merleau-Ponty

(1942/1967) é justamente a “ideia de *significação* que permite conservar, sem a hipótese de uma força vital, a categoria de vida” (p. 168). O organismo passa a ser entendido como corpo fenomênico (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 169). Aparece, na forma vital, uma percepção primitiva ou incipiente como um princípio ou norma biológica que dá um sentido ou significado vital ao movimento. A forma vital não segue as leis da forma física, tampouco segue uma lei puramente vital no sentido de que não sofre interferência do mundo físico, diferentemente, é na apropriação e integração da forma física que a forma vital adquire seu estatuto peculiar, irredutível ou descontínuo. Não é, destarte, segundo Merleau-Ponty (1942/1967),

alguma espécie de vitalismo que estamos sustentando aqui. Não desejamos dizer que a análise do corpo vivo encontra um limite em forças vitais irredutíveis. Desejamos dizer apenas que as reações de um organismo são compreensíveis e previsíveis somente se as pensarmos, não como contrações musculares que se desenrolam em um corpo, mas como ações que se direcionam a um certo meio, presente ou virtual (p. 164).

Temos, até então, duas dialéticas na proposta merleau-pontyana: a forma física e a forma vital. Há, finalmente, uma terceira dialética, propriamente humana, inaugurada pelo trabalho. Há, então, três ordens na filosofia merleau-pontyana, onde a posterior integra a anterior: a física, cuja ordem se dá pela correlação; a vital, cuja ordem se dá pela significação; e a humana, cuja ordem se dá pelo sentido. A última é marcada pela construção de objetos úteis ou culturais que possibilitam a construção de novos objetos ou meios particularmente humanos. Merleau-Ponty (1942/1967, p. 176) faz uma distinção entre o termo “ação” e o termo “trabalho” e a opção pelo segundo é marcada pela intenção de se diferenciar das perspectivas tradicionais que, de forma geral, ligam a consciência à ação, mas não tomam a ação em seu sentido significativo ou concreto.

A ação no sentido bergsoniano, enquanto um exemplo tradicional, tem o sentido de ação vital. Nela, ainda que a ação seja direcionada para a construção de instrumentos, é para a satisfação dos “instintos” que ela serve em última instância. Vestimo-nos para evitar o frio ou comemos para evitar a desnutrição. Não há, nela, uma transcendência das formas vitais, mas um vazio de sentido preenchido pelas necessidades biológicas, como uma adaptação ao mundo real ou “sólido não-organizado”.

O “trabalho” merleau-pontyano, diferentemente, consiste no conjunto de atividades que tem como finalidade a modificação do meio físico e vital. Ele é o resultado de um organismo que, frente a pressão ambiental, representa, não um conjunto reativo, mas um “centro de indeterminação” comportamental onde as ações podem adquirir as mais variadas funções, incluindo a transcendência em relação às formas vitais, em um contexto onde a percepção não é um limite definitivo, mas um limite virtual ou perspectivo. A percepção no âmbito do trabalho humano é, segundo Merleau-Ponty (1942/1967), “um momento da dialética vívida de um sujeito concreto, participa de sua estrutura total e, correlativamente, ela tem por objeto primitivo não o ‘sólido não-organizado’, mas as ações de outros sujeitos humanos” (p. 179).

O trabalho, portanto, não é mera ação vital, resultante da integração das esferas física e vital, é ação resultante da integração das formas física, vital e humana. Pelo mesmo motivo integrativo a vida humana não tem o mesmo sentido que a vida dos outros animais. O cabelo não tem, no homem, apenas a função vital de manutenção de temperatura, de proteção do sol, etc., ele tem uma função ornamental, social ou cultural que transcende o vital.

De um ponto de vista metodológico, o movimento analítico deste ponto em diante consiste em partir dos caracteres descritivos para construir a estrutura da consciência⁷. Segundo Merleau-Ponty (1942/1967) a “representação dos objetos da natureza e de suas qualidades e a consciência da verdade pertencem a uma dialética superior e teremos que as fazer aparecer na vida primitiva da consciência que procuramos no momento descrever” (p. 180).

Alguns exemplos descritivos se seguem: reparamos que um bebê pode reconhecer a mãe, mesmo que ainda nada possa dizer sobre ela; reconhecemos uma pessoa pela fisionomia facial, mesmo sem reconhecer a cor e a forma dos olhos, do cabelo, dos lábios, etc.; olhamos um pneu na estrada e reconhecemo-lo como um objeto de uso criado pelo trabalho; intuímos um objeto de uso, mesmo sem saber como usá-lo e podemos inclusive, como observamos com frequência na criança, atribuí-lo de certo significado misterioso ou mágico.

Em suma, a forma física, representada pela matéria, é integrada às formas vitais e humanas. Segundo Merleau-Ponty (1942/1967), a forma aparece como uma “configuração visual, sonora ou mesmo anterior à distinção dos sentidos, onde o valor

⁷ Tais movimentos não aparecem diretamente como uma proposta metodológica para o estudo do comportamento, embora possam ser consideradas como um exemplar.

sensorial de cada elemento é determinado por a função no conjunto, que varia com ela” (p. 182). Seguindo essa linha de pensamento podemos dizer que desde a concepção de um organismo ele se encontra disposto a significar o mundo. A partir disso é que o homem cria objetos de uso e culturas, mas, sobretudo, é na capacidade de abandoná-las e substituí-las por outras que reside o fator propriamente humano. De acordo com Merleau-Ponty (1942/1967),

a dialética humana é ambígua: ela se manifesta primeiramente pelas estruturas sociais ou culturais que ela faz aparecer e nas quais se aprisiona. *Mas seus objetos de uso e seus objetos culturais não seriam aquilo que são se a atividade que os faz aparecer não tivesse também por sentido os negar e os ultrapassar.* (p. 190).

2 SITUANDO O BEHAVIORISMO DE SKINNER

Uma vez expressados o nosso objetivo e as medidas para atingi-lo, iniciamos uma apresentação sobre a escola behaviorista, e aqui devemos frisar de início que é mais apropriado o termo “behaviorismos” (O’Donohue & Kitchener, 1998, p. 1), ao contrário de supor que o termo descreva uma abordagem unificada, o que “não é nem consistente com a história nem com o fato corriqueiro de que grande parte da psicologia contemporânea pertence a uma tradição comportamental” (Chiesa, 2006, p.164).

O que queremos dizer ao afirmar que o behaviorismo não é uma abordagem unificada? Há um discurso sobre ele na Psicologia e na Filosofia. Na filosofia podemos encontrar, por exemplo, o behaviorismo lógico, com Ryle, e o behaviorismo definicional, com Carnap (Dutra, 2005, p. 147). Podemos entendê-lo, por enquanto, como um nome dado a um conjunto de teorias, ou a tradições de pesquisa, extintas ou não, que versam sobre o comportamento, sendo que cada uma delas difere entre si quanto às explicações sobre as ações humanas e à visão de ser vivo. Todavia, o uso do termo “behaviorismo” de forma genérica ainda é bastante difundido e pode levar a simplificações do que seria um sistema teórico bem fundamentado, consistente internamente e amplamente adotado por uma comunidade especializada.

No discurso da Psicologia, fazem parte da tradição behaviorista autores como Watson, Tolman, Hull, Rachlin e Skinner. Cada um deles desenvolveu um tipo de behaviorismo diferente do outro. Pavlov era fisiologista e, portanto, fazia parte de uma tradição médica, e não behaviorista, mas seus estudos com o condicionamento reflexo forneceram alguns dos fundamentos para o desenvolvimento do que veio a ser conhecido como manifesto behaviorista, com Watson em 1913 (Baum, 1999, p.27).

Nesse sentido, apesar dos possíveis problemas com o uso indiscriminado do termo “behaviorismo”, quando cuidadosamente entendido, o termo pode resumir um importante marco histórico da Psicologia. Chiesa (2006) faz um apontamento conciso sobre o assunto:

Localizar Pavlov, Watson, Tolman, Hull e Skinner sob o mesmo rótulo representa mal os seus relacionamentos, porque algum tipo de continuum ou linha comum é insinuada. O rótulo, behaviorismo, é somente útil em um contexto histórico para identificar a extrema mudança metodológica, que ocorreu na psicologia durante a primeira metade do século XX. Mas não deve ser usado para insinuar uma continuidade no pensamento dos principais teóricos da equipe, porque, quando seus trabalhos são examinados de perto, torna-se claro que estavam preocupados com

diferentes tipos de problemas e ofereceram diferentes tipos de explicações para seus objetos de estudo (p.188).

Entendemos, então, o behaviorismo como um termo que representa um movimento teórico-científico que se apresenta em diferentes versões e não a uma versão em específico (Moroz & Rubano, 2005, p. 120; Silva & Paulino, 2011, p. 145).

2.1 *Reconstrução do Science and Human Behavior*

O livro *Science*, publicado em 1953, lida com a possibilidade de um estudo científico do comportamento humano. Não se trata de uma exaltação da ciência como a melhor prática humana, mas da elucidação de que o manejo científico do comportamento gera um resultado particular, que dificilmente seria alcançado caso se tratasse o comportamento de outra forma. Essa elucidação se desdobra em vários problemas e contextualizações que, ao serem analisados cuidadosamente, levam-nos a iniciar um processo de entendimento dos motivos pelos quais Skinner considera possível, viável e útil um estudo científico do comportamento. A proposta nesse momento é examinar alguns desses problemas e contextualizações presentes no *Science*.

2.1.1 Seção I – A possibilidade de uma ciência do comportamento humano

A primeira seção discorre sobre a possibilidade de uma ciência do comportamento. Para Skinner (1953) na ciência é preciso haver descrição dos acontecimentos e tentativas de descobrir ordem, ou seja, mostrar que alguns acontecimentos podem ser ordenadamente relacionados com outros. Além de ser um produto final possível, a ordem é “uma assunção de trabalho que deve ser adotada desde o início. Não podemos aplicar os métodos da ciência a um evento que assumimos mudar caprichosamente” (p. 6).

Uma interpretação possível é que, enquanto produto final, a ordem começa a perder um sentido ontológico e a ganhar um sentido epistemológico: a ordem começa a se humanizar, isto é, ela deixa de ser algo presente na natureza para ser o resultado do trabalho humano chamado ciência⁸. Nessa interpretação, a ordem pode ser concebida como parte do próprio conhecimento construído pelos homens e não em alguma realidade *a priori* do conhecimento. Na medida em que ela seria uma assunção de trabalho e não realidade, ela entra no domínio do comportamento verbal: o homem deve procurar alguma ordem nos resultados de seus trabalhos ditos científicos e expor essas relações, que *ele* supôs ordenadas, nos textos ou exposições acadêmicas. Essa suposição encontra fundamento em Skinner (1953) quando ele começa a propor a aplicação da ciência nos campos das humanidades: “Se usaremos os métodos da ciência no campo

⁸ Isso pode ser considerado como um antropomorfismo inerente a toda prática humana, isto é, sempre percebemos e interpretamos o mundo do nosso ponto de vista, mas não é um antropomorfismo do tipo que é criticado por Merleau-Ponty, isto é, aquele que identifica ambiente geográfico e comportamental ou que preconiza que ao comportamento do outro corresponda as relações que são observadas por um espectador externo.

concernente aos humanos, devemos *assumir* [ênfase adicionada] que o comportamento é ordenado e determinado” (p. 13).

Além da busca pela ordem a ciência skinneriana apresenta outras características. A ciência seria “antes de tudo um conjunto de atitudes. É uma disposição para lidar mais com os fatos do que com aquilo que alguém disse sobre eles” (p. 12) e “uma prontidão para aceitar os fatos mesmo quando eles são opostos aos desejos” (p. 12). A construção do sistema científico, com suas leis e teorias, deve se fundar em enunciados de primeira ordem, ou seja, enunciados sobre os fatos ou fenômenos e, então, partir para um complexo de enunciados sobre enunciados, isto é, as teorias e modelos.

Essas afirmações resolvem alguns problemas, mas trazem outros. Para haver ciência é preciso haver atitudes científicas específicas, como disposição para lidar com fatos, ao invés de aceitar prontamente o senso comum, e a aceitação dos resultados do procedimento, mesmo que contradigam os nossos desejos, e a construção de teorias sobre esses fatos, mas como podemos defini-los permanece, até o momento, incerto.

Os fatos poderiam ser os dados sensíveis, como quer o empirismo, ou nossas sensações ou pensamentos sobre esses dados, como quer o idealismo ou o racionalismo, mas poderiam também ser outra opção, que foge tanto do empirismo, quanto do racionalismo: descrições humanas do fenômeno percebido, isto é, comportamento verbal⁹.

A assunção de que é possível estabelecer relações ordenadas sobre o comportamento é alvo de algumas objeções que devem ser levadas em consideração por ajudar na contextualização da proposta skinneriana e no diálogo com Merleau-Ponty. A doutrina da liberdade humana é uma das mais polêmicas entre elas. Essa doutrina encara o homem como um organismo que age independentemente do mundo externo, isto é, o comportamento não teria relação com as condições externas, mas seria produto de mudanças internas espontâneas e, por isso mesmo, o indivíduo é o único responsável pelas suas ações. Nessa doutrina, a vontade humana é considerada como livre de quaisquer influências, o que impediria o estabelecimento de regularidades no

⁹ Mesmo nesse sentido vago sobre os fatos, essa concepção de ciência pode fazer ressalvas às propostas e críticas de teóricos que se fundamentam nos resultados das pesquisas, como Merleau-Ponty e Skinner. Todos estão em um mesmo nível interpretativo, já que partiram dos resultados das pesquisas para elaborarem suas teorias. Se ciência é tomada como o ato de lidar com fatos e aceitar os resultados, para então construir uma teoria, então Merleau-Ponty, Skinner, Pavlov, Koffka, entre outros que realizaram essa atividade científica estão ao mesmo nível interpretativo: todos partiram dos resultados das pesquisas para elaborarem sua proposta. O que os diferencia, entretanto, é problemático: seria a correspondência com uma realidade? A eficiência de sua aplicação nas variadas práticas humanas?

comportamento e, conseqüentemente, a previsão e o controle¹⁰. Para Skinner (1953) “o ponto de vista alternativo insiste em reconhecer forças coercitivas na conduta humana” (p. 7). Apenas do fato de que Skinner (1953) critica uma doutrina da liberdade não é suficiente para afirmar que ele não defende algum grau de liberdade, como veremos na discussão sobre indeterminismo.

Na visão skinneriana, o princípio do indeterminismo considera que nenhuma regularidade sobre comportamento pode ser determinada, porque sempre haverá ao menos um fator relevante indeterminado, seja por limitação tecnológica, por limitações do próprio organismo que conhece, pela complexidade ou unicidade do organismo a ser conhecido ou pela relação e interação entre esses e outros fatores. Um exemplo está no livro “Guerra e Paz” de Tolstoy citado por Skinner (1953): “nenhuma doença pode ser totalmente entendida em uma pessoa viva; pois cada pessoa viva tem suas peculiaridades individuais e sempre tem seus problemas peculiares, novos e complexos, desconhecidos pela medicina” (p. 18).

Skinner (1953) reconhece, assim como Tolstoy, que toda pessoa e doença são únicas, mas, diferentemente dele, não reconhece que tal unicidade impossibilita o estabelecimento de regularidades. Por mais única, particular ou diferenciada que uma pessoa seja não é verdade que a medicina não tenha conseguido algum grau de regularidade na previsão e controle de seu comportamento. Evidentemente esse exemplo se refere à medicina e não se segue dele que outras práticas que lidam com humanos terão testemunhos semelhantes.

A proposta skinneriana, entretanto, defende que a possibilidade em princípio de fatores indeterminados não impede que algum grau de previsibilidade e controle do comportamento possam ser realizados e nem deve ser motivo de desistência na busca de

¹⁰ Se uma tal concepção de liberdade é possível de ser encontrada na história da filosofia e da ciência ocidental não compete a nós, no momento, examinar, basta entender que é essa a concepção tradicional apontada por Skinner (1953) a partir da qual contrapõe sua proposta de determinação do comportamento. Skinner parece assumir a seguinte postura: assumir o comportamento como indeterminado é assumir que é aleatório e “caprichoso”, sendo desnecessário seu estudo, visto que nenhuma ordem poderá ser observada, porém podemos observar ordem, logo, devemos assumir o determinismo do comportamento. Em outras palavras, essa postura concebe que o indeterminismo absoluto não é apenas inviável ao estudo do comportamento, mas não representa bem o comportamento observado, logo, devemos assumir o determinismo. Skinner encontra dificuldades também na assunção do determinismo absoluto, tanto que não parece ser sua intenção assumi-lo. Skinner (1953, p. 17) ao comentar sobre o princípio da indeterminação da física escreve que em “nosso atual estado de conhecimento, alguns eventos podem se mostrar imprevisíveis. Não se segue disso que sejam livres ou aleatórios. Uma vez que o comportamento é enormemente complexo e que o organismo humano é de dimensões limitadas, vários atos podem envolver processos aos quais o Princípio de Indeterminação seja aplicável”. O problema lógico da postura skinneriana é que da negação do indeterminismo total não decorre a aceitação do determinismo, é aceitável também um indeterminismo “ameno”. Falamos, portanto, de dois tipos de indeterminismo, um absoluto e um que aceita que ao menos um dos fatores em questão é indeterminado.

regularidades. Assim, para Skinner (1953) o comportamento deve ser visto como determinado e “a resposta final ao problema da regularidade [*lawfulness*] deve ser procurada não nos limites de algum mecanismo hipotético dentro do organismo, mas em nossa habilidade em demonstrar regularidade no comportamento do organismo como um todo” (p. 17).

Há uma tensão aparente na assunção do determinismo em Skinner (1953). Ao mesmo tempo em que se concebe o comportamento como determinado, assume-se que existam fatores indeterminados. Laurenti (2009) examina laboriosamente o tema sobre determinismo e indeterminismo no behaviorismo radical e conclui que essa tensão é perene durante toda extensão das obras skinnerianas, mas que, do início das obras em 1931 até o fim em 1990, sendo a década de 1940 o marco das mudanças mais significativas, é gradativamente mais visível uma interpretação indeterminista, tanto ontológica quanto epistemológica. Não trataremos o tema do determinismo, basta aqui apresentar que há várias interpretações possíveis.

Diferentemente da física, química ou biologia, nas quais frequentemente o objeto de estudo necessita de instrumentos, como o microscópio ou telescópio, o objeto de estudo da ciência do comportamento geralmente não necessita de instrumentos desse tipo, mas ainda assim é possível seu estudo. Segundo Skinner (1953) o

comportamento é um assunto difícil não porque ele é inacessível, mas porque é extremamente complexo. Uma vez que é processo, ao invés de coisa, não pode ser facilmente sustentado [*held still*] para observação. Ele é mutável, fluido e evanescente e por essas razões ele exige enormes demandas técnicas sobre a engenhosidade e a energia do cientista. Porém, não há nada essencialmente insolúvel sobre os problemas que surgem desse fato (p. 15).

De um ponto de vista ontológico, o comportamento perde o estatuto de coisa, objeto real definível em algum lugar, e ganha um estatuto de processo, de vir a ser, diferente a cada momento. Essa concepção de comportamento, embora não seja a única interpretação possível dentro do escopo das obras skinnerianas (Lopes, 2008, p. 2), representa em Skinner (1953) uma mudança fundamental em relação às obras anteriores a 1945.

Como processo, a noção de comportamento skinneriana adquire um fator histórico ou temporal não encontrado na noção tradicional de comportamento como uma atitude pontual, real e material no tempo, como a resposta reflexa. A temporalidade também é uma das características essenciais da noção de comportamento merleau-

pontyana, uma vez que faz parte das propriedades formais ou estruturais da situação, tanto em relação ao estímulo excitante (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 59), quanto em relação ao comportamento aprendido (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 113), mas indica apenas uma aproximação parcial com a noção de comportamento skinneriana¹¹. Permanece em aberto, ainda, o exame das outras características estruturais merleau-pontyanas, como a espacialidade, a numeração e a funcionalidade, em relação às características comportamentais skinnerianas relativas ao contexto comportamental.

Para Merleau-Ponty os processos de estrutura dão conta das leis de aprendizagem e assume que o comportamento pode ser explicado pelas condições formais da situação. Skinner, entretanto, não está preocupado apenas com a explicação, mas também com a previsão e controle, por isso, o desafio passa a ser não em como estabelecer relações entre coisas, mas em como unir uma prática humana que pressupõe a ordem a um processo implicado em um organismo, ou seja, uma ciência ao comportamento.

Uma solução para a consecução dessa união está na reformulação das concepções de causa e efeito tradicionais. Essa reformulação é apresentada no terceiro capítulo do *Science*, juntamente com um princípio metodológico que dita as bases pelas quais uma ciência do comportamento é considerada legítima, isto é, os fundamentos para se construir uma teoria do conhecimento comportamental. Problematizaremos, primeiramente, a descrição e a análise funcional como princípios metodológicos e, posteriormente, a reformulação da concepção de causa.

A análise funcional¹² nada mais é do que a construção da ordem na ciência comportamental skinneriana. Assim como um arquiteto usa critérios para executar um projeto e um sociólogo toma cuidados para a análise de uma cultura, o cientista ou psicólogo comportamental também usa critérios e toma cuidados, que constituem o terreno sobre o qual a ordem deve ser construída. Vejamos quais são.

I) Skinner (1953) afirma que a construção da ordem deve se dar “dentro dos limites de uma ciência natural” (p. 36). Essa afirmação pode se mostrar muito complicada. Tanto a fenomenologia de forma geral, quanto a merleau-pontyana,

¹¹ Ainda assim, permanece um problema semelhante àquele levantado por Merleau-Ponty à psicologia da Gestalt: ela assume um aspecto formal, estrutural ou histórico ao comportamento, mas, segundo Merleau-Ponty, permanece reduzindo-o à ordem física.

¹² A análise funcional pressupõe a nova concepção de causa que apresentaremos posteriormente, por isso, manteremos o termo “causa” por enquanto, mas reconhecendo que “não há perigo particular no uso de ‘causa’ e ‘efeito’ em uma discussão informal se estivermos sempre prontos para os substituir pelas mais exatas contrapartes” (Skinner, 1953, p. 23), que anteciparemos aqui como “variáveis”.

manifestam uma crítica às ciências naturais e se poderia interpretar que, por isso, suas propostas seriam incompatíveis com a do behaviorismo radical. O problema que levantamos a essa interpretação é que há vários tipos de naturalismo (Dutra, 1998, p. 135; Sombra, 2006, p. 37) e que ainda não sabemos o que Skinner entende por ciência natural. Essa interpretação pode ser considerada generalista e superficial, portanto, faz-se necessário refinar o conceito de ciência natural ou naturalismo em Skinner e Merleau-Ponty para discernir o objeto de análise e direcionar a crítica a um alvo mais preciso.

Buscar categorias de naturalismo na filosofia e tentar encaixá-las na teoria skinneriana escaparia do objetivo dessa tese, por isso, optamos por definir o que seria ciência natural para Skinner a partir do próprio texto skinneriano. Skinner (1953) define ciência natural por um método e um conhecimento sem propriedades especiais: o comportamento não tem propriedades especiais e, por isso, não exige métodos de estudo e conhecimentos especiais. Essa definição ainda é confusa, o que seriam essas propriedades especiais?

O que Skinner parece sugerir é que propriedades especiais são tudo aquilo que não é observável. A primeira característica da ciência natural skinneriana tem um cunho metodológico e epistemológico: o estudo do comportamento deve envolver aquilo que é passível de observação e uma teoria do conhecimento comportamental deve se fundar nos enunciados derivados desse estudo. Não se trata de um behaviorismo metodológico que ignora eventos privados, a solução para os eventos privados reside no comportamento verbal, que não trataremos aqui visto as limitações da tese.

Essa característica da ciência skinneriana delimita operacionalmente um campo de estudo, mas não resolve a questão das propriedades especiais. Essa questão parece direcionar para enunciados ontológicos e Skinner parece definir o mundo natural pelo seu oposto: como aquele que não é sobrenatural. Ele assume que “o mundo é feito de apenas um tipo de coisa – tratado com grande sucesso pelos físicos e suficientemente bem, para todos os propósitos, pelo senso comum. Organismos fazem parte desse mundo e seus processos são, então, processos físicos” (Skinner, 1967, p. 325).

Na tentativa de afastar o esoterismo e o misticismo de sua ontologia Skinner assume que só há um mundo e identifica-o com o mundo físico. Qualquer explicação que dualize esse mundo, portanto, é irrelevante. As causas do comportamento não devem, assim, ser encontradas no fantasma da alma ou na figura de um deus, mas no mundo. Evidentemente essa definição é muito geral e a identificação com o mundo

físico não parece ser bem justificada: o mundo é tratado com sucesso pelos físicos, mas disso decorre que seja físico? Ele é tratado suficientemente bem pelo senso comum, por que não ser um mundo do senso comum? Além disso, não salvaguarda uma precisão conceitual técnica: por processos físicos, há tudo o que existe no universo, como os processos químicos ou quânticos e não uma aliança necessária com a física de Newton ou a física de Einstein.

Não seria esse mundo skinneriano a natureza da qual fala Merleau-Ponty no início do *Structure*, um amontoado de coisas exteriores entre si e ligados por relações de causalidade? Precisamos analisar as demais partes de Skinner (1953) para expor nossa opinião com mais propriedade, por enquanto, o notável é que o mais próximo que Skinner (1953) chega da definição merleau-pontyana é na identificação *terminológica* com o mundo físico, carecendo que o termo “físico”, enquanto termo técnico em ambos autores, seja elucidado. Caso seja tratado como uma assunção ontológica ou metafísica, delongar-se nela e tentar buscar uma precisão pode ser tentador, mas dificilmente efetivo ou exequível. Gostaríamos, todavia, de chamar a atenção para o reconhecimento de que o senso comum lida suficientemente bem com esse mundo, seja ele qual for, e isso parece ser suficiente. É nesse terreno impreciso que teremos que caminhar daqui por diante, mas é também nesse mesmo terreno que reside o afastamento da explicação skinneriana do comportamento da crítica merleau-pontyana.

II) As causas do comportamento devem ser descritas em termos físicos. Isso significa que a linguagem empregada na descrição deve ser aquela da Física. Essa também é uma afirmação problemática e guarda todo o peso da dificuldade ontológica que vimos no mundo skinneriano: ao mesmo tempo que ele é independente da Física ele é identificado com o mundo físico. Aqui também se quisermos manter a discussão no nível metafísico não avançaremos. Além disso, nem todos são físicos de profissão e toda descrição do mundo se dá pelo senso comum. Além disso, é necessário lembrar que Skinner está propondo uma análise do comportamento no campo da psicologia, onde os profissionais são psicólogos e não necessariamente físicos, por isso, não parece razoável delimitar a análise do comportamento àqueles competentes com termos técnicos da Física. Será mais elucidativo descrever o que Skinner apontou como uso dos termos físicos.

Dentre as possíveis fontes necessárias para análise funcional Skinner (1953, p. 37-8) aponta seis: 1) observações casuais, como as dadas pelo senso comum; 2) observação de campo, como as realizadas na antropologia; 3) observação clínica; 4)

observações sociais, como em rígidas instituições de controle industriais ou militares; 5) observações de laboratório com humanos; 6) observações de laboratório com animais não-humanos. Com base nessas fontes, temos uma primeira pista do que é o mundo físico de Skinner (1953): em momento algum da primeira seção do *Science* é afirmado que o mundo físico é um mundo de partes isoladas relacionadas em termos de causa e efeito, diferentemente, apenas é afirmado que para o estudo do comportamento devemos nos ater, inicialmente, ao que é observável.

Não se pode em uma análise funcional, por exemplo, construir uma relação de ordem baseado na seguinte descrição: a pessoa estava sedenta, por isso, bebeu. O termo “sedento”, para Skinner, não é um termo físico, pois não operacionaliza a ação em termos observáveis. A seguinte descrição serve como exemplo do ponto de vista skinneriano: uma pessoa realizou uma excursão e, durante a caminhada, perdeu-se em um região árida sem cantil, ficando exposta ao sol direto durante três horas, após esse período foi encontrada e disse estar sedenta, foi-lhe oferecido um copo d’água e ela bebeu. Aqui a descrição não envolveu necessariamente termos técnicos da Física, como Skinner sugeriu que devesse acontecer e, ainda assim, foi uma descrição legítima, embora simplificada e hipotética. Diferentemente, ela envolveu, como Skinner reconheceu como possível, uma descrição que qualquer pessoa pode fazer e, portanto, dentro dos limites do senso comum.

O que Skinner quer dizer com a utilização descritiva de termos físicos, então, não parece ser congruente com sua proposta. Parece ser, diferentemente, apenas uma forma de enfatizar que termos como sede, intenção, significado, amigável, desorganizado, inteligente etc., envolvem uma falta de conhecimento acerca das causas do comportamento, de forma que “se declarações desse tipo são úteis para propósitos científicos, elas devem se basear em eventos observáveis” (Skinner, 1953, p. 36). Então, por “termos físicos”, assim como que por “nos limites de uma ciência natural”, Skinner quer dizer, apenas, enunciados baseados em fenômenos observáveis, independentemente de se referirem a qualquer tipo de mundo ontológico, como o físico ou o senso comum.

Os resultados, até agora, ainda deixam questões. A descrição é considerada neutra? Essa questão é importante, pois conceber a descrição como neutra implica em colocar o descritor como um observador à parte do mundo do observado. Outras questões são referentes ao termo “observável” utilizado com frequência por Skinner. A que se refere esse termo? Àquilo que se vê? Àquilo referente aos sentidos? Se a

descrição deve admitir apenas o observável, o que dizer dos eventos internos, como pensamentos, sentimentos e emoções? Uma vez que eles não são publicamente observáveis, então eles devem ser excluídos da análise? Uma solução a essas questões está na seção III do *Science* e, por enquanto, elas ficarão em aberto.

Falamos, até agora, dos dois terrenos descritivos citados por Skinner (1953) sobre os quais a análise funcional deve ser construída e não da análise funcional propriamente dita. Limitando-nos aos resultados obtidos até o momento, de posse da descrição o analista do comportamento inicia sua análise funcional na questão: onde posso encontrar ordem? Onde há possíveis relações?

Retomemos o exemplo da pessoa que realizou uma excursão. A descrição está lá e, a partir dela, *nós* podemos suspeitar que há alguma relação entre caminhar em uma região árida sem acesso a água durante algum tempo e a ação de beber água e esse é só o começo da análise funcional. Para estabelecermos ordem, devemos *observar* relações semelhantes em um período de tempo. Feitas duas ou mais descrições e observadas relações semelhantes, realizamos uma análise funcional e seu produto é uma relação ordenada chamada de relação funcional. Uma relação funcional sobre o exemplo hipotético aqui realizado pode ser: em condições de esforço físico, insolação e escassez de água etc. a probabilidade de que o organismo em questão beba água se ela estiver disponível é alta.

A análise funcional é um método indutivo aplicado não às coisas do mundo, mas ao comportamento, à relação entre um organismo e seu meio. É o processo de ordenação ou procura de regularidades em *várias* descrições de situações semelhantes. Uma única descrição não é suficiente para estabelecer uma relação funcional e, de um ponto de vista indutivo, a análise funcional não tem fim, ou seja, sempre é possível acrescentar novas análises. A relação funcional é uma conclusão indutiva e quanto mais regularidades estabelecidas, maior a força da conclusão.

A relação funcional é uma regularidade resultada da análise de caso único: observa-se e descreve-se o modo como um organismo age no decorrer do tempo e busca-se regularidade nessa descrição. Pode-se dizer, em um sentido vago, que a relação funcional é uma lei ou teoria que serve para um organismo específico. Há, ainda, um passo mais geral: a busca de regularidades entre os organismos e a formação de uma teoria comportamental. A teoria comportamental, assim, deve ser fundada na análise funcional de regularidades individuais. Pode-se dizer que a teoria comportamental é composta de enunciados sobre enunciados.

Em suma, podemos reparar nesse movimento uma distinção importante em relação à metodologia. A teoria comportamental pressupõe a análise funcional, que pressupõe a descrição dos fenômenos. Há, então, três movimentos metodológicos: descrição, análise da descrição e formação de teoria¹³. Isso não implica em um empirismo ingênuo que iniciaria o estudo sem pressupostos, hipótese, motivações, recortes etc. Vejamos, agora, a questão da mudança das noções de causa e efeito. Para se afastar das variadas noções tradicionais de causa Skinner (1953) as redefine em termos de variáveis:

Uma “causa” se torna uma “mudança em uma variável independente” e um “efeito” se torna uma “mudança em uma variável dependente”. A antiga “conexão causa-e-efeito” se transforma em “relação funcional”. Os novos termos não sugerem como uma causa gera seu efeito; eles meramente indicam que diferentes eventos tendem a ocorrer juntos em certa ordem. (p. 23).

Essa afirmação possibilita reinterpretar a causa e o efeito. O uso das aspas para indica-los já é uma alusão de cuidado em seu uso. Uma interpretação possível é que a causa e o efeito se tornam secundários ao comportamento, deixam de existir independentemente do homem e se tornam resultados de uma ação humana específica: o controle. A fórmula geral do método é operacionalizada: o homem manipula o meio e espera que mudanças ocorram frente a essa manipulação.

De um ponto de vista epistemológico, torna-se legítimo na construção do conhecimento a ação humana sobre as coisas e não as coisas em si, isso implica que no domínio dessa nova definição questões sobre se o conhecimento é baseado em nossas sensações ou em nossa razão perdem sentido: o conhecimento é baseado no comportamento.

Um novo domínio ontológico começa a aparecer. Não há uma preocupação de descobrir se uma causa, de qualquer natureza, gera um efeito, mas de construir uma ordem desprezível em relação a realidades de tipo causal. A ordem estabelecida não alude a objetos no mundo ligados por relações de causalidade, mas por eventos ligados por relações funcionais. Uma mudança fundamental em relação às perspectivas tradicionais é que a ordem não é uma descrição que representa a realidade, nem uma lei

¹³ Há problematizações acerca da descrição e da explicação no behaviorismo radical, por exemplo, Laurenti e Lopes (2009) salientam que Skinner oscila entre uma posição que defende que descrever é explicar e outra posição que defende que há uma etapa preliminar de descrição, seguida de uma etapa de explicação.

correspondente à conexão entre causa e efeito, mas uma descrição que representa uma interpretação humana chamada de relação funcional.

Essa nova concepção de causa é incompatível com algumas concepções de causa tradicionais. Dentre as concepções tradicionais estão algumas causas populares do comportamento. Uma delas está nas práticas humanas que assumem relações de causalidade entre qualquer evento que possa ocorrer simultaneamente ao comportamento, dentre essas práticas estão a astrologia, a numerologia e afins¹⁴. Outra popular atribuição de causa ao comportamento está nas estruturas ou formas corporais. Aqui, estrutura e forma não tem o mesmo sentido que em Merleau-Ponty, mas se referem aos caracteres biológicos do organismo, como a cor da pele ou a estrutura óssea. Esses fatores não são suficientes para explicar o comportamento em sua totalidade.

Além das causas populares, Skinner (1953) critica a atribuição de “causas” internas ao objeto estudado. Elas aparecem de forma mais sutil e, muitas vezes, permeiam várias disciplinas acadêmicas. De forma geral, o problema em atribuir causas desse tipo é de acessibilidade, ou seja, de dificuldade de manipulação e de observação. Quando falamos de acessibilidade não se trata de uma perspectiva realista que cinde o mundo em dois um acessível e outro não acessível, mas de diferentes graus de controle. Por isso Skinner (1953) considera que “somos encorajados para lhes atribuir propriedades sem justificação. Pior ainda, podemos inventar causas desse tipo sem medo de contradição” (p. 27)¹⁵.

Uma crítica complementar a essas causas é encontrada em um artigo skinneriano chamado *Are Theories of Learning Necessary?*, publicado em 1950, que distingue entre dois tipos de teorias: uma cuja explicação é fundamentada na descrição e outra cuja explicação é fundamentada em qualquer “explicação do fato observado que apela para eventos em algum outro lugar, em outro nível de observação, descrito em diferentes termos e medido, se é que o é, em diferentes dimensões” (Skinner, 1950, p. 193).

¹⁴ A crítica a esse tipo de causa não significa negar que é possível a uma consciência conceber relações de causalidade nesse nível, mas para uma ciência do comportamento esse tipo de relação de causalidade só tem utilidade se puder ser descrita no decorrer do tempo, só tem fidedignidade se puder ser observada regularmente nas descrições e só tem validade se puder ter suas condições manipuladas e as consequências observadas.

¹⁵ Como exemplo Skinner (1953) cita o flogisto de Stahl, a *vis viva* de Leibniz e a *vis medicatrix* de Hipócrates, pode-se acrescentar aqui, aos interesses dessa tese, uma semelhança com a concepção hierárquica do reflexo criticada por Merleau-Ponty: visto a dificuldade de observação, a fisiologia de Pavlov postula um centro inibidor e uma periferia dependente das decisões desse centro.

A crítica skinneriana é direcionada ao segundo tipo de teoria, que abrange, pelo menos, três “causas” internas comumente encontradas na Psicologia para a explicação do comportamento. A primeira delas são as causas neurais, ou seja, sistema nervoso e aspectos relacionados, como aqueles tratados pela fisiologia e endocrinologia. A segunda são as causas mentais ou psíquicas, ou seja, agentes interiores como vontade, anima, espírito, personalidade, apetite, inconsciente, razão, etc. A terceira são causas conceituais, que não tem propriedades neurais nem mentais, mas tautológicas, como a afirmação de que alguém come porque tem fome.

O que há de comum a todas essas causas é o dualismo e o reducionismo explicativo. Trata-se de um dualismo, pois divide o organismo em duas dimensões diferentes, interior e exterior, e de um reducionismo interno pois considera apenas a faceta interior como característica explicativa, mas o que dizer de um reducionismo externo?

Skinner não parece fazer muito esforço para afastar um reducionismo externo de sua proposta assim como o fez para afastar o reducionismo interno. Para afastar esse último além de publicar um artigo inteiro sobre tal assunto (Skinner, 1950), dedicou uma parte considerável do terceiro capítulo de seu livro (Skinner, 1953) para complementá-lo. Pode-se inclusive suspeitar da defesa de um reducionismo externo quando Skinner (1953) cita:

Finalmente, uma ciência do sistema nervoso baseada na observação direta ao invés da inferência descreverá o estado neural e eventos que imediatamente precedem instâncias do comportamento. Conheceremos a condição neurológica precisa que imediatamente precede, digamos, a resposta “não, obrigado”. Perceber-se-á que esses eventos serão precedidos por outros eventos neurológicos, e esses por outros. Essa série nos levará de volta a eventos fora do sistema nervoso e, finalmente, *fora do organismo* [ênfase adicionada] (p. 28).

Se, de um ponto de vista ontológico, a proposta skinneriana concebesse o organismo e o comportamento como constituídos de partes exteriores entre si e ligadas por relações de causalidade e, de um ponto de vista epistemológico, defendesse a crença na correspondência entre as entidades postuladas pela teoria comportamental, os estímulos e as respostas visíveis e sua parte real no interior do organismo, como possíveis respostas reflexas e motoras, então ela não traria novidade alguma, porém, uma mudança significativa é expressada em Skinner (1945): “o problema dos termos subjetivos não coincide exatamente com o aquele do estímulo privado, mas há uma conexão estreita. Precisamos saber as características das respostas verbais ao estímulo

privado para abordar a análise operacional do termo subjetivo” (p. 271). Isso significa que Skinner não defende uma teoria do significado pela correspondência entre termo e evento interior. Se as obras de Skinner anteriores a 1945 defendem essa posição tradicional é um estudo que deixaremos para ser realizado em outro momento.

O afastamento da suspeita em relação a essa citação se torna mais fácil: ela não corresponde à proposta skinneriana para o estudo científico do comportamento. No máximo essa citação revela uma fé skinneriana na possibilidade de uma ciência objetiva do sistema nervoso. Essa citação faz parte da crítica de Skinner à explicação por vias internas, como a continuação da citação em Skinner (1953) sugere: “Entretanto, devemos notar que não temos e poderemos nunca ter esse tipo de informação neurológica no momento em que seria necessária para predizer uma instância específica do comportamento” (p. 28). Se não temos tal informação e podemos nunca ter, então a proposta skinneriana deve salvaguardar, pelo menos, algum grau de independência em relação a explicações via interior do organismo para que seja realizável.

Há, entretanto, uma suspeita de reducionismo externo que deve ser analisada com exatidão por se referir à análise funcional enquanto proposta metodológica skinneriana. Por exemplo, Skinner (1953) afirma que as “*variáveis externas* [ênfase adicionada] das quais o comportamento está em função fundamentam o que pode ser chamado de análise causal ou funcional” (p. 35), ou que a “objeção aos *estados interiores* [ênfase adicionada] não é a de que eles não existem, mas que eles *não são relevantes* em uma análise funcional” (p. 35).

Quando nos atemos aos exemplos dados por Skinner (1953) para elucidar essas afirmações, entretanto, o interesse não parece ser sobre interior ou exterior ao organismo, no sentido ontológico de uma coisa presente em um meio material, mas sobre o discurso acerca das variáveis. Vejamos o exemplo:

As variáveis independentes devem também ser descritas em termos físicos. Esforços são frequentemente feitos para evitar o trabalho de analisar uma situação física por adivinhar o que ela “significa” para um organismo ou por distinguir entre o mundo físico e o mundo psicológico da “experiência”. Essa prática também reflete uma confusão entre variáveis dependentes e independentes. Os eventos que afetam um organismo devem ser possíveis de serem descritos na linguagem da ciência física. Às vezes é defendido que certas “forças sociais” ou “influências” da cultura ou tradição são exceções. Mas não podemos recorrer a entidades desse tipo sem explicar como elas afetam tanto o cientista, quanto o indivíduo sob observação. Os eventos físicos que devem ser recorridos em tal explicação serão suficientes como material alternativo adaptados para uma análise física (p. 36).

Os termos indicados entre aspas são aqueles que, tomados individualmente, geram confusões acerca das variáveis. Os eventos interiores e exteriores têm o mesmo peso explicativo: não se pode explicar pela “experiência”, tampouco pelas “forças sociais”. Retomemos o exemplo do homem que fez uma excursão. De um ponto de vista explicativo skinneriano, afirmar que “forças sociais” o impeliram a realizar uma excursão nada diz sobre as condições sociais e culturais do homem que fazem parte de sua decisão de viajar. Um estudo do caso poderia informar, por exemplo, que ele nasceu e viveu em uma sociedade que incentiva viagens, que ele ganha dinheiro suficiente onde trabalha para que a viagem se realize, que seus amigos o incentivaram a ir etc.

Não há problema em se falar em “significado”, “experiência”, “forças sociais” ou “influências culturais” se por elas quisermos resumir uma descrição e análise maiores. Dizer que alguém bebe porque tem sede ou viaja por forças sociais é negligenciar as condições sob as quais bebeu e viajou. A negligência das condições é o que Skinner aponta como confusão de variáveis. É preciso, ao recorrer a esses termos ou a entidades desse tipo, descrever, entender e ordenar a situação, contexto ou condições a que se referem. Por isso Skinner (1953) afirma que ao

confinarmos a esses eventos observáveis, ganhamos considerável vantagem, não apenas na teoria, mas na prática. Uma “força social” não é mais útil na manipulação do comportamento que um estado interno de fome, ansiedade ou ceticismo. Assim como precisamos relacionar esses estados internos a variáveis manipuláveis, às quais foi dito anteriormente estarem em função, antes de podermos os colocar em uso prático, também precisamos identificar os eventos físicos pelos quais a “força social” é dita afetar o organismo antes de podermos manipulá-la, pelos propósitos de controle. Ao lidar com a informação diretamente observável não precisamos nos referir ao estado interno ou à força exterior (p. 36).

Estamos agora em melhores condições de apontar uma interpretação possível na qual Skinner não propõe um reducionismo exterior. Sua preocupação não é colocar eventos exteriores ao organismo como realidades a partir das quais a análise funcional é possível, mas com a necessidade de operacionalização dos termos, sejam referentes ao interior ou ao exterior do organismo. Assim como não se pode explicar o comportamento pela sede, supostamente interior, também não se pode por forças sociais, supostamente exteriores. Temos, então, sobre a questão do interno e externo ao organismo, assim como em relação ao uso dos termos físicos, que, ao contrário do que é afirmado literalmente por Skinner (1953), o que interessa na construção de uma teoria comportamental é o perceptível, que não é nem externo, nem interno. Se

permanecermos na dualidade entre externo e interno dificilmente será possível lidar com o comportamento total.

A justificativa para a opção de que estabelecer as variáveis importantes para a análise do comportamento fora do organismo, isto é, em seu ambiente imediato e em sua história ambiental, é de que a explicação via interior tende a obscurecê-las. Vejamos o exemplo: um homem em uma sala com um copo de água a sua frente. Ele beberá? Dirão alguns: apenas se estiver com sede, desidratado ou assim desejar. Esse tipo de explicação interior – desidratação ou desejo/vontade – não interessa à proposta skinneriana, “o que queremos avaliar é a *probabilidade* dele beber [...] estamos interessados em como a probabilidade pode ser aumentada ou diminuída” (Skinner, 1953, p. 32).

Isso não significa a negação da existência dos estados interiores, sejam eles de qualquer natureza, mas apenas de que a aplicação dos termos referentes a eles como única explicação do comportamento é irrelevante para uma análise funcional. As perguntas de interesse são: em quais condições podemos dizer que um organismo beberá com maior ou menos probabilidade? As variáveis relevantes encontradas serão de natureza bem diferente da mera afirmação de sede: temperatura, exercício, tempo sem beber água etc. Assim, o interesse é direcionado às condições, contexto ou ambiente de ação de um organismo. A noção de ambiente é importante, voltaremos a discuti-la posteriormente.

Finalizamos, aqui, uma breve análise da primeira seção do *Science* e gostaríamos de resumir alguns dos dados obtidos antes de tecer algumas considerações finais. No plano ontológico, Skinner considera a existência do mundo, que ele chama de físico ou natural. O discurso sobre esse mundo, entretanto, é carregado de dubiedade: afirma que é um mundo físico, mas, quando operacionalizado pelo próprio Skinner, tal mundo perde a característica de físico e ganha a característica de percebido. Se tomarmos a operacionalização dos termos oferecida por Skinner como a principal contribuição do momento, somos levados a considerar que não é com o mundo real que estamos lidando, mas com o mundo perceptivo, com a relação entre mundo e organismo, isto é, com o comportamento. O mundo comportamental não pode ser adequadamente definido pelas propriedades ontológicas do mundo real, mas pelo que ele pode ser metodologicamente: perceptível. Uma interpretação possível é que o acréscimo do adjetivo “físico” ou “natural” ao mundo ou à ciência skinneriana serve

somente para indicar um afastamento de um mundo dual, esotérico, místico ou sobrenatural.

No plano epistemológico, a construção de uma teoria comportamental se dá de forma indutiva a partir do perceptível. Isso não significa que o mundo se limite ao perceptível, mas apenas que a percepção é o limite humano do conhecimento. Nesse sentido, o estudo do comportamento se funda nela. A metodologia do comportamento, portanto, suporta os mais variados métodos que a imaginação humana possa elaborar. O sexo dos anjos, nessa perspectiva, não é e nunca poderá ser o objeto do método comportamental, mas o discurso que o homem faz sobre ele pode.

2.1.2 Seção II – A análise do comportamento

A segunda seção discorre sobre uma ciência do comportamento: a análise do comportamento. De forma geral, apresenta uma classificação de variáveis e uma discussão sobre os processos comportamentais com elas relacionados. Nessa seção aparece uma distinção extremamente importante, no âmbito da proposta skinneriana, entre comportamento reflexo e comportamento operante. Essa distinção é essencial como marco do afastamento da proposta skinneriana em relação ao behaviorismo de Watson ou, nas palavras de Merleau-Ponty, de um behaviorismo estrito.

Ao discorrer sobre o comportamento reflexo, Skinner (1953) dá uma atenção especial à relação entre vida e movimento. Por vezes atribuiu-se vida a qualquer objeto em movimento, em um princípio chamado de animista. Entretanto, parece haver uma diferença especial nos movimentos dos corpos que nos exige cautela em considerar apenas um tipo de movimento. Somos, pois, obrigados a distinguir entre dois tipos: um intencional, o movimento de um organismo vivo, e um não-intencional, o movimento físico, como exercido pela ação da gravidade. O primeiro se refere aos movimentos dos corpos que tem uma direção, isto é, “age para alterar o ambiente” (p. 45) e o segundo é supostamente aquele cujo direcionamento não é intrínseco, isto é, independe do direcionamento dado por um organismo. Há, aqui, o surgimento da vida tal como concebida por Skinner: a possibilidade de um movimento direcionado a um fim tido, de forma geral, como a modificação ambiental.

Esse movimento primordial, entretanto, pode ser semelhante ao movimento dos objetos e na Modernidade, com Descartes, ele foi identificado com o movimento mecânico. O corpo seria um autômato dirigido pela razão. Essa não parece ser a

proposta skinneriana, contudo, Skinner se utiliza dela como uma analogia para a análise do comportamento reflexo. Caso se corte o rabo de uma salamandra ele continua se movimentando e, caso perfurado por exemplo, ele modifica seu movimento. A partir desse exemplo, pode-se supor o relacionamento de algum fator interno ao movimento do rabo, como uma vontade ou intenção, assim como algum fator externo.

Skinner (1953) dá uma atenção especial ao estímulo e à resposta a ele relacionado no chamado comportamento reflexo. Esse tipo de comportamento foi estudado inicialmente em organismos lesionados, podendo ser observado em relação com vários aspectos corporais, como receptores, músculos e sistema nervoso central. Skinner não concebe o arco-reflexo como uma soma de partes reais, mas como uma teoria ou hipótese. Na medida em que foram desenvolvidos técnicas e instrumentos para o manejo de variáveis o estudo do comportamento reflexo se estendeu para o organismo intacto (Chiesa, 2006, p. 168; Skinner, 1956/1961d, p. 80; Tourinho, 2012, p. 74; Tourinho, Teixeira & Maciel, 2000, p. 427), que é o organismo estudado pela análise do comportamento, como veremos com mais propriedade na seção 2.1.3.

O comportamento reflexo, entretanto, tem um papel limitado na explicação do comportamento. Ele se trata de uma parte do comportamento que tem alta probabilidade de previsão e controle; por exemplo, o médico se utiliza do reflexo plantar, patelar ou ocular para detectar certos problemas ou características de um organismo ou um cisco pode provocar lacrimejamento, facilitando a extração do material do olho, mas, o comportamento do organismo intacto como um todo não pode ser reduzido ao reflexo, como Skinner (1953) reconhece:

Apesar da importância sugerida por esses exemplos, permanece verdadeiro que se pudéssemos reunir todo o comportamento que se encaixa no padrão do reflexo simples, deveríamos ter apenas uma fração demasiado pequena do comportamento total do organismo. Isso não é o que as investigações iniciais esperavam. Vemos, agora, que o princípio do reflexo foi sobrecarregado. A entusiasmante descoberta do estímulo levou a reivindicações exageradas. Não é plausível, nem conveniente, conceber o organismo como um complicado *jack-in-the-box* com uma longa lista de truques, sendo que cada um pode ser evocado pressionando o botão apropriado. A maior parte do comportamento do organismo intacto não está sob esse tipo primitivo de controle de estímulos. O ambiente afeta o organismo em várias formas que não são convenientemente classificadas como “estímulos” e, mesmo no campo da estimulação, apenas uma pequena parte das forças que agem sobre o organismo eliciam respostas de uma maneira invariável como a da ação reflexa. Ignorar totalmente o princípio do reflexo, entretanto, seria igualmente injustificado (p. 49-50).

Visto que o comportamento reflexo não deve ser ignorado, ele deve contribuir ao estudo do comportamento como um todo. Skinner (1953), então, inicia um exame do comportamento reflexo condicionado e expõe um conto de Bernard Shaw sobre Pavlov. Em suma, uma garota foge de medo de um rugido e um míope lhe explica que sua fuga é um reflexo condicionado, fruto de uma associação com o rugido de um leão no passado, cuja descoberta custou 25 anos de trabalho e a vida de cães no experimento. A garota responde que o míope deveria ter perguntado para ela o por que fugia, ao invés de gastar esse tempo e a vida dos cães. Tal reflexo condicionado seria de conhecimento de qualquer criança, mas nunca teria sido provado em laboratório. O rugido seria suficiente e necessário para acionar um mecanismo reflexo condicionado de corrida para fugir da ameaça.

Skinner (1953, p. 51) não está convencido de que a fuga da garota possa ser reduzida ao comportamento reflexo ou reflexo condicionado¹⁶, mas, antes de expor sua proposta, opta por examinar o desconhecimento de Shaw acerca da importância do estudo do comportamento, através de uma análise histórica do processo que levou Pavlov a elaborar a teoria do reflexo condicionado. Pavlov estava interessado inicialmente no estudo dos processos digestivos e não na procura do condicionamento reflexo, todavia, quando começou a *controlar* as condições de salivação, observou um padrão chamado de reflexo condicionado. Todo esse processo de trabalho, seus resultados e implicações práticas, científicas e sociais não são de conhecimento de qualquer criança, nem podem ser resumidos à percepção de alguém que não foi treinado na área. Na visão skinneriana a maior importância dos trabalhos de Pavlov foi ressaltar a relevância da manipulação ambiental para a mudança comportamental e não “descobrir” o reflexo condicionado. Para Skinner (1953) o principal resultado atingido pelos trabalhos de Pavlov não foi a descoberta de um processo neural, “mas de relações quantitativas importantes que nos permitem, independentemente de hipóteses neurológicas, dar uma avaliação direta do comportamento no campo dos reflexos condicionados” (p. 54).

Antes ainda de apresentar a proposta sobre comportamento operante Skinner comenta sobre o valor de sobrevivência do comportamento reflexo. De forma geral, o comportamento reflexo, condicionado ou incondicionado, está intimamente relacionado com a sobrevivência do organismo, mas nem sempre atua em benefício do organismo,

¹⁶ Tal “comportamento, como veremos depois, não exemplifica o reflexo simples, condicionado ou de qualquer tipo” (Skinner, 1953, p. 51).

por exemplo, uma criança atacada por um cão pode vir a temer (reflexo) e evitar (operante) todos os cães no futuro, mesmo que o relacionamento com cães possa lhe trazer benefícios. E assim como o reconhecimento dos limites do comportamento reflexo, Skinner também reconhece os limites do comportamento reflexo condicionado. Ainda que ele seja útil para, por exemplo, elaborar procedimentos para apaziguar as fobias de uma criança atacada por um cão ou treinar respostas emocionais em soldados, ele também não dá conta do comportamento em sua totalidade.

A proposta definitiva de Skinner está no comportamento operante, que será tratado com mais detalhes na discussão da tese. Por ora, basta reconhecer dois itens. Primeiro, sua diferença em relação ao reflexo. O foco de estudo deixa de ser um estímulo específico antecedente que se relaciona com uma resposta, para abranger as condições, consequentes ao comportamento¹⁷, que afetam ou modificam o próprio organismo ou comportamento futuro. Segundo, sua importância. Um indicativo dela está nos moldes pelos quais o *Science* foi projetado. A seção II, que estamos discutindo no momento, apresenta o maior volume de escritos em comparação com as outras seções; é composta de onze capítulos sendo que o segundo – capítulo V – introduz o estudo do termo operante e os demais nove se prestam a explicar suas implicações práticas e teóricas.

A noção de comportamento operante como processo oferece o contexto sob o qual ele ocorre, é mantido, fortalecido ou extinto. Tal processo é chamado de condicionamento operante e ajuda a entender os motivos pelos quais Skinner concebe o comportamento como determinado para fins científicos e epistemológicos, pois é através dele que o ambiente constrói o repertório comportamental (Skinner, 1953, p. 66).

¹⁷ Vale ressaltar que, aqui, estamos utilizando o conceito de comportamento num sentido próximo ao de resposta como ação pontual no mundo e no tempo, mas não como resposta como ação pontual e causada por um estímulo eliciador. Essa variação do uso do termo é frequente, tanto em Skinner quanto nos comentadores, pois facilita a compreensão do conceito na medida em que dá um limite palpável à ação, mas, como já vimos na primeira seção do *Science*, devemos ter em mente um comportamento histórico, enquanto processo e não coisa. O próprio Skinner (1953) alude ao uso impreciso dos termos: “É costumeiro se referir a qualquer movimento do organismo como uma ‘resposta’. A palavra é tomada emprestada do campo da ação reflexa e implica em um ato que, por assim dizer, responde a um evento anterior – o estímulo. Porém, podemos fazer um evento contingente ao comportamento sem identificar, ou estar apto a identificar, um estímulo antecedente. Não alteramos o ambiente de um pombo ao *elicir* o movimento de levantar a cabeça. É provavelmente impossível mostrar que qualquer único estímulo invariavelmente preceda a esse movimento. Comportamentos desse tipo podem acontecer sob o controle de estímulos, mas a relação não é de eliciação. O termo ‘resposta’ não é, portanto, inteiramente apropriado, mas está tão estabelecido que devemos usar nas discussões seguintes” (p. 64). Para uma discussão detalhada acerca da definição de comportamento ver Lopes (2008).

No âmbito do condicionamento operante daremos uma atenção inicial à noção de consequência e, posteriormente, à noção de antecedente. A primeira abrange todos os fatores que ocorrem após a resposta e que podem ser com ela relacionados, como o conceito de reforço. Ao diferenciar sua proposta pavloviana, Skinner (1953) expõe que para Pavlov o “reforçador é pareado com um *estímulo*; enquanto que no comportamento operante ele é contingente a uma *resposta*” (p. 65). Isso implica uma mudança paradigmática fundamental: o estímulo antecedente não é mais causador da resposta, diferentemente, são as condições consequentes às respostas as responsáveis por suas vicissitudes. No condicionamento operante, portanto, é preciso *assumir*, como concepção de trabalho, que a consequência sempre modifica ou mantém a probabilidade de ocorrência futura de uma resposta (Skinner, 1953, p. 85; p. 86).

Estão subsumidos à noção de condicionamento operante vários procedimentos ou princípios da aprendizagem que recorrem ao conceito de consequência. Como um termo técnico, por exemplo, o estímulo, ou material apresentado, é chamado de reforçador e o ato de apresentá-lo após uma resposta é chamado de reforço. A relação entre o reforço e a resposta é chamada de contingência de reforçamento, que é usada no controle do comportamento como uma medida quantitativa para analisar a frequência das respostas. De forma geral, programa-se uma contingência de reforço e expõe-se um organismo a ela durante um tempo, seguidamente, descreve-se a frequência de resposta a partir desse histórico¹⁸.

É muito comum, em uma leitura precipitada, definir o reforçador por propriedades apriorísticas à contingência de reforço, por exemplo, pode-se dizer que comida, chocolate ou água são reforçadores. Esta não é a proposta skinneriana. Os eventos reforçadores são descritos sempre *a posteriori* do procedimento e definidos a partir da frequência com que se relacionam com a resposta. Somente após observarmos, por exemplo, o aumento da frequência de pressão a barra por um rato, após a introdução da água a cada pressão, que podemos dizer que a água funciona, ou melhor, relaciona-se funcionalmente com a resposta, como reforçador¹⁹.

¹⁸Esse tipo de programação é comum na análise experimental do comportamento. É uma linguagem corriqueira nessa área dizer que se programa uma contingência de reforço. Não queremos propor, com isso, a exterioridade do organismo em relação à contingência, teceremos uma crítica a esse posicionamento experimental adiante.

¹⁹ Há uma discussão sobre a circularidade do reforçamento. Para nossos propósitos, basta reconhecer que Skinner (1953) tenta resolver a circularidade pelo apelo ao fator empírico e não lógico: o reforço não reforça porque é reforçador; observa-se que algo teve um efeito fortalecedor – aumento de probabilidade – no comportamento e chama-se esse algo, a partir desse acontecimento, de reforçador. Os interessados poderão ler, por exemplo, Prado Jr (1982).

A opção pela definição *a posteriori* do caráter reforçador pode gerar inquietações e questionamentos acerca do porquê um reforçador reforça. Muitos não estão acostumados com a aceitação do fenômeno observável e buscam por explicações que extrapolam os limites da capacidade humana biológica ou cultural. Assumir que as consequências selecionam o comportamento é uma *regra* prática para fortalecê-lo e estudá-lo em termos objetivos e não uma *teoria*, porém, buscar o “por quê” o reforçador reforça é buscar uma explicação teórica (Skinner, 1953, p. 81).

Skinner se arrisca a discutir algumas explicações teóricas de acordo com sua proposta. Muitas vezes se explica em termos de prazer: um organismo se aproxima ou busca algo agradável ou se afasta de algo desagradável. Esse tipo de explicação está sujeito a seguinte crítica: como não observamos o estado interior, mas apenas as ações externas, tal estado é inferido do observável e, portanto, pode ser um efeito da consequência. Pode-se, alternativamente em um organismo humano, perguntar se algo é agradável ou desagradável, contudo, independentemente do prazer, o aumento ou a diminuição da frequência do comportamento é exteriormente observável. Além disso, mudanças ambientais no decorrer da história de um organismo exercem um papel fundamental no modo como ele lida com o prazer, por isso, é possível observar relações comumente relatadas como “desprazerosas”, como o masoquismo e o martírio, aumentar de frequência. O prazer, nessa concepção, não é critério para determinar o caráter reforçador de um estímulo.

Pode-se, também, dizer que o reforço reforça porque diminui um estado de privação. Nesse caso, a relação entre reforço e privação deve ser encontrada na história evolutiva: organismos “suscetíveis” à água, alimento ou sexo foram selecionados. Essa explicação biológica, entretanto, também sofre uma crítica: ao se mudar o ambiente, água, alimento ou sexo podem não ser mais vantajosos, por exemplo, em um mundo de comida escassa comer sempre que se pode é vantajoso, mas em outro contexto pode gerar problemas de saúde, como obesidade. Para um programa de análise funcional, isto é, uma prática que se preste à previsão e controle do comportamento, uma explicação biológica desse tipo é de pouca ajuda. A questão crucial reside, portanto, na mudança ambiental e na atenção aos efeitos dela resultantes.

A assunção da consequência como algo que sucede uma resposta ajuda a entender uma ampla gama de fenômenos comportamentais. Diz-se, por exemplo, que no experimento de Thorndike o gato não passou por um processo de aprendizagem, pois não teria percebido a conexão entre abrir a jaula e escapar. Para o condicionamento

operante, entretanto, o perceber, no sentido de estar ciente ou consciente de todo o processo, não é algo necessário. No caso de organismos humanos, por exemplo, segundo Skinner (1953)

Tanto durante quanto após o processo de condicionamento, o organismo humano frequentemente fala sobre seu comportamento em relação com seu ambiente (capítulo XVII). Seu relato pode ser útil em um experimento científico e sua reação ao seu próprio comportamento pode até ser uma importante ligação entre certos processos complexos. Mas tais relatos ou reações não são requeridos no processo de condicionamento operante simples. Isso é evidente no fato de que alguém pode não estar apto a descrever a contingência que claramente exerceu um efeito. (p. 84).

O estudo do condicionamento operante, nesse sentido, não é o estudo da realidade, tampouco a descrição de um processo operante deve ser a descoberta dessa realidade. Como ou por que a relação entre consequência e resposta acontece, se é que acontece, não é relevante para uma análise funcional como o próprio Skinner (1953) reconhece: “o reforçador simplesmente *sucede* à resposta. Como isso é trazido [*brought about*] não importa” (p. 85). Contudo, Skinner parece receoso em avançar na análise dessa possibilidade, aproximando-se de um antirrealismo ou de uma fenomenologia, e retrocede a análise dizendo que quando há apenas uma conexão acidental entre a resposta e a apresentação do reforçador, o comportamento é chamado de supersticioso. Não será necessário discutir o comportamento supersticioso, basta a essa tese reconhecer que para Skinner (1953) “o operante não é algo que aparece pronto no comportamento do organismo. Ele é o resultado de um processo contínuo de modelagem” (p. 91). Além disso, devemos lembrar que contexto, comportamento e consequência não são partes reais, como se as juntando tivéssemos o comportamento total, são apenas unidades verbais de análise construídas para fins teóricos e práticos no estudo do comportamento. Em relação à unidade do comportamento, Skinner (1953) nos traz um lembrete:

Dessa maneira, o comportamento é quebrado em partes para facilitar a análise. Essas partes são as unidades com as quais contamos e cuja frequência exerce um importante papel em trazer [*arriving*] as leis do comportamento. Elas são os “atos” aos quais, no vocabulário do leigo, o comportamento é dividido. Mesmo se tivermos que lidar com várias de suas propriedades quantitativas, *a natureza contínua última* [ênfase adicionada] do comportamento não deve ser esquecida. (p. 94).

A negligência dessa concepção unitária de comportamento, que está presente como pano de fundo ou assunção ontológica de toda a prática analítico-comportamental,

é motivo de muitos equívocos acerca da proposta skinneriana. O resultado do estudo experimental do comportamento não pode ser identificado com a totalidade do comportamento ou dos processos comportamentais. No processo de generalização de respostas, por exemplo, observado experimentalmente, pode-se observar que um organismo emite mais respostas do que aquelas que são reforçadas, isto é, ao se reforçar um operante, produz-se um aumento na frequência de outro e que treinar uma habilidade pode melhorar a performance em outra. Perguntar-se sobre por que, ao se reforçar um comportamento, aumenta-se a frequência de outro é, para Skinner (1953), um pseudoproblema, é negligenciar que há mais fatores envolvidos no condicionamento operante do que a experimentação pode indicar, quando “dividimos o comportamento em unidades rígidas e rápidas e ficamos, então, surpresos em encontrar que o organismo despreza os limites que lhe impomos” (p. 94).

Esses resultados apontados por Skinner permitem lembrar que não devemos esquecer da unidade comportamental. Poderíamos interpretar, também, que o comportamento varia independentemente do nosso controle. Essa interpretação do texto skinneriano é possível, tanto que poderíamos esperar uma resposta específica acontecer para reforçá-la, embora isso possa demorar muito tempo ou nunca ocorrer (Skinner, 1953, p. 92). A variação do comportamento ocorre “naturalmente” e pode ser fortalecida “artificialmente” pela consequência.

Nesse momento Skinner avança um ponto decisivo para a ciência comportamental: ao imputar à consequência um poder holístico sobre o comportamento, isto é, onde sua introdução modifica o organismo e seu comportamento como um todo, ele se torna um objeto controlável. Isso significa que, enquanto na explicação tradicional a unidade de análise é a resposta, um objeto cuja variação é “incontrolável” ou independente da vontade e da ação do controlador, na proposta skinneriana a unidade de análise é interação entre a resposta e a consequência: um elemento funcional chamado de contingência, onde a consequência é, para os propósitos práticos, controlável.

Além da noção de consequência, entretanto, podemos falar também em uma noção de antecedente operante, apesar de que o condicionamento operante, para Skinner (1953), “possa ser descrito sem menção a qualquer estímulo que aja antes que a resposta seja feita” (p. 107). A noção de antecedente complementa a de consequência e a de operante, e nos permite introduzir a noção de tríplice contingência, que é uma fórmula para facilitar a análise do comportamento operante total. Na contingência o

comportamento é separado em três partes: 1) situação, ocasião ou condição; 2) operante ou classe de respostas; e 3) consequência ou efeito. A segregação do comportamento em partes é apenas didática porque o que se tem é um movimento ou processo incessante. O organismo age e muda o meio, sendo que essa mudança é tanto consequência, que mudará as probabilidades com que um comportamento similar ocorra no futuro, quanto as condições para um novo comportamento²⁰.

A noção de antecedente operante é diferente da noção de antecedente ou estímulo respondente. Isso porque, para Skinner (1953), “o comportamento operante, em resumo, é *emitido* e não *eliciado*. Ele precisa ter essa propriedade para que a noção de probabilidade faça sentido” (p.107). A diferença entre emissão e eliciação pode ser assim resumida: Na primeira a resposta é *probabilisticamente* seguida à condição antecedente, a depender da consequência, trata-se do operante, enquanto que na segunda a resposta é *necessariamente* seguida à condição antecedente, trata-se do reflexo. O processo pelo qual o operante se relaciona com seu antecedente é bem diferente do processo pelo qual o reflexo se relaciona com o antecedente.

Um exemplo simplista desse processo poderá facilitar sua compreensão. Para uma criança, ingênua sobre o trânsito, o semáforo e suas luzes tem uma função diferente em relação ao motorista treinado. O motorista responde diferencialmente em relação às luzes: para no vermelho, atenta ao amarelo e prossegue no verde. Ele assim responde porque passou por um treino chamado de *discriminativo*. A ele foi ensinado²¹, digamos, que se o sinal está vermelho para ele, então, está verde para outros e que se ele passar no vermelho corre o risco de acidente. O acidente faz o papel da consequência que mudou a função das cores. Vermelho, amarelo e verde são agora estímulos discriminativos, isto é, fazem parte do antecedente operante: é mais *provável* que um motorista treinado pare no vermelho. Não se pode dizer, portanto, que o vermelho elicia a resposta de parar, mas apenas que em sua presença a probabilidade de emissão das respostas de parar, atentar, prosseguir e quaisquer outros operantes possíveis é alterada, em última

²⁰ Se nos é possível utilizar uma metáfora, dizer que o comportamento é um processo solenóide representa melhor o comportamento skinneriano do que dizer que é cíclico. O ciclo dá a ideia de que ao se chegar no mesmo ponto em que se saiu, inicia-se todo o movimento igualmente de novo. O solenóide dá a ideia de que nunca se chega ao ponto em que se saiu, mas o movimento é semelhante. Isso porque a cada momento do processo temos um organismo modificado.

²¹ Ele também poderia ter aprendido isso “sozinho”, isto é, sem que alguém o tenha instruído, mas esse processo não é usual na nossa sociedade, visto os perigos do trânsito. Nada impede, pelo menos a priori, que concebamos que alguém pode aprender o significado das luzes do semáforo dessa forma. Trata-se da diferença entre comportamento controlado por regras e por contingências.

instância, a depender da consequência, seja ela imediata ou ocorrida no histórico de treino.

Isso pode dar a ideia de um comportamento rigoroso, como se o treino passado fosse suficiente e necessário para fazer o motorista parar no vermelho. Essa interpretação, entretanto, é fruto da negligência do processo histórico e uno do comportamento. Na verdade, o motorista está em constante “treino”, não apenas o da auto-escola, mas o treino discriminativo da vida, que continuará ocorrendo até seu fim. Com o tempo, o motorista responde discriminativamente não apenas ao vermelho, mas a presença de policiais, de outros veículos ou organismos atravessando a rua, de seus próprios eventos internos, como emoção, sensação ou sentimento, etc. Todo esse processo altera a probabilidade da emissão da resposta frente ao antecedente sinal vermelho. Esse processo de relação entre operante e antecedente operante, para Skinner (1953), é apenas grosseiramente comparável com o processo de condicionamento reflexo, pois sua “relação é fundamentalmente muito diferente. Ele tem uma história diferente e diferentes propriedades atuais” (p. 108).

Ao lidar com o comportamento como um processo histórico Skinner não se esquivava de examinar a relação temporal entre os itens da contingência tríplice. Acabamos de ver, com o exemplo do motorista, que na emissão de um operante, é preciso considerar as consequências não apenas imediatas, mas também históricas que modificaram a função discriminativa dos antecedentes. O exemplo do motorista é um recorte do comportamento total para explicar um específico, o operante, que é desenvolvido no decorrer da vida de um organismo, mas o comportamento do organismo, tal como observamos agora, excede a história operante. Para Skinner (1953)

O ambiente está construído de tal forma que certas coisas tendem a ocorrer juntas. O organismo é construído de tal forma que seu comportamento muda quando entra em contato com tal ambiente. Há três casos principais. (1) Certos eventos – como a cor e o sabor de fruta madura – tendem a ocorrer juntos. Condicionamento respondente é o efeito correspondente sobre o comportamento. (2) Certas atividades do organismo efetuam certas mudanças no ambiente. Condicionamento operante é o efeito correspondente sobre o comportamento. (3) Certos eventos são ocasiões sob as quais certas ações efetuam certas mudanças no ambiente. Discriminação operante é o efeito correspondente sobre o comportamento. *Como resultado desses processos* [ênfase adicionada], o organismo que se encontra em um ambiente novo finalmente se comportará de um modo eficiente. O resultado não pode ser atingido por mecanismos inatos porque o ambiente não é suficientemente constante de uma geração para outra. (p. 125).

O organismo que se comporta pode ser interpretado, de acordo com esse parágrafo, não como fruto de condicionamento respondente ou operante, mas como o resultado de toda sua história, isto é, da interação entre condicionamentos respondentes e operantes. Isso é importante, pois mostra que o comportamento não pode ser reduzido a um ou outro condicionamento, tampouco é a soma dos dois na medida em que é o resultado da interação dos dois.

Falamos, até agora, de algumas características do operante e do reflexo, de suas diferenças, da consequência, da resposta e do antecedente, de suas relações na tríplice contingência como unidade de análise e de suas relações com a história de um organismo. Direcionaremos nossa atenção, agora, para o controle ambiental do comportamento. Nesse tópico Skinner reafirma que devemos analisar os estímulos por meio da descrição física. No plano metodológico, então, lidamos com a descrição. No plano ontológico, mais uma vez, não é mencionado, em momento algum, que o mundo físico é composto de partes ligadas por relações de causalidade, nem identificado tal mundo ao mundo de alguma disciplina física específica.

Aqui, Skinner (1953) avança alguns tópicos não tratados no item 2.1.1. É reconhecido à noção de corpo ou organismo um papel delimitador ou filtrador do que é percebido do ambiente. Relaciona-se com o comportamento apenas aquilo que o organismo permite, por exemplo, a “radiação eletromagnética do rádio e televisão não tem efeito sobre um organismo não equipado” (p.130-1). Pressupomos, portanto, que existam muito mais coisas no mundo do que o corpo pode perceber ou, em outras palavras, que há um mundo anterior à nossa existência. Isso não implica em um realismo do tipo que confunde ambiente geográfico e comportamental no behaviorismo skinneriano, pois a análise do comportamento lida apenas com o percebido, isto é, com aquilo que se relaciona funcionalmente com o comportamento²².

Isso não significa dizer que todos os organismos têm iguais condições de percepção. As diferenças individuais devem ser consideradas. Isso também não significa reduzir o comportamento a partes do corpo. Não enxergamos apenas com os olhos ou ouvimos apenas com os tímpanos. Segundo Skinner (1953), pesquisas sobre a percepção tradicionalmente “ênfatizam a ação do órgão onde o intercâmbio com o ambiente acontece [*takes place*] – o olho, o ouvido, as papilas gustativas na língua e

²² Caberia aqui, talvez, uma distinção entre ambiente e meio. O meio seria o mundo “real”, que nos antecede e que mesmo Merleau-Ponty aceita, por exemplo, na introdução de seu *Fenomenologia da Percepção*, já o ambiente seria o mundo percebido, independentemente da possibilidade de relato (conscientemente ou não), isto é, o mundo que se relaciona com o organismo e o comportamento.

assim por diante – *mas o organismo como um todo deve estar envolvido* [ênfase adicionada]” (p. 131). Tanto que muitas vezes não precisamos incluir um órgão ou parte do corpo na descrição para lidar efetivamente com um fenômeno e que vários problemas concernentes ao controle de estímulos são independentes das propriedades físicas dos objetos: “não importa se o órgão receptor é o olho ou a orelha, por exemplo, podemos trabalhar com valores de estímulo que não levantam o problema dos limites” (p. 131).

Mesmo dentro daquilo que percebemos, há relações possivelmente irrelevantes que devem ser ignoradas. Não podemos, se nosso interesse reside na eficácia da descrição, explicar a fome ou a privação de alimento dizendo que o organismo cortou o cabelo. No caso da radiação, por exemplo, “simplesmente a ignoramos tal como ignoramos a cor do aparato que usamos no estudo da mecânica *assim que descobrimos sua irrelevância* [ênfase adicionada]” (p. 131). O critério último para a exclusão de determinadas variáveis não é apriorístico, mas *a posteriori*, isto é, dependente da nossa experimentação do mundo. Podemos, por exemplo, com um alto grau de certeza negar a relação entre fome e cabelo cortado, mas apenas porque nosso histórico já nos ensinou que essa relação não parece ser frequente, diferentemente, podemos aceitar com mais facilidade o estado de privação de alimento em relação ao tempo em que a pessoa permaneceu sem comer para cortar o cabelo, mas não com o cabelo cortado propriamente dito.

Não vemos, assim, todas as cores do espectro, não sentimos todas as texturas, não cheiramos todos os aromas etc., e, por isso, se uma flor reflete comprimentos de onda que não vemos, essa cor “misteriosa” não é relevante para a análise comportamental do homem. Se para um organismo não-humano, digamos um pássaro ou uma abelha, essa cor floral seja relevante no controle de seu comportamento, então ela passará a ser relevante para uma análise comportamental dos pássaros ou abelhas. Se um pesquisador tem conhecimento de que as cores afetam outras espécies, mesmo que não as consiga ver, então ele se relaciona com esse conhecimento, embora não com as cores, e isso possibilita que ele se comporte diferentemente, em relação a outras espécies, de um pesquisador que não tenha esse conhecimento. O “contato” do pesquisador com tais cores, nesse último caso, é apenas indireto via mensuração, isto é, método, e via conhecimento, isto é, comportamento verbal. Em última instância, portanto, é com o fenômeno, a relação e o comportamento que a Análise do Comportamento lida e não com quaisquer processos físicos de fato.

Não podemos dizer, portanto, que a descrição é neutra nem de um ponto de vista biológico, no sentido de que cada organismo tem um aparato diferenciado, nem do ponto de vista social, no sentido de que cada indivíduo aprendeu a se relacionar de uma determinada maneira, nem do ponto de vista cultural, no sentido de que diferentes padrões de ensino promovidos por uma comunidade verbal fortalecem determinadas relações.

Outro tema importante em relação ao controle ambiental do comportamento se refere àquilo que Skinner chama de estímulo “interpretado”. Esse tema pode ser interpretado como a posição skinneriana acerca daquilo que a psicologia da Gestalt, ou mesmo a fenomenologia merleau-pontyana, chama de meio geográfico e meio comportamental. Não há uma diferença de natureza entre o mundo “percebido” e o mundo “real”. Podemos “pensar” ver autômatos de chapéu pela janela e, posteriormente, descobrir que são homens; podemos “crer” ter visto um fantasma, mas ao ligar a luz reparar que é um vestido pendurado; podemos também “acreditar” ter caminhado sobre um terreno sólido, mas, após ouvir um relato de um morador, descobrir que era o lago de constança. Para Skinner (1953), não há motivo para “considerar o primeiro de cada um desses pares de reações como ‘perceptual’ e o segundo como uma forma de contato com o mundo real. Eles são diferentes respostas feitas em diferentes momentos para uma fonte comum de estimulação” (p. 139). Não se trata da defesa realista de dois mundos, um perceptual e um real, mas de enfatizar a diferença funcional do controle de estímulos.

Se alguém vê um quadrado e, ao mudar de posição, passa a ver um cubo, ou se alguém vê um quadrado e outra pessoa vê um cubo, então, a diferença não é entre um mundo perceptivo e um mundo real, mas entre as respostas. No primeiro caso, por exemplo, a “explicação” da mudança de visão é que a mudança de posição permitiu uma nova reestruturação dos estímulos envolvidos e uma nova percepção, em suma, uma nova relação de controle de estímulos. Lembrando que essa relação é funcional, se primeiramente vimos um quadrado e depois, por algum motivo, vimos um cubo, isso nos muda operantemente. No futuro isso aumenta nossa probabilidade de responder perspectivamente ao mundo, pois já “descobrimos” que as coisas não são o que aparentam ser. Se posteriormente responderemos perspectivamente a um círculo e descobriremos que é uma esfera será uma questão probabilística.

Perceber ou conhecer o mundo é comportar-se em um mundo. Ao agir, mudamos o mundo – o controle de estímulos, isto é, colocamo-nos em uma nova

posição de ação – essa mudança retroage sobre nós – percebemo-lo de outra forma. Não há, portanto, um mundo comportamental e um mundo geográfico, se com isso entendermos duas naturezas distintas. Em suma, o mundo é sempre o mesmo, a diferença seria de perspectiva. Para Skinner (1953), nossa “‘percepção’ do mundo – nosso ‘conhecimento’ dele – é nosso *comportamento* em relação ao mundo. Não deve ser confundido com o mundo mesmo, ou com outro comportamento em relação ao mundo, ou com o comportamento de outros em relação ao mundo” (p. 140).

A mudança, portanto, é um fator central na teoria skinneriana. Ela nos ajuda na compreensão do controle de estímulos ou do controle do comportamento. Quando Skinner afirma que o comportamento é controlado ou determinado, ele quer dizer, por exemplo, que se estivermos em uma sala escura e acendermos a luz, nosso comportamento subsequente tomará rumos diferentes do que se nada no ambiente tivesse mudado, isto é, se permanecesse escuro. Isso nada quer dizer além do seguinte: uma mudança do ambiente muda o organismo como um todo, isto é, seu comportamento ou suas perspectivas.

Vimos até o presente que uma parte considerável do mundo afeta o organismo e uma parcela dessa parte do mundo que afeta o organismo está ou pode estar sob o controle humano. É nesse contexto que se encaixa a ciência do comportamento. Vejamos agora como Skinner lida com o controle ambiental sobre eventos que acontecem no interior da pele.

A teoria skinneriana não nega os eventos ou processos internos, apenas faz uma ressalva importante para os propósitos de controle: a acessibilidade aos processos internos, principalmente na psicologia, é restrita ou indireta. Para mudar o interior temos que mudar o exterior. O trabalho do psicólogo é, assim, a alteração do ambiente externo. Segundo Skinner (1953), não é possível alterar “o comportamento de um organismo pela mudança direta na sua fome, sede ou impulso [*drive*] sexual. Para mudar esses estados, indiretamente, devemos lidar com as variáveis relevantes de privação e saciedade e enfrentar toda a complexidade dessas operações” (p. 144).

Sede, fome e desejo sexual não são os únicos eventos considerados tradicionalmente como internos. O que dizer das outras emoções, sensações, sentimentos, cognições, entre outros? Primeiro, para Skinner todos esses termos são ótimos exemplos de causas fictícias: diz-se que se briga porque tem raiva ou fugimos porque temos medo. Não há uma relação de causalidade entre briga e raiva, fuga e medo ou sede e o ato de beber. Não bebemos *porque* temos sede, nós bebemos *e* temos sede.

Beber e sede são comportamentos a serem explicados pelos processos com eles relacionados – histórico operante, respondente, hereditário – e um não explica o outro.

Segundo, as emoções não podem ser reduzidas ao fisiológico, anatômico ou biológico de forma geral. De acordo com Skinner (1953) “não tem sido possível mostrar que cada emoção é representada por um particular padrão de respostas de glândulas e músculos lisos” (p. 161), tanto que é desnecessário recorrer a descrições sobre a vasodilatação externa, a vasoconstrição interna, a parada na digestão, etc. para reconhecer alguém como “nervosa”, portanto, a “emoção, assim como um impulso, não deve ser identificada com condições fisiológicas ou psíquicas” (p. 163).

Terceiro, a emoção não é um fenômeno estritamente interno. Se alguém, por exemplo critica injustamente o trabalho de outro, não é apenas o interior do organismo que muda: seu rosto se enrubesce, a sudorese aumenta na palma das mãos, a expressão corporal e facial adquire fisionomias diferentes, etc. Nesse sentido, nós “vemos” a emoção, mas não sua totalidade. Segundo Skinner (1953) a “emoção total – se isto tiver qualquer importância – é o efeito total da crítica de seu trabalho sobre o seu comportamento” (p. 166). Em suma, para Skinner (1953):

Enquanto concebermos o problema da emoção como referente a estados internos, provavelmente não progrediremos em tecnologia prática. Não ajuda na solução de problemas práticos dizer que algumas características do comportamento humano são devidas à frustração ou ansiedade; precisamos também dizer como a frustração ou ansiedade foram induzidas e como elas podem ser alteradas. Ao fim, encontramos-nos lidando com dois eventos – o comportamento emocional e as condições manipuláveis com as quais o comportamento está em função – que constituem o objeto apropriado do estudo da emoção. (p. 167).

Vê-se, assim, que Skinner não concebe a emoção como um evento estritamente interior ou exterior, mas como um evento comportamental. Em ao menos uma interpretação, portanto, as expressões “interno” e “externo” são equívocas: não se tem uma emoção ou sentimento puramente interior, tampouco uma ação no mundo puramente exterior. Se estivermos atentos a isso ao falar dessas expressões, elas facilitarão a exposição por delimitar os processos aquém e além da pele em termos de visibilidade ou acessibilidade. Essa consideração é extremamente importante de um ponto de vista metodológico, pois não é possível mudar diretamente aquilo que é inacessível, por exemplo, o psicólogo não pode mudar a fisiologia diretamente, mas apenas indiretamente pela mudança do meio externo. Emocionar-se é comportar-se e

está sujeito às mesmas opções práticas de controle que quaisquer outros comportamentos.

Outro problema de controle ambiental se refere ao indivíduo e à média. Como um exemplo desse problema Skinner discute a diferença entre um programa de análise funcional e um programa de análise de traços ou aspectos da personalidade. De um ponto de vista tradicional os traços são características da personalidade responsáveis pelo comportamento. Do ponto de vista skinneriano essa é uma concepção de causa fictícia. Ao invés da descrição – por exemplo, ao chegar no restaurante o garçom cumprimentou, sorriu e puxou a cadeira suavemente – opta-se por explicar o comportamento pelo adjetivo ou substantivo que nomeia os aspectos da ação – gentil ou gentileza –, mas, para Skinner (1953), em momento algum “fizemos contato com qualquer evento fora do próprio comportamento que justificasse a defesa dessa conexão causal” (p. 202).

Não há problema algum em se resumir uma descrição pelo adjetivo ou substantivo, principalmente em uma conversa casual, onde é efetivo ser breve, isto é, onde as condições são propícias para a brevidade. Problemas em relação ao controle do comportamento surgem, todavia, quando se tenta prevê-lo por meio de traços, ao reduzi-lo ao traço, quando se categoriza alguém pelo traço ou quando se tenta explicar o comportamento individual pela média. Para Skinner (1953), a “diferença entre uma medida baseada em população e uma medida baseada em uma frequência de respostas é clara quando consideramos uma população de apenas um homem” (p. 116).

Alguns testes projetivos e de personalidade são alvos desses problemas. Geralmente tais testes categorizam uma pessoa pelo traço de personalidade obtido da média da população alvo utilizada para elaborar o teste. A análise pela média não progride no controle do comportamento, no máximo, podemos aceitar ou rejeitar o traço prescrito. Há circunstâncias nas quais uma análise de traços de personalidade pela média pode ser útil e proporcionar algum grau de previsão, mas “a relação causal invocada nessa espécie de previsão não é a mesma que aparece em uma análise funcional” (Skinner, 1953, p. 117).

A análise funcional consiste no exame de apenas um organismo ou comportamento como um todo. Com essa metodologia Skinner (1953) acredita fazer um uso mais eficiente das informações em relação a um indivíduo do que um procedimento pela média, pois “podemos prever e controlar uma *resposta* muito mais prontamente que um *traço*” (p. 201). O controle comportamental é, portanto, um delimitador

metodológico entre uma análise funcional e uma análise de aspectos ou traços de personalidade.

Finalmente, o último tópico dessa seção se refere à análise da complexidade comportamental. Tal complexidade se mostra em sua multideterminação. É possível observar, nesse quesito, que tanto um determinado estímulo ou condição pode modificar o comportamento em mais de uma maneira, quanto duas ou mais condições ou estimulações podem contribuir para um efeito comportamental em comum.

O comportamento é complexo e sua análise não é completa, entretanto, ela é progressiva: inicia-se do simples e avança para o complexo. Esse processo envolve adições à teoria que não estavam previstas de antemão. Skinner (1953, p. 214) dá um exemplo da adição da temperatura e da constante dos gases da lei de Boyle, mas podemos dar um exemplo clínico hipotético para ajudar na compreensão. Se estudamos um caso e suspeitamos que o comportamento de birra de uma criança é relacionado com o fato dos pais permitirem que ela faça o que quer para que evitem, digamos, gritos, devemos adicionar o conhecimento de que os avós praticam um procedimento de reforçamento semelhante tão logo o descobrimos. Para Skinner (1953) “não há nada de errado com esse tipo de remendo [*patchwork*], é o modo como o conhecimento científico cresce” (p. 204).

2.1.3 Seção III – O indivíduo como um todo

Na seção anterior foi discorrido, principalmente, sobre como o ambiente afeta o organismo. Dissemos que o comportamento muda caso se modifique o ambiente e que a probabilidade da ocorrência futura de uma resposta depende ou é determinada pelas consequências por ela gerada. Vimos que mesmo nossas emoções ou eventos privados de forma geral estão funcionalmente relacionados com eventos públicos. E, finalmente, expomos que é tarefa da ciência skinneriana lidar com um comportamento historicamente complexo e multideterminado.

Essa exposição pode ter proporcionado a interpretação de que a proposta skinneriana, ao estabelecer o controle do comportamento ao ambiente, afirma que o organismo é passivo e o ambiente age sobre ele assim como um titereiro manipula uma marionete. A essa posição tradicional é, geralmente, contraposta outra: o comportamento do organismo é independente do ambiente e seus pensamentos e ações são livres de qualquer influência. A responsabilidade individual é vista de forma

diferente em cada uma das opções. A opção alternativa skinneriana defende que o organismo modifica o meio e, por sua vez, é modificado pelas consequências de seus atos. Nessa opção, o comportamento é interação entre organismo e ambiente.

Se vemos um objeto luminoso que se move em um fundo escuro, não é o ponto luminoso que atrai nosso olhar, tampouco o nosso olhar que procura o ponto luminoso: nós olhamos para o ponto luminoso *e* ele atrai nosso olhar. Trata-se de um único fenômeno comportamental, de maneira que é apenas em um sentido impreciso que podemos dizer que se trata de uma via de mão dupla ou que são fatos que ocorrem simultaneamente. Segundo Skinner (1953), “olhamos para um lado e somos estimulados por um objeto que nos impele a mover em sua direção” (p. 224).

Reconhecendo essa via dupla, esta seção se propõe a discorrer sobre como o organismo afeta o ambiente. Essa seção se esforça em elucidar a concepção de organismo como um todo e algumas implicações que isso tem no comportamento e no controle. Para um programa de análise funcional é importante conceber que quem se comporta é o organismo como um todo e que as consequências têm efeito sobre esse todo comportamental. Isso significa que não é a mão, o olho, o coração ou a mente que se comporta e que a explicação de um comportamento não pode ser efetuada pelas partes do organismo. A noção de controle é inseparável de um programa de análise funcional, mas como a proposta skinneriana lida com essa noção e, ao mesmo tempo, afirma que o organismo afeta o ambiente? Como entender essa noção em relação a práticas tradicionalmente atribuídas ao interior do organismo, os chamados eventos privados, como o autocontrole, o pensamento e o “eu” interior? Afirmamos que uma pessoa “escolhe” alguma coisa, “pensa” sobre alguma coisa e se “autocontrola” de alguma maneira. Segundo Skinner (1953)

Qualquer trato [*account*] compreensivo do comportamento humano deve, é claro, englobar os fatos referidos em afirmações desse tipo. E podemos atingir isso sem abandonar nosso programa. Quando um homem controla a si mesmo, escolhe um curso de ação, pensa na solução de um problema ou se esforça em direção a um aumento de autoconhecimento ele está se *comportando*. Ele controla a si precisamente da mesma maneira que controlaria o comportamento de qualquer outra pessoa – pela manipulação de variáveis das quais o comportamento está em função. A fazer isso, seu comportamento é um objeto próprio de análise e, eventualmente, deve ser levado em consideração através de variáveis que jazem fora do próprio indivíduo. (p. 228-9).

Vejamos, inicialmente, como um programa de análise funcional lida com o autocontrole. É comum dizer que alguém parou de fumar devido a sua força de vontade

ou passou em um teste devido a sua inteligência. Independentemente dos eventos privados que possam ser chamados de força de vontade ou inteligências é certo que a pessoa *fez* alguma coisa e, portanto, uma parte considerável do comportamento de se controlar é exterior ao indivíduo. Ninguém para de fumar ou passa em um teste “magicamente”, isto é, sem um histórico, seja de treino programado ou de fatos da vida.

Para parar de fumar podemos parar de comprar cigarros, pedir a um amigo próximo que nos desestime, buscar informações acerca dos malefícios do fumo e dos benefícios da cessação, frequentar um programa de treinamento contra tabagismo, chupar balas no lugar de fumar, etc. Para passar em um teste podemos estudar de maneira autodidata, pagar aulas particulares, etc. São essas as operações que exigem descrição em uma análise funcional. Segundo Skinner (1953), quando “dizemos que um homem controla a si, devemos especificar o que está controlando quem. Quando dizemos que ele conhece a si, devemos também distinguir entre o sujeito e o objeto do verbo” (p. 229).

O autocontrole pode acontecer de inúmeras maneiras. Skinner aponta vários procedimentos possíveis, de acordo com os princípios da aprendizagem analítico-comportamentais citados na seção anterior – reforço, punição, privação, etc. –, e reconhece que apenas a exposição de técnicas não explica o fato de alguém as efetivar, seria necessária uma análise do caso para descrevermos algumas condições que contribuíram para a efetivação. As técnicas e procedimentos de autocontrole, como o treino contra o tabagismo, não explicam o *porquê* um organismo para de fumar, mas descrevem alguns *meios*.

É o geral, todavia, o que nos interessa aqui: controlamo-nos da mesma maneira que controlamos o comportamento de outrem ou que o comportamento de outrem é controlado. Isso significa que ao nos controlarmos, somos nós que modificamos uma parte significativa de nosso ambiente que modificará nossa própria relação com ele. De acordo com Skinner (1953):

Esse ponto de vista, obviamente, está em conflito com tratamentos tradicionais desse tema, que estão especialmente propensos a citar o autocontrole como um importante exemplo de responsabilidade pessoal. Mas uma análise que apele para variáveis externas torna desnecessária a assunção de agente interno originador ou determinador. As vantagens científicas de tal análise são muitas e as vantagens práticas devem ser ainda mais importantes. A concepção tradicional sobre o que está acontecendo quando um indivíduo controla a si mesmo nunca foi bem sucedida como um dispositivo educacional. É de pouca ajuda dizer a um homem para usar sua “força de vontade” ou seu “autocontrole”. Tal exortação pode tornar o autocontrole ligeiramente mais

provável por estabelecer consequências aversivas adicionais para a falha no controle, mas ela não ajuda alguém a entender o processo corrente. Uma análise alternativa do *comportamento* de controle deve tornar possível ensinar técnicas relevantes tão facilmente quanto qualquer outro repertório técnico. (240-1).

Além do autocontrole, o que dizer de outras operações tradicionalmente atribuídas ao interior, como pensar, decidir, lembrar ou resolver problemas? Skinner faz questão de apontar que qualquer uma dessas operações está relacionada com fatores exteriores, passados ou presentes, que em hipótese alguma devem ser negligenciados. Podemos escolher um dentre vários empregos, decidir morar em uma dentre várias cidades, lembrar o nome de alguém ou resolver uma conta “de cabeça”, mas para ocorrer essas ações é preciso ter empregos disponíveis, cidades existentes, pessoas que nos foram apresentadas ou escolas que nos ensinem matemática. Skinner (1953), porém, não considera que esses fatores externos resumam ou sejam o comportamento, tanto que afirma que “‘decidir’, tal como o termo será usado aqui, não é a execução do ato decidido, mas o *comportamento* [ênfase adicionada] preliminar responsável por ele” (p. 243) ou que “simplesmente emitir uma solução, entretanto, não é resolver o problema. Estamos preocupados aqui com o *processo* [ênfase adicionada] de ‘encontrar a solução’” (p. 247). Assim, o comportamento, seja ele pensar, autocontrolar-se, decidir, escolher, etc., não é a mera resposta emitida em um ponto no espaço e no tempo, mas um processo. Por isso Skinner não identifica o comportamento a nenhum evento estritamente interior ou exterior.

Além de ser processual, isto é, histórico ou dotado de temporalidade, o comportamento também pode ser entendido como uma interação entre o exterior e o interior do organismo. Ao discutir as operações tradicionalmente consideradas interiores, falamos um pouco sobre as variáveis externas ao organismo que, do ponto de vista skinneriano, não podem ser negadas, contudo, na medida em que o comportamento é interação, uma parte dele é interno. O que dizer, então, das operações ou eventos propriamente interiores? Skinner (1953) responde a essa questão da seguinte maneira:

Quando dizemos que o comportamento está em função do ambiente, o termo “ambiente” presumivelmente significa qualquer evento no universo capaz de afetar o organismo. E parte desse universo está enclausurado dentro da pele do próprio organismo. Algumas variáveis independentes podem, portanto, relacionar-se com o comportamento de um modo único. A resposta individual para um dente inflamado, por exemplo, é diferente da resposta que qualquer um pode fazer àquele dente em particular, uma vez que ninguém mais pode estabelecer o mesmo tipo de contato com ele. Eventos que acontecem [*takes place*] durante uma excitação emocional ou em

estados de privação são unicamente acessíveis, frequentemente, pelas mesmas razões; nesse sentido nossas alegrias, pesares, amores e ódios são peculiarmente nossos. Com respeito a cada indivíduo, em outras palavras, uma pequena parte do universo é *privada*. (p. 257).

Não há diferença de natureza ou ontológica entre interno e externo. Uma dor de dente afeta alguém da mesma forma que o calor de uma chama, porém, a chama é observável também para outrem. A diferença é apenas de acesso: alguém não pode observar – sentir, mensurar – o interior de outro *diretamente*. Por conseguinte, a questão principal é metodológica: como acessar esse “interior”? Ou, ainda, em um programa de análise funcional, como tratar aquelas variáveis cujo acesso direto é obtido apenas para o organismo que as sente?

Essas questões podem ser entendidas como um problema skinneriano ao estudo da subjetividade e são tratadas no capítulo XVII, intitulado “Eventos privados em uma ciência natural”, de Skinner (1953). Embora Skinner a considere importante e de estudo inevitável, ele considera essa importância como secundária no controle prático do comportamento e sugere, inclusive, que os leitores que busquem praticidade avancem para o próximo capítulo.

Na proposta skinneriana a principal via de acesso ou estudo ao interior de outrem é pela linguagem²³. Nesse momento, Skinner (1953) antecipa um tema que será mais extensamente tratado em seu livro “Verbal Behavior”, publicado em 1957, mas cuja preparação vinha ocorrendo desde antes de 1934 (Skinner, 1957, p. vii). O processo ocorre da seguinte maneira: um indivíduo não apenas observa seu ambiente exterior, ele observa também seu próprio corpo e, a depender das características da comunidade verbal a que pertence ou na qual foi treinado, é capaz de falar sobre essa observação interior ou introspectiva com menor ou maior precisão. É através dessa fala que temos acesso *indireto* ao interior de outrem.

O acesso indireto não é o único problema levantado ao estudo dos eventos interiores ou privados. Ainda que alguém tenha acesso e relate os processos corporais e sua relação com o ambiente, a precisão desse relato é dúbia, uma vez que há processos que não são observáveis nem para os próprios observadores, como os processos inconscientes que a psicanálise tanto menciona ou os processos celulares de produção de novas hemácias. Da mesma forma que não somos capazes de observar todos os

²³ É importante frisar que a proposta skinneriana é trabalhar com o organismo intacto, portanto, processos cirúrgicos são métodos de outras áreas do conhecimento.

processos ambientais exteriores à pele, também não somos capazes de observar os interiores, todavia, a diferença que torna desvantajosa essa descrição interior é que impreterivelmente e exclusivamente apenas uma pessoa tem acesso *direto* a elas.

Podemos, já aqui, retomar a questão sobre o que é observável feita na reconstrução da seção I do *Science*. O termo “observável” não parece representar bem a proposta skinneriana, na medida em que pode dar a entender que todos aqueles processos que não são atingíveis pelos sentidos devem ser excluídos da análise. Tudo o que é observável indiretamente, isto é, mensurável, também é um objeto legítimo para uma análise do comportamento, com a ressalva de que a mensuração é observável diretamente, embora seu suposto objeto mensurado possa não ser.

Independentemente das condições atuais nas quais ocorre um evento privado, esse evento não está desvinculado dos processos históricos de aprendizagem ou princípios da análise do comportamento mencionados na seção II. Portanto, se uma pessoa vê algo na ausência da coisa vista, esse algo pode ser “explicado”, ou melhor, é possível observar ou descrever aspectos ambientais que aumentaram a probabilidade de que tal algo seja visto privadamente. Para Skinner (1953), o processo pelo qual o comportamento verbal que descreve o ato de ver algo – X – na ausência desse algo pode ser, sucintamente, assim descrito:

Tal comportamento é adquirido quando o organismo não apenas está sob a presença de X, mas também fazendo uma resposta discriminativa a X. Uma resposta discriminativa similar pode ocorrer na ausência de X como resultante do condicionamento respondente ou operante. A resposta verbal que descreve a resposta discriminativa não é inevitável, mas onde quer que ela ocorra, as mesmas variáveis podem ser assumidas como ativas. Não alteramos a inacessibilidade dos eventos privados por esse tratamento, mas fomos bem sucedidos em trazer o comportamento que descreve o evento sob certo tipo de controle funcional. (p. 275-6).

Isso significa, simplesmente, que: se podemos fechar os olhos e ver um elefante, esse comportamento privado só é possível porque algum dia vimos um elefante, seja em foto ou presencialmente, caso contrário veríamos qualquer coisa que não seja um elefante; se além de ver o elefante privadamente, ainda podemos dizer privadamente “elefante” é porque uma comunidade verbal algum dia nos “ensinou”, isto é, reforçou chamar o elefante de “elefante”; se um estudante de medicina sente várias coisas, como enjoo e repulsa, ao ver um acidentado e em seu futuro profissional é capaz de ver um acidentado e operá-lo, sem sentir enjoo ou repulsa, esse comportamento privado atual tem um histórico de treino.

Qual é a concepção que está em claro desacordo com a proposta skinneriana? Ou, ainda, como o problema do estudo da subjetividade é tratado pelas concepções tradicionais? Uma solução tradicional ao problema consiste na divisão do mundo em duas partes: um real e o outro subjetivo, de natureza diferentes. Segundo Skinner (1953), “sustenta-se que alguém não vê o mundo físico de forma alguma, mas apenas uma cópia não-física chama ‘experiência’” (p. 276).

Nessa perspectiva tradicional, se um organismo interage diretamente com o mundo o resultado é uma cópia da realidade chamada de sensação, dado, percepção, etc., mas quando não há “contato” com a realidade o resultado é uma cópia chamada de imagem, pensamento, ideia, etc. Há, portanto, uma distinção entre um mundo da experiência e um mundo da realidade que permite a possibilidade de se surpreender por algo não ser o que aparentou ser.

Os problemas gerados por essa distinção aparecem de várias maneiras, por exemplo: a) como se visse um quadrado, mas, pela exploração ou mudança de posição, depois se descobrisse que era um cubo; b) como se nos perguntássemos o que é a chuva? Uma vez que podemos a ouvir, mas não a tocar ou ver; um surdo pode pegá-la com a mão e sentir seu gosto, mas não pode ouvi-la; podemos preparar plantações para recebê-la, abrigar-nos dela, sentir a pressão dela sobre o corpo em uma enxurrada, etc.; c) como se o mundo real nos fosse dado em uma experiência imediata e a mente ou capacidade de abstração construísse um mundo nunca antes experimentado; d) se vemos coisas na ausência delas, então não é necessário pressupor a existência de um mundo real para que as coisas sejam vistas.

Tais situações não oferecem dificuldades para um programa de análise funcional, são apenas diferentes interações comportamentais, isto é, diferentes maneiras pelas quais um organismo pode interagir com o mundo externo à pele ou, mesmo, diferentes maneiras pelas quais um evento do mundo o afeta. Segundo Skinner (1953):

Um repertório verbal que descreva o comportamento discriminativo do indivíduo parece, então, ser estabelecido pela evidência externa a partir da qual uma resposta discriminativa acontece [*takes place*], ao invés da presença ou recepção do estímulo. Quando um indivíduo vem a descrever seu próprio comportamento discriminativo, presumivelmente ele o faz, ao menos inicialmente, através de evidências comparáveis. Ele se observa enquanto executa uma resposta identificada. Os eventos privados correlacionados com os eventos públicos usados pela comunidade são também o resultado do comportamento discriminativo, não da simples estimulação. A resposta “eu vejo um arco-íris”, portanto, não é equivalente a “lá há um arco-íris”. Se fosse, um simples estímulo discriminativo – o arco-íris – daria conta de ambas formas, mas “eu

vejo um arco-íris” é uma descrição da resposta de ver um arco-íris. Quando o arco-íris está realmente presente, a distinção é de menor importância. (p. 265).

A crítica skinneriana principal é que, independentemente se vimos na ausência ou na presença da coisa vista, ainda temos que explicar como a coisa vista *interage* conosco ou como o *processo* acontece. Isso significa que podemos “pensar antes de agir no sentido de que podemos nos comportar encobertamente antes de nos comportar abertamente, mas nossa ação não é uma ‘expressão’, nem uma consequência, da resposta encoberta. *As duas são atribuíveis às mesmas variáveis* [ênfase adicionada]” (Skinner, 1953, p. 279). A “explicação” deve se limitar à descrição do processo e à construção de ordem a partir dessa descrição: a história de interação é, em última instância, o mais próximo da explicação que podemos chegar. Nesse sentido, atribuir um fator causal estritamente àquilo percebido interiormente ou externamente, independentemente de eventos anteriores ou históricos, é uma solução ilegítima de um ponto de vista skinneriano.

A solução tradicional exposta até o momento, para Skinner, está fora dos limites de uma ciência natural, na medida em que propõe causas metafísicas ou de naturezas diferentes. Há, porém, soluções tradicionais ao estudo dos eventos mentais no mundo da consciência no âmbito das ciências naturais, como a fisiologia e a análise lógica ou operacional da percepção ou das sensações.

Na modernidade, a fisiologia é considerada um esforço legítimo em direção ao estudo dos eventos privados que apela, ou atribui causa, para processos neurais, como o sistema nervoso central, os processos aferentes e eferentes, etc. Nessa concepção, a visão de um arco-íris, por exemplo, é explicada pela transmissão de algum tipo de energia à córnea, que passa pela íris, cristalino, retina, atinge o nervo óptico, é levado ao encéfalo e assim progressivamente até a formação da imagem do arco-íris, possivelmente em algum substrato neural. Skinner (1953) não compactua com essa explicação do comportamento de ver, para ele

ver é uma *resposta* a um estímulo ao invés de um mero registro como o de uma máquina fotográfica. Ao carregar o padrão do arco-íris ao organismo, quase nenhum progresso é feito em direção ao entendimento do comportamento de *ver* o arco-íris. É de pouca importância se o organismo vê o arco-íris real, a sensação do arco-íris, ou algum padrão neural terminal do cérebro. Em algum momento ele deve *ver* e isso é mais do que gravar um padrão similar. Independentemente do modo de ação dos receptores e outros órgãos, a fisiologia da sensação está preocupada com a questão do *que é visto*. A questão pode ser espúria se levantada de um jargão [*idiom*] ou figura de linguagem. Se dissermos que um arco-íris (como um evento objetivo no ambiente ou

como um padrão correspondente dentro do organismo) não é “o que é visto”, mas simplesmente a principal variável que controla o comportamento de ver, estamos muito menos propensos a sermos surpreendidos quando o comportamento ocorre em função de outras variáveis. (p. 281).

Além da fisiologia, outra forma de conhecimento natural incompatível com a proposta skinneriana é um tipo de positivismo lógico ou de análise operacional das sensações. Nessa concepção, aceita-se que há eventos públicos e privados, mas apenas importa à ciência os primeiros, porque seriam os únicos que permitiriam um acordo entre os membros de uma comunidade científica. A crítica a essa concepção é de que, além de encorajar a distinção entre interno e externo, restringe-se ao estudo do exterior. A análise funcional do comportamento, diferentemente, de acordo com Skinner (1953) “continua a lidar com o evento privado, mesmo como uma inferência. Ela não substitui o relato verbal através do qual a inferência é feita pelo evento privado” (p. 282).

Um último tópico que Skinner trata na seção III se refere a um suposto núcleo de personalidade comumente chamado de “eu” ou “self”. Na visão tradicional há algum tipo de entidade ou causa hipotética do comportamento, um agente iniciador interior responsável pelo autocontrole, autoconhecimento, e assim por diante. O id, ego e superego freudianos são, do ponto de vista skinneriano, exemplos desse tipo de agente iniciador. Para Skinner (1953), “seja o que for que o eu possa ser, ele aparentemente não pode ser identificado com o organismo físico. O organismo se comporta, enquanto o eu inicia ou direciona o comportamento” (p. 284).

Uma tal concepção de eu é irrelevante em um programa de análise funcional. A proposta skinneriana alternativa à concepção tradicional de eu é de ele seja um artifício linguístico para indicar uma classe de respostas. Nesse sentido, podemos explicar a personalidade múltipla em análise do comportamento *como se* dentro de um único organismo possamos encontrar várias classes de respostas – o homem sonhador, o homem religioso, o homem atlético, etc. –, que pudessem, também, interagir entre si. Por isso, muitas vezes na concepção tradicional, é necessário postular ou categorizar mais de um traço de personalidade em uma única pessoa.

Uma parte do inconsciente skinneriano reside na incapacidade de alguém conseguir descrever os vários “eus” dentro de si, ou melhor, as várias relações funcionais ou interações comportamentais relacionadas consigo mesmo. Skinner (1953) comenta, talvez sarcasticamente, que “um dos fatos mais impressionantes sobre o autoconhecimento é que ele pode não existir [*lacking*]” (p. 288). É provável que com

isso Skinner queira deixar claro que o conhecimento, ou mesmo o controle, não é efetivado por, ou propriedade de um agente iniciador. Alguém pode desconhecer, ou não precisa necessariamente saber ou ter consciência, se fez, está fazendo algo ou fará algo, se tem a intenção de fazê-lo, enfim, as variáveis das quais seu comportamento está relacionado funcionalmente.

Talvez essa inconsciência, ou incapacidade de descrição de variáveis ou contingências, seja um dos motivos para Skinner considerar o relato ou descrição de eventos privados como de importância secundária: nem sempre alguém está tão preparado para descrever com precisão seu próprio comportamento quanto um profissional ou uma equipe de profissionais treinados para tal. Uma citação curta de Skinner (1953) resume sua proposta não apenas em relação ao tratamento do eu, mas também em relação ao tratamento do comportamento verbal aplicado à descrição dos eventos privados:

Não temos motivos para esperar um comportamento discriminativo desse tipo, a menos que tenha sido gerado por reforçamento apropriado. Autoconhecimento é um repertório especial. O ponto crucial não é se o comportamento que um homem falha em relatar é realmente observável por ele, mas se a ele foi, em algum momento, dado alguma condição de observá-lo. (p. 289).

O segredo, portanto, da capacidade de descrição reside na história comportamental, no treino, nas condições que a vida ofereceu ao organismo falante. Não se trata de descrever o mundo tal como ele é, mas o mundo tal como ele nos apresenta. Trata-se, assim, da descrição de nossa experiência. As características que diferenciam o relato de um evento dentro da pele²⁴ do relato de um evento fora da pele, não nos parecem ser motivos suficientes para considerar como secundário o estudo de eventos internos, principalmente porque o comportamento verbal é um modo eficaz de estudo de eventos internos. Devido ao seu caráter necessário ao estudo dos processos comportamentais privilegiados a uma pessoa, o relato é um instrumento de suma importância não apenas como fonte de informação, mas também como forma de intervenção. Embora Skinner tenha tratado o tema dos processos privilegiados e do self com seriedade e precisão, ao afirmar que o profissional que tenha interesses práticos poderia evitar, sem prejuízos, os capítulos dedicados a esses temas (Skinner, 1953, p.

²⁴ Pode ser questionável falar em eventos privados ou estritamente interiores a pele, caso se queira manter um programa de análise funcional. As fronteiras entre a pele e o restante do mundo se tornam opacas no estudo do comportamento. Não avançaremos nessa análise, todavia, visto as limitações dessa tese.

258), ele subvalorizou sua importância. Devemos fazer uma sugestão diferente: o profissional que tenha interesses práticos deve compreender os alcances e os limites da metodologia e dos métodos de trato aos processos privilegiados, pois, ainda que algumas vezes não seja necessário conhecer o mundo privado do outro, será necessário reconhecer que sempre se estará lidando com o mundo privado próprio.

3 DIÁLOGOS ENTRE SKINNER E MERLEAU-PONTY

3.1 *Estatuto da Realidade*

Nessa seção tentaremos mostrar, a partir da elucidação de que o físico do discurso skinneriano não é o físico do discurso merleau-pontyano, aspectos semelhantes entre as filosofias de Skinner e Merleau-Ponty. Não nos atemos, então, à mera elucidação sem finalidade de uma desigualdade óbvia entre duas filosofias diferentes. Diferentemente, usamos essa elucidação para examinar se o físico skinneriano pode ser definido pela propriedade das coisas do mundo. Seria a partir do percurso para se atingir um fim ou no fim em si que é possível encontrar a definição do físico em Skinner? Em outras palavras, o físico skinneriano é definido pelo método ou pelo estatuto de sua realidade?

3.1.1 O físico e o papel do reflexo

Ver uma flor ou sentir seu cheiro faz parte do cotidiano e, geralmente, nenhum problema precisa ser levantado. Lá está a flor vermelha com seu aroma de rosas. A ciência, todavia, não resiste em problematizar essa descrição. Ela dirá que o vermelho visto ou a rosa cheirada representam realidades de outro gênero, por exemplo, frequências de onda ou micropartículas. Tais realidades interagem com o organismo em um sentido no qual de maneira alguma são causadas, mas causadores do comportamento: a luz atinge minha retina, eliciando movimentos reflexos, como olhar em sua direção ou piscar em caso de alta intensidade luminosa. O organismo não exerce uma função ativa ou intencional, ao contrário, ele responde às pressões do meio. Para que essa resposta aconteça é preciso assumir uma correspondência entre cada parte da retina e cada frequência de onda luminosa. A realidade é, dessa maneira, passível de ser dividida e composta de elementos somáveis que não se inter-relacionam. Tal é, de maneira geral, a concepção de ciência criticada por Merleau-Ponty (1942/1967; 1945/1976; 1948/2004; 1960/1991; 1964/1979; 1968/1995).

No que se refere ao estudo do comportamento reflexo o exemplo da sala escura com um ponto luminoso, dado no início do primeiro capítulo do *Structure*, ajuda a entender a concepção merleau-pontyana de ciência do comportamento. Nesse exemplo, ao se colocar uma pessoa em uma sala escura com um ponto luminoso, duas

possibilidades interpretativas emergem. Na primeira, denominada luz fenomênica, o foco parece ser a pessoa e seu comportamento aparece com uma intencionalidade ou sentido: eu olho a luz, uma vez que ela atraiu minha atenção. Na segunda, denominada luz real, o foco parece ser uma realidade que não é atingida pela consciência: a luz é composta de ondas cujas frequências nós não conseguimos perceber e, assim, não poderiam ser objeto direcionador de minhas ações. A ciência do comportamento seria responsável pelo estudo da segunda possibilidade. Ela abandonaria o estudo da luz fenomênica em favor do estudo da luz real e construiria uma representação de organismo via concepção clássica do reflexo.

Parte da crítica merleau-pontyana à análise científica do comportamento envolve a crítica à teoria do reflexo, uma vez que ela supostamente fundamenta a prática behaviorista. No estudo científico do comportamento há uma desconsideração da descrição dos eventos cotidianos e a assunção de mecanismos reflexos como fator explicativo. A teoria do reflexo, quando aplicada ao estudo do comportamento, cinde o mundo em subjetivo e objetivo ou interno e externo e coloca o comportamento na delicada posição de ser explicado apenas por um ou outro lado da cisão. O local do organismo tocado pelo estímulo determina o tipo de reação. O estímulo é composto de partes específicas que reagem com determinadas partes anatômicas e, para que essa reação ocorra de forma adaptada e ordenada, é necessário a assunção de um sistema nervoso que funcione como um mecanismo reflexo isolado do resto do corpo e de que quaisquer outras interações sejam aparências.

Um reflexo desse tipo é raramente observado em condições normais. Apenas em condições nas quais o sistema nervoso é isolado em algum grau do restante do corpo é que reflexos dessa espécie são observados com mais frequência. Merleau-Ponty (1942/1967, p. 9) cita alguns exemplos de Sherrington e Miller que corroboram essa observação. Se, na rã ou no bebê, as raízes posteriores do sistema nervoso são estimuladas, pode-se observar contrações nos músculos que dependem das raízes anteriores correspondentes, mas quando ocorre a estimulação ocorre num contexto do qual faz parte, e não nas raízes especificamente, então, a contração muscular não é encontrada. No caso de uma situação normal, em contexto de estimulação, um estímulo não atua apenas por suas propriedades elementares, mas também por tudo aquilo que a ele está relacionado, como sua intensidade ou sua distribuição no tempo e no espaço. Mesmo em casos de estimulações precisas, como na excitação da mácula, é possível observar diferentes respostas a depender da posição da cabeça em relação ao corpo ou

dos olhos em relação à órbita ocular (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 14). Esses dados indicam, no tocante à reação ou resposta do organismo, que conceitos como estímulo, receptores ou mecanismos internos específicos, sejam eles referentes a algo existente no organismo ou apenas instrumentos linguísticos úteis, não são suficientes para a explicação da adaptação do reflexo ao estímulo (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 28).

Já é possível visualizar algumas das características da teoria do reflexo criticadas por Merleau-Ponty e que são generalizadas para a análise científica do comportamento: um realismo que se confunde com o materialismo e o atomismo, isto é, a concepção de uma natureza ou organismo composta pela soma de partes isoladas, uma explicação que assume uma causalidade linear, uma noção de organismo mecanicista e uma concepção de ciência estudiosa da realidade e não do fenômeno. Merleau-Ponty expõe essa noção criticada de ciência em vários momentos de suas obras, chamando-a de ciência clássica, e reconhece a possibilidade de ciências que escapem dos parâmetros que comumente são chamados de clássicos. Merleau-Ponty (1948/2004), por exemplo, reconhece que “o cientista de hoje não tem mais a ilusão, como no período clássico, de alcançar o âmago das coisas, o próprio objeto” (p. 7). Para Merleau-Ponty, as características da ciência clássica são compartilhadas pelo behaviorismo de Watson, mas o que dizer acerca do behaviorismo de Skinner? Será que pode ser alvo dessas críticas? É, principalmente, no exame do *Science* que lançaremos algumas considerações sobre esses problemas.

O termo “materialismo” ou “atomismo” não é citado em momento algum do *Science*, mas temos que ter o cuidado de não pressupor, apenas a partir desse fato, que tais posturas não façam parte da proposta skinneriana de comportamento. Assumir o materialismo no âmbito do comportamento é voltar sua explicação para o interior do organismo, no sistema nervoso. A assunção do materialismo pode ser entendida como explicar o comportamento via física ou fisiologia (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 3).

No âmbito da fisiologia, foi apontado que já no primeiro livro de Skinner, publicado em 1938, havia uma recusa em se explicar o comportamento pela fisiologia e uma sugestão de que nas obras subsequentes (Skinner, 1950) essa recusa se manteve. Em 1953, no *Science*, a recusa em reduzir a explicação do comportamento a fatores exclusivamente internos, como o reflexo, é reassumida e a ela é reservada um capítulo inteiro de discussão, onde não apenas se recusa a explicação fisiológica, mas também a mental ou a conceitual.

Nem Skinner, nem Merleau-Ponty negam a ocorrência do comportamento reflexo, mas a ele colocam restrições. Merleau-Ponty (1942/1967, p. 48) afirma, mesmo contra Sherrington, que é um teórico vinculado à teoria clássica do reflexo, a existência do reflexo, porém, reservando-o a casos e condições particulares de conduta onde predomina a patologia e a artificialidade. Skinner reconhece que, dentre a totalidade do comportamento, não apenas aquilo que chamamos simples reflexo representa uma mínima fração (Skinner, 1953, p. 35; 1987, p. 781), mas também aquilo que chamamos de reflexo condicionado (Skinner, 1953, p. 56).

Tanto Skinner, quanto Merleau-Ponty reconhecem a natureza hipotética do arco reflexo. Merleau-Ponty (1942/1967, p. 18) expõe que mecanismos reflexos prontos para serem acionados são construções humanas, enquanto Skinner (1953, p. 34; p. 48) expõe que o arco reflexo nada mais é do que um evento neural hipotético. Merleau-Ponty (1942/1967, p. 10) critica a concepção fisiológica das localizações nervosas, indicando que o organismo responde como um todo, Skinner (1953) afirma que mesmo considerando as estimulações privadas, como na interocepção ou na propriocepção, o ponto importante para o estudo do comportamento “não é o local da estimulação, mas o grau de acessibilidade para a comunidade” (p. 262). Skinner, portanto, em consonância com Merleau-Ponty, não concebe o reflexo como um mecanismo real e assume que o local da estimulação não é suficiente para explicar o comportamento.

Tanto Skinner, quanto Merleau-Ponty, portanto, criticam o reducionismo fisiológico ou biológico na explicação do comportamento. Ainda que o behaviorismo skinneriano se afaste da explicação biológica, para Merleau-Ponty, caso ele assuma um materialismo causal, ele poderá representar uma filosofia que o leve de volta ao sistema nervoso central como fator explicativo. Resta, portanto, averiguar sobre a explicação física e o que o físico representa para ambos os autores.

3.1.2 O físico e o natural

Tentaremos, nessa seção, discutir a relação entre o físico e a ontologia ou concepção de realidade. Mantivemos em aberto a possibilidade de Skinner discutir questões sobre a constituição do mundo apenas com o intento de averiguar se tal discurso é necessário para a efetivação ou implementação de um programa de análise funcional do comportamento. Como o físico é um termo comum para ambos os autores em pauta será importante entender o que é uma explicação física em Merleau-Ponty

para que possa ser construído um terreno comum na análise do behaviorismo skinneriano.

Em sua primeira obra Merleau-Ponty assume utilizar o método do “expectador estrangeiro” para a análise da ciência. Tal método pressupõe imparcialidade, neutralidade ou objetividade do observador, consiste em se “posicionar” fora dos acontecimentos para poder analisá-los, metaforicamente como uma plateia de teatro. Bimbenet (2004, p. 35) descreve tal método como aquele no qual a consciência se apresenta como coisa ou objeto a depender do estatuto realista das psicologias experimentais. Tal método é assumido por Merleau-Ponty com o intuito de apresentar algumas contradições inerentes ao realismo do racionalismo e do empirismo a partir de suas próprias concepções de objeto científico. Dentre essas contradições está a insustentabilidade do pensamento causal linear, para além do qual Merleau-Ponty propõe a necessidade de um pensamento dialético.

Aquilo que é chamado de físico, do ponto de vista do “expectador estrangeiro”, e que Merleau-Ponty (1942/1967, p. 1) assume estudar logo na introdução de seu primeiro livro, sob o nome de natural ou natureza, é subsidiado por um consistente arcabouço filosófico de origem cartesiana. O discurso do natural é permeado pelas concepções duais de racionalismo ou empirismo, espiritualismo ou materialismo, etc., de maneira que o natural tenha um sentido próximo a um “múltiplo empírico”, isto é, uma realidade composta de unidades. O físico é representado pelos dados sensíveis do empirismo que encerram o existente, isto é, nada há além da manifestação sensível. Essa noção de natureza facilita compreender os motivos pelos quais Merleau-Ponty critica as ciências naturais. Ele entende que tais ciências estudam uma realidade composta de partes exteriores entre si que se relacionam em termos de causalidade linear.

Em Merleau-Ponty é possível encontrar como pano de fundo do físico um profundo discurso, presente na história da filosofia, sobre um realismo de origem cartesiana. Em Skinner, qual seria o discurso por detrás do físico? Logo no início do *Science* é apresentado um discurso de Francesco Lana, um cientista do século XVII. Nesse discurso, se a Terra tem uma superfície de terra e água e acima dela uma camada de ar mais leve, então um navio mais leve que o ar poderia flutuar sobre a superfície. Lana pediu a Deus para que tal navio nunca seja inventado, uma vez que as cidades estariam sujeitas a guerras devastadoras com despejo de soldados e bombardeios. Skinner afirma que Deus permitiu tal invenção e, talvez com algum grau de ironia, o homem também.

O comentário de Skinner acerca do discurso de Lana possibilita interpretar que, independentemente de quaisquer entidades místicas ou religiosas às quais são atribuídos poderes controladores, sem o homem não haveria a invenção do avião. O homem é colocado como o agente decisivo de suas criações e não alguma entidade presente em outro plano. Trata-se de atribuir ao homem ou aos organismos de forma geral um poder de ação e criação que outrora era destinado a outros tipos de seres. O físico skinneriano não é discutido sob um pano de fundo filosófico do racionalismo e do empirismo, isto é, Skinner não apresenta sua proposta pela alteração desse discurso clássico de origem cartesiana, por meio do qual se poderia comparar diretamente com Merleau-Ponty, mas pela discussão de uma aversão ao sobrenatural. Em outras palavras, o físico em Skinner é tudo o que possa existir e se relacionar com o comportamento, independentemente de sua constituição, de suas substâncias, das interações entre os existentes ou de possíveis relações de causalidade real entre as coisas, e o físico criticado por Merleau-Ponty é uma realidade composta de partes materiais ligadas por relações de causalidade. A nosso ver, um argumento exemplificador da posição skinneriana é: tudo é natural, não há espaço para o sobrenatural. Físico é, nessa perspectiva, o não-místico e não o real.

Na afirmação de que tudo é natural, ou normal no sentido de que tudo pode ser visto com naturalidade, devemos buscar não um sentido estritamente ontológico, mas um sentido epistemológico. Ela reflete não o mundo real ou a natureza última, mas o limite da Análise do Comportamento. O analista do comportamento tudo poderia dentro desses limites. Quaisquer métodos que possam ser utilizados para lidar com um problema comportamental são permissíveis a priori dentro dos limites do observável, do mensurável ou do inferencial. Não é necessário ao behaviorismo radical defender quaisquer teses acerca da substância do mundo. Basta à Análise do Comportamento resolver os problemas comportamentais, ou seja, problemas práticos, com quaisquer métodos por eles requisitados.

Isso não exclui a possibilidade de discussões de cunho ético e moral nas práticas analítico-comportamentais. Tais discussões são incentivadas, todavia, excedem aos propósitos desse trabalho. Aqui cabe apenas reconhecer o ponto limítrofe da epistemologia analítico-comportamental: todos métodos são válidos em relação a seus objetos. Quais deles o analista comportamental irá escolher para manter sua efetividade é uma decisão que a Análise do Comportamento pode estudar, mas não prescrever.

Essa perspectiva, todavia, dá uma resposta negativa à questão do que é o físico no behaviorismo skinneriano, permanecendo em aberto uma resposta positiva, isto é, a

questão da natureza do natural ou sobre o que exatamente é o mundo. Seria feito de matéria? De energia? De quê? - Antes de tentar respondê-la é preciso questionar sobre sua necessidade para o behaviorismo radical e sua ciência do comportamento. Do contrário, poderíamos enfrentar uma questão capciosa ou para a qual não há resposta. A Análise do Comportamento depende da resolução de questões ontológicas como essa? Uma das formas de se tratar a questão é apontando como o próprio Skinner lida com ela.

3.1.3 O físico e a irrelevância da propriedade da coisa

Vimos que Skinner abertamente declara que os processos comportamentais são físicos ou com os quais a Física lida bem. Quando nos voltamos a Skinner (1953) para buscar entender essa afirmação, entretanto, ela se mostra imprecisa. Nada nos diz acerca da substância²⁵ com a qual o mundo é feito. Além disso, não encontramos vínculo algum com qualquer disciplina da Física, como a massa na concepção de Einstein, de Newton ou outra possível e, ainda assim, mantém-se na defesa de um programa de análise funcional que descreve um mundo ou comportamento físico, ou seja, um mundo com o qual Skinner não sabe com o que está lidando. Como seria isso possível?

Vejamos, como exemplo, a noção skinneriana de estímulo antes e depois de 1945. Para isso nos utilizaremos de dois artigos de Roy Moxley que diferenciam algumas características dos textos skinnerianos sob uma visão da modernidade e da pós-modernidade²⁶. Para Moxley (1999) a modernidade apresenta pelo menos três características que são compartilhadas com o texto skinneriano anterior a 1945: 1) há uma ordem fundamental intrinsecamente simples e permanente na natureza; 2) há uma condição de necessidade entre dois ou mais eventos do mundo, no caso o estímulo e a resposta, previamente fixados e determinados, cabendo ao homem descobri-la; e 3) há fontes absolutamente certas de verdade. A partir de 1945, todavia, o texto skinneriano tende a substituir as três características da modernidade, respectivamente, por (a) contextos complexos, não há uma ordem dada de antemão, mas uma ordenação de situações, (b) noção de probabilidade, há espaço para casualidade e eventualidade nas relações comportamentais e (c) explicação em termos de consequências, são os resultados das ações que as determinam e não mecanismos pré-estabelecidos.

²⁵ Não estamos utilizando o termo “substância” em qualquer sentido filosófico rigoroso. Talvez o termo mais adequado fosse “coisa”, um termo genérico.

²⁶ Não estamos interessados na pertinência do uso dos termos modernidade e pós-modernidade.

Visivelmente a partir de 1945 o termo “estímulo” foi progressivamente abandonando o sentido de “algo no mundo” e adquirindo um sentido contextual ou situacional (Moxley, 2001, p. 140). O estímulo deixa de ser, digamos, um carro, para ser um carro, na rua tal, com prédios tais, com pessoas passeando, com um clima específico, com o céu limpo, com minha dor de cabeça ou sensação de liberdade, etc. O mesmo pode ser generalizado para a resposta e a consequência. A resposta deixa de ser uma parte, como uma reação neural ou um movimento de dedo, para ser o organismo se movimentando como um todo. A consequência deixa de ser um doce para ser a situação decorrente.

Podemos entender, com isso, um dos motivos pelos quais Skinner diz que o mundo, a partir do qual é possível uma análise funcional, é físico. Descrevemos aquilo que vemos em termos físicos e observáveis. Contudo, a afirmação do caráter físico do mundo não é relativa à substância do que o mundo é feito, mas à característica prática da acessibilidade, mensuração, etc. Nós *percebemos* as coisas do mundo e podemos relacioná-las. Vejamos algumas citações reveladoras sobre os dois usos do termo “físico”, que estamos nos esforçando em expor devido a nossa intenção de extrair um sentido com o físico criticado por Merleau-Ponty. Segundo Skinner (1954/1961b):

Ao argumentar que o organismo individual simplesmente reage ao seu ambiente, ao invés de alguma experiência interna desse ambiente, a bifurcação da natureza em *físico* e psíquico pode ser evitada.

Um segundo problema clássico se refere a como a vida mental pode ser manipulada. No processo de terapia, o analista necessariamente age sobre o paciente apenas de modo *físico* [ênfase adicionada] (p. 188).

Como pode Skinner evitar a dualidade físico-psíquico e logo em seguida afirmar o físico? Nossa interpretação é que o primeiro “físico” tem sentido ontológico e o segundo metodológico. Vejamos mais uma citação de Skinner (1954/1961b):

Cada um de nós está em contato particular com uma pequena parte do universo enclausurada dentro de sua própria pele. Sob certas circunstâncias limitadas podemos reagir àquela parte do universo por modos incomuns. E disso não se segue que aquela particular parte tenha qualquer propriedade especial, física ou não-física, ou que nossas observações dela difiram de qualquer modo fundamental das nossas observações do resto do mundo. (p. 193).

É importante reparar nessa citação que Skinner não está preocupado com a propriedade da coisa interior, isto é, da pequena parte do universo dentro da pele. Física ou não-física, pouco importa, basta que não tenha propriedades especiais. O modo/método é chamado de físico única e exclusivamente pelo seu caráter de

manipulável ou acessível e não porque se refira a um mundo real, composto de partes ligadas por relações de causalidade. É esse método, o da manipulação e o da simples descrição entre o organismo e seu meio que permite superar a dualidade ontológica.

Ao contrário de nos dizer sobre *o quê* o mundo ou o comportamento é feito, Skinner nos diz sobre *como* é possível estudá-lo: pela observação. Essa afirmação pode parecer simplista à primeira vista, mas mesmo Skinner nos avisa que ela exige muito esforço sobre a engenhosidade do cientista. Estudamos o mundo modificando-o, reparando na mudança decorrente e, no caso da prática científica, descrevendo e ordenando o processo. Arranjamos contingências experimentais, observamos um grupo em seu ambiente de origem, fazemos questionários e, mesmo do ponto de vista do senso comum, simplesmente nos colocamos, no sentido de mudar nosso próprio corpo, em posições diferentes que nos permitam novas perspectivas de visualização, podendo essa mudança do corpo ser “visível”, como se nos colocássemos em um ângulo que permitisse a visão de um lugar, ou “invisível”, como quando lemos um livro que nos modifica e nos faz pensar diferente.

Quando menciona sobre a análise funcional enquanto metodologia adotada, faz questão de trocar os termos “causa” e “efeito” por “mudança em uma variável independente” e “mudança em uma variável dependente”, respectivamente. Essa troca não é gratuita, ela indica uma mudança no foco da própria análise científica: não é mais o mundo que descobrimos, mas o mundo que construímos e não é mais o efeito de uma causa que verificamos, mas a mudança decorrente da modificação do mundo por *nós* efetuada. Os novos termos não indicam uma relação de causalidade entre variável dependente e independente, mas uma relação de contiguidade, “Os novos termos não sugerem como uma causa gera seu efeito; eles meramente indicam que diferentes eventos tendem a ocorrer juntos em certa ordem” (p. 23). O que mostra um afastamento skinneriano do tradicional modelo de causalidade (Gongora & Abib, 2001, p. 10).

O “como” metodológico parece de alguma maneira substituir o “o quê” ontológico. Se Skinner fala em “substância” genericamente, se ele afirma que o mundo é feito apenas de um tipo de coisa, mas pouco se importa em especificar quais seriam as propriedades da coisa da qual é feito o mundo e, ainda assim, defende que é possível estabelecer todo um sistema de análise de comportamento, somos levados a concluir que *é irrelevante, em última instância, a propriedade da coisa a partir da qual é feito o mundo para se manter um programa de análise funcional*. Essa conclusão foi possível apenas com a análise de Skinner (1953) e encontra fundamento tanto nos textos

skinnerianos, quanto nos comentadores, ainda que, em ambos, o termo “físico” carregue a nebulosidade apontada na seção precedente – em suma, o mundo é natural e não sobrenatural. Primeiramente, apresentar-se-á uma discussão dos textos skinnerianos, posteriormente, dos comentadores.

3.1.4 O físico e os textos skinnerianos

A questão sobre de que é feito o mundo natural ou o mundo no qual os organismos vivem parece ser evitada desde os primeiros escritos de Skinner. Skinner (1931) aproveita as filosofias de Ernst Mach e Henry Poincaré para discutir o reflexo. Ele propõe duas questões interessantes pela proximidade com a discussão de Merleau-Ponty. Skinner (1931, p. 450) pergunta se o reflexo é um mecanismo unitário e se o comportamento é uma soma de mecanismos. Ele reconhece, com Poincaré, que tais questões além de insolúveis, são ilusórias e desprovidas de sentido. O reflexo não seria adequadamente discutido enquanto uma coisa, mas enquanto um conceito derivado da observação de uma correlação entre estímulo e resposta. Skinner (1940, p. 463) considera sem importância e sem sentido questões sobre a existência do reflexo. Já em 1931 Skinner apresenta um reconhecimento, em congruência com Merleau-Ponty, de que conceber o reflexo enquanto alguma coisa real intermediária entre estímulo e resposta é uma assunção infundada, embora recorrente.

Mesmo em seu primeiro livro, anterior a 1945, Skinner se esforça na defesa do comportamento como um objeto de estudo por direito, buscando se afastar tanto do materialismo quanto do mentalismo. Skinner (1938, p. 440-1) afirma que o materialista, ao reagir contra o mentalismo, falha em estudar o comportamento, pois quer que os conceitos derivados do estudo tenham uma referência substancial. Como o caráter descritivo, próprio ao estudo do comportamento, não requer a correspondência com as coisas do mundo [earthly] o materialista toma os termos conceituais como linguísticos ou fictícios. Objeções materialistas a termos como “instinto”, ou mesmo “reflexo”, por exemplo, argumentam que não o podemos encontrar ao dissecar um organismo.

Skinner (1987, p. 781) retoma a tese de que o reflexo não deve ser tomado como coisa, mas como um tipo de lei comportamental, isto é, como uma ordenação humana feita a partir de descrições. Concepção presente também em Skinner (1956/1961d, p. 80) onde os estados do sistema nervoso central, concebidos como coisas, são substituídos por leis comportamentais, concebidas como comportamento

verbal, isto é, lidados enquanto “termos, conceitos, constructos e assim por diante, francamente *da maneira como são observados* [ênfase adicionada]” (Skinner, 1945, p. 274). O termo grifado indica uma espécie de “reducionismo fenomenológico” no cerne do argumento skinneriano: deve-se pôr em cheque os pressupostos acerca da realidade e lidar com aquilo que se vê, enquanto percepção não-verbal, e que se descreve, enquanto comportamento verbal.

Skinner (1945) apresenta dois tipos de operacionismo, cujo exame pode elucidar um tipo de método fenomenológico. O tradicional transita entre as teorias da correspondência entre as entidades teóricas e as entidades reais e as formulações empíricas da linguagem. O skinneriano propõe o afastamento do discurso sobre correspondência entre entidades ao mostrar que as entidades são artefatos ou constructos que podem ser relacionados com a história, a filosofia, a linguística entre outras. O operacionismo assim entendido não é a prática de relacionar teorias e entidades reais, mas de *falar sobre* a própria vivência: observações, procedimentos, métodos, pensamentos, e “nada mais” (p. 272).

Para Skinner esse “nada mais” é responsável pela maior contribuição de seu operacionismo. A expressão enfatiza que não é necessário conceber realidades a partir de nossas vivências, por exemplo, alguém observa seus pensamentos e os relata ou observa um experimento e o relata e ponto final. É um fator complicador desnecessário relatar que se pensou em algo e que, *portanto*, há algo real e existente que corresponda a esse algo dentro do pensador, ou relatar que se observou uma relação entre pressão à barra e recebimento de comida e que, *portanto*, há algo real, como uma sinapse, reflexo ou algo análogo, responsável pelo comportamento. A contribuição é ontologicamente negativa: não é necessário postular esta ou aquela entidade como existente ou como causa. Isso não significa que vivemos num mundo de pura fantasia ou pura realidade, no âmbito ontológico devemos apenas aceitar a “hipótese de que aquilo que alguém observa e sobre o qual fala é sempre o mundo ‘real’ ou ‘físico’ (ou ao menos ‘o’ mundo) e que a ‘experiência’ é um derivado constructo a ser entendido apenas pela análise dos processos verbais” (Skinner, 1945, p. 284). Uma interpretação possível é que a citação entre parênteses e os termos entre aspas enfatizam não uma realidade específica pré-concebida, mas simplesmente a aceitação de que vivemos no mundo, independentemente de quais sejam suas entidades ou composição.

A revista “Punch” publicou em 1855 uma sátira sobre a metafísica²⁷ que Skinner comenta (Skinner 1969, p. 247; Skinner, 1987, p. 780) para mostrar sua visão acerca das discussões sobre questões ontológicas, como o materialismo. A sátira perde parte de seu conteúdo poético em língua portuguesa, mas em língua inglesa conota duplos sentidos. A resposta à pergunta sobre o que é “matéria” ou “assunto relevante” indica tanto que “não é mente” quanto que “não importa o que seja” e a resposta à pergunta sobre o que é mente indica tanto que “não é matéria”, quanto que “não importa” ou “não é o assunto”. Evidentemente, e principalmente por se tratar de arte, há a possibilidade de outras interpretações, mas aqui basta essa. Nos comentários feitos por Skinner na coletânea “Contingencies of Reinforcement” sobre seu artigo “Behaviorism at Fifty” há uma crítica às perspectivas idealistas que defendem que podemos conhecer apenas nossas sensações e percepções. Para Skinner nessa perspectiva só haveria o mundo mental. Skinner (1969) salienta, entretanto, que afirmar, a partir dessa crítica behaviorista, que o behaviorismo assume uma perspectiva oposta, o materialismo, é uma conclusão simplista, pois o termo “‘matéria’ não é mais útil. Quaisquer que sejam as coisas das quais o mundo é feito, ele contém organismos (dos quais somos exemplos) que respondem a outras partes do mundo e, então, ‘conhece’ em um sentido não longe de ‘contato’” (p. 248).

O behaviorismo skinneriano, portanto, não está preocupado com a composição do mundo, mas com a relação entre organismo e ambiente. Nesse sentido, será importante se afastar de discussões acerca da realidade e se aproximar de discussões acerca do comportamento e de seu estudo. Nosso texto até aqui serviu como base para desvincular o behaviorismo skinneriano da crítica ao materialismo feita por Merleau-Ponty. Vimos que Skinner não dá uma contribuição positiva na resposta sobre do que o mundo é feito e enfatiza que seu método, baseado no operacionismo, considera essa contribuição negativa a maior possível. O mundo natural ou físico de Skinner não deve ser considerado como sinônimo do mundo natural ou físico de Merleau-Ponty.

3.1.5 O físico e os comentadores: sobre monismo, fisicalismo e epifenomenalismo

²⁷ “A SHORT CUT TO METAPHYSICS
What is Matter ? - Never mind
What is Mind? - No matter” (Punch, 1855, p. 19).

Bento Prado Júnior organizou um livro intitulado “Filosofia e Comportamento” no qual um dos capítulos, escrito por José Antônio Damásio Abib, propõe-se a discutir questões ontológicas no behaviorismo radical. Na visão de Abib (1982) a posição skinneriana, mesmo em relação aos textos anteriores a 1945, não pode ser considerada materialista, pois ela “não demonstra qualquer interesse intelectual por um mundo externo transcendente, ou pela *realidade em si*” (p. 103), em consonância com nossa posição sobre a irrelevância da propriedade da coisa a partir da qual é feito o mundo para se manter um programa de análise funcional, todavia, Abib (1982), assim como Carrara (2004), Escobar (2013) e Zílio (2012), defende um posicionamento acerca do behaviorismo skinneriano que difere do nosso e que trataremos adiante: considera a posição skinneriana como monista fisicalista epifenomênica.

Gostaríamos de tecer uma breve consideração acerca do monismo, do fisicalismo e do epifenomenalismo antes de dialogar com os comentadores. Uma discussão profunda sobre o monismo da história da filosofia excede aos propósitos dessa tese, mas alguns detalhes deverão ser tratados, uma vez que é possível encontrar discussões sobre monismo na literatura behaviorista. Para isso, utilizar-nos-emos brevemente dos dicionários de filosofia Abbagnano (2007), Japiassú e Marcondes (2001), Mora (1978) e Psillos (2007) como meios para suscitar algumas reflexões pertinentes a essa tese. Monismo, dualismo e pluralismo são termos tradicionalmente correlacionados, sendo que o monismo é uma posição filosófica que admite apenas uma substância. O monismo pode, portanto, ser encontrado tanto nos materialistas, quanto nos idealistas, ao defenderem apenas a matéria ou apenas a ideia, respectivamente.

Ao refletir sobre o monismo na filosofia skinneriana não encontramos, todavia, a defesa da matéria ou da ideia. Explicitamente, em adição, Skinner é contra o dualismo, compreendido como a admissão de duas substâncias, onde há subordinação de uma a outra, como na mente sobre o corpo ou o inverso. Estaria a solução no pluralismo, como posição que defende o mundo composto de realidades independentes e mutuamente irreduzíveis? Segundo Mora (1978) pode ser considerado monista a defesa de uma, e somente uma, substância, mas também a defesa de uma única *espécie* ou tipo de substância. No segundo caso, o monismo não se contrapõe ao pluralismo, defendendo a variedade na unidade.

A resolução da questão acima, pelo pluralismo, pode até se aproximar da posição ontológica skinneriana, mas além de avocar a suspeita de capciosidade ou ausência de resposta, não resolve a questão epistemológica e metodológica que

aplicamos ao cerne do behaviorismo radical: de que adianta conceber o mundo como composto de partes independentes entre si ou não, ou redutíveis ou irredutíveis umas às outras, sendo que o foco é o comportamento? Diferentemente, vimos, pouco importa a matéria, a substância ou a coisa da qual o mundo é feito, ou mesmo se o organismo está engajado em um universo, multiverso ou pluriverso, quando se trata da análise do comportamento. O organismo está engajado no mundo e isso basta. É a interação que se analisa.

Skinner, de fato, afirma que o mundo é constituído por apenas um *tipo* de substância que, como vimos, parece pouco importar o que seja e como se dá o relacionamento entre as partes, isto é, se é por troca de energia, contato físico, causalidade física, etc. A defesa dos “por quês” que aquilo que há no mundo se relaciona de uma ou outra forma parece irrelevante à proposta skinneriana, tanto que Skinner afirma que a análise funcional, enquanto um método indutivo, não se ocupa com *como* as relações se dão, mas apenas com fenômenos que acontecem e que a eles *nós* atribuímos relações de contiguidade ou temporalidade. Skinner poderia transitar, em suma, entre um monismo e um pluralismo, mas nunca entre um dualismo. O que nos leva a um posicionamento sobre o caso: acatar a posição skinneriana simplesmente como antidualista, uma posição neutra em relação ao monismo e ao pluralismo, basta para todos os propósitos práticos da análise do comportamento.

O contexto, a resposta, a consequência e os outros termos técnicos analítico-comportamentais são termos que têm um referencial no mundo. Esse referencial aparece também em Merleau-Ponty (1969/1973). Em relação à ciência e ao mundo, Merleau-Ponty (1969/1973) afirma que a ciência “não é devota a outro mundo, senão o nosso próprio; afinal, ela se refere às mesmas coisas que experimentamos ao viver” (p. 15). Com essa afirmação entendemos que Merleau-Ponty não pretende negar a especificidade do discurso científico, mas colocá-lo, quando o quesito é o comportamento, como um fator inegável à nossa experiência do mundo comum. Nesse sentido, por exemplo, a linguagem tem como fundamento uma generalidade carnal onde o organismo está no mundo e se o Sol quente o esquenta só o faz devido ao engajamento desse organismo encarnado “no mundo” (p. 20).

Colocar o organismo como inserido em um mundo ou como uma de suas partes constituintes não parece ser um problema para Merleau-Ponty, ao contrário, não apenas Merleau-Ponty (1942/1967, p. 168-9; 1945/1976, p. i, p. iv, p. 348; 1948/2004, p. 30) parece aceitar um mundo anterior a qualquer conhecimento que dele um organismo

possa ter e do qual faz parte, ainda que no plano perceptivo o limite entre o organismo e o mundo possa ser nebuloso, como no exemplo do pintor e do mundo (Merleau-Ponty, 1964/1986, p. 23), mas também seus comentadores (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. xiii). Nesse sentido, há para Merleau-Ponty um controle físico do organismo, como na gravidade, sem que esse controle, tomado isoladamente ou na ausência de um organismo, seja confundido com o controle comportamental propriamente dito, mas com o controle geográfico.

Não vemos uma diferença fundamental da filosofia de Skinner com a filosofia de Merleau-Ponty nesse momento, visto que o último assume uma ordem física do comportamento e o organismo situado num mundo que o precede. O behaviorismo skinneriano, ao assumir que o organismo está inserido ou faz parte de um mundo que o influencia, não parece, portanto, caminhar na contramão da proposta merleau-pontyana. O que parece ser um problema, presente no behaviorismo criticado por Koffka e Merleau-Ponty, é (a) reduzir a explicação do comportamento ao mundo físico e, por conseguinte, identificar mundo físico e mundo comportamental e (b) explicar um mundo comportamental por outro mundo comportamental, como no antropomorfismo.

Nem mesmo a fenomenologia de maneira geral parece negar a existência do mundo das coisas. Para Husserl, por exemplo, os fatos ou as coisas existem, embora não sejam elas o objeto da fenomenologia, mas o sentido (Bello, 2006, p. 23). Para Merleau-Ponty, (a) embora as ordens vital e humana não possam ser reduzidas à ordem física, elas são compostas e integradas à ordem física e (b) embora, por exemplo, a ordem humana tenha uma unidade de significação diferente da ordem física, isso não significa que a ordem humana seja constituída de uma segunda realidade ou mundo. Segundo Merleau-Ponty (1942/1967) “não se trata de duas ordens de fatos exteriores uma à outra, mas de dois tipos de relacionamentos onde o segundo integra o primeiro” (p. 195).

Essa composição e integração das ordens merleau-pontyanas ocorre no plano comportamental e implica na assunção de um mundo comportamental único, atravessado por rupturas entre as ordens. Não há dualismo também em Merleau-Ponty, no sentido de duas realidades separadas onde uma tem influência sobre a outra atuando independentemente. Uma análise semelhante àquela feita em Skinner pode ser feita também em Merleau-Ponty. O mundo comportamental merleau-pontyano é uno (monismo), tanto quanto o skinneriano, e permeado pela variedade das ordens (pluralismo). Em outras palavras a pluralidade de ordens é unificada na espécie de mundo chamado de comportamental. Nosso posicionamento em relação a Merleau-

Ponty é semelhante ao de Skinner: o sentido principal do comportamento merleau-pontyano é o antidualismo. Essa semelhança antidualista já foi identificada por Giorgi (1975, p. 201), porém, em relação à fenomenologia de forma geral e o behaviorismo radical e não entre Merleau-Ponty e behaviorismo radical, como foi apontado agora.

Vejamos, agora, um pouco do fisicalismo. É certo que a discussão sobre o fisicalismo tem uma extensão que aqui não poderemos tratar, mas alguns detalhes nos parecem importantes para expor a variabilidade de interpretações que ela pode gerar. Dentre as interpretações que o fisicalismo pode sustentar duas delas nos interessam em particular por afetar nossa análise das teorias de Merleau-Ponty e Skinner. Psillos (2007) sustenta que o fisicalismo “é a versão mais forte do naturalismo que toma os fatos físicos como aqueles descritos na linguagem da física, enquanto o naturalismo é mais ameno [*open-minded*]: permite que existam fatos naturais que não sejam redutíveis aos fatos físicos” (p. 179). Uma ideia semelhante é exposta por Sombra (2006, p. 38) na afirmação de que há graus de naturalismo que variam do fisicalismo radical ao naturalismo moderado.

Essa elucidação sobre fisicalismo feita por Psillos colabora para tomarmos um posicionamento. Não insistiremos na manutenção do termo fisicalismo e fisicalismo ameno (naturalismo) ou naturalismo e naturalismo forte (fisicalismo), antes, faremos uma distinção entre fisicalismo e naturalismo. No primeiro, tudo no mundo é feito de coisas físicas e o comportamento é físico, composto por processos físicos²⁸ e suas leis redutíveis às leis físicas. No segundo, tudo no mundo é feito de algo²⁹ e o comportamento ocorre nesse mundo, mas suas leis não são a ele redutíveis, isto é, não são redutíveis às suas coisas – realidade, entidades concebidas como partes ou átomos.

Essa distinção nos parece importante, pois ajuda a evitar a confusão entre os termos e a direcionar nossa pesquisa a um posicionamento mais preciso tanto da filosofia merleau-pontyana, quanto da skinneriana. Merleau-Ponty (1942/1967) não faz essa distinção e deixa margem para que o fisicalismo e o naturalismo sejam concebidos como sinônimos, o que nos leva a um problema (A) e a uma resolução (B).

(A) Sem a distinção entre fisicalismo e naturalismo, a crítica merleau-pontyana atinge indiscriminadamente perspectivas fisicalistas e naturalistas e, por conseguinte, para que sua filosofia seja genuína, não poderia se vincular a nenhuma dessas posições.

²⁸ Lembrando que aqui o termo físico não tem o sentido vago ou negativo, em oposição ao sobrenatural, que tentamos mostrar em Skinner, mas o sentido forte ou positivo de realidade.

²⁹ Talvez melhor seria dizer que o mundo simplesmente existe, ao invés de dizer que é feito de algo. O termo “algo” indica que pouco importa seu componente real.

Na ausência dessa distinção é possível reparar uma ambiguidade na filosofia merleau-pontyana. Em Merleau-Ponty (1942/1967), mesmo que alguns autores reafirmem a rejeição ao dualismo que contrapõe espiritualismo e materialismo (Sombra, 2006, p. 31), reconhece-se a possibilidade de um caráter dualista na tensão entre a perspectiva teleológica da racionalidade da consciência e a perspectiva arqueológica da situação perceptiva vivida (Veríssimo, 2014, p. 77), que é revista com profundidade em Merleau-Ponty (1945/1976).

(B) Porém, se for possível reparar, em seu discurso, a crítica ao fisicalismo e não ao naturalismo, tal como vimos a partir de Psillos, então, poder-se-ia vislumbrar na filosofia merleau-pontyana um espaço para o naturalismo. É possível visualizar que a crítica de Merleau-Ponty ao behaviorismo se fundamenta na defesa de que uma das bases filosóficas behavioristas é o fisicalismo, que reduz ao físico o vital ou o humano e que identifica comportamento geográfico e comportamento propriamente dito, e não o naturalismo, de acordo com nossa distinção. Portanto, por meio da distinção proposta entre fisicalismo e naturalismo, é possível ressignificar o naturalismo nas obras merleau-pontyanas. A concepção de comportamento que vimos em Merleau-Ponty (1942/1967) permite que seja interpretada como naturalista. Merleau-Ponty considera que há uma ordem física e parece assumi-la como um conjunto de coisas externas entre si no mundo que estão relacionadas causalmente. Porém, e esse é um ponto importante na nossa visão da filosofia de Merleau-Ponty, não considera que à unidade de sentido do mundo físico sejam redutíveis às outras ordens, em outras palavras, o vital e o humano não funcionam em termos de causa e efeito. Uma interpretação semelhante a nossa relativa à Merleau-Ponty é encontrada também em Bernet (2008) quando afirma que a “importância que Merleau-Ponty concede a uma neurofisiologia que, todavia, não trai os fenômenos de uma consciência perceptiva permite qualificar sua posição de ‘naturalista’. Em uma terminologia mais atual, poderíamos também aproximá-la de um ‘fisicalismo não reducionista’” (p. 36). Na posição que aqui apresentamos, tal fisicalismo não reducionista seria o próprio naturalismo.

A tese antropológica para a filosofia merleau-pontyana de Étienne Bimbenet apresenta uma noção de homem que aceita o naturalismo e o antidualismo aqui proposto. Bimbenet (2004) reconhece tanto a instabilidade das ciências humanas, quanto o espanto do filósofo são perspectivas totais o suficiente para se falar em uma antinomia entre elas, mas reconhece também sua suficiência para se falar em uma tese antropológica da consciência “que pretende fazer do homem um ser *integralmente*

natural e que, todavia, escapa *integralmente* da natureza” (p. 27). Não se trata de uma tese dualista que defenda que o homem seja em parte natureza e em outra parte consciência, como Merleau-Ponty (1945/1976) afirma ao dizer que “é impossível sobrepor no homem uma primeira camada de comportamento que chamaríamos de ‘natural’ e um mundo cultural ou espiritual fabricado. Tudo é fabricado e tudo é natural no homem” (220-1). A proposta merleau-pontyana, reafirma Bimbenet (2004), é “a recusa em segregar o homem em dois setores, onde um remeteria à natureza e outro à consciência” (p. 27-8). O homem é, nesse sentido, uno com o mundo sem a ele se igualar.

É importante salientar, todavia, que essa é apenas uma interpretação dentre as possíveis. Em relação a Skinner, por exemplo, Lopes (2008, p. 2) afirma haver uma infinidade de interpretações acerca do comportamento, como materialistas, fisicalistas, mecanicistas, contextualistas e pragmatistas. Aqui, em complementação, vimos a relacionista de Zilio (2010; 2012). Lopes (2008) assume uma posição que também tencionamos assumir aqui, a saber, de que não há uma interpretação verdadeira ou real, diferentemente, há uma pluralidade legítima de interpretações. Nesse sentido, as dificuldades aqui apresentadas não devem ser vistas como um impedimento para nossa interpretação, mas como uma característica dos textos dos autores em questão que possibilitam várias interpretações em relação ao comportamento. Além disso, não pretendemos esgotar as possibilidades discursivas sobre o assunto.

Resta ser tratado, finalmente, o epifenomenalismo. Trata-se de uma perspectiva que trata a consciência como um fenômeno resultante das condições biológicas, e portanto, secundário a elas, que as acompanha e sobre elas não tem poder (Abbagnano, 2007, p. 338, p. 651; Barbaras, 2011, p. 17). Um tipo de epifenomenalismo criticado por Merleau-Ponty (1942/1967, p. 101, p. 147) aparece em sua crítica ao isomorfismo da psicologia da Gestalt. O isomorfismo aparece como um tipo de paralelismo psicofísico, onde a consciência e a biologia, com o perdão da metáfora, caminham como se fossem duas linhas paralelas, onde cada ponto da linha da consciência apresenta seu correlato na linha da biologia, sendo a biologia, geralmente representada pela fisiologia, considerada o fundamento causal (Hidalgo, 2009, p. 59). Outro tipo de epifenomenalismo aparece na crítica à hipótese de constância, tão presente em Merleau-Ponty (1945/1976). Segundo Ferraz (2006) essa hipótese afirma que a “cada percepção corresponde exatamente aos objetos do mundo físico, em virtude dos estímulos captados pelos órgãos sensíveis” (p. 46). Nessa hipótese, a percepção e os estímulos

caminhariam paralelamente e haveria uma correspondência ponto a ponto entre eles, sendo a percepção um fenômeno resultante ou secundário aos estímulos ou aos órgãos sensíveis, que seriam sua causa.

Como alternativa ao isomorfismo e à hipótese de constância, Merleau-Ponty apresenta o comportamento e o organismo como engajados no mundo, como um eu encarnado. Segundo Ferraz (2006) na visão de Merleau-Ponty é “claro que a percepção não existe privada do aparato fisiológico, *condição* de seu aparecimento” (p. 47), o problema estaria no “espírito anatômico” (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 68) que busca encontrar na biologia a explicação do comportamento. O mundo real ou a ordem física está, portanto, sempre presente na existência do organismo, embora não seja ele que faça as reações, que determine o conteúdo da percepção ou que “faça o mundo percebido” (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 97). O comportamento, enquanto fenômeno de existência, não está nem no mundo, nem no organismo tomado isoladamente, mas no organismo engajado ou eu encarnado no mundo.

Uma crítica ao paralelismo psicofísico aparece também em Skinner de uma maneira claramente antidualista. Essa crítica se desdobra em dois movimentos: um explícito e outro sutil. O mais explícito envolve a atribuição de causa do comportamento à mente e pode ser encontrada com facilidade nos textos skinnerianos. Não haveria problema em se usar termos mentalistas ou em reconhecer fenômenos imanescentes ou eventos internos, mas em concebê-los enquanto causas do comportamento, livres de um histórico ambiental. Para Skinner (1974/1995, p. 18) conceber eventos mentais ou psíquicos dessa maneira seria como assumir um paralelismo psicofísico, onde se arroga a existência de dois mundos, um mental e outro material, cada um com sua própria dinâmica evoluindo lado a lado. O mais sutil envolve o movimento contrário: a atribuição de causa do comportamento aos fatores biológicos, como os genes ou a fisiologia. O argumento principal dessa crítica é que ainda que existam fatores biológicos, eles não são suficientes para a explicação do comportamento. Skinner (1989) ao discutir os genes considera que quando se trata de comportamento, não é adequado se falar em epigênese, isto é, atribuí-lo como um resultado secundário dos fatores genéticos, visto que a “função do condicionamento operante é importante o suficiente para que não seja considerada como simples ‘epigênese’” (p. 51). A crítica à teoria da cópia, que afirma que armazenamos cópias mentais de nossos hábitos, interações ou fatores empíricos gerais, para que a partir delas seja possível o comportamento, é um desdobramento da crítica skinneriana ao

paralelismo psicofísico. O comportamento, portanto, não é um epifenômeno nem da mente, nem da biologia. Diferentemente, para além delas, é preciso considerar o comportamento como um fenômeno integrado às histórias filogenética, ontogenética e cultural, as quais comentaremos com detalhes adiante.

Em relação à participação dos eventos privados no controle do comportamento encontramos citações polêmicas em relação a esse assunto. Em muitos momentos os textos skinnerianos não consideram os eventos internos como variáveis independentes (Skinner, 1953, p. 148), por exemplo, os “sentimentos [*feelings*] são, na melhor das hipóteses, acompanhamentos dos comportamentos e não suas causas” (Skinner, 1969, p. 257). Essa afirmação pode ser interpretada como uma distinção de natureza entre sentimentos e comportamentos e atribuir aos sentimentos uma existência independente do comportamento, sugerindo, assim, um epifenomenalismo. Interpretação possível, como vimos (Abib, 1982; Carrara, 2004; Zílio, 2012; Escobar, 2013). Todavia, uma das contribuições desta tese está em mostrar uma interpretação diferente igualmente possível. Durante a extensão das obras de Skinner (1953, p. 257, 262, 264; 1989, p. 7-8) é possível reparar em citações que se afastam do epifenomenalismo, por exemplo, Skinner (1953) considera os eventos internos como colaboradores da totalidade comportamental, por exemplo, que “ao tomar uma decisão, assim como no autocontrole, frequentemente as variáveis manipuladas são eventos privados dentro do organismo” (p. 242). Além disso, é reconhecido entre os comentadores que há, principalmente a partir dos textos de 1945, a extensão do ambiente aos estímulos originados do corpo próprio (Tourinho, 2012, p. 73). Portanto, ainda que certa ambiguidade ou hesitação skinneriana no tocante aos eventos privados e às causas do comportamento possa ser observada no decorrer de seus textos, a interpretação fenomênica representa melhor o período, posterior a 1945, escolhido nessa tese para o enfoque da análise dos textos skinnerianos.

Agora que já foi discutido monismo, fisicalismo e epifenomenalismo retomemos Abib (1982), que considera o behaviorismo radical como monista fisicalista epifenomênico. Assim o considera a partir de uma diferenciação entre o que é sentido e o ato de sentir, como possibilidades de sentido decorrentes do termo inglês *feel* e embora reconheça que esse não é o melhor procedimento para compreender a interpretação skinneriana dos eventos privados. O que é sentido seriam as condições fisiológicas, aquilo que é físico e acessível. O ato de sentir seria, por exemplo, percepções eternamente privadas de maneira que não faça sentido se perguntar se o vermelho que alguém vê é igual ao vermelho que outro vê. Sobre o monismo Abib (1982, p. 101) não

é muito claro, mas indica que o skinneriano é diferente do metodológico, que excluiria do campo da psicologia os eventos internos. Sobre o fisicalismo, defende que tanto o objetivo quanto o subjetivo são de natureza física. Não é mais esclarecedor sobre esse ponto do que o próprio Skinner, afirmando o fisicalismo apenas pela insistência skinneriana no uso do termo “físico” para indicar a coisa do mundo. Sobre o epifenomenalismo, Abib (1982, p. 98) considera que como o ato de sentir é produto das condições corporais, ou seja, é secundária à fisiologia ou resultante dela, então, a posição skinneriana é epifenomenalista.

Carrara (2004) apresenta uma interpretação semelhante a Abib (1982) acerca do behaviorismo skinneriano, considerando-o monista e fisicalista. Seu discurso sobre o monismo e o fisicalismo se fundamenta na posição skinneriana já apresentada. Primeira, só há um mundo, feito de um tipo de coisa. Disto Carrara (2004) conclui pelo monismo, mas, como vimos, da defesa de que vivemos no mundo, não decorre necessariamente um monismo, podendo abranger também o pluralismo. Segundo, o estofado desse mundo em que vivemos é físico. Disto Carrara (2004) conclui pelo fisicalismo, mas, como vimos, o termo “físico” em Skinner não indica positivamente a substância ou coisa do mundo, ao contrário, indica negativamente que o físico não é sobrenatural e justifica pelo caráter metodológico da possibilidade de sua acessibilidade aos métodos naturais. Os processos comportamentais são físicos, não no sentido de serem materiais ou terem uma propriedade que se encerra aos nossos sentidos, mas por serem acessíveis aos métodos naturais. As próprias premissas de Carrara (2004) para sustentar o fisicalismo carregam o peso da imprecisão do termo “físico” visto aqui em Skinner e salvaguardam o afastamento da questão ontológica da coisa, reafirmando o discurso skinneriano do físico não pela ontologia, mas pela metodologia: na análise do comportamento o estofado do mundo é físico (p. 34-5) porque pode ser acessado “*mediante instrumental* [ênfase adicionada] da mesma natureza que aquele usado nas demais chamadas ciências empíricas ou fatuais” (p. 34) e porque o comportamento pode ser “avaliado, estimado, medido mediante instrumentos de *natureza* semelhante ao das demais ciências naturais” (p. 35). Não há nos “porquês” a expressão da propriedade da coisa e quando se dispõe a falar do ambiente Carrara (2004) afirma que “implica todo o contexto com o qual interagimos enquanto estamos vivos, tenha esse contexto conotação físico-química, biológica, ou social. Estudar sistematicamente tais interações constitui o objetivo da Análise do Comportamento” (p. 35-6). O que importa para o behaviorismo de Skinner, como o Carrara (2004) mencionou, é o estudo do contexto e da interação. A propriedade

da coisa é irrelevante, seja ela química, biológica, social e, acrescentamos, quaisquer outras possíveis.

Zílio (2012) reconhece, tal como Abib e Carrara, a importância da interação na análise do comportamento e o repúdio ao materialismo, mas, ao defender o fisicalismo, sob o nome de “ontologia substancialista” (Zílio, 2012, p. 110), não escapa ao realismo criticado por Merleau-Ponty. A análise de Zílio (2012) encontra uma ambiguidade nas obras skinnerianas acerca de sua ontologia: ora comenta que o mundo é constituído de substância física, ora comenta que essa substância é irrelevante. Zílio (2012, p. 113) também nos lembra de um artigo, chamado “The generic nature of the concepts of stimulus and response”, em que Skinner tenta discorrer sobre as propriedades da substância com a qual o analista do comportamento lida. Em Skinner (1935/1961a) é dito que deve “haver propriedades definidoras tanto do estímulo quanto da resposta; caso contrário, nossas classes não terão referência necessária aos aspectos reais do comportamento” (p. 355).

Sobre essa citação de Skinner, devemos lembrar que ela antecede ao período de maior mudança da teoria skinneriana, mas não justifica um fisicalismo. Do fato de Skinner (1935) afirmar que deve existir “propriedades” não decorre nada além do reconhecimento que o mundo existe e sem ele não haveria comportamento ou com o que se comportar. Do nosso ponto de vista, segue em harmonia com Merleau-Ponty, que também assume a necessidade de algo no âmbito da ordem física sem o qual o comportamento perderia a referência. Assumir uma ordem física ou propriedades definidoras, todavia, não significa dizer que o comportamento é causado por tais coisas. Os resultados encontrados por Zílio (2012) foram assim resumidos:

a substância não parece ser importante pelos seguintes motivos: (1) *Metafísica ausente*: o behaviorismo radical não precisa prestar contas às discussões metafísicas, pois qualquer que seja o resultado dessas discussões, ele não falseará o fato de que é possível controlar e prever efetivamente o comportamento com o auxílio do conhecimento produzido pela ciência behaviorista radical; (2) *Propósitos da ciência*: se o objetivo da ciência é prever e controlar o seu objeto de estudo, não é preciso ir além do nível de análise comportamental (relacional) para cumpri-lo. [...]; e (3) *Relacionismo*: o comportamento é relação e, enquanto tal, não pode ser definido como substância.

Por outro lado, a substância é importante pelos seguintes motivos: (1) *Conceitos genéricos*: o vocabulário substancial aloca os conceitos genéricos da ciência do comportamento na realidade observável e manipulável.[...]; (2) *Vocabulário unificado*: o vocabulário das ciências naturais é invariavelmente substancial [...]; (3) *Contraposição ao behaviorismo metodológico*: a negação da dualidade físico-mental e a defesa da dualidade público-privado são fundadas nas teses de que há apenas uma substância – a física – e de que a diferença entre público e privado é relacional [...]; (4)

Estabelecimento do behaviorismo radical como ciência natural: o objeto de estudo do behaviorismo radical deve fazer parte do mundo natural [...]; (5) *Auxílio metodológico*: a fisiologia preencherá as lacunas deixadas pela explicação essencialmente histórica da análise do comportamento behaviorista radical; (6) *Existência do comportamento*: só há comportamento porque há estruturas fisiológicas que tornam sua existência possível. (p. 115).

A partir desse resultado, Zílio (2012) interpreta que se considerarmos apenas os motivos pelos quais a substância é importante, teremos que Skinner concebe um único mundo e que tudo é feito com a substância desse mundo. A proposta skinneriana seria, assim, monista: a mente não é feita de outra substância, a linguagem não é feita de outra substância, se é possível falar de inconsciente, ele não é feito de outra substância, e assim por diante. Zílio (2012), então, reconhece alguns aspectos pelos quais a ontologia skinneriana poderia ser considerada um tipo de monismo fisicalista. Na continuidade da análise, entretanto, Zílio (2012, p. 116) encontra, de acordo com Skinner (1979, p. 117), que o argumento behaviorista não é aquele do materialismo ingênuo que defende que o pensamento seria uma propriedade material em movimento, nem aquele que identifica estados mentais ou conscientes, como pensamentos e intenções, com estados materiais, como aqueles de um substrato nervoso. Na análise de Zílio (2012) é certo que há apenas um mundo e que esse mundo é físico, mas há nesse mundo um organismo que se comporta. Seria necessário introduzir ao monismo fisicalista um aspecto relacional que representaria a ontologia skinneriana. Na medida em que o comportamento é relação ele não pode mais ser identificado com o interno ou com o externo, com o corpo ou com a alma, etc. Zílio (2012, p. 116) conclui, seguindo essa linha de raciocínio, que a ontologia behaviorista radical é, ao mesmo tempo, substancial e relacional.

O processo pelo qual Zílio (2012) se utiliza para concluir pelo relacionismo substancial é aquele da adição de hipóteses alternativas, já apontado por Merleau-Ponty em relação à fisiologia clássica. Zílio opta pelo fisicalismo, mas vê que tal perspectiva não representa bem a proposta skinneriana, então, adiciona o relacionismo, mas, ao fazê-lo, une duas perspectivas diferentes e, em um certo sentido, antagônicas. Se no fisicalismo vivemos no mundo da coisa física e o comportamento pode ser a ela reduzido, no relacionismo não há coisa, apenas relação. Zílio (2012), portanto, não escapa do realismo e do dualismo no comportamento criticados por Merleau-Ponty. Aliás, a opção pelo fisicalismo de maneira geral não escapa ao realismo e ao dualismo; e o relacionismo, enquanto negação da coisa, nada mais é senão um tipo de idealismo, permanecendo na dualidade realista.

A opção de Escobar (2013) pelo fisicalismo envolve como justificativa uma única citação de Skinner (1945/1961c) que diz “eu argumento que minha dor de dente é tão física quanto minha máquina de escrever” (p. 285). Afirmção polêmica, sem dúvida, que incentiva o exame do estatuto da realidade em Skinner. Motivo pelo qual gostaríamos de analisar o contexto argumentativo de Skinner (1945/1961) frente a essa citação. Ela ocorre não no corpo principal do artigo, mas nas respostas aos participantes de um simpósio e no contexto argumentativo da distinção entre interior e exterior ao corpo, como conclusão da seguinte afirmação: “A distinção entre público e privado não é, em hipótese alguma, a mesma que entre físico e mental”. Essa afirmação não indica uma banal troca de termos, ela indica um afastamento do dualismo e da noção de causalidade tradicional. A dor de dente, assim, é tão física quanto minha máquina de escrever no sentido de que para que seja estudada são necessários métodos empíricos.

Outras citações tomadas isoladamente podem se mostrar polêmicas. Vejamos três delas em Skinner (1974/1995): a) “o condicionamento operante, *como todos os processos fisiológicos* [ênfase adicionada], ser um produto da seleção natural” (p. 43); b) campos “como a respiração, a digestão, a circulação e a imunização foram isolados para estudo especial e *entre eles* [ênfase adicionada] está a área que chamamos de comportamento” (p. 33); e c) a “análise experimental do comportamento é um ramo da Biologia” (p. 196). Essas citações podem sugerir uma restrição do comportamento aos fatores biológicos, isto é, dentro da pele, mas vimos, dentro do contexto geral das obras skinnerianas, que Skinner não tenta reduzir o comportamento ao biológico, diferentemente, pode-se reparar que ainda que tenhamos todas as informações acerca das relações biológicas, teremos ainda que lidar com fatores exteriores à pele.

Outras afirmações, como a capacidade do organismo de adquirir um repertório comportamental frente ao controle do meio é devido a “processos de condicionamento, que também são parte de sua dotação genética” (p. 177), são também compreensíveis, visto que a dotação genética faz parte da constituição do organismo – constituição esta que, como vimos, é aceita por Skinner e por Merleau-Ponty – e pode ser vista em complementaridade com a história ontogenética.

É certo que a afirmação sobre a dor de dente não é a única polêmica, nem no texto em questão de Skinner, nem no restante das obras, como já foi assumido aqui, entretanto, o nosso esforço está em mostrar que o uso do termo “físico” por Skinner é aliado a uma justificativa metodológica e não ontológica, ou seja, raramente se verá Skinner afirmando algo como “o comportamento é físico, pois é material ou é

constituído daquilo que a física afirma que é feito o universo”, mas constantemente se verá “os meios para se estudar o comportamento são aqueles também utilizados nas ciências de forma geral, como a observação ou mensuração e, portanto, são processos físicos”. Enfim, é possível visualizar em Skinner (1945/1961) aquilo que já apresentamos como característica geral das obras skinnerianas: o físico relacionado ao repúdio ao sobrenatural, à mente tratada como “flogisto” ou “*vis anima*” (Skinner, 1945/1961, p. 283) e à proposta metodológica de um tipo de operacionismo. Não é o discurso sobre o estatuto da realidade, portanto, que fundamenta a Análise do Comportamento, mas a Análise do Comportamento que fundamenta a discussão sobre ontologia.

Podemos visualizar alguns motivos da nossa interpretação se distanciar daquela de Abib (1982), de Carrara (2004) e de Zílio (2012). Alguns dos fatores que poderiam mudar o rumo da discussão desses autores é (a) o reconhecimento da diferença entre fisicalismo e naturalismo, (b) o reconhecimento de que não decorre necessariamente do antidualismo o monismo e (c) o reconhecimento de que ao optar pelo fisicalismo não se escapa da concepção epifenomênica e dualista de comportamento ou consciência. Em suma, a postura behaviorista radical na nossa visão, em congruência com a postura merleau-pontyana, pode ser vista como antidualista e não monista, naturalista e não fisicalista, e fenomênica e não epifenomênica. Enquanto fenômeno, o comportamento não pode ser identificado com o mundo real, isoladamente, pois o mundo real não se comporta no sentido em que um organismo o faz, tampouco pode ser identificado apenas com o organismo, pois sem o mundo não haveria como se comportar. Talvez nem seja certo afirmar que o comportamento está no interstício entre o mundo e o organismo, digamos, antes, que *o comportamento está ou é no mundo e no organismo conjuntamente*. Nessa interpretação, tanto em Skinner quanto em Merleau-Ponty, ser é se comportar em um mundo, e nada mais.

3.1.6 O físico e o mental

O discurso sobre a composição do mundo só tem sentido no behaviorismo skinneriano se aplicado ou vinculado ao comportamento. Concebido o comportamento como uma relação, uma interpretação possível é que seja tomado como uma unidade de conhecimento ou de sentido e não de fato. Conhece-se o comportamento, não se o observa como a uma coisa. Embora tenham focos diferentes, podemos entender que a

preocupação de Skinner e Merleau-Ponty com o comportamento tem também um sentido epistemológico: como conhecê-lo? Como elaborar uma teoria do conhecimento e, principalmente no caso de Skinner, uma ciência do comportamento?

Se apenas o mundo natural é possível de ser conhecido, podemos identificar o mundo skinneriano e o merleau-pontyano ao mundo natural. No caso específico do behaviorismo radical gostaríamos de avançar em um ponto: não parece pertinente identificar o mundo skinneriano ou natural com o mundo da análise do comportamento. Várias práticas são condizentes com o mundo natural, mas não são práticas analítico-comportamentais. Na Física ou Química, por exemplo, quando um objeto não é acessível de maneira alguma, métodos hipotético-dedutivos foram e são aplicados com sucesso (Skinner, 1969, p. ix), mas em uma ciência do comportamento onde as variáveis relevantes são acessíveis à observação, mensuração e descrição, o método indutivo é mais eficaz. Nas ciências biológicas, por exemplo, uma teoria que exponha sinapses, contrações musculares, etc., é legítima do ponto de vista do mundo skinneriano, mas não do ponto de vista do mundo analítico-comportamental. Skinner (1950) explica o que dizemos assim:

Mas, em uma ciência do comportamento onde estamos preocupados em se um organismo irá ou não secretar saliva quando um sino toca, ou pular sobre um triângulo cinza, ou dizer *bik* quando um cartão expõe *tuz*, ou amam alguém que parece sua mãe, todos os enunciados sobre o sistema nervoso são teorias no sentido de que não são expressados nos mesmos termos e não podem ser confirmados com os mesmos métodos de observação que os fatos para os quais dizem dar conta. (p. 193).

Essa preocupação está no cerne de sua crítica às explicações mentalistas e às explicações estruturais ou formais. Em sua crítica ao mentalismo, Skinner assume uma posição semelhante àquela de Merleau-Ponty ao analisar o conceito de inibição de Pavlov. De forma sucinta, Pavlov mostrou que um estímulo neutro, pareado no decorrer do tempo com um estímulo eliciador em uma situação específica, adquire propriedade eliciadora, tornando-se um estímulo condicionado; quando um terceiro estímulo é introduzido nessa relação, a reação esperada de eliciação não ocorria; Pavlov então inferiu um processo inibidor interno ao organismo, ou seja, ele pressupunha um mecanismo interno real e, via dedução, inferiu um mecanismo inibidor. Merleau-Ponty reconhece essa inferência e aponta que ela pode ser irrelevante para a explicação do processo: a descrição do fenômeno é suficiente para a visão alternativa de que “o verdadeiro estímulo é o conjunto como tal” (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 59). Skinner (1975, p. 45; 1999, p. 464), assim como Merleau-Ponty, reconheceu que embora Pavlov

afirmasse estudar o sistema nervoso, o que ele efetivamente fazia era estudar as correlações entre estímulos e respostas.

A crítica de Skinner ao mentalismo levanta os problemas da inferência de entidades via modelo hipotético-dedutivo e propõe uma via indutiva e descritiva de explicação do comportamento, a análise funcional (Skinner, 1953, p. 35), que não pressupõe uma entidade real como causa e, portanto, esquiva-se do reducionismo fisiológico. Se outrora (Giorgi, 1975, p. 201) foram apontadas semelhanças entre a metodologia descritiva da fenomenologia de forma geral e o behaviorismo radical, aqui se pode verificar semelhanças entre a metodologia descritiva específica de Merleau-Ponty e aquela de Skinner: o afastamento do modelo hipotético-dedutivo e do reducionismo fisiológico.

Somos nós que falamos sobre o mundo, isto é, comportamo-nos em relação a ele. O artigo “Behaviorism at fifty”, cujo título sugere um comentário de Skinner sobre o behaviorismo após cinquenta anos da publicação do manifesto behaviorista por Watson, salienta essa posição ao afirmar que o behaviorismo é uma filosofia da ciência preocupada com os métodos da psicologia. A discussão relevante não é aquela que discute o mundo independentemente do organismo ou feito de algo diferente do organismo, mas aquela acerca da relação entre a parte do mundo chamada organismo e a parte do mundo chamada de exterior. Por isso, a discussão skinneriana não contrapõe mente e corpo, como se fossem duas entidades diferentes, mas mente e comportamento. A ideia de mente na concepção skinneriana indica uma espécie de substância alienígena, uma ficção explicativa derivada de um “animismo primitivo” (Skinner, 1963, p. 951). Skinner compara as explicações causais mentais ou internas a um pequeno homem ou homúnculo dentro da pessoa que controla seus atos. Nessas condições a atenção na mudança do comportamento é dada a esse homúnculo: devemos mudar a mente para mudar o comportamento. Skinner menciona um programa chamado *Portais da Mente* (Gateways of Mind, Bell Telephone Laboratories), que apresenta o organismo se relacionando com o mundo exterior por meio de um ser interior ou homúnculo, que responderia aos estímulos do ambiente, num processo mecanizado, acionando botões que incitariam as respostas. Mais atualmente a animação *Divertidamente* (Inside Out, Pixar Animation Studios e Walt Disney Pictures) apresenta a mesma ideia. Para Skinner (1963) a “objeção não é a de que essas coisas são mentais, mas de que elas não oferecem uma explicação real e atrapalham uma análise mais efetiva” (p. 951).

Segundo Skinner não há métodos conhecidos que atuam no homúnculo, apenas métodos que lidam com a interação do organismo com o mundo e que Skinner chama de método natural, motivo pelo qual ele chama a ciência comportamental de ciência natural: ela lida com esse mundo. Skinner quer estudar a mente desse mundo, chamando-a de comportamento. A questão, com a mente concebida enquanto comportamento, torna-se essencialmente metodológica e epistemológica em detrimento da ontológica. Segundo Skinner (1963): “A questão básica não é acerca da natureza da coisa da qual o mundo é feito, ou se é feito de uma ou duas, mas das dimensões das coisas estudadas pela psicologia e os métodos a ela relevantes (p. 951)”. Como maneira de introdução ao estudo do comportamento, será discutida a visão skinneriana da clássica distinção entre mente e matéria ou corpo e alma, que adquire um sentido de contraposição entre mente e comportamento. Em relação aos eventos internos Skinner apresenta também uma aversão ao sobrenatural:

Diz-se, frequentemente, que uma ciência do comportamento estuda o organismo humano, mas negligencia a pessoa ou o eu. O que ela negligencia é um vestígio de animismo, uma doutrina que, em sua forma mais grosseira, afirmava ser o corpo movido por um ou vários espíritos que o habitavam. Quando o comportamento era destrutivo, o espírito era provavelmente um demônio; quando era criativo, tratava-se de um gênio inspirador ou musa. Traços dessa doutrina sobrevivem quando falamos de uma *personalidade*, de um ego em psicologia do ego, de um *eu* que diz saber aquilo que irá fazer e usa seu corpo para fazê-lo, ou do papel que uma pessoa desempenha como personagem de um drama, trajando seu corpo como disfarce (p. 145).

É possível ver um movimento análogo ao afastamento do sobrenatural na concepção de mundo skinneriano em relação à análise do comportamento chamado mente. Talvez com o mesmo grau de ironia expresso no discurso sobre Lana para trazer o *mundo* do comportamento de volta à Terra, Skinner busca trazer o *ambiente* do comportamento de volta ao organismo e ao meio. Embora possa não estar claro nos textos skinnerianos, é possível observar uma distinção entre dois contextos no tocante ao assunto da mentalidade e causalidade. O primeiro é o do senso comum. Este não vê problemas em conceber eventos mentais, sejam genéticos ou místicos, como causas e talvez nem seja necessário que o veja. Isso significa apenas que não é necessário ao contexto de senso comum se ocupar com questionamentos de tal gênero, sendo que é usual recorrer a explicações do tipo “faço isso porque sou assim, nasci com essa característica ou penso de tal maneira”. Aliás, toda a primeira seção do livro de 1953 é destinado a apresentar um esboço de história do comportamento, onde é possível

observar uma gênese do mentalismo concernente ao senso comum, à filosofia e à ciência e algumas de suas influências nas ciências e nas teorias da liberdade. O campo do cotidiano é um contexto onde esse tipo de explicação é habitual e sobre ele Skinner (1974/1995) escreve:

O extraordinário atrativo das causas internas e a consequente negligência das histórias ambientais e do cenário atual se devem a algo mais do que uma prática linguística. Sugiro que tem o encanto do arcano, do oculto, do hermético, do mágico - esses mistérios que mantiveram posição tão importante na história do pensamento humano. É o atrativo de um poder aparentemente inexplicável, num mundo que parece situar-se além dos sentidos e do alcance da razão. É o atrativo ainda exercido pela astrologia, pela numerologia, pela parapsicologia e pela pesquisa psíquica (p. 140).

Essa maleabilidade de rigor na análise das ações encontrada nas práticas místicas, todavia, não deve ocupar o segundo contexto, o filosófico ou científico, representado em grande parte atualmente pela comunidade acadêmica. É papel desse contexto o rigor na discussão e no estudo das ações, respeitando, é claro, o espaço que cada campo destina a esse fim, isto é, não é a todo momento que as práticas, digamos, da Física, da Filosofia ou da Psicologia devem discutir sobre o papel causal das ações de seus praticantes. É nesse contexto que transita as críticas às teorias da ação presentes no discurso de Skinner e de Merleau-Ponty. Um exemplo é a crítica skinneriana ao mentalismo e a merleau-pontyana ao espiritualismo, que seguem uma direção paralela. O termo paralela indica um cuidado em manter alguma diferenciação entre elas e, ao mesmo tempo, sugerir que caminham na mesma direção, visto que no caso de Skinner foi apontado ter como base um discurso contra o sobrenatural e no caso de Merleau-Ponty foi sugerida uma fundamentação filosófica contra o racionalismo.

Logo na introdução de seu primeiro livro, Merleau-Ponty apresenta um contexto da psicologia francesa de sua época. Estaria ela dividida entre o materialismo e o espiritualismo resultantes de um arcabouço filosófico de origem cartesiana. Como representante do materialismo causal Merleau-Ponty (1942/1967, p. 2) cita Freud, que aplicaria aos eventos conscientes e inconscientes metáforas energéticas e explicaria o comportamento por interações de forças, impulsos ou tendências. Merleau-Ponty (1942/1967, p. 238) rejeita as metáforas freudianas e propõe metáforas estruturais.

Tais metáforas estruturais aparecem de maneira sucinta e clara em Merleau-Ponty (1990). Sob o tema do organismo a teoria sexual freudiana é interpretada por Merleau-Ponty (1990) como uma recusa de uma concepção pansexualista, apesar do próprio Merleau-Ponty reconhecer que Freud nunca teria escrito isso, a partir da qual

propõe que a “idéia é, no fundo, a de uma encarnação: o homem está situado num corpo, sem se reduzir a este” (p. 93). Um pouco mais a frente, sob o tema do comportamento, após considerar que a dissociabilidade da personalidade frente à possibilidade de amar sem ser amado e de ser amado sem amar é, na verdade, estruturalmente uma questão de ambiguidade, propõe que o id, o ego e o superego não sejam “três realidades exteriores uma à outra, mas três aspectos de uma só dialética” (p. 95).

Essa interpretação da teoria freudiana está presente também no “Phenomenologie de la perception”, onde Merleau-Ponty (1945) afirma que a psicanálise freudiana não busca tornar biológica a psicologia, mas descobrir movimentos corporais dialéticos. Aqui, ele acrescenta um tema metodológico, a psicanálise freudiana não teria excluído a descrição dos motivos psicológicos, nem se oposto ao método fenomenológico, “ao contrário, ela (*sem o saber*) [ênfase adicionada] contribuiu para desenvolvê-lo ao afirmar, segundo a expressão de Freud que todo ato humano ‘tem um sentido’, e ao procurar em todas as partes compreender o acontecimento, em lugar de relacioná-lo a condições mecânicas” (p. 184-5).

É possível ver que a crítica às metáforas freudianas, que aparece com um toque de rejeição no *Structure*, aparece em outras obras de maneira mais amena e com caráter mais aproximativo. Merleau-Ponty ao afirmar que Freud, ainda que não o saiba, contribuiu para desenvolver o método fenomenológico, pode dar a entender alguma continuidade entre teorias diferentes. Skinner, como veremos, também afirmou que todo comportamento tem sentido e nem por isso seria razoável dizer que ele contribuiu para desenvolver o método fenomenológico, embora possa ser razoável dizer que é possível ver um tipo de método fenomenológico tanto em Skinner quanto em Freud.

Cabe aqui, portanto, distinguir entre a teoria psicanalítica e a interpretação dela feita por Merleau-Ponty. Isso implica a ênfase de que (a) conceber o homem como uma encarnação, isto é, um organismo engajado em um mundo, (b) ou a ambiguidade como inerente ao sujeito de maneira que não haja dissociabilidade entre aspectos componentes da personalidade, mas integrações dialéticas, (c) ou o método psicanalítico como método fenomenológico são interpretações merleau-pontyanas e não propostas freudianas. Isso é importante, pois, na nossa opinião, as propostas merleau-pontyana e skinneriana, diferentes da freudiana e nomeadas aqui como interpretações ou “traduções”, estão mais congruentes quando comparadas entre si do que quando comparadas cada uma à teoria psicanalítica. Isso ficará mais claro quando falarmos das

propostas acerca do organismo em Merleau-Ponty e Skinner. Por ora, retomemos o discurso skinneriano acerca do mentalismo na psicanálise.

De maneira análoga a Merleau-Ponty, Skinner rejeita as metáforas freudianas. A segunda tópica freudiana, id, ego e superego, é discutida e “traduzida” em termos comportamentais, assim como Merleau-Ponty fez sua “tradução” fenomenológica do ponto de vista freudiano. Na visão tradicional os elementos da segunda tópica seriam setores da psique responsáveis pelo comportamento visível. A crítica skinneriana é que tais elementos dependem da interação ambiental para que tenham algum sentido. A própria teoria freudiana precisou de referências a variáveis externas para que conseguisse explicar os mecanismos e dinamismos da psique (Skinner, 1954/1961b, p.190; 1974/1995, p. 131). De maneira geral, é rejeitado que id, ego e superego sejam setores da psique enclausurados em algum plano mental ou inconsciente de onde viriam a causar o comportamento. O id é substituído pelo resultado da história filogenética que selecionou o corpo humano. O ego é substituído pelo resultado da história ontogenética que selecionou a pessoa. Finalmente, o superego é substituído pelo resultado da história cultural que selecionou o eu ou *self*. Id, ego e superego não seriam explicações, no máximo seriam fatores a serem explicados pela história do organismo. Nesse sentido, Skinner diria, no vocabulário de Merleau-Ponty, que considerá-los como explicações é pressupor o que se gostaria de explicar.

Skinner (1954/1961b) apresenta cinco problemas em se conceber o comportamento visível como expressão ou sintoma de eventos internos. A menção a três deles será suficiente para entender a dificuldade imposta pelo mentalismo. O primeiro defende que o ato, enquanto unidade comportamental, não é tratado com o devido direito. A descrição do comportamento é deixada a segundo plano, visto que o importante seria descobrir sua real, e interna, causa. A descrição é usada mais para confirmar a causa mais profunda, já pré-estabelecida, do que para efetivar estratégias de resolução de problemas. O segundo afirma que as dimensões do comportamento não são adequadamente representadas. Estamos familiarizados com o fato de que algumas de nossas ações acontecem mais frequentemente em alguns contextos do que em outros, mas tal probabilidade não é derivada diretamente do, ou estudada pelo comportamento visível, mas por algum fator interno. O terceiro indica que na gênese do comportamento o processo de aprendizagem é atribuído à aquisição de ideias, sentimentos e emoções expressados ou manifestados em ações visíveis, ao invés de ser atribuído à própria mudança no comportamento. Perguntas sobre como alguém agiu para conseguir atenção

dos pais, como evitou punições e que consequências isso teve para ela são trocadas por perguntas sobre o que mudou em sua mente para que possa agir assim, quais dinamismos inconscientes possibilitaram que ela aja de tal maneira.

Skinner apresenta e exemplifica algumas das dificuldades criadas pelo mentalismo em toda a extensão de suas obras. O exemplo do astronauta, em Skinner (1974/1995, p. 140), apresenta-as de maneira clara e sucinta. Ao ser questionado sobre sua preocupação com a segurança na viagem para a Lua o astronauta responde que um longo e árduo treino cria a sensação de confiança que permite superar a preocupação. Nesse exemplo, o foco para eliminar a preocupação foi a sensação de confiança, sendo o treino relegado ao segundo plano. Se o foco é a sensação de confiança, seremos obrigados a nos perguntar como ganhar confiança e, fatalmente, seremos obrigados a fazer algo que aumente a probabilidade de nos sentirmos confiantes e voltaremos aos fatores manipuláveis. Confiança e preocupação não aparecem “do nada”, não são causas ou explicações, mas outros comportamentos a serem explicados. Há um contexto para que ocorram. Na ausência do conhecimento do contexto histórico do comportamento há uma tendência a atribuir causa ao que há de mais imediato, geralmente um evento interno, como atribuir ao ato de comer a fome ou ao ato de escolher a liberdade. Na carência da história, a gênese do comportamento “atingiu o mesmo estágio que a geração espontânea de larvas e microorganismos no tempo de Pasteur” (Skinner, 1974/1995, p. 49).

Por que não dizer que foi todo o contexto, incluso o organismo, que possibilitou não apenas a sensação de confiança, mas o comportamento visível, isto é, que foram as condições históricas, programação de treino, o treino, o trabalho das pessoas que construíram os aparatos, etc.? Não ficaria muito mais fácil para atingir um sentimento de confiança e eliminar a preocupação, não apenas meditar sobre ela, mas fazer outras coisas que deem poder sobre o mundo e estudá-los? Em suma, atribuir causa a eventos mentais colabora para nublar fatores ambientais importantes, ou variáveis independentes, que podem ser manipulados, diminuindo a efetividade da prática. Por isso Skinner (1974/1995) comenta que no mentalismo, uma “complexa operação psíquica, que envolve sacrifício, significado, volição, virtude, abnegação e vontade, tem a espécie de prestígio concedido ao feiticeiro medieval, prestígio negado ao behaviorismo, que se limita a registrar um conjunto de contingências” (p. 140-1).

3.1.7 O físico e a irrelevância da existência da coisa: sobre a metodologia

Na discussão sobre a psicoterapia enquanto uma agência controladora há um esclarecimento relevante acerca da metodologia behaviorista radical, isto é, da análise funcional em comparação com as propostas metodológicas tradicionais. Frequentemente, na época de Skinner pelo menos, acredita-se que o diagnóstico, entendido como o conjunto de informações acerca do paciente, é o limite da contribuição terapêutica analítico-comportamental, sendo que a continuidade do tratamento ficaria a encargo do bom senso do terapeuta. Para Skinner (1953), essa interpretação é “um exemplo de amplo mal-entendido da aplicação dos métodos da ciência ao comportamento humano. A coleta dos fatos é apenas o primeiro passo na análise científica. A demonstração de relações funcionais é o segundo” (p. 368).

Esse esclarecimento amplia a análise sobre a metodologia analítico-comportamental iniciada no item 2.1.1. Ele permite uma interpretação relevante: na análise do comportamento há um passo fundamental e necessário, anterior à análise funcional propriamente dita, que consiste na descrição do fenômeno em suas mais variadas possibilidades. Apenas posteriormente, na análise funcional propriamente dita, entra em cena o procedimento de construção de ordem.

Merleau-Ponty (1948/2004) apresenta o exemplo cartesiano da cera, para explicar como a ciência lida com as coisas, que se assemelha ao exemplo da chuva de Skinner (1953). Merleau-Ponty (1948/2004) se pergunta sobre o que é a cera e, do ponto de vista cartesiano, não seria sua cor, nem seu cheiro, nem sua textura, já que, quando aquecida, poderá perder todas essas qualidades e, ainda assim, existir. A cera seria uma espécie de massa indistinta capaz de ocupar um espaço. A cera real, portanto, não se revela aos sentidos e só pode ser alcançada pela razão. A ciência tradicional para Merleau-Ponty caminha nessa análise. Na ciência moderna, diferentemente, os cientistas consideram “suas leis e suas teorias, não mais como a imagem exata do que acontece na natureza, mas como esquemas sempre mais simples do que o evento natural” (p. 6), sendo que “o cientista de hoje não tem mais a ilusão, como o do período clássico, de alcançar o âmago das coisas, o próprio objeto” (p. 7). Comparemos esse exemplo dado por Merleau-Ponty com o seguinte.

Skinner (1953) ao tratar dos eventos privados em uma ciência natural apresenta o tratamento tradicional do comportamento. Utiliza-se do exemplo da chuva para mostrar como um único evento pode estimular um organismo de várias maneiras. O que é a chuva? Seria aquilo visto do lado de fora da janela, escutado no tintilar do telhado ou

tateado quando molha a face? Ou seria uma cópia interna desses sentidos? Seja uma ou outra forma, no tratamento tradicional a chuva é aquilo que os sentidos proporcionam, mas, para a análise do comportamento essas questões não oferecem problema, pois no comportamento a estimulação proporcionada pelo contato “não precisa coincidir perfeitamente com aquilo que emergiu visualmente ou auditivamente e podemos não desejar identificar uma forma com a realidade e excluir as outras” (p. 276). Na opinião de Skinner (1953), “atualmente estamos muito menos inclinados a perguntar sobre qual forma de energia é a própria coisa ou a representa corretamente” (p. 277).

O que é essa posição skinneriana senão uma tentativa de se afastar dos pressupostos empiristas e idealistas? Não seria um sentido comum a Merleau-Ponty e a Skinner? Essa interpretação, aparentemente, tem ao menos uma implicação extraordinária: pode abrir um espaço de intenso diálogo produtivo com a fenomenologia. Isso significa que a *epochè* ou reducionismo fenomenológico, entendido enquanto um procedimento descritivo do fenômeno que pressupõe a tentativa de suspensão do julgamento e imersão na realidade considerada, pode ser considerado um método legítimo da análise do comportamento. Com isso, queremos afirmar que não há problema no uso do reducionismo fenomenológico de uma perspectiva skinneriana e sugerir, inclusive, que o tipo de descrição proposta pelo reducionismo fenomenológico já é extensamente praticado pelos analistas do comportamento. Por exemplo, na psicoterapia de orientação analítico-comportamental ou behaviorista radical é protocolar, antes da análise funcional do caso, conhecer o cliente, descrever seu cotidiano, seu relacionamento com a família, amigos, parentes, etc., participar, vivenciar e tornar-se empático à vida do cliente, seja pelo relato verbal em contexto clínico ou pela atividade de acompanhante terapêutico. Reconhecemos que essa hipótese tem implicações profundas ao diálogo entre fenomenologia e behaviorismo radical e estamos dispostos a discutir algumas de suas consequências.

A assunção da possibilidade da inclusão do reducionismo fenomenológico entre os métodos possíveis da Análise do Comportamento está de acordo com a interpretação antidualista naturalista fenomenológica do behaviorismo skinneriano. Gostaríamos, agora, de expor uma citação de Skinner (1967) usada por Zílio (2012) para desenvolver nossa posição. Já a expomos outrora, mas gostaríamos de recitá-la, nos moldes em que foi apresentada, para salientar que a omissão de uma frase é relevante aos propósitos da continuação de nossa argumentação: o behaviorismo “começa com a hipótese de que o mundo é feito de apenas um tipo de substância – lidada com muito

sucesso pela física. [...] [ênfase adicionada] Os organismos fazem parte desse mundo, e os seus processos são, por esse motivo, processos físicos” (p. 116).

O trecho que falta entre colchetes é “e suficientemente bem, para todos os propósitos, pelo senso comum”. A argumentação de Zílio (2012) sobre o fisicalismo é, ao nosso ver, uma interpretação possível pela omissão do trecho, mas sua reintrodução, parece-nos, ressignifica o todo argumentativo, com o perdão da analogia, como o advento da ordem humana ressignifica as demais ordens em um todo novo. Gostaríamos, assim, de acrescentar outra interpretação. O mundo é feito de um único tipo de substância, mas não decorre que seu trato seja unicamente dado pela disciplina Física: ele pode ser dado suficientemente bem, também, pelo senso comum. Como podemos interpretar isso? O mundo pelo qual o senso comum lida é, *também*, o mundo da religião, do misticismo, do espiritualismo e se, pela omissão do trecho em Zílio (2012), podemos visualizar um monismo fisicalista, pela introdução do trecho faltante podemos visualizar também um antidualismo fenomenológico.

Queremos dizer com isso que, em pelo menos uma interpretação possível, as relações descritas sobre esse mundo não precisam se referir ou ter um correlato no interior ou no exterior do organismo. Quando Skinner (1953) discorre sobre o nosso comportamento discriminativo acerca de nós mesmos e sobre visão condicionada e operante – que poderia ser tato, audição, olfato ou paladar condicionados ou operantes – apresenta vários exemplos da diferenciação entre o existente e o comportamento, que pode ser interpretada como análoga àquela entre meio geográfico e meio comportamental apropriada da psicologia da Gestalt por Merleau-Ponty, e conclui que a “resposta ‘vejo um arco-íris’, portanto, não é equivalente a ‘há um arco-íris’” (p. 265). Quando Skinner (1953), por exemplo, relaciona a estimulação privada e o comportamento verbal afirma que o comportamento verbal “pode ocorrer em nível encoberto porque não requer a presença de um ambiente físico particular para sua execução” (264). Se um cientista descreve um experimento, dizemos que ele “está descrevendo um experimento”, mas do ponto de vista do cientista, ele está descrevendo sua própria relação com o meio, sendo que o meio inclui seu próprio corpo – interno e externo, mente e matéria, e outras dualidades permanecem equívocas: o mundo comportamental continua um e o mesmo. Nessa perspectiva, não apenas pode não ser importante do que é realmente feito o mundo e como se dão verdadeiramente as

relações entre as coisas nele presentes, como também *pode ser irrelevante se as substâncias ou entidades às quais os termos descritos se referem existam ou não*³⁰.

Essa nova perspectiva não enfatiza tanto uma realidade a ser descoberta ou um mundo lá existente, nem a irredutibilidade do estado ao mundo, mas a relação: descrevemos nossa relação com o mundo. Se vemos algo na ausência da coisa vista isso não significa que essa coisa vista não tenha qualquer tipo de vínculo com um mundo, nem significa que vemos algo que necessariamente está ou esteve no mundo, por exemplo, um elefante voador. O termo “existência” nesse momento não tem o arcabouço filosófico que se pode encontrar na filosofia de maneira geral, nem é nossa pretensão analisar o conceito de existência na história da filosofia, apenas indica que se vimos um hipopótamo colorido ou ouvimos as trombetas dos anjos, de fato, vimos e ouvimos tais coisas, não como existências reais ou ideais, mas como existências comportamentais, vinculadas a um contexto histórico ou estrutural.

Os sonhos, as ilusões, os devaneios, os atos de dirigir um veículo, de ler um texto, de sentir frio, de programar as férias, são todos relações comportamentais. Basta reconhecer que lá houve, há ou haverá algo, sem o qual a noção de relação comportamental não faria sentido, isto é, reconhecer o mundo ao qual se engaja um organismo. Se uma pessoa em um surto psicótico, estado meditativo, estado imaginativo ou quaisquer outros estados possíveis afirma ver alguém que outras pessoas não conseguem ver, mais do que interpretar isso em termos de verdade ou falsidade, a questão é saber sobre a forma como a pessoa interage com o mundo, que tipo de relacionamento é esse.

Essa perspectiva oferece uma nova maneira de se interpretar um experimento. É corriqueiro na análise experimental do comportamento dizer que o pesquisador programa uma contingência de reforço e, então, expõe o sujeito experimental a ela. Quando tomada literalmente essa perspectiva fortalece a concepção de exterioridade do organismo em relação à contingência. Por um lado, por exemplo, nas pesquisas de história comportamental, discute-se sobre a “insensibilidade” do participante às

³⁰ Essa interpretação pode sugerir algum tipo de aproximação com a concepção antirrealista científica de Van Fraassen (1980/2006) conhecida por empirismo construtivo. No empirismo construtivo as entidades postuladas por uma teoria científica devem ser vistas como ficções, isto é, como algo que pode existir ou não e, para todos os fins práticos, basta que a teoria científica seja empiricamente adequada, isto é, lide efetivamente com aquilo a que se propôs lidar. Não é nossa intenção, contudo, fazer essa aproximação no momento. Van Fraassen dialoga principalmente com teorias que tem referencial nas disciplinas Física e Química e, portanto, com entidades como elétrons ou buracos negros, entidades de caráter diferente das “entidades” comportamentais. Qualquer diálogo com o antirrealismo científico, embora possa ser produtivo, exige um contexto diferente deste dessa tese.

contingências programadas e não se reconhece que a insensibilidade é um termo análogo aos centros inibidores postulados por Pavlov: uma invenção. Nas pesquisas em equivalência de estímulos vemos que a divisão do experimento em estímulo discriminativo, estímulo condicional, estímulo contextual e todos os demais estímulos possíveis é, do ponto de vista do participante, uma artificialidade. Ficamos surpresos quando os participantes não descrevem a programação que o cientista elaborou e concluímos rapidamente que o participante não “se vinculou ao experimento” ou está “insensível às contingências”, mas não reconhecemos que o participante não está vivendo o mundo do cientista, mas o seu próprio mundo onde são seus próprios relacionamentos que irão “ditar” o que ele descreverá das contingências programadas. Por outro lado, o cientista também vive seu mundo e se não consegue visualizar a perspectiva do participante é porque o seu meio de vida e relacionamento ainda não é propício para tal visualização. A insensibilidade desaparece quando se compreende que não é o experimentador que impõe a contingência, mas o organismo que a vivencia. No plano experimental, Skinner (1967) reconhece que “frequentemente sabemos que uma situação agiu como estímulo apenas após o fato” (p. 326), o estímulo só é estímulo para um organismo, não há estímulo fora da contingência. A interpretação antidualista naturalista fenomenológica, tal como expomos, parece ser uma interpretação possível à ontologia skinneriana, visto que coisa alguma do que foi apresentado nos exemplos parece prejudicar os pressupostos do behaviorismo radical.

3.1.8 O físico e a classe comportamental

Ao comportamento enquanto soma de partes Skinner (1931) dá o nome de “processo de isolamento lógico e cirúrgico” (p. 333). Skinner reinterpreta os resultados de alguns experimentos de Sherrington³¹, também comentados por Merleau-Ponty, e reconhece que a fisiologia procura um sistema físico-químico na descrição da correlação entre estímulo e resposta, chamando-o de sinapse. Analisa que nada na descrição da correlação justifica a conclusão por *alguma coisa* chamada sinapse, mas se esquivava da discussão de sua existência, assumindo que não há necessidade de avaliar

³¹ Interessante reparar que parte da tese de doutorado de Skinner, defendida em 1930, tratou do conceito de sinapse em Sherrington (Skinner, 1956/1961d, p. 80), mostrando que, mesmo antes das críticas de Merleau-Ponty (1945) já havia um esforço dentro da própria escola behaviorista em problematizar os resultados das pesquisas em fisiologia. Esforço este reconhecido também por Abib (1988, p.1) ao escrever que o behaviorismo sofreu metamorfoses pela própria evolução interna. A solução proposta entre 1931 e 1935 foi um dos resultados da reflexão acerca dos métodos e teorias behavioristas.

entidades teóricas desse tipo, nem de justificar ou descreditar a entidade hipotética. Ele afirma que o interesse não é a validade do conceito de sinapse, mas sua natureza ou gênese e conclui que a “sinapse, e isto quer dizer, descrita em termos de suas características, é um constructo” (p. 335), é simplesmente a expressão conceitual de correlações descritas e sua gênese é, portanto, humana ou social.

Trata-se não apenas do reconhecimento de que fatores internos entendidos como coisas são, em linguagem merleau-pontyana, constructos antropomórficos, mas da defesa da prioridade na descrição como fonte interpretativa e do caráter secundário da existência da coisa e da justificativa da teoria pela entidade teórica correspondente. A similaridade com Merleau-Ponty nesse discurso skinneriano está no reconhecimento de que o reflexo e a sinapse, enquanto coisas interiores que explicam o comportamento, são invenções ou assunções humanas. A validade científica não estaria na coisa em si, mas na descrição, a partir da qual se poderia fazer uma ordenação do observado ou, em termos fenomenológicos, reconhecer um sentido no comportamento.

Para Skinner (1931; 1935/1961g) o sentido do comportamento não aparece como resultado do método cirúrgico, onde um estímulo específico é tomado como correspondente de uma resposta específica, por isso o artigo de 1931 pode ser visto como preparatório para o de 1935. Enquanto Skinner (1931) aponta a deficiência em se tomar o comportamento enquanto soma de coisas - propriedades ou características nos termos desse artigo - de um processo lógico e cirúrgico, Skinner (1935/1961g) preconiza o abandono do método cirúrgico e intervêm com uma solução. Nesses artigos Skinner parece discorrer sobre psicologia experimental, onde o controle rigoroso de variáveis é incentivado, e não sobre contextos de difícil controle, como os estudos clínicos ou sociológicos, por isso discute a questão também discutida por Merleau-Ponty acerca do comportamento concebido enquanto partes extra partes. Skinner (1935/1961g) afirma que *assumir* que o comportamento e o ambiente possam ser quebrados em partes é necessário em um experimento, contudo, em uma ciência do comportamento “não podemos definir os conceitos de estímulo e resposta simplesmente como ‘partes do comportamento e do ambiente’” (p. 347).

É com esse discurso que Skinner (1935/1961g) introduz uma solução: uma nova maneira de ver o comportamento, ainda num sentido próximo a estímulo e resposta, que não está no discurso de Merleau-Ponty sobre o behaviorismo. Nesse momento Skinner abre um espaço para novas interpretações do qual nos aproveitamos para rever sua relação teórica com Merleau-Ponty. As “partes” do comportamento,

nessa solução, não devem ser concebidas como unidades particulares passíveis de reprodução. Skinner (1935/1961g) reconhece, com Merleau-Ponty, que quando tomada isoladamente a unidade estímulo-reflexo nunca é reproduzida e sempre ocorre de maneira diferente, ele diz “seria inconveniente conceber o estímulo e a resposta como uma correlação de propriedades” (p. 349). Para lidar com esse problema Skinner (1935/1961g) introduz o conceito de classe de estímulos, ele diz que “o estímulo e a resposta são um *evento*, isto é, não uma propriedade; devemos nos voltar, portanto, para uma definição dentro do princípio de classes” (p. 349). Nessa nova perspectiva das classes, além de uma crítica semelhante à de Merleau-Ponty à concepção de comportamento enquanto composto de partes reais, há uma proposta de a unidade comportamental reprodutível pela noção de classes de estímulos que se afasta do atomismo das partes reais.

É certo que a perspectiva das classes aparece no behaviorismo skinneriano anterior a 1945, todavia, é relevante lembrar que esse marco apesar de importante não representa uma mudança repentina ou abrupta, mas um momento no qual a mudança começa a ser claramente visível (Laurenti, 2009, p. 183, p. 257). A noção de classe, visível a partir de 1931, acompanha, com leves mudanças, as obras de Skinner subsequentes. Em 1931, apesar da introdução do conceito de classes o termo resposta ainda tinha um vínculo estreito com a noção de eliciação, já em Skinner (1953), por exemplo, fica claro seu rompimento com a psicologia do estímulo e resposta:

É comum referir a qualquer movimento do organismo como “resposta”. Tal palavra é tomada de empréstimo do campo da ação reflexa e implica um ato que, digamos, responde a um evento anterior - o estímulo. Porém, podemos fazer um evento contingente sobre o comportamento sem identificar, ou estar apto a identificar, um estímulo antecedente. Não alteramos o ambiente de um pombo para eliciar o movimento de levantar a cabeça. É provavelmente impossível mostrar que um único estímulo invariavelmente precede a tal movimento. Comportamentos desse tipo podem ficar sob controle de estímulos, todavia a relação não é de eliciação. O termo “resposta” não é, portanto, totalmente apropriado, mas o usaremos na discussão que se segue.

A resposta que já ocorreu não pode, é claro, ser predita ou controlada. Podemos apenas prever que respostas *similares* ocorrerão. A unidade de uma ciência preditiva é, assim, não a resposta, mas a classe de respostas. O Termo “operante” será usado para descrever essa classe. Tal termo enfatiza o fato de que o comportamento *opera* sobre o meio para gerar consequências. As consequências definem as propriedades pelas quais as respostas são consideradas similares. O termo será usado tanto como adjetivo (comportamento operante), quanto como um nome para designar o comportamento definido por uma dada consequência (p. 64-5).

Essa noção de operante, distinta do reflexo e unida à noção de classes, permanece central até seu último artigo de 1990. Aparece, assim, em 1931 uma noção de classes no behaviorismo com a qual Merleau-Ponty não dialoga e que abre espaço para uma nova análise em relação à filosofia merleau-pontyana. Como nessa época a noção de classes ainda está próxima do reflexo, de momento, é possível afirmar apenas um prenúncio de “escape” da crítica ao behaviorismo merleau-pontyana. Um momento no qual a crítica de Merleau-Ponty ao behaviorismo começa a ficar “nublada”, isto é, deve começar a ser reconhecida não como uma crítica ao behaviorismo de maneira geral, mas como uma crítica endereçada a alguns tipos de behaviorismo - de Tolman, de Watson e de Tilquin segundo as menções de Merleau-Ponty (1942/1967). Até 1945 o conceito de classes skinneriano permanece um conceito nublado pela proximidade com o reflexo. Com o advento da noção de classes o físico começa a perder seu estatuto ontológico e ganhar um estatuto metodológico. Será que, com a noção de classes operantes, principalmente a partir de 1945, poderemos reconhecer uma nova forma de behaviorismo que pode se esquivar de algumas críticas de Merleau-Ponty e, inclusive, ser compatível ou congruente a ele? É o que veremos na seção seguinte com o comportamento operante.

3.2 Noção de Comportamento em Skinner e Merleau-Ponty

A noção de classe promove um novo sentido quando aplicada ao comportamento operante. Ela se refere a todas as formas – topografia, performance, tipo, característica – de comportamento que *adquiriram*, e não que possuem ou que têm, uma mesma função em relação ao meio (Pierce & Cheney, 2004, p. 29; Prado, 2011, p. 534). É, principalmente, a partir de 1945 que esse novo sentido ganha evidência. Além das características já apresentadas por Moxley (1999; 2001) acima – ordenação enquanto construção, probabilidade enquanto indicativo da variabilidade, explicação enquanto consequência e estímulo enquanto contexto – Malone e Cruchon (2001, p. 32) acrescenta a crítica ao behaviorismo metodológico, entendido como a perspectiva que defende a distinção entre eventos públicos e privados e concebe apenas as práticas que lidam com os primeiros como científicas ou dignas de estudo, e a apresentação de um novo behaviorismo, o radical. Neste, interior e exterior não seriam mais concebidos como causas um do outro, mas como efeitos das consequências.

São as consequências das ações que são salientadas nesse novo behaviorismo das classes operantes. Elas são importantes, pois retroagem [“may ‘*feed back*’”] no organismo, alterando a probabilidade da ocorrência da ação que a produziu (Skinner, 1953, p. 59; 1957/1961f, p. 103). É a partir da revisão dos estudos de Thorndike que Skinner apresenta as noções de consequência e probabilidade. Skinner reinterpretou as curvas de aprendizagem evitando pressupor uma teoria subjacente, isto é, apoiando-se na descrição dos resultados de alguns experimentos de Thorndike e no exame da interpretação por ele feita.

A partir dessa interpretação Skinner teceu algumas considerações críticas de importância teórica. Primeiro, diferentemente de Thorndike, não é necessário apelar para prazer ou desprazer para explicar a modificação do comportamento. A descrição direta foi suficiente para compreendê-lo. Segundo, a noção de aprendizagem por tentativa e erro se torna obsoleta. Seria o observador que consideraria o movimento de esticar o pescoço uma “tentativa” e não há razões para considerar os demais movimentos como “erro”, mesmo o termo “aprendizagem” é equivocado, uma vez que dizer que o pombo aprendeu a esticar o pescoço para ganhar alimento é um relato impreciso ou parcial do que ocorreu, nesse caso, faltaria uma descrição de toda relação do pombo com o meio. Terceiro, a ideia do “tudo ou nada” se torna supérflua, isto é, a concepção lógica do “ou um movimento acontece ou não acontece” esconde o processo de sua gênese. Por exemplo, foi necessário um espaço e um tempo, em outras palavras, um procedimento ou processo para que o pombo chegasse do leve esticamento do pescoço ao alto grau de sofisticação do esticamento que gerava a comida, e mais, foi necessário que o pombo variasse a posição do pescoço, independentemente da apresentação da comida, para que novas posições da cabeça fossem selecionadas. Aqui, a noção de probabilidade adquire visibilidade. Ela abre espaço para a variação e seleção do comportamento. O comportamento não é mais “causado” por uma estimulação, há o espaço para a ação do organismo. O comportamento varia e essa variação é selecionada pelas suas consequências.

Essas três considerações críticas elencadas de Skinner podem ser correlacionadas com algumas críticas de Merleau-Ponty. Na discussão de Merleau-Ponty (1942/1967, p. 103) sobre a aprendizagem por tentativa e erro, entendida como tentativas sem caráter intencional dentre as quais se encontraria a tentativa certa, há três questionamentos. O primeiro sobre como seria possível a variabilidade de respostas após a resposta “errada”, o segundo sobre o tipo de mecanismo responsável pela fixação

da resposta “certa” e o terceiro sobre se houve aprendizagem de fato. Merleau-Ponty se aproveita de Thorndike, enquanto teoria examinada, para apontar os problemas das teorias tradicionais. Segundo Thorndike, as variações seriam correlatas à mecanismos neurais ou múltiplas conexões, aferentes e eferentes, pré-estabelecidos, contudo, critica Merleau-Ponty, os dados da fisiologia moderna não justificam a concepção de conexões múltiplas pré-estabelecidas. A fixação da resposta certa aconteceria devido ao prazer do sucesso, todavia, critica Merleau-Ponty, essa explicação se trata antes daquilo que concebemos ser o motivo do sucesso do que do comportamento propriamente dito, sendo, portanto, uma explicação antropomórfica. Tal explicação antropomórfica tem um sentido semelhante à explicação fictícia em termos skinnerianos. Considerando-se que antropomorfismo significa para Merleau-Ponty o ato de procurar e acrescentar aos dados aquilo que é a ele pressuposto e que a ficção para Skinner significa acrescentar aos dados algo não justificado pelo método. Nesse quesito Merleau-Ponty (1942/1967, p. 29) reconhece, em um sentido semelhante a Skinner, a gratuidade de explicações inverossímeis quando analisa que na insuficiência de princípios de explicação corporal os autores do reflexo apelam para a “inteligência”. Em relação à aprendizagem propriamente dita, Merleau-Ponty (1942, p. 109) cita que para haver aprendizagem é necessário que uma relação seja estabelecida entre o sinal, as reações preparatórias e o objetivo que torna o conjunto significativo para o organismo. Skinner (1974/1995, p. 66) cita que contexto, comportamento e consequência estão interligados. Se entendermos sinal, reações preparatórias e objetivo significativo em um sentido semelhante a contexto, comportamento e consequência teremos uma aproximação positiva entre Skinner e Merleau-Ponty.

Já a crítica merleau-pontyana à noção do “tudo ou nada” se aproveita de Sherrington, que repara que o reflexo não se constitui de uma via de mão única, acionando ou não um movimento, mas de alguma maneira interage com o organismo a cada momento de acordo com suas necessidades. Aqui a crítica toma um rumo complementar à crítica skinneriana. Enquanto Merleau-Ponty foca no fato de que o organismo teve um papel na interação com o meio, Skinner foca no fato de que o meio teve um papel na interação com o organismo. Não se trata de rumos diferentes, se concebermos a possibilidade de que tanto Merleau-Ponty quanto Skinner apontem a interação ou a dialética como processo principal do comportamento, onde organismo afeta o meio e vice-versa num movimento constante e inseparável, isto é, não mais de via única, com o meio determinando ou o organismo determinando o meio.

Um dos aspectos importantes das críticas de Skinner e Merleau-Ponty é que ambos examinaram os resultados de terceiros, como Sherrington e Thorndike, evitando pressuposições. Como fenomenólogo Merleau-Ponty está familiarizado com esse procedimento, que se trata de um tipo de reducionismo fenomenológico, mas Skinner, apesar de realizar um método semelhante, não lhe dá nome, nem o menciona como um método característico de sua proposta. Escreveu Skinner (1956/1961d):

As notas, dados e publicações que eu examinei não mostraram que eu, em momento algum, comportei-me da maneira do *Man Thinking*, tal como descrito por John Stuart Mill ou John Dewey, ou em reconstruções do comportamento científico por outros filósofos da ciência. Eu nunca enfrentei um Problema que foi maior que o eterno problema de encontrar ordem. Eu nunca ataquei o problema pela construção de Hipóteses. Eu nunca deduzi Teoremas ou os submeti à Avaliação Experimental. Até onde vai meu conhecimento [*so far as I can see*] eu não preconcebi um Modelo de comportamento – certamente não um fisiológico ou um mentalista e, creio, nem um conceitual. [...]. Claro, eu estava trabalhando sobre uma Assunção básica – que há ordem no comportamento apenas se eu a puder descobrir – e tal assunção não deve ser confundida com a hipótese de uma teoria dedutiva. Também é verdade que eu exerci certa Seleção de Fatos, não devido à sua relevância a uma teoria, mas porque um fato foi mais ordenado do que outros. Se eu me engajei em um Projeto Experimental, foi simplesmente para completar ou estender uma evidência de ordem já observada (p. 88-9).

A partir desse método Skinner chegou a conclusões bem próximas a Merleau-Ponty, ou melhor, com um sentido semelhante, como a importância do estudo de caso único, que mostra o desenvolvimento comportamental de um único organismo no decorrer do tempo e que permitiu a observação de padrões comportamentais em cada organismo frente aos esquemas de reforçamento, e o abandono da estatística mecanizada, que generaliza os resultados do grupo ao organismo particular.

Outro ponto importante é que há aqui uma aproximação positiva entre Merleau-Ponty e Skinner, no sentido de que ambos examinaram os mesmos autores e concluíram que os resultados de seus experimentos precisam ser reinterpretados. As conclusões de Merleau-Ponty e Skinner se fundamentam na insuficiência explicativa das teorias tradicionais do reflexo ou da fisiologia em relação ao comportamento, mas resta averiguar as propostas de cada um para verificar outras possíveis compatibilidades ou antagonismos.

3.2.1 O comportamento: classe operante e unidade de significado

Como uma característica da proposta operante skinneriana está a diferença necessária na topografia das respostas. Evidentemente, argumenta Skinner (1953, p.64), que um mesmo operante, isto é, uma mesma topografia de um operante, nunca acontece novamente, daí a importância da classe operante enquanto uma unidade funcional. Não é a topografia – que na filosofia skinneriana tem um significado próximo de resposta tal como é observada sem relação com o contexto, incluso o agente da ação, e que na filosofia merleau-pontyana tem um significado próximo a comportamento geográfico – que delimita a classe operante, mas a relação da resposta com a totalidade do contexto. Dois exemplos simplistas podem ser elucidativos: 1) um ator pode chorar em dois momentos – mesma topografia –, mas na primeira o contexto envolvia a atuação em uma peça dramática e na segunda envolvia um relacionamento amoroso – diferente função; 2) uma pessoa pode tocar a campainha com a mão direita, com a mão esquerda ou mesmo pedir para que alguém toque – diferentes topografias –, mas todas geram o toque da campainha – mesma função. Compreende-se, assim, que os choros têm semelhante topografia, mas são classes operantes diferentes, ou que os toques da campainha têm diferentes topografias, mas fazem parte da mesma classe operante.

O operante como unidade funcional não pode ser definido como um movimento topográfico único no universo, que seria algo objetivo ou visível no mundo, que apareceria em um instante no espaço e no tempo, para nunca mais aparecer tal como apareceu. Se o sentido de operante fosse igual ao de resposta Skinner nada teria a acrescentar, o operante continuaria sendo algo no mundo, como as partes elementares da reflexologia, e as dificuldades de se compreender como uma ação realizada hoje possui o mesmo sentido amanhã permaneceria. Porém, o operante aparece num instante e pode demorar muito tempo para reaparecer, não pode ser, portanto, definido como coisa, que está aí sempre presente, nem pode ser definido por ser palpável, pois do contrário onde ele estaria no interstício de aparecimentos?

Duas considerações teóricas serão importantes agora. Primeira, o uso que Skinner faz dos termos relativos a funcionalidade não indica uma atividade pronta ou predisposta. Enquanto contexto comportamental, uma mão não tem a função de abrir maçanetas ou pegar objetos e o pulmão não tem a função de respirar. A mão ou o pulmão em contexto comportamental não se limita ao contexto biológico, isto é, a mão pode servir para linguagem de sinais ou para apontar objetos e o pulmão para realizar exercícios de canto ou para respiração meditativa. O funcionalismo skinneriano não deve ser confundido, portanto, com o funcionalismo apriorista dos objetos ou órgãos

corporais. Por função, na filosofia skinneriana, entende-se uma relação cujo significado é dado pelo contexto e construído ou selecionado a posteriori pela consequência, que pode variar infinitamente e não pode ser definida como tal antes da relação. Isso salienta que muitas coisas acontecerão após um movimento, mas apenas algumas serão consequências, isto é, relacionar-se-ão com o comportamento. Essa ressalva é importante, pois Merleau-Ponty (1942/1967, p. 35; p. 50) muitas vezes apresenta o funcionalismo como uma finalidade dada de antemão, como se a mão tivesse uma função biológica de pegar objetos e o pulmão de respirar, mas o apresenta como uma postura criticada a ser evitada. Postura também encontrada em Skinner.

Segunda, o operante enquanto unidade funcional, isto é, uma classe de respostas dotada de sentido, é a solução encontrada por Skinner a partir do exame de resultados que Merleau-Ponty também examinou. Merleau-Ponty (1942/1967, p. 35) descreve, contra a explicação do comportamento via estímulos ou receptores, que diferentes grupos musculares podem exercer uma mesma função, por exemplo, no coçar, escrever ou andar: se estamos com o braço para a esquerda ou direita os grupos musculares necessários para coçar um mesmo ponto são diferentes e, ainda assim, coçamos; podemos escrever no caderno ou na lousa com o mesmo formato, mas com grupos musculares distintos; podemos reproduzir um caminho já percorrido de olhos vendados. Esse é mais um indicativo de que o operante, nessa linha de raciocínio, é uma atividade diferente daquela defendida nas teorias tradicionais. Até aqui, é possível perceber um esforço tanto de Skinner, quanto de Merleau-Ponty para resolver os problemas gerados pelas teorias tradicionais do reflexo, resta saber qual a solução encontrada por Merleau-Ponty.

No exame da composição do organismo, Merleau-Ponty concorda que os processos físico-químicos dependem de outros processos físico-químicos, assim como na ordenação do mundo físico. Dois problemas aparecem nessa acepção. Primeiro, no mundo físico tais processos podem ser concebidos como uma miscelânea onde tudo dependeria de tudo e nenhuma clivagem que distinguiria o organismo do resto do mundo poderia ser feita, além disso, tais processos ocorreriam em sequências causais, lineares e independentes. Para solucionar esse problema, Merleau-Ponty recorre à necessidade de se conceber os processos orgânicos como dialéticos, isto é, onde não mais os processos físico-químicos ocorrem de maneira independente umas das outras, mas de maneira constantemente ordenada e re-ordenada. Segundo, parar sua proposta na dialética, poderia direcionar Merleau-Ponty ao vitalismo, isto é, a uma concepção

antagônica ao mecanicismo e que não escapa à dualidade realista. Nessa perspectiva vitalista, ainda que se adicionasse a dialética ao mecanismo, faltaria um princípio responsável pela constante ordenação. Bergson supriu essa necessidade com o conceito de *élan vital*, que seria um princípio que organizaria o mundo físico e geraria o tipo de vida que chamamos de organismo. A relação entre o *élan vital* e a ordenação que promove para que seja possível um organismo vivo é, como reconhece Merleau-Ponty (1942/1967, p. 171), mágica. Ora, Merleau-Ponty também aceita essa necessidade interna do organismo que o faz agente de si, em algum grau independente dos fenômenos físicos, que o dá um caráter de liberdade e indeterminação. Porém se o organismo é pura independência em relação ao mundo, Merleau-Ponty retornaria ao idealismo e ao vitalismo. O desafio de Merleau-Ponty, nesse momento, está em conceber um organismo que não seja nem apenas mecanismo, nem apenas regido por uma entelêquia. A questão, portanto, é saber como evitar que o comportamento dos organismos seja igualado aos movimentos dos corpos físicos, isto é, como evitar o reducionismo físico.

A solução de Merleau-Ponty a esse impasse está na *unidade de significado*. Se temos no mundo físico uma unidade de correlação, isto é, um conjunto regido por sua ordenação própria, é no reconhecimento do organismo não exatamente como uma parte desse mundo, mas como um novo conjunto, regido por uma nova ordenação, que aparece a unidade de significado. Ela salienta que o organismo é uma nova forma de ordenação, composta pela integração do mundo físico e da vida. Essa integração compõe a dialética vital própria dos organismos, que mantêm na concepção de organismo vivo, tanto um princípio de ordenação vital, quanto um princípio de ordenação físico. O organismo deixa de ser um corpo vivo ou pensante passa a ser um corpo fenomênico e seu comportamento passa a ter uma estrutura própria.

É a partir dessa concepção de organismo como unidade de significado que se pode reparar em núcleos de significado comportamentais que se assemelham à classe de respostas skinneriana. Passa a ser possível visualizar, segundo Merleau-Ponty (1942/1967), certos nódulos de significação, “certas essências animais – o ato de caminhar para um objetivo, de pegar, de comer uma presa, de saltar ou de contornar um obstáculo –, unidades que a reflexologia, como vimos, não consegue engendrar a partir de reações elementares” (p. 170). Podemos interpretar a classe operante como um núcleo de significado, uma vez que não é uma coisa e que compreende uma ação dentro de um contexto no qual está incluso a finalidade. O comer do animal pode ter várias

topografias, mas tem o significado da nutrição, tanto em Skinner, quanto em Merleau-Ponty. Essa comparação não indica uma igualação das teorias de Merleau-Ponty e Skinner. Serve apenas para apontar que as soluções desses autores em relação ao comportamento podem em muitos momentos seguir caminhos paralelos em uma mesma direção, tem um sentido semelhante.

A semelhança entre o conceito de unidade de significado e de unidade funcional é ainda limitada, visto que a primeira se refere à ordem vital e a segunda não se limita a ela e pode abranger a ordem humana, e nem é tão simples, visto que são filosofias diferentes. Esse empecilho não deve ser visto como impedimento no esforço do diálogo entre os autores, como se fossem incomensuráveis, diferentemente, deve ser visto com a naturalidade, ou seja, aceitação de que diferenças são esperadas. Tampouco diferença deve ser visto como incongruência ou antagonismo. O núcleo de significado e a classe operante como unidade funcional tem uma acepção próxima, ambas se inauguram na esfera vital, mas respeitando-se as diferenças, resta ainda examinar como a unidade de significado e a classe operante se apresentam ou se integram no contexto humano.

3.2.2 O comportamento: unidade funcional e unidade de sentido

Na filosofia de Merleau-Ponty a unidade de significado representa a integração do físico ao vital. Como ser vivo há, dentre todos os animais, o homem. Aqui, aparece um novo desafio: como diferenciar o comportamento humano do comportamento dos demais animais. Merleau-Ponty aceita esse desafio e enfrenta a questão de como evitar que o homem seja igualado aos demais animais, isto é, de como evitar o reducionismo biológico. Inicialmente Merleau-Ponty reconhece uma característica humana que inaugura uma terceira dialética, representada na unidade de sentidos, o trabalho. Ele usa o termo trabalho, e não ação, para indicar uma atividade propriamente humana, isto é, a modificação do meio físico e orgânico visando sua remodelação.

Em relação ao trabalho Merleau-Ponty chama a atenção para a necessidade de se tomar o fenômeno humano em seu sentido original ou conteúdo concreto. É a partir de Berson e Janet que Merleau-Ponty expõe a importância de se examinar o trabalho não como uma atividade que visa satisfazer ou substituir os fenômenos vitais, como se a roupa substituísse os pelos ou os instrumentos substituíssem os órgãos, mas como uma atividade desprezível em relação ao biológico. Nesse momento, a roupa transcende o

papel de manutenção térmica para adquirir os diversos outros papéis que o humano pode perceber, como servir de pano de limpeza ou torniquete. A relação entre trabalho e percepção deixa de ser aquela entre sobrevivência e percepção e instaura uma relação genuína. A percepção, para Merleau-Ponty (1942/1967), passa a ser “um momento da dialética viva de um sujeito concreto, participa de sua estrutura total e, correlativamente, tem como objeto primitivo não o ‘sólido organizado’, mas as ações de outros seres humanos” (p. 179).

Essa noção de percepção foi possível apenas pelo exame das posturas mecanicistas ou vitalistas. Isso implica que Merleau-Ponty utilizou um critério externo para apresentá-la, ora como vitalista, ora como mecanicista. O método, até agora, foi do espectador estrangeiro, como fenomenólogo, todavia, Merleau-Ponty busca construir a noção de percepção pela descrição de suas características. Utiliza-se, assim, da descrição da percepção infantil, que não vê “coisas”, mas fisionomias, que apreende as coisas não como objetos ou qualidades reais, mas como fenômenos ou vivências, e das obras de arte, em específico de Cezanne, onde os objetos são vistos “mais como realidades provadas do que como objetos verdadeiros” (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 180). Trata-se de uma percepção que não encontra precedentes na percepção dos objetos empíricos, nem na percepção possibilitada pelas categorias da razão.

É a partir da noção de forma, enquanto configuração perceptiva, imediata ou anterior à vivência, que a percepção inicial ou primitiva aparece como fundamento das experiências e da irreducibilidade entre suas partes ou ordens. Ela aparece na psicologia da Gestalt como uma espécie de sistema onde cada uma das partes conhece dinamicamente as outras (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 155; p. 174), mas ainda fundada na ordem física, isto é, o físico e o vital ou humano seguiriam paralelos e haveria uma correspondência ponto a ponto entre as ordens, sendo as demais ordens epifenômenos da ordem física. Tal é a crítica merleau-pontyana ao isomorfismo, ou identidade entre as formas, da psicologia da Gestalt. O que Merleau-Ponty (1942/1967) aproveita da forma em sua proposta não é a noção de isomorfismo, mas a noção de irreducibilidade na medida em que “o valor sensorial de cada elemento é determinado por sua função no conjunto, variando com ela” (p. 182). Com a ajuda da forma, a relação entre percepção e trabalho se mostra numa dialética humana ambígua que se manifesta primordialmente nas estruturas humanas que cria e se vê obrigada a recriar, sendo que “*seus objetos de usos e seus objetos culturais não seriam o que são se a*

atividade que os faz surgir não tivesse também como sentido negá-los e superá-los” (p. 190).

Nessa concepção, a dialética e a vida próprias do organismo se mantêm em *estruturas* do comportamento, isto é, na união, composição e integração de constantes reordenações das dialéticas física, orgânica e, no caso do homem, humana. A noção de estrutura aparece como fundamento carnal da existência, permitindo que se compreenda a relação entre percepção e trabalho não apenas como atividade de criar ou de vivenciar as ações de outros seres humanos, mas como atividade de recriar constantemente objetos e vivências, isto é, de superar as estruturas criadas para criar outras (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 189).

Cada ordem, na estrutura, aparece como um todo significativo próprio. Segundo Merleau-Ponty (1942/1967, p. 168-9) a unidade dos sistemas físicos é uma unidade de correlação, a dos organismos é uma unidade de significado, e a dos humanos é uma unidade ou correlação de sentidos. Cada uma possuindo uma ordenação própria onde a unidade de sentido permite um trânsito entre elas, que Furlan (2000, p. 284; 2001, p. 19) chama de ruptura, uma brecha por onde cada uma das ordens mantêm sua particularidade, isto é, não podem ser reduzidas uma a outra, mas que se interligam num processo onde a posterior assume e integra a anterior. A noção de ruptura entre as ordens que permite uma solução ao realismo e à dualidade empirismo-idealismo e que consiste em uma das inovações importantes propostas por Merleau-Ponty, representa finalmente o elemento tanto integrador das ordens, quanto mantenedor de suas especificidades. O homem pode ser um animal, sem se igualar aos demais animais e pode ser composto de elementos físico-químicos, sem ser a eles redutível.

3.2.3 O comportamento: consequência e estrutura

A questão, feita no início dessa seção, de como diferenciar o comportamento humano do comportamento daquele dos demais animais deve, agora, ser aplicada a Skinner. O modelo de seleção comportamental por consequências fornecerá subsídios teóricos relevantes para um desenvolvimento dessa questão. Skinner (1981) apresenta o comportamento como uma interação de três fatores. O primeiro, filogenético, é relativo à história da espécie ou seleção natural. Ele é responsável pela seleção das espécies, na qual a anatomia ou a fisiologia estão inclusas e a partir da qual se pode observar o comportamento reflexo. O segundo, ontogenético, é relativo à história de vida. Ele é

responsável pelos condicionamentos operante e respondente. O terceiro, cultural, é concebido como um caso especial de comportamento operante relativo à relação entre os homens. Skinner assume, portanto, assim como Merleau-Ponty, um aspecto humano do comportamento.

Se, agora, propormo-nos a comparar diretamente as filosofias de Skinner e Merleau-Ponty, brevemente nos encontraremos numa posição de extrema dificuldade. Se, por um lado, analisarmos a filosofia skinneriana pela perspectiva merleau-pontyana, veremos, coerentemente, que o modelo skinneriano propõe uma noção de comportamento, humano ou de outros animais, que tem sua origem histórica com a vida na Terra (Skinner, 1981, p. 501). Há um período de bilhões de anos entre o aparecimento da vida e o aparecimento do homem que, na opinião de Skinner, não pode ser negligenciado no estudo do comportamento humano. Embora os “humanos” não estivessem presentes como “*homo sapiens*” em épocas distantes eles foram precedidos por organismos dos quais evoluíram e com os quais guardam uma relação histórica importante. O comportamento humano, portanto, tem resquícios ou significações temporais longínquos, mas que não podem ser segregados do comportamento atual. O operante, como uma unidade funcional, transitaria entre a ordem vital e a ordem humana e a questão relevante seria saber, uma vez que a seleção cultural nada mais é do que um caso especial de seleção operante (Skinner, 1981/2007, p. 131), se a proposta skinneriana reduz a ordem humana à vital ou o inverso.

Se, por outro lado, analisarmos a filosofia merleau-pontyana pela perspectiva skinneriana, veremos, também coerentemente, que é a percepção carnal que fundamenta o sentido do passado e do futuro. O homem está presente a todo o momento, ele vivencia a todo o tempo, e se ele encontra sinais do passado em algum lugar é porque traz em si essa significação (Merleau-Ponty, 1945/1976, p. 472). A unidade significativa merleau-pontyana representa estritamente a integração do da ordem física à vital e apenas com o advento da unidade de sentido ela é integrada na ordem propriamente humana, num movimento estrutural chamado comportamento humano. A perspectiva evolucionista não aparece diretamente no primeiro livro de Merleau-Ponty. Não há sequer uma menção a Darwin ou a teóricos da evolução. Tal menção irá aparecer com propriedade apenas nos tratados sobre natureza de Merleau-Ponty. Todavia, Veríssimo (2014) e Bimbenet (2011) alertam para uma perspectiva evolucionista em Merleau-Ponty (1942/1967) ainda que, em nossa interpretação, de forma indireta. A ordem vital

abarcaria indiscriminadamente tanto a filogênese, quanto a ontogênese, e a questão relevante seria saber se a segunda poderia ser reduzida a primeira ou vice-versa.

Essas questões não nos parecem promissoras. Pressupõem que alguns termos técnicos ou filosóficos skinnerianos ou merleau-pontyanos possam ser diretamente comparados e podem induzir ao erro ou à ausência de respostas. O desafio ao diálogo entre Merleau-Ponty e Skinner é encontrar, não uma correlação ponto a ponto entre as duas filosofias, mas um sentido presente em ambas que aponte para uma mesma direção. A questão relevante agora é saber se podemos encontrar algo análogo na filosofia de Skinner que não se iguale à filosofia de Merleau-Ponty, mas que seja suficiente para considerá-las congruentes ou ao menos estabelecer um diálogo positivo.

Da defesa de que o comportamento atual não pode ser desvinculado da história da espécie ou da vida não decorre nenhum inatismo comportamental, isto é, a defesa de que o comportamento depende única e exclusivamente de fatores genéticos. Embora as condições biológicas de um organismo possam ser consideradas inatas, isto é, cada espécie e cada organismo nasce com uma condição única, e fundamentais para o comportamento, ou seja, sem um corpo não há ação na Terra, o comportamento aprendido não pode ser identificado com os fatores corporais, nem é uma extensão deles. Segundo Skinner (1961/1961e) o “organismo não simplesmente refina ou amplia uma condição genética comportamental para torná-la mais efetiva ou inclusiva. Ao invés disso, ele desenvolve comportamento colateral que deve ser diferenciado do sistema de resposta inato” (p. 36.04). A recusa do inatismo também faz parte da proposta merleau-pontyana, visto que a influência social na conduta é inegável (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 184; Veríssimo, 2014, p. 75). Assim, as atividades de um formigueiro ou de uma colmeia apenas por metáfora pode ser comparada às atividades culturais humanas. Como exemplo, Skinner (1961/1961e) cita que o “comportamento verbal não é um refinamento de choros de alarme instintivos, alertas [*distress*] e assim por diante, embora as contingências de reforçamento em um caso sejam análogas às condições de sobrevivência no outro” (p. 36.05).

Temos que lançar uma hipótese agora. Afirmar que a gênese do comportamento, humano ou não, *coincide* com a origem da Vida não representa bem a proposta skinneriana. Pois, além dessa afirmação possibilitar a interpretação de que o comportamento atual estava já presente no comportamento dos seres primitivos, reduzindo, portanto, o comportamento atual ao comportamento passado, faltaria a ela o caráter dialético próprio da seleção por consequências, isto é, o organismo muda o meio

e é, por sua vez, modificado pela mudança efetuada. Digamos, antes, que a gênese do comportamento *começa* com a origem da Vida na Terra³². Seria mais preciso, simplesmente e sem adicionar hipóteses metafísicas originadoras, dizer que o comportamento é um processo dialeticamente selecionado, ou seja, constantemente re-selecionado, pelas suas consequências desde o início da Vida. O movimento é infinito enquanto houver vida e Vida. O comportamento é multigenético e histórico. Não teria uma única gênese, no sentido de que a todo o momento se modifica, produz-se novamente. E é histórico, pois sua gênese ocorre no decorrer do tempo, incessantemente. Um movimento realizado agora ressignifica, modifica, todo o processo comportamental anterior. Cada momento é um movimento e cada movimento é uma gênese.

Nessa perspectiva a consequência aparece como um elemento integrador das contingências de seleção e proporcionador de sentido ao comportamento num amplo contexto histórico, que excede à vida biológica de um organismo. Para Skinner (1981) “o comportamento humano é o produto integrado” (p. 502) de três tipos de seleções por consequência ou relações com o mundo: filogenética, relativo à história da espécie ou seleção natural, na qual a anatomia ou a fisiologia estão inclusas; ontogenética, relativo à história de vida, do qual faz parte o condicionamento operante; e cultural, relativo à relação entre os homens. Por “produto integrado” podemos interpretar que atuam concomitantemente e, portanto, nenhum é redutível ao outro. Outros exemplos estão na possibilidade de integração do fator filogenético com o advento do ontogenético e na integração destes ao fator cultural. Em Skinner (1974/1995) há uma retomada da sugestão de complementaridade entre os fatores filogenéticos e ontogenéticos ao afirmar que o processo operante “suplementa a seleção natural” (p. 43). Além disso, se entendermos o sexo apenas do ponto de vista da seleção natural, então

o contato sexual não precisa ser, e presumivelmente não é, um reforçador. Mas quando, durante a evolução de suscetibilidades especiais, alimento e contato sexual se tornam reforçadores, novas formas de comportamento podem aparecer. Novas formas de coletar, processar e finalmente cultivar alimento e novas formas de se comportar sexualmente ou de se comportar de formas que levam apenas ocasionalmente ao reforçamento sexual podem ser modeladas e mantidas. O comportamento assim condicionado não é necessariamente adaptativo; alimentos não saudáveis são comidos

³² Embora essa posição seja coerente com Skinner, o advento da teoria da panspermia nas teorias atuais da evolução da vida, que sugere a possibilidade de que a vida tenha raízes extraterrenas, ampliaria o princípio do comportamento. Evidentemente, trata-se de uma possibilidade genética que tende ao eterno, mas que não exclui o caráter dialético da vida.

e comportamento sexual que não é relacionado à procriação é fortalecido (Skinner, 1981, p. 501).

Se nos é permitida uma tradução, Skinner parece discutir algo semelhante a um acréscimo das formas amovíveis e simbólicas à forma sincrética e que nessa união aparecem novos modos de se relacionar com o mundo, assim como Merleau-Ponty (1942/1967) quando ele afirma que a forma simbólica ao ser adicionada às formas sincréticas e amovíveis “introduz uma conduta cognitiva e uma conduta livre” (p. 133). Pode-se entender que no ser humano as contingências culturais integram as contingências filogenéticas e ontogenéticas e fornecem as características peculiares ao humano que os diferencia dos demais animais. Comparemos a citação skinneriana expressa logo acima com a de Merleau-Ponty (1968/1995):

A vida não é somente uma organização para sobreviver, há na vida uma prodigiosa floração de formas, na qual a utilidade não é, senão raramente, atestada e que mesmo, porventura, constitui um perigo para o animal. Deve-se, então, admitir uma relação intrínseca entre o substrato e o animal, uma possibilidade de indivisão entre o ambiente e o animal (243).

Essa citação merleau-pontyana não faz parte da nossa referência primária, mas expressa o sentido de integração das ordens já presente em Merleau-Ponty (1942/1967). As contingências de seleção, assim interpretadas, integram-se de uma maneira análoga à integração das ordens merleau-pontyanas. A consequência skinneriana e a estrutura merleau-pontyana seriam duas propostas não reducionistas do comportamento humano e do comportamento de maneira geral, na medida em que permitem um trânsito entre os contextos comportamentais. Ambas as noções, de consequência e de estrutura, convergem quando consideram que a introdução das novas formas se integra com a anterior formando uma estrutura ou um todo novo. Essa solução mantém as consequências como uma das características importantes da análise do comportamento e, ao mesmo tempo, a coloca em congruência com a filosofia de Merleau-Ponty.

3.2.4 Organismo como um todo: o corpo fenomenal

Se Skinner enfatiza o papel do ambiente nas interações comportamentais e Merleau-Ponty enfatiza a estrutura ou a consciência é apenas em aparência que essas perspectivas soam antagônicas. Só seriam antagônicas se os autores propusessem um dualismo onde de um lado estaria a consciência e de outro o ambiente, mas como

vimos, em ao menos uma interpretação essa perspectiva dualista é evitada por ambos autores. Em qual sentido consciência e ambiente se encontram interpenetrados, isto é, constituem um todo indivisível?

Servir-nos-emos do trabalho de Goldstein (1934/1995), como ponto de partida para lidar com essa questão. O ponto principal de Goldstein é apresentar a necessidade de se conceber o organismo como um todo. De maneira geral, Goldstein apresenta vários exemplos de modos de relacionamento de um organismo com o meio, principalmente pessoas com danos no sistema nervoso central. O que foi observado é que as tentativas de explicar o comportamento via partes do corpo, como regiões cerebrais, localizações nervosas, ou reflexos internos não representava bem, ou não era suficiente para lidar com, o novo modo de se comportar do organismo lesionado.

Muitos dos exemplos, resultados e conclusões apresentados no primeiro livro de Merleau-Ponty, acerca da discrepância entre os fenômenos observados e a teoria do reflexo, foram baseados em Goldstein. Este alega diversas discrepâncias entre os fenômenos observados e a teoria do reflexo, além de alguns problemas do método atomista, como exemplos: há a consideração de que o organismo vivo ou total é composto de mecanismos e que suas reações se baseiam são dispositivos mecânicos, mas não há constância nessas reações, os reflexos variam (a) frente à mesma estimulação ou ao mesmo local de estimulação, (b) frente a estímulos danosos ou não, (c) frente a estímulos de intensidade variada, (d) frente à diferença de postura de um organismo, etc. Tais exemplos são diferentes do que se esperaria de um mecanismo.

Esse método de segregar ou dissecar matematicamente o corpo em partes para tentar, posteriormente, reconstruí-lo é atribuído às ciências naturais (Goldstein, 1924/1995, p. 17, 18, 29, 282, 306, 312, 317, 377), que é distinguida e comparada com a ciência dos seres vivos. As ciências naturais não dariam conta da natureza total humana (Goldstein, 1934/1995, p. 21, 107). O organismo para as ciências naturais, de acordo com a teoria do reflexo, “representa a soma de mecanismos isolados que são constantes na estrutura e que respondem, de modo constante, a eventos do ambiente (estímulos). Tais respostas são usualmente entendidas como dependentes de um aparato nervoso mais ou menos diferenciado” (p. 69). Uma das conclusões importantes tiradas a partir desses exemplos foi que o organismo, independentemente do tipo de lesão, adaptava-se como um todo à nova situação. Daí a proposta de Goldstein: conceber o organismo como um todo e elaborar uma abordagem holística para sua análise.

Há, a partir da perspectiva de Goldstein, duas concepções de organismo. O mecânico e o holístico. O organismo mecânico não salvaguarda a consciência e o ambiente como inerentes ao organismo vivo, mas segrega a consciência do ambiente como duas ordens de realidade. O organismo como um todo, diferentemente, constitui-se como o núcleo dos fenômenos, um local onde consciência, ambiente e percepção se integrariam e se mostrariam na totalidade do comportamento. Nosso esforço, agora, é examinar a partir dessas concepções os textos skinnerianos e merleau-pontyanos..

A importância do livro de Goldstein para a filosofia de Merleau-Ponty é reconhecida por seus comentadores (Barbaras, 2000, p. 77; Barbaras, 2005, p. 213, p. 228; Carman & Hansen, 2005, p. 11; Carman, 2008, p. 21; Dillon, 1988, p. 132; Foultier, 2015, p. 18, p. 27, p. 89; Furlan, 1997, p. 133; Marrato, 2012, p. 24; Martini, 2006, p. 21; Peñaranda, 2007, p. 191; Silva, 2012, p. 135; Veríssimo, 2012, p. 12, p. 19, p. 38, p. 43; Vieira & Furlan, 2011, p. 134). Desde seu primeiro livro Merleau-Ponty aceita com entusiasmo o trabalho de Goldstein e declara, em uma nota de rodapé, que tomou emprestado muitas de suas ideias (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 80). Merleau-Ponty (1942/1967) examina o livro de Goldstein em pormenores, relaciona-o com a psicologia da época e utiliza-o como um exemplo bem fundamentado de ciências biológicas para lidar com as críticas às perspectivas tradicionais de organismo, que o concebem de forma mecânica e buscam apresentar seu comportamento como produto de suas partes. Merleau-Ponty nota, de acordo com Goldstein, que a noção clássica do reflexo, por exemplo, com a concepção hierárquica de inibição ou a concepção das localizações pontuais entre estímulo e resposta, não representa bem o comportamento do organismo, que seria melhor representado pela resposta do organismo como um todo. Em relação aos comportamentos superiores Merleau-Ponty discute a relação entre patologias linguísticas e aquilo que Goldstein e Gelb chamam de atitude categorial. No caso de algumas patologias da linguagem, como a afasia por exemplo, Merleau-Ponty nota que os pacientes se engajam mais facilmente aos contextos concretos, cuja vivência vital ou física é mais proeminente, do que aos contextos verbais, engajando-se neles em maior ou menor grau, mas o fazem com o melhor que podem. Merleau-Ponty (1942/1967) concebe, então, que “um problema específico deverá sempre ser recolocado no comportamento do conjunto” (p. 69).

Merleau-Ponty (1942/1967) não inicia o trato do comportamento como estrutura a partir da consciência, da percepção ou da união da alma ao corpo, ao contrário, ele prefere começar “de baixo” (p. 2), pela noção de comportamento como

reflexo. A análise do trabalho de Goldstein acompanha todo o percurso filosófico de Merleau-Ponty (1942/1967) do reflexo nos “comportamentos inferiores”, passando por aquele nos “comportamentos superiores”, até a relação da alma com o corpo. Merleau-Ponty (1942/1967, p. 238) conclui pela distinção entre liberação ideal, que não nos transforma no nosso ser e a liberação real, que consiste na reformulação constante do ser humano, isto é, na estruturação que incessantemente reorganiza a estrutura anterior, a *Umgestaltung* de Goldstein. Tal é a importância de Goldstein no primeiro livro de Merleau-Ponty: seu aproveitamento positivo do começo ao fim.

A noção de organismo como uma totalidade é assumida por Merleau-Ponty como parte de sua proposta. Um pouco sobre esse organismo já foi falado na seção 1.1, onde vimos que o organismo não é uma totalidade fechada em si e isolada do mundo, diferentemente, o organismo é uma totalidade dinâmica, um sistema aberto ao mundo sem com ele se igualar. O organismo é um todo constantemente remodificado, onde o mundo nele penetra e é por ele penetrado. Os limites entre o organismo e o mundo se tornam opacos e, nesse sentido, muitas vezes o organismo é o mundo. O organismo em Merleau-Ponty, portanto, não é um organismo real, tampouco um organismo ideal, é os dois em um. Veríssimo (2013) reconhece, em consonância com Bimbenet (2004), essa união entre ideal e real no organismo merleau-pontyano e afirma o corpo, nos primeiros livros de Merleau-Ponty, como uma encarnação fenomenal das várias dimensões da existência “fazendo da percepção uma atividade ambígua, composição entre natureza e razão” (p. 600). No caso do homem, trata-se de sua compreensão como sujeito e objeto simultaneamente (Veríssimo, 2014, p. 73).

Por isso, em Merleau-Ponty, recuperando a tese antropológica de Bimbenet (2004, p. 27), podemos dizer que o homem é um organismo integralmente natural que escapa integralmente da natureza. Podemos encontrar semelhante concepção de organismo, isto é, um organismo como um todo, holístico e não mecânico, no behaviorismo radical?

Skinner foi leitor de Goldstein (1934), mas seu tratamento a esse livro é muito diferente daquele dado por Merleau-Ponty. Goldstein está presente em toda extensão das obras merleau-pontyanas, enquanto que nas obras skinnerianas aparece apenas em uma resenha de quatro páginas publicada em 1940. Nessa resenha Skinner se ocupa mais em discutir a fundamentação das conclusões e a concepção de ciência natural de Goldstein, do que defender uma concepção de organismo, seja mecanicista ou holística. Para Skinner, Goldstein concebe que a ciência natural entende o reflexo como coisa e o

organismo como composto de mecanismo reflexos. Entretanto, argumenta skinner, os resultados das pesquisas apontadas por Goldstein não são suficientes para abandonar, nem sustentar, tanto a concepção mecanicista, quanto a holística de organismo. Para Skinner, nem toda ciência natural concebe o reflexo como coisa e nem todo neurologista contemporâneo defende o tipo de organismo criticado por Goldstein, isto é, o organismo como um amontoado de mecanismos isolados constantes em sua estrutura e que responda de maneira constante ao estímulo. Para Skinner (1940, p. 463) Goldstein desconsidera a possibilidade de que o pesquisador, ao invés de acreditar no reflexo como coisa, simplesmente sustente a importância do valor preditivo da correlação entre resposta e estímulo ou outras variáveis. Em suma, a concepção de organismo holístico não seria a conclusão de resultados empíricos, mas a pressuposição da qual parte Goldstein (Skinner, 1940, p. 163), nem a concepção de organismo mecanicista seria afastada pelos resultados das pesquisas apresentadas por Goldstein (Skinner, 1940, p. 165). Skinner (1940), portanto, não resolve questões sobre o organismo e mantém aberto um espaço para vários significados, como veremos a seguir.

É certo que a noção de organismo como um todo pode ser encontrada no decorrer das obras de Skinner (Chiesa, 2006, p. 168; Castro, 2007, p. 14; Hackenberg, 1995, p. 228; Moroz & Rubano, 2005, p. 123; Sampaio, 2005, p. 379; Tourinho, Teixeira & Maciel, 2000, p. 426), todavia, essa noção guarda vários significados. Lopes (2006) faz uma distinção entre corpo e organismo para defender a tese de que subjetividade não é sinônimo de eventos privados. O organismo seria representado por uma organização sensório-motora, enquanto o corpo seria definido como a atividade do organismo percebida e sentida. Micheletto e Sérgio (1993) apontam outros três significados. O primeiro indica que tal noção pode servir para distinguir uma ciência do comportamento de uma ciência fisiológica. Nessa perspectiva o organismo como um todo teria o sentido de organismo intacto, isto é, um organismo que não é lesionado propositalmente de maneira alguma para ser estudado. O segundo indica que, como tal noção aparece desde os primeiros textos skinnerianos, ela se refere a um organismo reflexo que atua como a soma de suas partes. O terceiro é assumido por Micheletto e Sérgio (1993): organismo representado por interações constantes ou dialéticas. Nas palavras de Micheletto e Sérgio (1993):

O homem constrói o mundo a sua volta, agindo sobre ele e, ao fazê-lo, está também se construindo. Não se absolutiza nem o homem, nem o mundo; nenhum dos elementos da relação tem autonomia. Supera-se, com isto, a concepção de que os fenômenos

tenham uma existência por si mesmo, e a noção de uma natureza, humana ou não, estática, já dada. A própria relação não é estática, não supõe meras adições ou subtrações, não supõe uma causalidade mecânica. A cada relação obtém-se, como produto, um ambiente e um homem diferentes (p. 3).

Em consonância com a noção de organismo assumida por Micheletto e Sérgio (1993), recorremos a seguinte hipótese: enquanto focarmos no mundo real, reproduziremos um discurso acerca do mundo em interior e exterior que mantêm não apenas as dualidades clássicas entre mente e corpo, real e ideal, entre outras; se, diferentemente, nosso foco for o organismo que se comporta, poderemos trazer um novo discurso, onde o limite entre interior e exterior não é tão claro e, juntamente com ele, também o limite da pesquisa psicológica. Quanto mais nublado os limites entre interior e exterior, mais amplo o objeto de estudo da psicologia. A psicologia não lidaria mais com a mente, tampouco com o mundo extramental, mas com um conjunto vital, chamado de organismo, e seu meio interacional, chamado ambiente, que compõe um todo novo entre interior e exterior, chamado de comportamento, uma espécie de núcleo dialético incompatível com as noções de um interior ou exterior causal.

A partir dessa hipótese examinaremos a questão da possibilidade do organismo como um todo em Skinner, em um sentido semelhante ao organismo holístico de Merleau-Ponty e Goldstein, pela elucidação das noções de percepção e consciência no behaviorismo radical para, finalmente, correlacionar com o corpo merleau-pontyano. Percepção e consciência são temas correlacionados na filosofia skinneriana e serão tratados em conjunto. Há pelos menos duas noções de consciência no behaviorismo skinneriano. A primeira, criticada, é aquela que a concebe de um ponto de vista dualista ou mentalista. A consciência, nessa perspectiva, é uma causa do comportamento, presente no mundo mental. Uma pessoa seria consciente de seus atos, por isso, pode mudá-los ao seu dispor. A segunda, proposta, é aquela concebida como comportamento consciente. Nesta, a consciência é interação e é tratada do ponto de vista do controle de estímulos. O comportamento consciente é aquele que conseguimos relatar e o inconsciente é aquele que não conseguimos relatar. Ora, uma vez que a consciência em Skinner é a interação sobre a qual conseguimos falar, não seria essa perspectiva skinneriana alvo da crítica merleau-pontyana à consciência enquanto representação, isto é, à consciência que posta diante de si objetos de conhecimento?

A situação da consciência no mundo como representação é criticada por Merleau-Ponty e, segundo Furlan (2000), possuir “e contemplar uma representação não representa toda a vida significativa da consciência. É preciso, ao contrário, dar conta de

uma consciência vivida anterior a uma consciência que tem diante de si objetos de conhecimento” (p. 396). O problema da percepção que faz aparecer a consciência de um lado como parte do mundo e de outro como coextensiva do mundo (Merleau-Ponty, 1942/1967, p. 232) só é um problema de um ponto de vista realista. Esse problema desaparece na proposta merleau-pontyana: não há uma consciência no corpo, mas um corpo consciente. Segundo Dentz (2008), em Merleau-Ponty há o deslocamento da consciência da interioridade e da exterioridade para a corporeidade, o corpo seria o exercício da subjetividade com exterioridade comportamental (Dentz, 2008, p. 3)

Skinner também busca a solução do problema da percepção, para ele ao argumentar que o organismo individual simplesmente reage ao seu ambiente, ao invés de alguma experiência interna do ambiente, a bifurcação da natureza em físico e psíquico pode ser evitada. (Skinner, 1954/1961b, p. 188). Aqui o ponto é o seguinte: Skinner concebe a consciência como o ato de estar consciente de algo, isto é, ser capaz de descrever, mas não devemos crer que por isso suas propostas sejam incongruentes. O consciente de Skinner não é o de Merleau-Ponty. Devemos ao invés de comparar os termos técnicos “consciência” em ambos os autores e concluir por sua diferença, procurar o que pode se referir ao termo técnico de um no outro. A pergunta relevante para averiguar se Skinner pode ser alvo da crítica merleau-pontyana da consciência é se Skinner salvaguarda em sua filosofia um espaço para algo como uma consciência vivida (intenção ou sentido de existência ou de vida) anterior à sua verbalização (consciência dos objetos de conhecimento).

De posse da noção de consciência skinneriana, podemos avançar um pouco mais na análise da percepção. Para evitar equívocos, devemos distinguir, ainda que artificialmente ou didaticamente, duas percepções possíveis na filosofia skinneriana. A primeira é aquela sobre a qual conseguimos falar e conversar. Ela é “consciente” no sentido de que somos capazes de descrever o mundo que nos circunda. A segunda é aquela sobre a qual *não* conseguimos falar e conversar. Ela é “inconsciente” no sentido de que ignoramos como o mundo nos afeta e, por mais que possamos ignorar a influência do mundo, ela acontece. Isso não implica um dualismo. A diferença somos nós que criamos, o organismo se comporta como um todo. Do ponto de vista comportamental, o organismo é o centro do comportamento, a convergência dos fatores do mundo, um ponto “no qual várias linhas de desenvolvimento se unificam [*come together*] em um único conjunto” (Skinner, 1971/1976, p. 204). É possível, portanto, encontrar na mesma pele um indivíduo “consciente” e “inconsciente” ao mesmo tempo.

Alguém pode ser consciente em relação a determinadas relações e inconsciente em relação a outras. Trata-se daqueles casos, corriqueiros, que não reparamos por que estamos mal, mas em um certo sentido percebemos que o estamos, para numa possibilidade futura reparar que é uma dor de estômago ou que, nos casos patológicos, psicopatológicos, somáticos ou psicossomáticos que não reparamos um determinado tipo de estimulação. A diferença, portanto, não é de natureza. O ponto principal de cada um desses casos é que o organismo como um todo está envolvido.

A percepção e a consciência skinnerianas são discutidas sob o prisma do controle de estímulos. Ele afirma que o campo da percepção está repleto de especulações metafísicas sobre o que está realmente no mundo exterior e, então, o “comportamento parece indicar que o mundo ‘perceptual’ – o mundo como o organismo o pensa³³ – é diferente do mundo real” (p. 138). Trata-se da noção de percepção criticada por Skinner, que concebe que o organismo age como se um estímulo tivesse propriedades diferentes daquelas presentes no mundo em que vive. A solução skinneriana a esse problema é que a diferença não está entre dois mundos, mas entre duas formas de interação. Comparemos, desde já, com a afirmação de Merleau-Ponty (1945/1976): “o sujeito da sensação não é nem um pensador que nota uma qualidade, nem um meio inerte que seria afetado ou modificado por ela; é uma potência que co-nasce em um certo meio de existência ou se sincroniza com ele” (p. 245). Parece-nos que tanto Skinner quanto Merleau-Ponty reconhecem, não apenas que o organismo ou o comportamento não é estritamente pensante ou estritamente real, mas interacional ou coexistente e sincronizado com o meio.

Para Skinner (1953) afirmar dois mundos, um perceptivo e um real, é defender uma concepção mentalista de percepção. Concepção esta que aparece na filosofia merleau-pontyana na crítica ao dualismo. Na concepção mentalista a percepção pode ser concebida, por exemplo, como uma imagem mental ou um princípio originador de cópias internas, registradas no cérebro ou no espírito, que, segundo Skinner (1974/1995), pode ser considerada um “exemplo de prática corrente para evitar o dualismo, substituindo-se ‘mente’ ou ‘espírito’ por ‘cérebro’”. Afirma-se que o cérebro usa dados, faz hipóteses, escolhas, etc., como se dizia outrora do espírito. *Numa*

³³ A tradução, aqui, merece detalhamento. Traduzimos “experiences” por “pensa”, pois o sentido que Skinner dá ao primeiro termo é sobre o pensamento. Tanto que na continuação do texto Skinner (1953) não menciona mais “experiences” e passa a dar exemplos de pensamento, dentre eles “posso ‘pensar’ que um objeto no céu é um avião para, um momento depois, ver que era um pássaro” (138). Não se trata, portanto de uma igualação entre ambiente geográfico e ambiente comportamental, como veremos.

descrição behaviorista, é a pessoa que faz essas coisas [ênfase adicionada]” (p. 69). Outro exemplo está na concepção de memória. A concepção tradicional afirma que a memória é algo armazenado, que recuperamos quando desejamos. Na concepção de Skinner (1989), a memória não está lá, presente a todo momento, mas adormecida, como uma coisa esperando para ser recuperada, “é uma *pessoa mudada*, não algo memorizado, que foi ‘armazenado’” (p. 16). Skinner (1985) elabora duas metáforas para lidar com o repertório comportamental, ao qual a memória faz parte: a) uma bateria é carregada e descarregada, mas não dizemos que nela há eletricidade quando não está em funcionamento; b) uma lâmpada acende e apaga, mas não perguntamos onde está a luz quando ela não está acesa. Da mesma forma, os organismos não adquirem comportamento como um “tipo de possessão; eles simplesmente se comportam de várias maneiras. O comportamento não está neles a todo o momento. Dizemos que ele é emitido, mas apenas como a luz é emitida de um filamento quente; não há luz no filamento” (p. 295).

O behaviorismo radical não coloca as partes do corpo como causas do comportamento, diferentemente, é o conjunto orgânico, indivisível, a pessoa que se comporta. O organismo é mais que um corpo, é um corpo que faz coisas (Skinner, 1989, p. 28). Nessa linha de raciocínio, não há percepção, entendida como um fenômeno estritamente interior no behaviorismo skinneriano, há comportamento perceptivo. Essa mudança de nomes não é gratuita. Ela visa se afastar da noção criticada. Ao adicionar o substantivo comportamento e transformar o substantivo percepção em adjetivo, enfatiza-se que a percepção é sempre interação, é sempre percepção de algo, mesmo quando não se consegue descrever esse algo. Para o organismo skinneriano, um estímulo e uma interpretação nunca são “real” ou “ideal”, respectivamente, diferentemente, todo estímulo é interpretado, em um sentido que falar em “estímulo interpretado” ou “visão de algo” é sempre um pleonismo. E isso significa apenas que não há estímulo sem organismo, nem organismo sem estímulo. Pode existir muitas coisas no mundo, mas ao comportamento compete apenas a interação. É o organismo que percebe e o apenas-ver (ver sem intenção) ou apenas-algo (existir sem se relacionar com o organismo) não fazem parte de seu comportamento.

O exemplo de Merleau-Ponty, já citado aqui, sobre o olhar direcionado ao ponto luminoso tem um sentido muito semelhante ao olhar skinneriano. Nesse sentido, o comportamento perceptivo skinneriano não retorna ao problema dualista clássico que coloca a presença da coisa como inequívoca, ora em si, ora para si. Em sua crítica à

teoria e aos conceitos psicanalíticos Skinner (1954/1961b) afirma que na natureza comportamental da percepção ver “um objeto como um objeto não é mero sentir passivo; é um ato, e algo bem parecido ocorre quando vemos um objeto quando não há um objeto presente” (p. 190). Nesse sentido, Skinner (1974/1995) reconhece que

“a percepção é, em certo sentido, proposital ou intencional. A pessoa não é um expectador indiferente a absorver o mundo como uma esponja [...] Não estamos apenas ‘atentos’ ao mundo que nos cerca; respondemos-lhe de maneiras idiossincráticas devido ao que lá aconteceu quando estivemos anteriormente em contato com ele. E assim como o condicionamento operante não significa que uma pessoa ‘infira aquilo que ocorrerá quando ela agir’, também o controle exercido pelos estímulos não significa que ‘infira o que existe no mundo à sua volta’ (66-7).

O ver – cheirar, ouvir, etc. – skinneriano não é uma simples visão, é sempre *ver algo*, independentemente da pessoa ser capaz de descrever a relação vista. De Rose (1982), por exemplo, indica que o comportamento operante é orientado ao futuro, mas não pode ser explicado apenas pela finalidade, nesse sentido, um operante não é simplesmente um “movimento ‘cego’ do organismo” (p. 78). Comparemos com a citação de Merleau-Ponty (1942/1967): “O corpo em seu funcionamento não pode se definir como um mecanismo cego, um mosaico de sequências causais independentes” (p. 30). É possível visualizar, nesse momento, um espaço na filosofia skinneriana para a consciência vivida, para a percepção inicial, para a experiência originária como atividade organizadora típica de um corpo fenomenal ou de um organismo como um todo. O organismo skinneriano também age num campo fenomenal. A percepção skinneriana ou comportamento perceptivo, nessa perspectiva, tem um sentido próximo à percepção merleau-pontyana.

O comportamento skinneriano não se inicia, assim, com o comportamento verbal, diferentemente, há comportamento perceptivo desde o início de sua vida. Uma posição semelhante é sustentada também por Lopes (2006). Lopes (2006) propõe a interpretação comportamento a partir da noção de metafísica relacional. Essa noção, sumariamente, indica que não há comportamento fora da relação, sendo que essa “relação é pré-verbal, ou seja, *qualquer* que seja o organismo, ele *sempre* deverá ser considerado como inserido em um ambiente – não é possível isolar o organismo do ambiente e vice-versa” (p. 81).

Vimos no item 2.1.2 que o organismo skinneriano apresenta um limite para além do qual sua percepção não alcança. Em alguns momentos é sugerido que há limites

biológicos para a percepção do organismo, que não estaria “equipado” para ver determinadas frequências de onda sonoras, visuais, eletromagnéticas ou de outros tipos (Skinner, 1953, p. 130-1). Em outros momentos é reconhecido que ainda que estejam presentes limites biológicos, não é sem recurso ao ambiente e à interação que se lida com o comportamento enquanto unidade, por isso a análise do comportamento é uma ciência por excelência independente em relação aos fatos do mundo real (Skinner, 1953, p. 130-1). Essa diferença é importante. Pode até existir um mundo, real, ao qual um organismo não percebe e, de maneira geral, o homem tende a acreditar nele, seja o outro lado da sala, do planeta, do universo ou mesmo outro plano espiritual, embora Skinner repudie esse último, porém, não é esse o mundo do comportamento.

O comportamento entra em cena quando o organismo interage com o ambiente. Lembrando que ao menos em uma interpretação possível o ambiente é qualquer parte do universo com o qual o organismo possa interagir e que o corpo faz parte desse universo (Skinner, 1953, p. 257; 1954/1961b, p. 192), nessa linha de raciocínio, podemos interagir com nossa “crença” no Japão ou em Gaia independentemente de existirem no mundo real. Não há comportamento fora da interação. O organismo skinneriano, assim, pode ser entendido como intencional desde a mórula, o primeiro estágio da embriogênese. Além disso, da afirmação de que um organismo tem limites perceptivos, não decorre que seu comportamento seja reduzido ao mundo real. Tourinho, Teixeira e Maciel (2000, p. 426) salientam que Skinner sempre afirmou que o ambiente afeta um organismo e não suas partes. O comportamento “é a atividade coerente e contínua de um organismo integral” (Skinner, 1953, p. 73).

Vimos, no item 2.1.3, que Skinner reconhece que do fato de ver um arco íris não decorre que lá há de fato o arco-íris e se comparamos com a afirmação de Merleau-Ponty (1942/1967) de que não devo confundir o “*saber sobre* o mundo com minha *percepção de* tal ou qual segmento do mundo e de seu horizonte próximo” (p. 229), temos que reconhecer que o behaviorismo skinneriano, tal como aqui interpretado, não tenciona identificar o ambiente geográfico ao comportamental. Frente a esses dados devemos nos posicionar acerca do *comportamento perceptivo skinneriano*: ele não é estritamente biológico, nem estritamente social, nem exterior, nem interior, *ele é interacional*, onde por interacional se pode entender um núcleo significativo que não faz distinção entre “suas partes”. Tomando emprestado as palavras de Merleau-Ponty, ele não é real, não é objetivo, nem subjetivo. Estamos, agora, em melhor posição para examinar o sentido de organismo em Merleau-Ponty e Skinner.

O organismo está infinitamente engajado no mundo como uma subjetividade encarnada. Por isso Merleau-Ponty (1942/1967) diz que o organismo “é uma expressão equívoca” (p. 164), ele pode ser concebido como um organismo real, um segmento de matéria, de partes reunidas em reações físico-químicas, onde a descrição dos incontáveis processos biológicos, chamada de análise molecular, durante todo o desenvolvimento de um ser acabaria por perder o sentido molar de sua existência nas sinapses e átomos. Merleau-Ponty (1942/1967) reconhece que o a concepção de organismo real não representa bem o organismo vivo, uma vez que a “vida não é, assim, a soma dessas reações” (p. 165). Não é sem recurso à noção de estrutura que o organismo como um todo é colocado em pauta. Segundo Merleau-Ponty (1942/1967),

Devemos apenas admitir que *as ações físico-químicas, das quais o organismo é de certa maneira composto* [ênfase adicionada], ao invés de se desenvolverem em sequências paralelas e independentes, como gostaria o espírito anatómico, ao invés de se entrelaçarem em um conjunto onde tudo dependeria de tudo e onde nenhuma clivagem seria possível, constituem-se, nas palavras de Hegel, em ‘nódulos’ ou em ‘turbilhões’ relativamente estáveis – as funções, *as estruturas do comportamento* [ênfase adicionada]– de tal maneira que o mecanismo se desdobra em uma dialética (p. 166).

Dessa citação o primeiro itálico serve para ressaltar que o organismo merleau-pontyano não é um organismo puramente ideal. Em consonância com o organismo skinneriano, o organismo merleau-pontyano é composto de coisas “físicas”, entretanto, o segundo itálico serve para salientar que, apesar de ser um organismo natural, ele não pode ser concebido como um organismo real, puramente “físico”, donde emerge a *dialética do conjunto orgânico ou do organismo como um todo*.

Comparemos a citação merleau-pontyana acima com a afirmação de Skinner (1953) sobre o fenômeno comumente chamado de generalização ou transferência de estímulos. Tal fenômeno também é tratado por Merleau-Ponty, com a diferença de que o é apenas do ponto de vista da teoria tradicional do reflexo. Skinner o discute do ponto de vista da teoria operante. No caso operante não é uma instância da ação ou resposta particular que é fortalecida, mas um conjunto comportamental. O comportamento é fortalecido como um todo, de onde decorre que o organismo como um todo está implicado, por isso, não é possível identificar localizações para as instâncias, sendo que

os *elementos* são fortalecidos onde quer que ocorram. Isso nos leva a identificar o elemento, ao invés da resposta, como a unidade do comportamento. É um tipo de átomo comportamental que pode nunca aparecer por si mesmo em uma única ocasião, mas é o ingrediente essencial ou componente de todas as instâncias observadas. O

reforçamento de uma resposta aumenta a probabilidade de todas as respostas contendo os mesmos elementos. (p. 94).

Essas estruturas relativamente estáveis do comportamento apresentadas por Merleau-Ponty podem ser comparadas com a classe ou átomo comportamental de Skinner (1953). Assim como Merleau-Ponty, Skinner não pretende assumir um vitalismo, isto é, um princípio unificador do comportamento exterior ao corpo. Em Skinner, portanto, o organismo *vivo* também não pode ser concebido como um organismo real, isolado em suas partes e cuja análise das reações interiores promoveria a compreensão de seu comportamento. O organismo real seria, talvez, o organismo *morto*, que já não se comporta como ser vivente de maneira análoga a Merleau-Ponty (1942/1967) quando afirma que a alma precisa de um meio de expressão para que seja alma e que “o corpo que perde seu sentido cessa logo de ser corpo vivo para recair à condição de massa físico-química, ele não alcança a ausência de sentido senão na morte” (p. 226). Assim, tanto em Skinner quanto em Merleau-Ponty os organismos são feitos de coisas físicas, mas o comportamento não pode a elas ser reduzido.

Finalizamos com uma afirmação que pode soar impactante: não há “percepção”, portanto, nem Skinner, nem em Merleau-Ponty. Skinner rejeita a percepção em prol do comportamento perceptivo. O sentido que o termo “percepção” tem para Skinner é de um dos polos da dualidade mente-corpo e o comportamento perceptivo indica o organismo como um todo agindo em um mundo. Merleau-Ponty rejeita a percepção em prol do corpo fenomenal. Merleau-Ponty (1942/1967, p. 169) troca a expressão “percepção do corpo vivo” por corpo fenomenal para indicar que a percepção não é um mosaico de sensações, desejos, sentimentos, etc. entendidos como atitudes mentais. O corpo fenomenal indica um corpo intencional agindo como um todo frente a um mundo. Comportamento perceptivo e corpo fenomenal tem um sentido comum, onde consciência e ambiente se encontram interpenetrados e constituem um todo indivisível: o organismo como um todo.

Considerações finais

Retomemos algumas questões apresentadas na introdução. A crítica merleau-pontyana atinge Skinner? Quais os tipos de aproximações e distanciamentos podem ser feito acerca da teoria desses dois autores? Alguns direcionamentos no sentido de responder a essas perguntas já foram realizados. No geral, a crítica merleau-pontyana a

um behaviorismo que busca explicação fisiológica e que pensa o comportamento em termos de causalidade ou mecanismo não atinge o behaviorismo radical. Os alvos precisos dessa crítica são Watson e Tolman.

A crítica ao behaviorismo de Tolman, que toma as variáveis, como a velocidade, o rendimento e a energia, como a própria realidade; que admite ou equivalentes somáticos do fenômeno descrito ou recusa a irreducibilidade do fenômeno a um mínimo de mundo que, portanto, permanece no materialismo ingênuo, também não atinge o behaviorismo radical, ao menos aquele posterior a 1945. Skinner reconhece que atribuir causalidade a partes do corpo é um retorno ao materialismo ou a um vitalismo, assim como Merleau-Ponty, ao criticar aqueles que defendem que a mente seria o que o cérebro “faz”. Para Skinner essa defesa é uma negligência do organismo como um todo. Na perspectiva skinneriana a mente é o que a pessoa faz, por isso afirma que atribuir a um órgão a explicação do comportamento é retornar ao gregos homéricos (Skinner, 1975, p. 44-5; 1987, p. 784).

Antes de finalizar, gostaríamos de nos posicionar como espectadores tanto de Merleau-Ponty, quanto de Skinner e examinar a visão de Merleau-Ponty sobre o behaviorismo e a visão de Skinner sobre fenomenologia. É certo que Merleau-Ponty fez um exame do behaviorismo de Watson e Tolman com uma qualidade própria de um filósofo, uma qualidade que o psicólogo o faria apenas com dificuldade e que esse exame é uma ótima fonte de referência para se repensar os fundamentos behavioristas de forma geral. Também é certo que o behaviorismo já apresentava vários autores com propostas diferentes na época da publicação do primeiro livro de Merleau-Ponty. Não parece justo esperar que Merleau-Ponty fosse um leitor abrangente acerca das obras behavioristas, nem esse pareceu ser seu propósito. Pode-se até observar uma falha merleau-pontyana em reconhecer a variedade das propostas behavioristas, isto é, mencionou apenas Watson, Tolman e Tilquin e os colocou sob um único rótulo chamado behaviorismo, além de não ter mencionado outros que, na sua época, já tinham obras escritas, como Skinner, e que ficaram categorizados sob o mesmo rótulo; porém seria injusto não reconhecer que, apesar disso, um dos pontos importantes da leitura merleau-pontyana do behaviorismo foi a aplicação de problemas filosoficamente genuínos ao behaviorismo de forma geral, e foi esse ponto do qual nos aproveitamos aqui para fazer a análise dos textos skinnerianos.

A visão de Skinner sobre a fenomenologia é generalista. Skinner não apresenta com profundidade as ideias de algum autor em específico da fenomenologia. Skinner

(1989) discute a etimologia da palavra “experiência” e afirma que até o século XIX ela se referia a algo que aconteceu com alguém, aquilo que o analista do comportamento chama de “exposição a contingências de reforçamento” (p. 13). Apenas a partir desse período que progressivamente adquiriu um sentido de sensação ou de algo observado introspectivamente. Nesse sentido de vivenciar o mundo que Skinner (1989) defende que descobrimos “as leis da natureza a partir da experiência – não, como concebem [have it] os fenomenólogos, a partir das *aparências* das coisas na consciência, no sentido original da palavra *experiência*, mas a partir do que aconteceu” (p. 43).

Skinner (1974/1995) discute sobre objetividade e conhecimento do cientista e reitera a defesa de que a fenomenologia trata de eventos subjetivos. Afirma que as leis científicas não têm poder próprio, isto é, nada são se não houver um humano que com ela se relacione. A questão não é o que *é* conhecido, mas o que *significa* conhecer (Skinner, 1974/1995, p. 124). As leis científicas só existem devido aos seus efeitos sobre as pessoas. Só uma pessoa viva conhece a ciência “no sentido de agir sob seu controle em relação à natureza. mas isto não equivale a dizer que ‘cada caso de conhecimento implica haver-se a pessoa de alguma forma com o subjetivo e o fenomenológico’” (p. 125). Adiante, Skinner (1974/1995) critica a posição de que os sentimentos são fenômenos do eu ou algo estritamente dentro de si, desligado de seu caráter temporal ou histórico, afirmando que as questões relativas aos sentimentos, na perspectiva tradicional, “acentuam aquilo que uma pessoa *é*, seu atual estado de ser. Os existencialistas, os fenomenologistas e os psicólogos humanistas encorajaram a auto-observação na busca do eu” (p. 147).

Em outro momento Skinner (1974/1995) discute o estruturalismo. Na visão skinneriana, estudar o comportamento em termos de estrutura ou forma é estudar o comportamento a partir de contrações musculares, etapas do desenvolvimento ou hábitos – acostumar a agir de determinada forma – e negligenciar as contingências de reforçamento. O apoio à posição estruturalista, para Skinner (1974/1995), veio “tanto da fenomenologia, quanto do existencialismo” (p. 58). Cremos que essa posição skinneriana acerca da fenomenologia seria melhor aproveitada se fosse vista como um incentivador de diálogo, de busca pela leitura da fenomenologia do que como um empecilho ou uma palavra final.

Essa tese facilitou perceber que os tópicos criticados por Skinner são os mesmos criticados por Merleau-Ponty. O exercício de estudar ambos os autores permitiu ver esse sentido em comum que um estudioso apenas de Skinner ou apenas de

Merleau-Ponty não veria. Skinner e Merleau-Ponty apresentam a versão deles do que seria fenomenologia e behaviorismo, respectivamente, mas conceber a versão de cada um como a “verdadeira” fenomenologia ou behaviorismo é pecar contra a filosofia, entendida enquanto um movimento de reflexão, e aceitar o argumento da autoridade.

A fenomenologia descrita por Skinner não é a fenomenologia de Merleau-Ponty. O resultado de nossa análise dos textos merleau-pontyanos não permite afirmar que as críticas skinnerianas atinjam a filosofia merleau-pontyana, para a qual a percepção e a consciência são formas de interação de um corpo intencional, de um organismo engajado, de uma subjetividade encarnada. Merleau-Ponty critica o subjetivismo, tanto quanto Skinner. Se Skinner tivesse lido com atenção as obras de Merleau-Ponty teria reparado esse importante detalhe. E o behaviorismo criticado por Merleau-Ponty não é o skinneriano. A interpretação que fizemos de Skinner e Merleau-Ponty possibilitou reparar nas filosofias desses autores diversos sentidos comuns. Ao nos posicionar “fora” das filosofias skinneriana e merleau-pontyana, também é possível avaliar que Skinner e Merleau-Ponty, como filósofos que participaram do diálogo entre fenomenologia e behaviorismo, tiveram dificuldades em avançar o diálogo. Tão logo detectamos dificuldades como essas no discurso de um pensador, tomamos como dever salientá-lo e tentar resolvê-lo, no caso, pelo apontamento de sentidos em comum.

Esperamos ter esclarecido alguns motivos pelos quais cremos que algumas críticas de Merleau-Ponty não são aplicáveis a Skinner e outras feitas por Skinner não atingem Merleau-Ponty. O diálogo aqui iniciado revela nossa intenção amistosa de colocar esses autores em diálogo. Provavelmente novas análises mostrarão detalhes diferentes do que aqueles aqui expostos. O importante, todavia, é enfatizar a possibilidade de diálogo. cremos que esse trabalho fornece alguns subsídios na defesa dessa possibilidade ao revelar o caráter variado, plural ou dubitável das discussões já estabelecidas. Outras interpretações são bem-vindas, por exemplo, tratamos principalmente da filosofia primeira de Merleau-Ponty e da filosofia segunda de Skinner, que outros diálogos podem surgir entre esses períodos do pensamento desses autores? E entre outros períodos?

Merleau-Ponty (1990), na segunda parte do “Ciências do homem e a fenomenologia”, elabora uma retrospectiva da psicologia desde o século XX até a atualidade. Até o início do século XX a psicologia e a filosofia eram tomadas como incompatíveis sob os pressupostos de uma filosofia abstrata, essencialmente subjetiva, em oposição a uma psicologia cientificista, que elabora leis rigorosas, considera apenas

dados quantitativos e objetivos. Para Merleau-Ponty o behaviorismo se situa nesse estágio.

Após o início do século XX a fronteira rigorosa entre a psicologia e a filosofia começou a desaparecer. Os psicólogos passaram a rever as oposições entre subjetivo e objetivo, entre corpo e consciência, entre o individual e o geral e entre o simples e o complexo. Suas propostas começam a se aproximar dos métodos próprios da fenomenologia. Começam a se fortalecer as noções de: a) circunstância do comportamento, principalmente na psicologia da Gestalt, com a consideração do meio comportamental, em detrimento do meio geográfico, para lidar com o comportamento; b) campo psicológico, isto é, a admissão da originalidade descritiva do meio comportamental e da conduta em relação ao meio geográfico; e c) “fenomênico”, isto é, o meio comportamental e a conduta organizam-se em torno de um sentido comum. Na psicologia, Merleau-Ponty cita três psicólogos na dianteira dessa aproximação: Lewin, Koffka e Guillaume.

Vimos aqui que a revisão das quatro antinomias aparentes na psicologia do início do século XX aparece nos textos skinnerianos. Em suma, a revisão entre subjetivo e objetivo aparece, por exemplo, na revisão do behaviorismo watsoniano que negligencia os fatores mentais. A revisão entre corpo e consciência aparece no abandono do reducionismo biológico. A revisão entre o individual e o geral aparece com a legitimação do estudo de caso único e da explicação pela média matemática. A revisão entre o simples e o complexo aparece na recusa em explicar o comportamento pelo reflexo. Vimos também que os textos skinnerianos, principalmente aqueles posteriores a 1945, tendem a distinguir entre ambiente comportamental e geográfico, propõem um modelo descritivo de estudo do comportamento em relação a seu meio e buscam um sentido ao comportamento, principalmente com a análise funcional. Finalizamos a tese, assim, como uma provocação: não estaria Skinner entre os autores da psicologia de vanguarda reconhecida por Merleau-Ponty?

Referências

Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.

- Abib, J. A. D. (1982). Skinner, materialista metafísico? “Never mind, no matter”. B. Prado Júnior (org), *Filosofia e Comportamento* (pp. 92-109). São Paulo: Brasiliense.
- Abib, J. A. D. (1988). Comportamento, subjetividade e sentido. *Anais da XVIII Reunião Anual de Psicologia de Ribeirão Preto*, 1-13.
- Bandini, C. S. M. (2008). *A Geratividade do Comportamento Verbal: divergências entre as propostas de B. F. Skinner e N. Chomsky*. Tese de doutorado. UFSCar: São Carlos.
- Barbaras, R. (2000). Perception and movement: the end of the metaphysical approach. Em F. Evans, L. Lawlor (eds) *Chiasms: Merleau-Ponty's notion of flesh* (pp. 77-88). New York: University of New York.
- Barbaras, R. (2005). A phenomenology of life. Em T. Carman; M. N. N. Hansen (eds) *The Cambridge Companion to Merleau-Ponty* (pp. 206-230). Cambridge: Cambridge University Press
- Barbaras, R. (2011). *Investigações Fenomenológicas*. Curitiba: Editora UFPR.
- Baum, W. M. (1999). *Compreender o Behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Bello, A. A. (2006). *Introdução à Fenomenologia*. Bauru: EDUSC.
- Bergman, G. (1956). The contribution of John B. Watson. *Psychological Review*, 63, 265-276.
- Bernet, R. (2008). La conscience dans la perspective d'un transcendantalisme structuraliste. *Alter : revue de phénoménologie*, 16, 27-47. Paris : Alter.
- Bimbenet, E. (2000). *La Structure du comportement: chapitre III – L'ordre humain*. Paris : Ellipses Éditions Marketing.

- Bimbenet, E. (2004). *Nature et Humanité: le problème anthropologique dans l'oeuvre de Merleau-Ponty*. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin.
- Bimbenet, E. (2010). « L'homme ne peut jamais être un animal ». *Bulletin d'analyse phénoménologique*, 2 (2), 164-179.
- Bimbenet, E. (2011). *Après Merleau-Ponty : études sur la fécondité d'une pensée*. Paris : Vrin.
- Brody, N., & Oppenheim, P. (1966). Tensions in psychology between the methods of behaviorism and phenomenology in psychology. *Psychological Review*, 73, 1966, 295-305.
- Brody, N., & Oppenheim, P. (1967). Methodological differences between behaviorism and phenomenology in psychology. *Psychological Review*, 74 (4), 330-334.
- Carman, T., & Hansen, M. B. N. (2005). Introduction. Em T. Carman; M. N. N. Hansen (eds) *The Cambridge Companion to Merleau-Ponty* (pp. 1-25). Cambridge: Cambridge University Press.
- Carman, T. (2008). *Merleau-Ponty*. London, New York: Routledge.
- Carrara, K. (2005). *Behaviorismo Radical: crítica e metacrítica*. 2ª ed. Marília: Unesp.
- Castro, M. S. L. B. (2007). A ética skinneriana e a tensão entre descrição e prescrição do behaviorismo radical. *Dissertação de Mestrado*. São Carlos: UFSCar.
- Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo Radical: a filosofia e a ciência*. Brasília: Celeiro.
- Chomsky, N. (1959). A review of B. F. Skinner's Verbal Behavior. *Language*, 35 (1), 26-58.

- Corriveau, M. (1972). Phenomenology, Psychology and Radical Behaviorism: Skinner and Merleau-Ponty on behavior. *Journal of Phenomenological Psychology*, 3 (1), 7-34.
- Dartigues, A. (1992). *O que é a Fenomenologia?* São Paulo: Editora Moraes.
- Day, W. (1969). Radical behaviorism in reconciliation with phenomenology. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 12 (2), 315-328.
- De Rose, J. C. (1982). Consciência e propósito no behaviorismo radical. B. Prado Júnior (org), *Filosofia e Comportamento* (pp. 67-91). São Paulo: Brasiliense
- Dentz, R. A. (2008). Corporeidade e subjetividade em Merleau-Ponty. *Intuitio*, 1 (2), 296-307.
- Dilon, M. C. (1988). *Merleau-Ponty's Ontology*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Dutra, L. H. A. (1998). *Introdução à Teoria da Ciência*. Florianópolis: UFSC.
- Dutra, L. H. A. (2005). *Oposições Filosóficas*. Florianópolis: UFSC.
- Dutra, L. H. A. (2010). *Introdução à Epistemologia*. São Paulo: Unesp.
- Engelmann, A. (2002). A psicologia da gestalt e a ciência empírica contemporânea. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 18 (1), 1-16.
- Falabretti, E. (2006). *Experiência Primeira e Estrutura: uma abordagem sobre o comportamento na obra de Merleau-Ponty*. Tese de doutorado em Filosofia. São Carlos: UFSCar.
- Ferraz, M. S. A. (2006). *O Transcendental e o Existente em Merleau-Ponty*. São Paulo: Humanitas, FAPESP.

- Ferraz, M. S. A. (2009). *Fenomenologia e Ontologia em Merleau-Ponty*. São Paulo, Campinas: Papirus
- Feyerabend, P. (1975). *Against Method*. London : New Left Books.
- Foultier, A. P. (2015). *Recasting Objective Thought: the venture of expression in Merleau-Ponty's Philosophy*. Stockholm: Stockholm University.
- Furlan, R. (1998). Introdução à filosofia de Merleau-Ponty : contrapontos com Freud e Wittgenstein. *Tese de doutorado*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Furlan, R. (2000). A noção de “comportamento” na filosofia de Merleau-Ponty. *Estudos de Psicologia*, 5 (2), 383-400.
- Furlan, R. (2001). A noção de consciência n’A Estrutura do Comportamento (Merleau-Ponty). *Psico. USP online*, 12 (1), 11-31.
- Geraets, T. F. (1971). *Vers une Nouvelle Philosophie Transcendentale: la genèse de la philosophie de Maurice Merleau-Ponty jusqu’a la Phénoménologie de la Perception*. Netherlands : Martinus Niihoff.
- Giles, T. R. (1979). *Crítica Fenomenológica da Psicologia Experimental em Merleau-Ponty*. Petrópolis: Vozes.
- Giorgi, A. (1970). Toward phenomenologically based research in psychology. Em *Journal of Phenomenological Psychology*, 1, 75-98.
- Giorgi, A. (1975). Convergences and divergences between Phenomenological Psychology and Behaviorism: a beginning dialogue. Em *Behaviorism*, 3 (2), 200-212.
- Goldstein, K. (1995). *The Organism: a holistic approach to biology derived from pathological data in man*. New York: Zone Books.

- Gongora, M. A. N., & Abib, J. A. D. (2001). Questões referentes à causalidade e eventos privados no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3 (1), 9-24.
- Gruba-McCallister, F. (1991). Behaviorism and existentialism revisited: further reflections. *Journal of Humanistic Psychology*, 31 (1), 75-85.
- Hackenberg, T. D. (1995). Jacques Loeb, B. F. Skinner, and the legacy of prediction and control. *The Behavior Analyst*, 18, 225-236.
- Henle, M; Baltimore, G. (1967). Portraits in Straw. *Psychological Review*, 74 (4), 325-329.
- Hidalgo, M. (2009). Gestalt, expressão e temporalidade – considerações sobre a fenomenologia da percepção de Maurice Merleau-Ponty. *Tese de doutorado*. São Carlos: UFSCar.
- Hitt, W. D. (1969). Two models of man. *American Psychologist*, 24 (7), 651-658.
- Japiassú, H., & Marcondes, D. (2001). *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Justi, F. R. R., & Araújo, S. F. (2004). Uma avaliação das críticas de Chomsky ao *Verbal Behavior* à luz das réplicas behavioristas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (3), 267-274.
- Koffka, K. (1975). *Princípios de Psicologia de Gestalt*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo.
- Köhler, W. (1959). Gestalt psychology today. *American Psychologist*, 14, 727-734.
- Kuhn, T. S. *The Structure of Scientific Revolution*. Chicago e London: The University of Chicago Press, 1996. Originalmente publicado em 1962.

- Lacey, H. (2001). *Psicologia Experimental e Natureza Humana: ensaios de filosofia da psicologia*. Florianópolis: NEL – Núcleo de Epistemologia e Lógica.
- Laurenti, C. (2009). Determinismo, Indeterminismo e Behaviorismo Radical. *Tese de doutorado*. São Carlos: UFSCar.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2009). Explicação e descrição no behaviorismo radical: identidade ou dicotomia? *Psicologia: teoria e pesquisa*, 25 (1), 129-136.
- Lopes, C. E. (2006). Behaviorismo radical e subjetividade. *Tese de doutorado*. São Carlos: UFSCar.
- Lopes, C. E. (2008). Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 10 (1), 1-13.
- Macann, C. (1993). *Four Phenomenological Philosophers : Husserl, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty*. London and New York : Routledge.
- MacCorquodale, K. (1970). On Chomsky's review of Skinner's Verbal Behavior. *Journal of Experimental Analysis of Behavior*, 13 (1), 83-89.
- MacLeod, R. B. (1964). Phenomenology: a challenge to experimental psychology. *T. Wann (ed.) Behaviorism and Phenomenology*, p. 47-78. Chicago : University of Chicago Press.
- Malone, J. C., & Cruchon, N. M. (2001). Radical Behaviorism and the rest of psychology : a review/précis of Skinner's About Behaviorism. *Behavior and Philosophy*, 29, 31-57.
- Marrato, S. L. (2012). *The Intercorporeal Self: Merleau-Ponty on subjectivity*. New York : University of New York.

- Marshall, G. J. (2008). *A Guide to Merleau-Ponty's Phenomenology of Perception*. Milwaukee : Marquette University Press.
- Martini, O. A. (2006). Merleau-Ponty: corpo e linguagem. *Dissertação de Mestrado*. Universidade São Judas Tadeu.
- Merleau-Ponty, M. (1967) *La Structure du Comportement*. Paris : Press Universitaires de France. Publicado originalmente em 1942.
- Merleau-Ponty, M. (1973). *The Adventures of Dialectic*. Evanston : Northwestern University Press. Publicado originalmente em 1955.
- Merleau-Ponty, M. (1973). *The Prose of the World*. Evanston : Northwestern University Press. Publicado originalmente em 1969.
- Merleau-Ponty, M. (1976). *Phénoménologie de la Perception*. Paris: Gallimard. Originalmente publicado em 1945.
- Merleau-Ponty, M. (1979). *Le Visible et L'invisible*. Paris: Gallimard. Originalmente publicado em 1964.
- Merleau-Ponty, M. (1986). *El Ojo y el Espiritu*. Barcelona, Buenos Aires : Paidós. Originalmente publicado em 1964.
- Merleau-Ponty, M. (1990). *Merleau-Ponty na Sorbonne : resumo de cursos 1949-1952*. Campinas: Papirus.
- Merleau-Ponty, M. (1991). *Signos*. São Paulo: Martins Fontes. Originalmente publicado em 1960.
- Merleau-Ponty, M. (1995). *La Nature : notes cours du collège de France*. Paris : du Seuil. Originalmente publicado em 1968.

- Merleau-Ponty, M. (2004). *Conversas*. São Paulo: Martins Fontes. Originalmente publicado em 1948.
- Meyer, M. W. (1975). Toward a phenomenological theory of learning : the contribution of B. F. Skinner. *Journal of Phenomenological Psychology*, 5 (2), 335-367.
- Micheletto, N., & Sérgio, T. M. A. P. (1993). *Temas em Psicologia*, 2, 1-9.
- Milhollan, F., & Forisha, B. E. (1972). *From Skinner to Rogers : contrasting approaches to education*. Lincoln : Professional Educators Publications.
- Mora, F. (1978). *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Dom Quixote.
- Moroz, M., & Rubano, D. R. (2005). Subjetividade: a interpretação do behaviorismo radical. *Psicologia da Educação*, 20, 119-135.
- Moxley, R. A. (1999). The two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.
- Moxley, R. A. (2001). The modern/postmodern context of Skinner's selectionist turn in 1945. *Behavior and Philosophy*, 29, 121-153.
- O'Donohue, W., & Kitchener, F. R. (1998). *Handbook of Behaviorism*. San Diego: Academic Press.
- Peñaranda, M. L. P. (2007). Gurwitsch, Goldstein, Merleau-Ponty: análisis de una estrecha relación. *Contrastes*, 12, 189-215.
- Pierce, W. D., & Cheney, C. D. (2004). *Behavior Analysis and Learning*. Mahwah, London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Prado, A. B. (2011). Elaboração de objetivos comportamentais e de intervenção a partir da análise funcional do comportamento do cliente. *Comportamento em Foco*, 1, 533-548.

- Prado Jr., B. (1982). Breve nota sobre o operante: circularidade e temporalidade. B. Prado Júnior (org), *Filosofia e Comportamento* (pp. 110-120). São Paulo: Brasiliense.
- Priest, S. (1998). *Merleau-Ponty*. London and New York : Routledge.
- Primerio, G. G. (2008) Actualidad de la polémica Chomsky-Skinner. *Revista Brasileira de Terapia Comportamntal e Cognitiva*, 10 (2), 263-269.
- Psillos, S. (2007). *Philosophy of Science A-Z*. Edinburgh : Edinburgh University Press.
- Punch (1855). *Short-cut to Metaphysics*. London: Published at the office. Disponível em <https://archive.org/download/punch28a29lemouoft> em 01/10/2016.
- Silva, M. R., & Paulino, L. R. P. (2011). Skinner e uma crítica a Freud: apresentação e considerações. *Natureza Humana*, 13 (2), 144-155.
- Silva, C. A. F. (2012). A estrutura do sentido: Goldstein e Merleau-Ponty. *Transformação*, 35 (3), 133-156.
- Skinner, B. F. (1931). The concept of the reflex in the description of behavior. *The Journal of General Psychology*, 5 (4), 427-458.
- Skinner, B. F. (1938). *The Behavior of Organisms*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *The Psychological Review*, 52, 270-277, 291-294.
- Skinner, B. F (1950). Are theories of learning necessary? *The Psychological Review*, 57 (4), 193-216.

Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. New York: The MacMillan Company. Disponível em <http://www.bfskinner.org/newtestsite/wp-content/uploads/2014/02/ScienceHumanBehavior.pdf> em 25/05/2015

Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B. F. (1961a). The generic nature of the concepts of stimulus and response. B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative Record: enlarged edition* (pp. 347-366). New York : Appleton-Century-Crofts. Originalmente publicado em 1935.

Skinner, B. F. (1961b). A critique of psychoanalytic concepts and theories. B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative Record: enlarged edition* (pp. 185-194). New York : Appleton-Century-Crofts. Originalmente publicado em 1954.

Skinner, B. F. (1961c). The operational analysis of psychological terms. B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative Record: enlarged edition* (pp. 272-286). New York : Appleton-Century-Crofts. Originalmente publicado em 1945.

Skinner, B. F. (1961d). A case history in scientific method. B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative Record: enlarged edition* (pp. 76-100). New York : Appleton-Century-Crofts. Originalmente publicado em 1956.

Skinner, B. F. (1961e). The design of cultures. B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative Record: enlarged edition* (pp. 36.01-36.12). New York : Appleton-Century-Crofts. Originalmente publicado em 1961.

Skinner, B. F. (1961f). The experimental analysis of behavior. B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative Record: enlarged edition* (pp. 100-131). New York : Appleton-Century-Crofts. Originalmente publicado em 1957.

Skinner, B. F. (1961g). The generic nature of the concepts of stimulus and response. B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative Record: enlarged edition* (pp. 347-366). New York : Appleton-Century-Crofts. Originalmente publicado em 1935.

- Skinner, B. F. (1963). Behaviorism at Fifty. *Science*, 140 (3570), 951-958.
- Skinner, B. F. (1967). The problem of consciousness – A debate. *Philosophy and Phenomenological Research*, 27 (3), 317-337.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of Reinforcement: a theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1975). The steep and thorny way to a science of behavior. *The American Psychologist*, 42-49.
- Skinner, B. F. (1976). *Beyond Freedom and Dignity*. USA: Pelican books. Originalmente publicado em 1971.
- Skinner, B. F. (1979). *The Shaping of a Behaviorist: part two of an autobiography*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 4507, 501-504.
- Skinner, B. F. (1985). Cognitive science and behaviourism. *British Journal of Psychology*, 76, 291-301.
- Skinner, B. F. (1987). *Upon Further Reflection*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent Issues in the Analysis of Behavior*. Columbus: Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1995). *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix. Originalmente publicado em 1974.
- Skinner, B. F. (1999). Some responses to the stimulus ‘Pavlov’. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 72, p. 463-465.

- Sampaio, A. A. S. (2005). Skinner: sobre ciência e comportamento humano. *Psicologia: ciência e profissão*, 25 (3), 370-383.
- Sombra, J. C. (2006). *A Subjetividade Corpórea: a naturalização da subjetividade na filosofia de Merleau-Ponty*. São Paulo: Unesp.
- Tourinho, E. Z.; Teixeira, E. R., & Maciel, J. M. (2000). Fronteiras entre análise do comportamento e fisiologia: skinner e a temática dos eventos privados. *Psicologia: reflexão e crítica*, 13 (3), p. 425-434.
- Tourinho, E. Z. (2012). O pensar como comportamento humano complexo – comentário ao artigo de Perez-Almonacid. *Acta Comportamentalia*, 20, p. 73-78.
- Van Fraassen, B. (2006), B. C. *A Imagem Científica*. São Paulo: Unesp. Original em 1980.
- Veríssimo, D. S., & Furlan, R. (2007). Entre a filosofia e a ciência: Merleau-Ponty e a Psicologia. *Paideia*, 17 (38), 331-342.
- Veríssimo, D. S. (2012). *A Primazia do Corpo em Merleau-Ponty: posição crítica da função simbólica nos primeiros trabalhos de Merleau-Ponty*. São Paulo: Unesp.
- Veríssimo, D. S. (2013). Considerações sobre corporeidade e percepção no último Merleau-Ponty. *Estudos de Psicologia*, 18 (4), 599-607.
- Veríssimo, D. S. (2014). Merleau-Ponty e a condição do natural em nós. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66 (1), 72-86.
- Vieira, M. G., & Furlan, R. (2011). Algumas considerações sobre psicopatologia na filosofia de Merleau-Ponty. *Ágora*, 14 (1), 129-141.
- Wann, T. W. (Ed.). (1964). *Behaviorism and Phenomenology*. Chicago: University of Chicago Press.

Woolfolk, R. L., & Sass, L. A. (1988). Behaviorism and existentialism revisited. *Journal of Humanistic Psychology*, 28 (1), 108-119.

Zaner, R. M. (1967). Criticism of "Tensions in psychology between the methods of behaviorism and phenomenology.". *Psychological Review*, 74 (4), 318-324.

Zílio, D. (2010). *A Natureza Comportamental da Mente*. São Paulo: Editora da Unesp.

Zílio, D. (2012). Relacionismo Substancial: a ontologia do comportamento à luz do Behaviorismo Radical. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 28 (1), 109-118.